

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE

Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014

Campos dos Goytacazes



2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Eliezer Moreira Pacheco

Reitora

Cíbele Daher Botelho Monteiro

Pró-Reitora de Ensino

Fabiola de Amério Ney Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Hélio Gomes Filho

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Roberto Moraes Pessanha (2009-2010)

Guiomar do Rosário Barros Valdez (a partir de 2011)

Pró-Reitor de Administração

Clóvis Lopes

Pró-Reitor de Extensão

Eugênio Ferreira Naegele da Silva

Diretores Gerais

Campus Avançado de Quissamã

Marcos Guimarães Maciel (2007-2010)

Sérgio Inácio da Rosa (a partir de 2011)

Campus Campos-Guarus

Leandro Souza Crespo

Campus Itaperuna

Evanildo dos Santos Leite

Campus Bom Jesus Itabapoana

Fernando Antonio Abrantes Ferrara

Campus Cabo Frio

Romilda de Fátima Suinka de Campos

Campus Campos Centro

Jefferson Manhães de Azevedo

Campus Macaé

Marcelo Fagundes Félix

Organização Geral

Pró-Reitoria de Ensino

Colaboração

Servidores da Reitoria

Servidores do campus Avançado Quissamã

Servidores do campus Bom Jesus do Itabapoana

Servidores do campus Cabo Frio

Servidores do campus Campos-Centro

Servidores do campus Campos-Guarus

Servidores do campus Itaperuna

Servidores do campus Macaé

Discentes dos campi do IF Fluminense

Preparação do original

Conceição de Maria Campinho Rabello Corte Real

Equipe de Apoio

Fabiola de Amério Ney Silva

Marília Siqueira da Silva

Rita de Cássia Daher Botelho

Romilda de Fátima Suinka de Campos

Teresa Claudina de Oliveira Cunha

Vania Machado Seabra Puglia

Revisão de texto

Edma Regina Peixoto Barreto Caiafa Balbi

Marília Siqueira da Silva

Projeto gráfico e criação de capa

Marcos Antonio Esquef Maciel

Essentia Editora

Revisão técnica e catalogação

Inez Barcellos de Andrade

Diagramação e Editoração

André da Silva Cruz

Tiragem

100 exemplares

Impressão

Clichéria Cromos Ltda.

Tel.: (41) 30215337 / 30215336

159p Instituto Federal Fluminense
Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 / Instituto
Federal Fluminense. -- Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia
Editora, 2011

328 p.: il. color.
ISBN 85-99968-18-5

1. Ensino - Planejamento. 2. Planejamento educacional. I.
Título.

CDD - 372.015

Essentia Editora
Rua Dr. Siqueira, 273
Bloco A - sala 28 - Pq. Dom Bosco
Campos dos Goytacazes/RJ - CEP 28030-130
Tel.: (22) 2726-2882 | fax (22) 2733-3079
www.essentiaeditora.iff.edu.br
essentia@iff.edu.br

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escola de Aprendizes Artífices em Campos/RJ	23
Figura 2 - Mapa com as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro proposto pelo MTE	32
Figura 3 - Mapa dos <i>campi</i> e Núcleos Avançados do Instituto Federal Fluminense	33
Figura 4 - Mapa com as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro proposto pelo MTE	36
Figura 5 - Mapa com as Microrregiões do Estado do Rio de Janeiro	37
Figura 6 - Itinerários Formativos no Instituto Federal Fluminense	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Agrupamento de Grau de Escolaridade	51
Quadro 2 - Agrupamento de Faixa Salarial (Salário Mínimo)	52
Quadro 3 - A Visão de Integração Acadêmica na Nova Institucionalidade	119
Quadro 4 - Áreas de Conhecimento	125
Quadro 5 - Área de Abrangência da Extensão no IF Fluminense	131
Quadro 6 - Organograma Geral do IF Fluminense	176
Quadro 7 - Organograma da Pró-Reitoria de Ensino do IF Fluminense	183
Quadro 8 - Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IF Fluminense	186
Quadro 9 - Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IF Fluminense	189
Quadro 10 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão do IF Fluminense	191
Quadro 11 - Organograma da Pró-Reitoria de Administração do IF Fluminense	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estrutura Setorial do Emprego Formal segundo os Grandes Setores de Atividade Econômica do IBGE (2005)	39
Gráfico 2 - Estrutura Setorial do Emprego Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005)	40
Gráfico 3 - Grau de Instrução do Pessoal Ocupado no Setor Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005)	41
Gráfico 4 - Faixa de Rendimento do Pessoal Ocupado no Setor Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005)	43
Gráfico 5 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	45
Gráfico 6 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	46
Gráfico 7 - Evolução do Emprego Formal nos Setores Industriais na Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	47
Gráfico 8 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores na Microrregião de Campos dos Goytacazes (1985/2005)	48
Gráfico 9 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores na Microrregião de Campos dos Goytacazes (1985/2005)	49
Gráfico 10 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores da Microrregião de Macaé (1985/2005)	50
Gráfico 11 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores na Microrregião de Macaé (1985/2005)	50
Gráfico 12 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor Extrativo Mineral da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	53
Gráfico 13 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor Extrativo Mineral da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).	54
Gráfico 14 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Construção Civil da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	55
Gráfico 15 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Construção Civil da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	55
Gráfico 16 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	56
Gráfico 17 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	57
Gráfico 18 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	58
Gráfico 19 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Ensino da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	59

Gráfico 20 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Ensino da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	60
Gráfico 21 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria de Minerais Não-Metálicos da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	61
Gráfico 22 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Indústria de Minerais Não-Metálicos da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	61
Gráfico 23 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria Mecânica da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	62
Gráfico 24 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Indústria Mecânica da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	63
Gráfico 25 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria Metalúrgica da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005)	64
Gráfico 26 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores - Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	65
Gráfico 27 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores - Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	66
Gráfico 28 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Comércio Varejista da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	67
Gráfico 29 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Comércio Varejista da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	68
Gráfico 30 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, dentre outros, da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	69
Gráfico 31 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, dentre outros, da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	70
Gráfico 32 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Agricultura, Criação de Animais, Silvicultura e Extrativismo Vegetal da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	71
Gráfico 33 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Agricultura, Criação de Animais, Silvicultura e Extrativismo Vegetal da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	72
Gráfico 34 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	73
Gráfico 35 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	74
Gráfico 36 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Ensino da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	75
Gráfico 37 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Ensino da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	76
Gráfico 38 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	77

Gráfico 39 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	78
Gráfico 40 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Extração Mineral da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	79
Gráfico 41 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Extração Mineral da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005)	79
Gráfico 42 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores - Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	80
Gráfico 43 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores - Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	81
Gráfico 44 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, entre outros, da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	82
Gráfico 45 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, entre outros, da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	83
Gráfico 46 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor Comércio Varejista da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	84
Gráfico 47 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor Comércio Varejista da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	84
Gráfico 48 - Número de trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnico da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).	85
Gráfico 49 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	86
Gráfico 50 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Construção Civil da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	87
Gráfico 51 - Número de trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Construção Civil da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	88
Gráfico 52 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Ensino da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	89
Gráfico 53 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Ensino da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	90
Gráfico 54 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	91
Gráfico 55 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	91
Gráfico 56 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Álcool Etílico da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	92
Gráfico 57 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Álcool Etílico da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005)	93

Gráfico 58 - Índice de Matrículas por Nível de Ensino do IF Fluminense nos anos de 2010 e 2014	99
Gráfico 59 - Evolução de Projetos do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do IF Fluminense, no período 2002-2010	124
Gráfico 60 - Percentual de Docentes do IF Fluminense quanto ao Regime de Trabalho, no ano de 2010	227
Gráfico 61 - Percentual de Técnico-Administrativos em Educação do IF Fluminense quanto ao Regime de Trabalho, no ano de 2010	229

LISTA DE SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ACCC - Associação dos Community Colleges do Canadá
AF - Agricultura Familiar
APL - Arranjo Produtivo Local
APP - Área de Preservação Permanente
ARTDECO - Núcleo de Pesquisa em Arte, Design e Comunicação
BBE - Bibliografia Brasileira de Educação
CCH - Centro de Ciências do Homem
Cefet Campos - Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos
CENPES - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello
CISPCCTAE - Coordenação da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLINCO - Coordenação de Linguagens e Códigos
CONAES - Comissão Nacional de Ensino Superior
CONFLICT - Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica
COPPE - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia
CP - Conselho Pleno
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPPD - Coordenação da Comissão Permanente de Pessoal Docente
CR - Coeficiente de Rendimento
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CST - Curso Superior de Tecnologia
CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DE - Dedicção Exclusiva
DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas
Ditex - Diretoria de Trabalho e Extensão
DOAJ - Directory of Open Access Journals
DPPE - Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

E&P - Exploração e Produção
EaD - Educação a Distância
EDUBASE - Base de Dados de Artigos de Periódicos Nacionais em Educação
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ENLETRARTE - Encontro Nacional de Professores de Letras e Artes
EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ESCAI - Escritório de Cooperação Internacional
ETA - Estação de Tratamento de Água
ETFC - Escola Técnica Federal de Campos
FAUBAI - Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais
FENORTE - Fundação Estadual do Norte Fluminense
FIC - Formação Inicial e Continuada
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
HCC - Houston Community College
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICELT - Internacional Center for Education, Language and Technologies
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IEF - Instituto Estadual de Florestas
IESALC - Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe
IF - Instituto Federal
IF Fluminense - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFES - Instituto Federal do Espírito Santo
IFPB - Instituto Federal da Paraíba
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina
IFTO - Instituto Federal de Tocantins
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISECENSA - Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério de Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MMA - Ministério do Meio Ambiente
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NACES - Núcleo Avançado de Ensino Supletivo
NAEJA - Núcleo Avançado de Educação de Jovens e Adultos
NAPNEE - Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NECEL - Núcleo de Estudos Culturais, Estéticos e de Linguagem
NEED - Núcleo de Estudos em Estratégia e Desenvolvimento
NEFIS - Núcleo de Estudos em Física
NEGEO - Núcleo de Estudos Geográficos
NESAE - Núcleo de Estudos Avançados em Educação
NIT - Núcleos de Inovação Tecnológica
NPGA - Núcleo de Pesquisa em Gestão Ambiental
NPM - Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar
NPO - Núcleo de Pesquisa Operacional
NSI - Núcleo de Pesquisa em Sistemas de Informação
NTEAD - Núcleo de Tecnologias Educacionais e de Educação a Distância
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
NUPAACC - Núcleo de Pesquisas Aplicadas à Arquitetura e à Construção Civil
NUPERN - Núcleo de Pesquisas em Petróleo, Energia e Recursos Naturais
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIT - Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PPC - Projeto Pedagógico dos Cursos
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PRH - Programa de Recursos Humanos
Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROTEC - Programa de Expansão do Ensino Técnico
QLe - Quociente Locacional Emprego
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RENAPI - Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais
RH - Recursos Humanos
RPS - Rio Paraíba do Sul

RTS - Rede de Tecnologias Sociais
Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEDUC/RJ - Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SEER - Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIBE - Sistema de Informações Bibliográficas em Educação
SIEP - Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SIGA-EPT - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica
Simec - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sistec - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TD - Tecnologias Digitais
TEC Campos - Incubadora de Base Tecnológica de Campos dos Goytacazes
TECNORTE - Fundação Estadual Norte Fluminense
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNED - Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVERSO - Universidade Salgado Oliveira
UPEA - Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IDH das Mesorregiões e do Estado do Rio de Janeiro	38
Tabela 2 - Estrutura Setorial do Emprego Formal segundo os Grandes Setores de Atividade Econômica do IBGE e as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005)	40
Tabela 3 - Grau de Instrução do Pessoal Ocupado no Setor Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005)	42
Tabela 4 - Faixa de Rendimento do Pessoal Ocupado no Setor Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005)	44
Tabela 5 - Índices do Plano de Metas e Compromissos do IF Fluminense no período 2010-2014	97
Tabela 6 - Demonstrativo da Forma de Acesso ao Ensino Técnico no IF Fluminense no período amostral de 2009-2022	100
Tabela 7 - Demonstrativo da Forma de Acesso à Educação Superior no IF Fluminense no período amostral de 2009-2022	101
Tabela 8 - Quantitativo de Metas referentes à Pesquisa e Inovação no IF Fluminense no período de 2009-2014	102
Tabela 9 - Programas destinados à Qualidade da Educação Básica no IF Fluminense no período amostral de 2009-2022	102
Tabela 10 - Projetos Implementados no IF Fluminense no período amostral de 2009-2021	104
Tabela 11 - Programas Intercampi e Interinstitucionais no IF Fluminense no período amostral de 2010-2021	105
Tabela 12 - Metas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação no período 2010-2014	159
Tabela 13 - Metas da Essentia Editora/IF Fluminense no período de 2010-2014	163
Tabela 14 - Composição de Cargos da Reitoria do IF Fluminense	173
Tabela 15 - Composição de Cargos do IF Fluminense Campus Campos-Centro	190
Tabela 16 - Composição de Cargos do IF Fluminense Campus Macaé	199
Tabela 17 - Composição de Cargos do IF Fluminense Campus Campos-Guarus	200
Tabela 18 - Composição de Cargos do IF Fluminense Campus Cabo Frio	201
Tabela 19 - Composição de Cargos do IF Fluminense Campus Itaperuna	202
Tabela 20 - Composição de Cargos do IF Fluminense Campus Bom Jesus do Itabapoana	203
Tabela 21 - Composição de Cargos do IF Fluminense Campus Avançado Quissamã	204
Tabela 22 - Expansão dos Quadros de Docentes e Técnico-Administrativos em Educação no período de 2010-2014	230
Tabela 23 - Previsão de Expansão do IF Fluminense com Base nos Orçamentos da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico no período 2009-2014	258

Tabela 24 - Previsão das Ações Educacionais Estabelecidas e da Manutenção das Atividades Socioeducacionais no IF Fluminense no período 2009-2014	259
Tabela 25 - Metas da Pró-Reitoria de Administração para o período 2010-2014	259
Tabela 26 - Composição da Comissão Própria de Avaliação do IF Fluminense	265
Tabela 27 - Quantitativo da população brasileira por cor ou raça	305
Tabela 28 - População da Região Sudeste por cor ou raça	306
Tabela 29 - População do Estado do Rio de Janeiro por cor ou raça	306

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
PARTE I - A INSTITUIÇÃO	23
<hr/>	
1. PERFIL INSTITUCIONAL	25
1.1. Missão	25
1.2. Histórico e Desenvolvimento da Instituição	25
1.3. Inserção Regional	34
1.3.1. Retrato do Mercado de Trabalho nas Áreas de Influência do IF Fluminense	37
1.3.2. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	38
1.3.3. Estrutura Setorial do Emprego	39
1.3.4. Nível Educacional da Mão de obra Formalmente Ocupada	41
1.3.5. Estrutura dos Rendimentos da Mão de obra Formalmente Ocupada	42
1.3.6. Mesorregião Norte Fluminense	44
1.3.6.1. Microrregião de Campos dos Goytacazes	47
1.3.6.2. Microrregião de Macaé	49
1.3.7. Perfil do Trabalho nos Principais Setores da Mesorregião Norte Fluminense	51
1.3.7.1. Setor Extrativo Mineral	52
1.3.7.2. Setor da Construção Civil	54
1.3.7.3. Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	56
1.3.7.4. Setor da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etilco	57
1.3.7.5. Setor de Ensino	58
1.3.7.6. Setor da Indústria de Produtos Minerais Não-Metálicos	60
1.3.7.7. Setor da Indústria Mecânica	62
1.3.7.8. Setor da Indústria Metalúrgica	63
1.3.8. Mesorregião Noroeste Fluminense	64
1.3.9. Perfil do Trabalho nos Principais Setores da Mesorregião Noroeste Fluminense	67
1.3.9.1. Comércio Varejista	67
1.3.9.2. Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação	68
1.3.9.3. Agricultura, Criação de Animais, Silvicultura e Extrativismo Vegetal	70
1.3.9.4. Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	72
1.3.9.5. Setor de Ensino	74
1.3.9.6. Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	76
1.3.9.7. Extração Mineral	78

1.3.10. Mesorregião das Baixadas Litorâneas	80
1.3.11. Perfil do Trabalho nos Principais Setores da Mesorregião das Baixadas Fluminense	82
1.3.11.1. Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação	82
1.3.11.2. Comércio Varejista	83
1.3.11.3. Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos	85
1.3.11.4. Setor de Construção Civil	86
1.3.11.5. Setor de Ensino	88
1.3.11.6. Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	90
1.3.11.7. Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Álcool Etílico	92
1.4. Princípios e Diretrizes	93
1.5. Finalidades e Características	95
1.6. Objetivos e Metas	96
<hr/>	
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	109
2.1. Princípios Filosóficos e Teórico-Methodológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas	110
2.2. Áreas de Atuação Acadêmica	114
2.3. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão: novos desafios para o IF Fluminense	115
2.3.1. Políticas de Ensino	117
2.3.2. Políticas de Pesquisa e Inovação	122
2.3.3. Políticas de Extensão	126
2.4. Organização Acadêmica do IF Fluminense	132
2.4.1. Organização Didático-Pedagógica	132
2.4.1.1. Políticas de Educação de Jovens e Adultos	134
2.4.1.2. Políticas de Educação a Distância	135
2.4.1.3. Processo de Avaliação	136
2.4.1.4. Seleção de Conteúdos	138
2.4.1.5. Princípios Metodológicos	139
2.4.1.6. Perfil do Egresso	141
2.4.1.7. Atividades da Prática Profissional	142
2.4.2. Oferta de Cursos e Programas	145
2.4.2.1. Cursos de Formação Presencial	146
2.4.2.2. Cursos de Educação a Distância de Formação Semi-Presencial	150
2.4.2.3. Programas de Extensão	151
2.4.2.4. Programas de Pesquisa e Inovação	155

3. GESTÃO INSTITUCIONAL	171
3.1. Organização Administrativa do IF Fluminense	173
3.1.1. Estrutura Organizacional com as Instâncias de Decisão	173
3.1.2. Estrutura do IF Fluminense e respectivos Campi	173
3.1.3. Autonomia do IF Fluminense	204
3.1.4. Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas	205
3.1.4.1. Cooperação Internacional e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	218
3.1.5. Responsabilidade Social	224
3.2. Organização e Gestão de Pessoas	225
3.2.1. Políticas de Qualificação	225
3.2.2. Corpo Docente	226
3.2.2.1. Plano de Carreira	226
3.2.2.2. Regime de Trabalho	227
3.2.2.3. Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Quadro	228
3.2.3. Corpo Técnico-Administrativo em Educação	228
3.2.3.1. Plano de Carreira	228
3.2.3.2. Regime de Trabalho	229
3.2.4. Cronograma de Expansão do Corpo Docente e Técnico-Administrativo em Educação do IF Fluminense considerando o tempo de vigência do PDI	229
3.3. Políticas de Atendimento aos Discentes	230
3.3.1. Formas de Acesso	230
3.3.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro (Bolsas)	231
3.3.3. Organização Estudantil	235
3.3.3.1. Espaço para Participação e Convivência Estudantil	236
3.3.4. Acompanhamento dos Egressos	237
<hr/>	
4. INFRAESTRUTURA	241
4.1. Infraestrutura Física por Campus	241
4.1.1. IF Fluminense Campus Campos-Centro	242
4.1.2. IF Fluminense Campus Campos-Guarus	243
4.1.3. IF Fluminense Campus Macaé	244
4.1.4. IF Fluminense Campus Itaperuna	245
4.1.5. IF Fluminense Campus Cabo Frio	245
4.1.6. IF Fluminense Campus Bom Jesus do Itabapoana	246
4.1.7. IF Fluminense Campus Avançado Quissamã	248
4.1.8. Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental - UPEA	249
4.1.9. IF Fluminense - Núcleo Avançado de São João da Barra	251

4.2. Das Necessidades Educativas Específicas	251
4.3. Infraestrutura Acadêmica: biblioteca e laboratórios	252
<hr/>	
5. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	257
5.1. Demonstrativo da Sustentabilidade Financeira	257
5.1.1. Estratégia de Gestão Econômico-Financeira	257
5.1.2. Planos de Investimentos	258
5.1.3. Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução (5 anos)	258
<hr/>	
6. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	263
6.1. Metodologia, Dimensões e Instrumentos Utilizados no Processo de Autoavaliação	263
6.1.1. Dimensões	264
6.1.2. Metodologia	264
6.1.3. Composição da CPA	265
6.1.4. Dos Instrumentos	265
6.1.5. Formas de Participação das Comunidades Acadêmica, Técnica e Administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)	265
6.1.6. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações	266
<hr/>	
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
<hr/>	
8. REFERÊNCIAS	273
<hr/>	
9. ANEXOS	281
Anexo I - Carta de Cabo Frio	283
Anexo II - Educação da Relação Étnico-Racial	303
Anexo III - Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	311

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense) oriundo do antigo Cefet Campos uma instituição que, em sua trajetória de cem anos, vem contribuindo de forma efetiva para a redemocratização do país e, com o debate em torno da necessidade de se traçarem políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento local e regional, vivencia, neste novo momento histórico, mais uma etapa de sua vida acadêmica uma experiência inédita na formatação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Ser Instituto Federal representa, em sua essência, uma nova institucionalidade, porque se caracteriza pela estrutura multicampi e pluricurricular, embora não se abdique do princípio de que se trata de uma única e singular instituição.

Esse desenho não só representa a riqueza da diversidade e da abrangência regional, como também o desafio na busca do fortalecimento da participação coletiva e representativa no processo construtivo de desenvolvimento institucional numa comunidade quantitativamente maior e detentora de especificidades.

Este Plano de Desenvolvimento Institucional retrata a finalidade principal do IF Fluminense, instituição que alia qualidade e excelência de ensino profissional e tecnológico público e a comunicação efetiva com a sociedade aos novos princípios expressos em sua agenda de prioridades, na qual se identificam seus principais fundamentos:

- Ensino nos diversos níveis e modalidades, em especial, da educação profissional e tecnológica, considerando a realidade local e regional.
- Implementação de pesquisa e extensão articuladas ao desenvolvimento e à sustentabilidade da região de sua abrangência.
 - Fortalecimento das relações internacionais.
 - Compromisso com a verticalização do ensino.
 - Compartilhamento dos recursos materiais e de infraestrutura.
 - Democratização do acesso e da permanência para a promoção da inclusão social.
- Valorização da força de trabalho docente e técnico-administrativa.

É, por todas as razões expostas, que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) também reflete os princípios definidores da nova institucionalidade, e isso se traduziu na metodologia utilizada para se garantir a participação efetiva dos segmentos da comunidade interna e externa, considerados atores fundamentais no processo de implementação das políticas institucionais do IF Fluminense nos próximos cinco anos.

Assim, estabelecem-se, sob a coordenação dos Pró-Reitores, oficinas com gestores, baseadas na concepção matricial de gestão; oficinas temáticas, por grupos

representativos (Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, Recursos Humanos e Administrativos, entre outros); oficinas com segmentos da comunidade interna (alunos, docentes e técnico-administrativos) e oficinas com setores e gestores públicos externos relacionados à atividade do IF Fluminense. Ao término dos trabalhos, efetivam-se Audiências Públicas, com o objetivo de apresentar à comunidade o IF Fluminense e o seu PDI. Configuram-se, portanto, diferentes momentos de discussão, de encaminhamentos de proposições e de avaliação do trabalho.

Dessa forma, por meio do fortalecimento da gestão participativa e democrática, o Instituto Federal Fluminense ressignifica a sua história de luta pela educação profissional e tecnológica pública de qualidade e garante o seu papel de agente e de parceiro do desenvolvimento local e regional. Cumpre, assim, a sua função primordial como instituição pública, colocando a serviço de toda a sociedade os conhecimentos acadêmicos produzidos, comprometendo-se em trabalhar pela igualdade de oportunidades e pela inclusão social.

Cibele Daher Botelho Monteiro
Reitora



PARTE I - A INSTITUIÇÃO

1. PERFIL INSTITUCIONAL

PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, o IF Fluminense, cuja missão é *formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento científico e tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade em geral, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social*, visa à integração sistêmica dos diversos *campi* pautada em uma estrutura *multicampi* e pluricurricular

1.2. Histórico e Desenvolvimento da Instituição

A História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense) começou a ser construída no início do século passado, com Nilo



Figura 1 - Escola de Aprendizes Artífices em Campos/RJ.

Peçanha, o então Presidente da República, que criou, por meio do Decreto n.º. 7.566 de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices (Figura 1), com o propósito de educar e proporcionar oportunidades de trabalho para os jovens das classes menos favorecidas.

A princípio, o Decreto sancionava a implantação das Escolas de Aprendizizes Artífices nas capitais dos Estados com maior capacidade de absorção de mão de obra, em atendimento àqueles que buscavam novas alternativas de empregabilidade nos espaços urbanos. Excepcionalmente, a do Estado do Rio de Janeiro seria instalada em Campos, cidade do Norte Fluminense, em janeiro de 1910, devido a articulações político-partidárias à época e assumiu, desde esse tempo, importância significativa para a região.

No dia 23 de janeiro de 1910, a Escola de Aprendizizes Artífices em Campos entra em funcionamento, sendo a nona a ser criada no Brasil, com a implantação de cinco cursos: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e eletricidade.

É emblemático o caráter ideológico quando se referenda o interesse e a missão de formar profissionais com a singularidade dessas instituições de educação. No Brasil do início do século XX, era preciso compor a força de trabalho com base em uma mão de obra livre, daí a presença nos discursos da valorização do trabalho manual, cuja história reserva a marca do desprestígio social. Mais que isto, a educação que se forjava nessas escolas talvez se prendesse mais à preocupação de atuar como um dispositivo de controle social em relação ao segmento da sociedade que acolhia, oriundo das classes proletárias, pessoas consideradas como potenciais adquirentes de vícios e hábitos nocivos à sociedade e à construção da nação.

Não há dúvida, contudo, de que, desde os primórdios de sua atuação, construiu-se uma circunscrição em torno deste aspecto da educação, referente ao caráter de qualificação de mão de obra especializada e à responsabilidade do atendimento à necessidade de preparação para o trabalho exigido pela estrutura industrial então existente no país.

Com o investimento na industrialização no Brasil, as escolas de formação profissional foram alterando seu perfil e, pelo Decreto nº. 4.073 de janeiro de 1942 - Lei Orgânica do Ensino Industrial -, no bojo da “Reforma Capanema”, as Escolas de Aprendizizes Artífices passaram a se denominar Escolas Técnicas Industriais. A partir de então, foram equiparadas às de Ensino Médio e Secundário, possibilitando o prosseguimento de estudos no que diz respeito à formação profissional em nível secundário; sem, contudo, favorecer o acesso ao ensino superior.

No ano de 1942, a sede da Escola Industrial e Técnica em Campos requer novas instalações. Assim, adquire-se terreno no Parque Dom Bosco, onde atualmente se encontram instalados a Reitoria do IF Fluminense e o *campus* Campos-Centro.

A Escola de Aprendizizes Artífices de Campos passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Campos em 1945 e, como as demais, atrela-se às políticas de desenvolvimento, com interesse voltado para o crescimento e consolidação da indústria. Apesar do amparo legal para disponibilizar os cursos técnicos para a sociedade, muitas escolas, como foi o caso da Escola Técnica de Campos, por um tempo, passaram a oferecer, além do ensino primário, o 1º. ciclo do 2º. grau, o que, na verdade, significava cursos industriais básicos.

A promulgação da Lei nº. 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de Ensino Industrial do Ministério de Educação e Cultura e dá outras providências, confere a essas escolas industriais, segundo o art.16, “personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira” e elas passam a ser reconhecidas como Escolas Técnicas Federais.

Esse cenário tem lugar no Governo de Juscelino Kubitschek que, em seu Plano de Metas - 50 anos em 5 -, evidenciava forte incremento para a industrialização do país. Denominadas a partir de então Escolas Técnicas Federais, apresenta-se forte o discurso por parte das instâncias governamentais e dos representantes do Ministério da Educação a favor da ampliação da formação de técnicos como fator crucial a uma aceleração da industrialização.

Como tal, elas intensificaram a formação técnica de segundo ciclo. Em 1966, a Escola Técnica Federal de Campos (ETFC) reestruturou seus currículos na perspectiva de associar teoria à prática, criando os Cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Mecânica de Máquinas e, posteriormente, o Curso Técnico em Estradas. Em 1973, implantou o Curso Técnico em Química voltado para a indústria açucareira, uma das bases da economia da cidade.

Sob a égide da Ditadura Militar de 1964, houve um forte investimento na reforma das escolas técnicas existentes e na construção de novos prédios, na definição dos padrões e, no que concerne à educação técnica, nas habilitações que seriam ofertadas aos jovens estudantes das Escolas Técnicas Federais de todo o Brasil, independente da vocação da região em que estivessem instaladas. Em torno da Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, pôde-se observar o interesse e o encaminhamento do governo militar do período 1964-1984, em relação à proposta de ensino técnico profissional no Brasil, como compulsório no ensino de 2º. grau, obrigatoriedade revogada em 1982 com a Lei nº. 7.044.

Em se tratando das escolas federais, que serviram de motivação para o MEC, seja pela sua função histórica, seja pelo investimento de verbas oriundas do governo federal, o trabalho desenvolvido ganhava cada vez mais credibilidade. Intensificava-se a formação de técnicos, destacando, inclusive, as qualificações de acordo com áreas priorizadas pelo governo com vistas ao desenvolvimento nacional.

No ano de 1974, a ETFC passa a oferecer apenas cursos técnicos em seu currículo oficial e põe fim às antigas oficinas. Neste ano, a Petrobras anuncia a descoberta de campos de petróleo no litoral norte do estado, notícia que mudaria os rumos da região e influenciaria diretamente na história da instituição. A Escola Técnica Federal de Campos, agora mais do que nunca, representa o caminho para o sonho e passa a ser a principal formadora de mão de obra para as empresas que operam na bacia de Campos.

Ressalta-se que a extensão e a distribuição geográfica dessa rede de instituições federais conferem singular possibilidade ao governo brasileiro na execução de

políticas no campo da qualificação de mão de obra. No caso específico da Escola Técnica Federal de Campos, por se localizar geograficamente em uma região menos favorecida e distante da capital, seu perfil sempre esteve mais próximo das iniciativas que estabeleciam sintonia entre educação e mundo do trabalho, com o compromisso de buscar oportunidades significativas de vida para seus alunos, oriundos de camadas populares em uma proporção aproximada de 80% de sua clientela.

A partir desse período, o avanço tecnológico que se evidenciou no mundo da produção gerou outros paradigmas. Descobertas de novos materiais e avanços na microeletrônica e na microbiologia vêm revolucionando todos os aspectos da vida do homem e, conseqüentemente, também do sistema produtivo. O mundo começa a se deparar com uma ameaça crescente de desemprego estrutural, pois as novas tecnologias têm chegado com possibilidade de substituir a mão de obra ou exigido que o trabalhador adquira competências para lidar com a nova realidade numa velocidade antes desconhecida.

A queda vertiginosa dos postos de trabalho, visivelmente observável, motiva, no interior das escolas federais, a necessidade de rever a formação profissional ofertada, pois o *feedback* dos egressos dessas escolas não era mais tão promissor quanto antes no que se referia à sua absorção pelas empresas.

Na região de Campos dos Goytacazes, porém, essa demanda ficou um pouco embaçada pela descoberta e exploração de petróleo em águas campistas. Esse fato, favorável a nossa escola, demandou mão de obra especializada e, enquanto o município de Campos passava a ser polo de exploração de petróleo (anos de 1980), o trabalho educativo parecia ter sentido e gerava pouco questionamento, pois os egressos da formação profissional de nível médio encontravam campo farto de atuação.

Nesse tempo, implantaram-se os Cursos Técnicos de Instrumentação e de Informática e, a seguir, os Cursos Técnicos de Segurança do Trabalho e de Meio Ambiente, dois cursos coerentes com a defesa da preservação da vida humana e do ecossistema, vertente que perpassa todos os níveis de ensino e se constitui em um dos eixos estruturais da proposta institucional.

No governo do então Presidente José Sarney, com o Programa de Expansão do Ensino Técnico (PROTEC) adotado pelo governo, a Escola Técnica Federal de Campos ganha a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada em 1993, em Macaé - UNED Macaé -, que contou com verba da Petrobras para a construção do prédio e com a doação do terreno pela Prefeitura Municipal de Macaé. Os primeiros cursos implantados vieram com o objetivo precípua de capacitar profissionais para o trabalho nas plataformas de petróleo.

Em finais dos anos noventa, a realidade mudara significativamente. A obsolescência dos cursos passara a preocupar tanto as escolas quanto o governo, e a Escola Técnica Federal de Campos fez-se membro ativo no movimento por uma reformulação curricular que, de fato, pudesse responder às exigências da modernidade.

Como partícipe da rede de escolas, a Instituição empenhou-se, mediante discussões internas, na construção de uma proposta curricular mais coerente com a realidade do mundo tecnologizado, sem perder de vista a concepção de educação que concebia a formação humanística, científica e tecnológica, com ângulos convergentes e formadores do cidadão trabalhador, aliada a um trabalho educativo voltado para o desenvolvimento local e regional.

Em 1996, alguns fatos de extrema relevância na educação tecnológica, tais como, a reforma do ensino resultante da nova lei de diretrizes e bases, a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, toda a legislação posterior referente à reforma do ensino técnico e a transformação de Escola Técnica em Centro Federal de Educação Tecnológica, em 18 de dezembro de 1999, resultaram num crescimento de possibilidades para a Instituição no sentido de atuar com maior autonomia e nos mais diferentes níveis de formação.

No segundo semestre de 1998, a Escola implanta o seu primeiro Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados posteriormente denominado Informática. A partir de seu reconhecimento pelo MEC, o curso passa a ser denominado Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Software e mais recentemente (2006) Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Estava assegurado à Instituição o direito de atuar nos Cursos Superiores de Tecnologia. Implantam-se assim, a partir de 2000, com o perfil da indústria, os Cursos Superiores de Tecnologia em: (a) Automação Industrial (2000); (b) Gerência de Manutenção Industrial (2000), que, em 2005, quando do reconhecimento, passa a denominar-se Curso Superior de Tecnologia em Manutenção Industrial; (c) Petróleo e Gás (2001), na Unidade de Ensino Descentralizada de Macaé; (d) Sistemas Elétricos (2002).

Enfatiza-se que outros Cursos Superiores de Tecnologia como Telecomunicações, Design Gráfico e Produção Agrícola também foram implantados.

Com a publicação do Decreto nº. 3.462/2000, a Instituição recebe permissão de implantar Cursos de Licenciatura preferencialmente em áreas de conhecimento em que a tecnologia tivesse uma participação decisiva.

Em se tratando de nossa região, que apresentava um *déficit* enorme de profissionais nessas áreas, a Instituição optou pelos cursos de formação de professores. Assim, em 2000, criou-se o Curso de Ciências da Natureza - Licenciatura em Biologia ou Física ou Química. No ano seguinte, implantam-se as Licenciaturas em Matemática e Geografia.

Em 2003, o Cefet Campos começa a oferecer, gratuitamente, à comunidade cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, a saber: (a) Produção e Sistemas; (b) Literatura, Memória Cultural e Sociedade; (c) Educação Ambiental.

Em 2004, os Decretos 5.224 e 5.225, assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicados em D.O.U. em 04 de outubro de 2004, referendam

o Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos como uma instituição de ensino superior, equiparando-o a Centro Universitário.

O diálogo do Cefet Campos com os municípios próximos, fruto do fortalecimento de sua política de interiorização e de participação no desenvolvimento regional, se intensificara. Ações concretas têm início e começam a surgir os Núcleos Avançados em parceria com as prefeituras dos municípios de Arraial do Cabo, Quissamá, São João da Barra e Rio das Ostras.

A partir de 2005, implantam-se os Cursos de (a) Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Industrial (2005), em Campos dos Goytacazes e em Macaé no ano de 2006; (b) Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissionalizante em Engenharia Ambiental (2006), em Campos dos Goytacazes e Macaé.

Ainda em 2005, inicia-se uma proposta de curso técnico integrado para jovens e adultos, especificamente para aqueles que não conseguiram construir sua trajetória profissional na idade própria firmada em lei - o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

A implementação do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, a adesão do Cefet Campos ao Proeja e a criação de novos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* marcaram o ano de 2006. Nesse mesmo ano, inicia-se a construção da Unidade de Ensino Descentralizada, no distrito de Guarus, distante da sede apenas cinco quilômetros, mas mergulhada numa realidade de vulnerabilidade social. A referida unidade representa a opção política da instituição pelos menos favorecidos e a decisão de democratizar o conhecimento e transformar a realidade local.

Com a ampliação das ações extensionistas, no ano de 2006, uma Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA) foi criada no município de Campos dos Goytacazes na BR-356 Campos-São João da Barra à margem do rio Paraíba do Sul.

As ações desenvolvidas na UPEA objetivam não só a realização de pesquisas nos ecossistemas existentes na área de abrangência do IF Fluminense, como também o desenvolvimento e a difusão das tecnologias, por meio da extensão, voltadas principalmente para micro e pequenos produtores da região com perfil de Agricultura Familiar (AF). Mais que uma unidade de pesquisa, a UPEA se apresenta como um espaço compartilhado com o objetivo de agregar diferentes instituições e projetos voltados para as questões ambientais, concorrendo assim para o desenvolvimento local e regional.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, implantado pelo governo em 2006, fortaleceu a luta da Instituição em favor da região e o diálogo com os governos locais possibilitou a conquista de mais duas unidades de ensino: um na mesorregião Baixadas, com sede na cidade-polo Cabo Frio e outro na mesorregião Noroeste, cidade-polo Itaperuna. Os critérios utilizados pelo Governo Federal para definição dos locais dessas novas unidades reforçam e consolidam a

decisão já adotada pelo Cefet Campos de promover ações para o desenvolvimento humano sustentável da região.

No ano de 2008, o então Cefet Campos implantou o Curso de Graduação - Bacharelado em Sistemas de Informação - na unidade sede Campos dos Goytacazes.

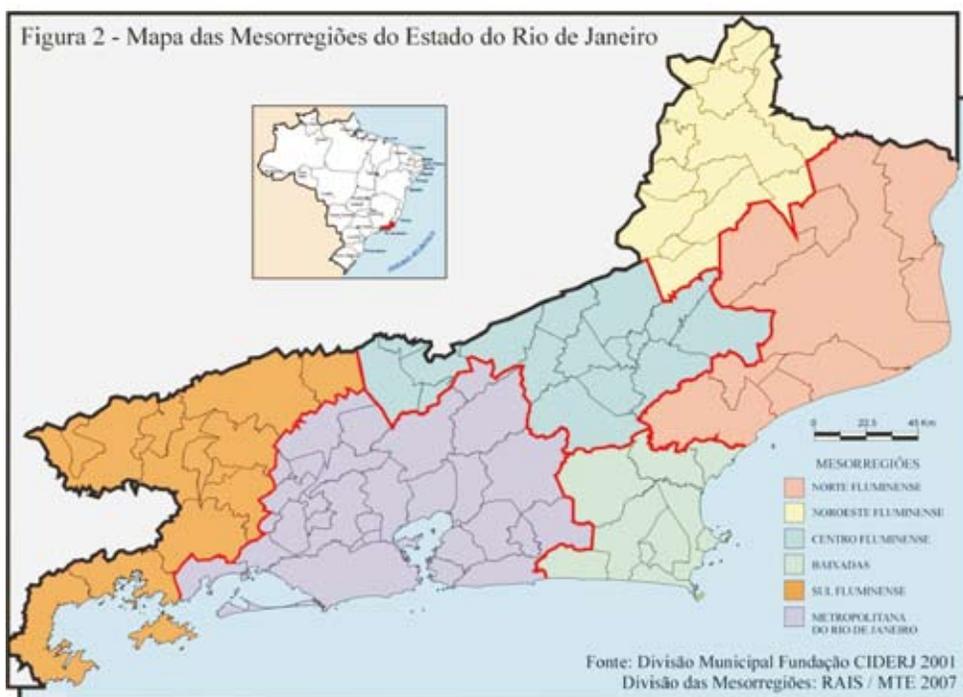
O compromisso social e a responsabilidade com que assume suas ações traduzem a concepção de um projeto que o fortalece como instituição de educação profissional e tecnológica, que busca potencializar o indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos, a partir de uma prática interativa e postura crítica diante da realidade.

Sempre dialogando com a sociedade e sem jamais desprezar a sua principal vocação de instituição de formação profissional, o Cefet Campos já atuava em níveis diferenciados de ensino: na Educação Básica (Ensino Médio), EJA (Fundamental e Médio), Proeja (Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Jovens e Adultos), na Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, na Educação Profissional e Tecnológica, no Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação) e na Pesquisa e Extensão. Seu *quefazer* pedagógico sempre se traduziu por um convite permanente à reflexão sobre uma pedagogia da inclusão e pelo estabelecimento de um diálogo com a realidade.

No processo de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, o governo federal, por meio da Lei n°. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, publicada no D.O.U. de 30 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

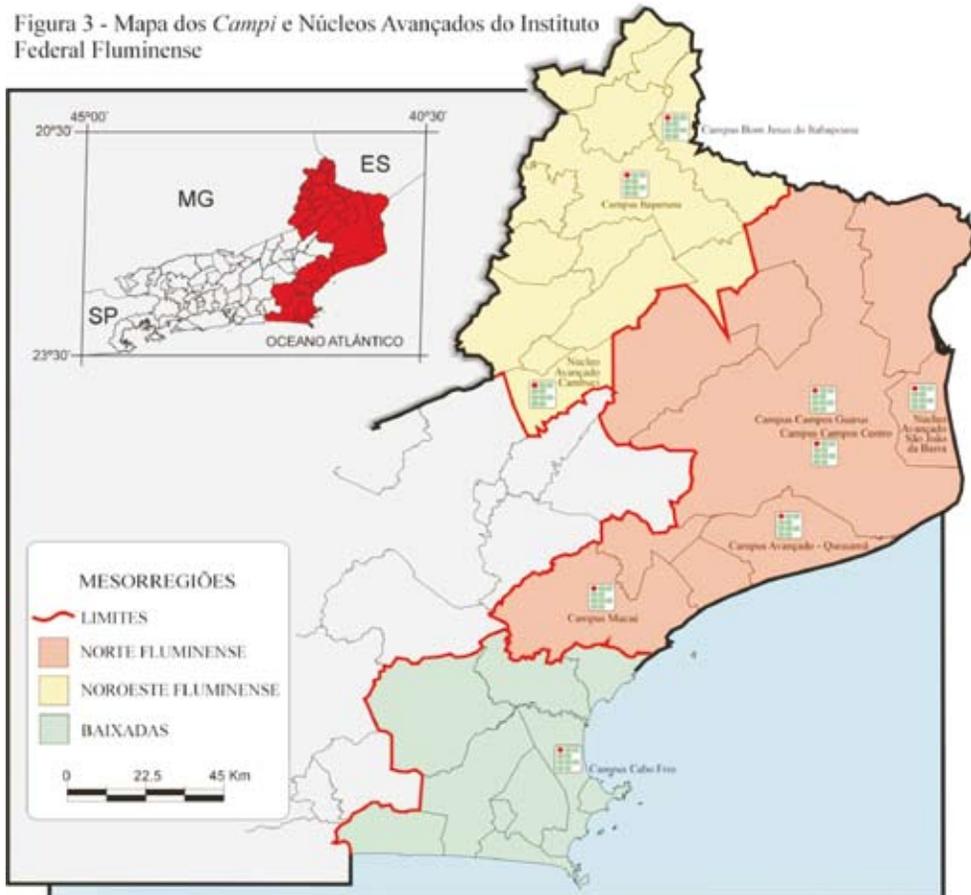
O novo desenho (Figura 2), em 2009, traz outra dimensão ao trabalho institucional: tornávamo-nos assim um sistema que integra seis *campi*: (a) na mesorregião Norte Fluminense, três *campi*: Campos-Centro e Campos-Guarus, no município de Campos dos Goytacazes, e Macaé no município de Macaé; (b) na mesorregião Baixadas, o *campus* Cabo Frio (região dos Lagos); (c) na mesorregião Noroeste Fluminense, os *campi* Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna.

Em fevereiro de 2010, implanta-se, na mesorregião Norte Fluminense, o sétimo *campus* denominado *campus* Avançado Quissamã.



Destarte, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, ao se transformar em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, procurou, mediante um debate coletivo com representação de todos os *campi* e núcleos avançados (Figura 3), estabelecer um referencial teórico para essa nova institucionalidade definindo, no documento intitulado “Carta de Cabo Frio”, a base científica para essa nova forma de intervenção na sua área de abrangência local e regional.

Figura 3 - Mapa dos *Campi* e Núcleos Avançados do Instituto Federal Fluminense



A transformação em IF Fluminense representa mais que a mera expansão quantitativa espacial e de políticas públicas. Assim sendo, entende-se que essa reconfiguração requer uma mudança de paradigma: transformar a simples união das unidades isoladas em um todo, em sinergia. Essa configuração impõe desafios que dizem respeito a uma nova forma de tratar sistemas complexos, extremamente entrópicos, que exigem um incremento crescente de energia no processo de organização, em que o coletivo é resultado das partes em ação. Em outras palavras, não se consegue entender e organizar um sistema a partir de uma análise isolada de suas unidades e da mera montagem do seu desenho. Há que se entender os fluxos de informação e as trocas que permeiam e circulam por essa rede, na perspectiva de se construir um pensamento sistêmico (CAPRA, Fritjof, 2004).

De Aprendizizes Artífices a Cefet Campos, foram muitas as conquistas e cada uma delas nos impulsiona a abandonar velhas crenças e práticas e a assumir novos valores e desafios. Basta refletir a trajetória histórica dessa instituição para ratificar o quanto se cresceu institucional e individualmente na coletividade. Cada uma das conquistas é o resultado da produção coletiva crescente dos servidores, que

possibilita o crescimento do aluno e da produção social e econômica da região de sua abrangência.

Ao longo do tempo, as mudanças promovidas consolidaram o IF Fluminense. Ressaltam-se as diversas transformações, a saber: de Aprendizizes Artífices para Escola Técnica Industrial; de Escola Técnica Industrial para Escola Técnica Federal; de Escola Técnica Federal para Centro Federal de Educação Tecnológica e de Centro Federal de Educação Tecnológica para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Hoje, o desafio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, instituição de educação superior, básica e profissional, consiste em construir um sistema pluricurricular e *multicampi*, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes cursos ofertados, a saber:

- Ensino Médio
- Cursos Técnicos de Nível Médio
- Cursos Superiores de Tecnologia
 - Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design
 - Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais
 - Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação
- Licenciaturas
- Bacharelados
- Pós-Graduação *Lato Sensu*
- Pós-Graduação *Stricto Sensu*,

com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, que represente a consolidação de um projeto institucional fundamentado no trabalho coletivo e cooperativo.

1.3. Inserção Regional

A localização no Norte do Estado do Rio de Janeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense) não é ocasional. Essa instituição, se por injunções políticas foi implantada na cidade de Campos dos Goytacazes, também o foi pela importância da cidade, à época para o Norte-Noroeste Fluminense, devido ao crescimento demonstrado pelo cultivo da cana-de-açúcar, portanto, pela sua posição estratégica diante dos grandes centros e dos centros menores. Isso acabou concorrendo para que o município de Campos dos Goytacazes funcionasse como uma espécie de polo para a região.

Atualmente, sua principal fonte de riqueza não é mais representada pela agricultura, mas pela extração e produção do petróleo de seu litoral, mineral responsável por mais de 80% da produção nacional. Entretanto, nas suas terras, a monocultura de cana-de-açúcar ainda é um determinante econômico-social,

que faz nascer uma outra face de pobreza, sazonalidade de mão de obra e lento desenvolvimento industrial.

Campos dos Goytacazes polariza uma região que compreende municípios, identificados nos estudos de mercado, considerando a classificação das micro e mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro e municípios de estados vizinhos como Espírito Santo (município de Cachoeiro do Itapemirim), além das regiões ligadas a Cataguases e Muriaé, no Estado de Minas Gerais, na fronteira com o Estado do Rio de Janeiro, segundo classificação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Entretanto o critério adotado para a abordagem referente à área de abrangência para a atuação do IF Fluminense restringe-o a três mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro que totalizam 32 municípios. Por esse critério, consideram-se as semelhanças econômico-sociais que aproximam os municípios do Norte dos demais integrantes do Noroeste Fluminense e da mesorregião Baixadas.

O IF Fluminense ganha a conformação de uma estrutura robusta, com um *campus* em cada uma das cidades-polo das meso e microrregiões de sua área de abrangência, além de Núcleos Avançados em outros municípios próximos. Se de um lado, a localização das instituições de ensino, coerente com o crescimento das cidades, parece um critério “engessado”, há de se considerar a previsão imprecisa dos fenômenos sociais que transformam a realidade, e isto faz acreditar que outros municípios que apresentem crescimento favorável ou surpreendente (o município de Rio das Ostras na mesorregião Baixadas, Estado do Rio de Janeiro, é um deles) possam fazer jus a uma instituição de formação profissional e tecnológica deste porte.

As figuras 4 e 5, a seguir apresentadas, trazem a identificação das meso e microrregiões do Estado do Rio de Janeiro e, a partir dessa divisão, percebe-se a área de abrangência do IF Fluminense, considerando-se todos os *campi*: Campos-Centro, Campos-Guarus, Macaé, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Cabo Frio, bem como o *campus* Avançado Quissamã e os Núcleos Avançados de São João da Barra e Cambuci.

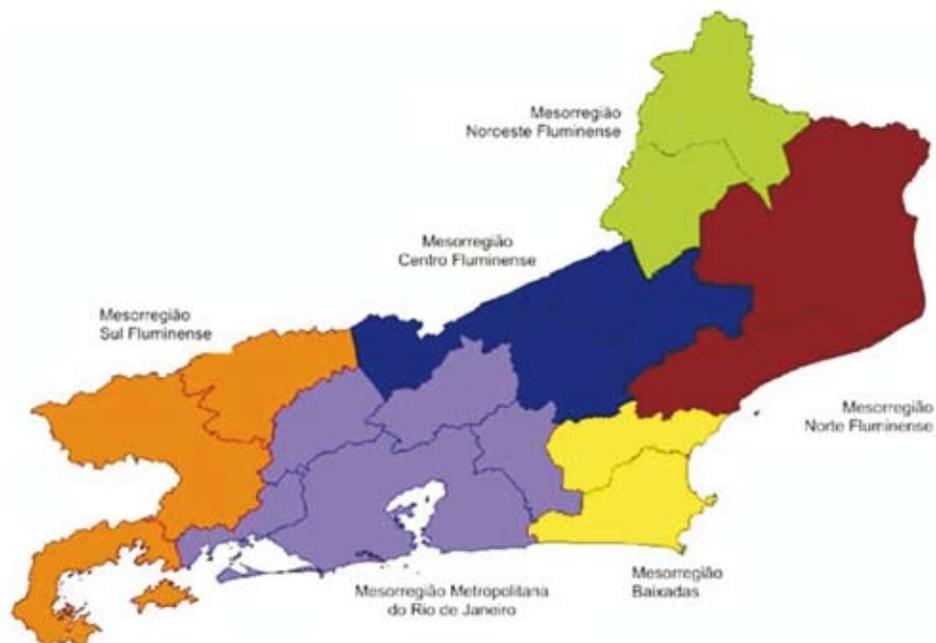


Figura 4 - Mapa com as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro proposto pelo MTE.
Fonte: RAIS/MTE (2007).

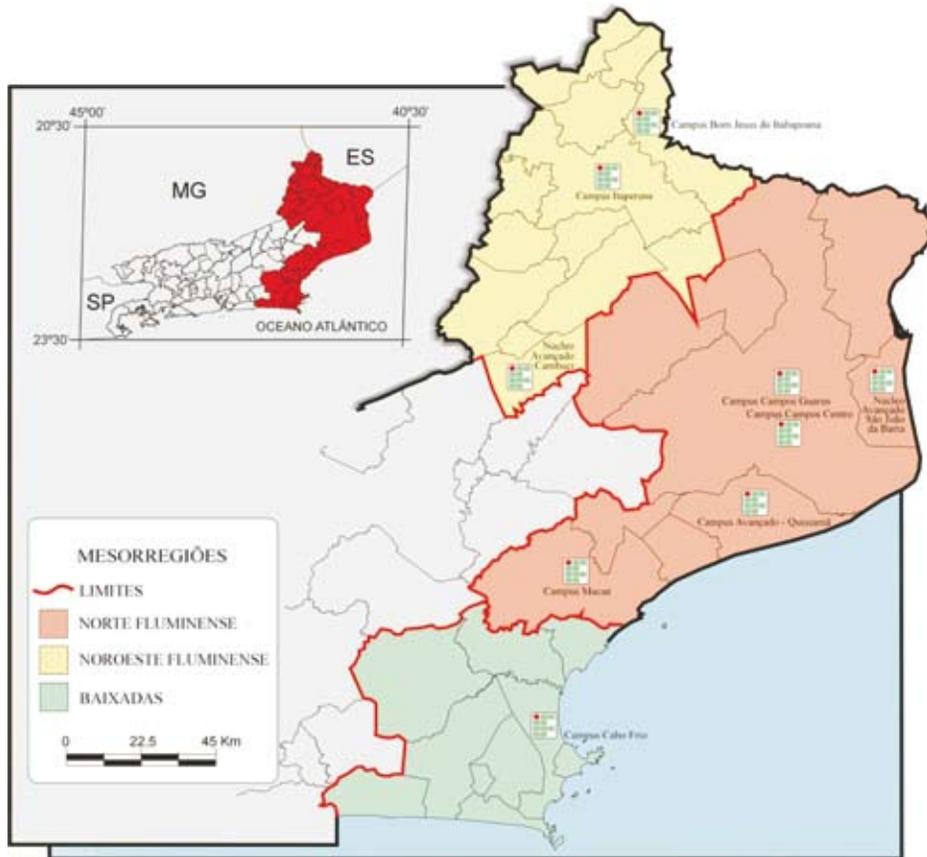


Figura 5: Mapa com as Microrregiões do Estado Rio de Janeiro e respectivos *Campi* e Núcleos Avançados do IF Fluminense.

1.3.1. Retrato do Mercado de Trabalho nas Áreas de Influência do IF Fluminense

Como abordagem introdutória para a análise do mercado de trabalho, na área de influência do IF Fluminense, procurou-se realizar um estudo comparativo, ainda que sintético, de três dimensões básicas desse mercado, a saber: a estrutura setorial do emprego, o nível educacional da mão de obra empregada e a estrutura dos rendimentos em faixas salariais, dimensões relativas somente ao mercado formal de trabalho, posto que estão baseadas nas informações dos Relatórios Anuais de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Sendo uma análise comparativa, o estudo toma como recorte regional as mesorregiões geográficas do IBGE, cuja conformação está descrita anteriormente, ressaltando que, na mesorregião Norte Fluminense, localizam-se o *campus* Campos-Centro, o *campus* Campos-Guarus, o *campus* Macaé, o *campus* Avançado Quissamá e o Núcleo Avançado de São João da Barra; na mesorregião Noroeste encontram-se o *campus* Itaperuna e o *campus* Bom Jesus do Itabapoana; na mesorregião Baixadas, o *campus* Cabo Frio.

1.3.2. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Para a análise em pauta, vale ressaltar as diferenças regionais mais marcantes quanto ao aspecto do desenvolvimento socioeconômico das unidades territoriais que estarão sendo confrontadas. Isso porque o mercado de trabalho não pode ser visto como dimensão estanque do nível de desenvolvimento da sociedade que o abarca. Rigorosamente, o mercado de trabalho é, a um só tempo, reflexo e condicionante do próprio nível de desenvolvimento da sociedade que o conforma, justificando assim esta investigação inicial acerca da evolução recente e o retrato atual do IDH das mesorregiões em análise, conforme Tabela 1.

O IDH das mesorregiões resulta da média ponderada, pela população, dos IDH dos municípios que as conformam.

Tabela 1 - IDH das Mesorregiões e do Estado do Rio de Janeiro.

Mesorregiões e Estado	1991	2000
1. Baixadas	0,69	0,78
2. Centro Fluminense	0,71	0,78
3. Metropolitana do Rio de Janeiro	0,76	0,81
4. Noroeste Fluminense	0,68	0,75
5. Norte Fluminense	0,69	0,75
6. Sul Fluminense	0,74	0,80
7. Estado do Rio de Janeiro	0,75	0,80

Fonte: Elaboração do IF Fluminense, a partir do CIDE/RJ (<www.cide.rj.gov.br>).

O IDH sintetiza três dimensões do nível de vida (ou bem estar) da sociedade: a saúde (medida pela esperança de vida ao nascer), a educação (medida pela taxa de frequência escolar, pela taxa de analfabetismo e pela média de anos de estudo da população adulta) e a renda (medida pela renda familiar per capita). Contudo, neste exercício exploratório, o IDH não será desagregado, o que pode encobrir questões relevantes.

Pela análise da Tabela 1, pode ser plausível defender que as mesorregiões do Norte e do Noroeste Fluminenses estão cerca de “uma década atrasada”, quando comparadas com a média do Estado. Esse “atraso” está patenteadado pelo fato de, somente em 2000, o Norte e o Noroeste alcançarem níveis de desenvolvimento humano equivalentes àqueles vigentes para o Estado em 1991.

Já a mesorregião Baixadas, embora em 1991 convivesse com níveis de desenvolvimento dos mais baixos do Estado, consegue, em 2000, saltar para níveis mais próximos da média estadual, sendo superada apenas pelas mesorregiões Metropolitana e Sul Fluminense.

Esse quadro de defasagem dos Índices de Desenvolvimento Humano para o Norte e Noroeste do Estado aponta para a oportunidade de reforço da rede de educação profissional nessas regiões, uma vez que essa tem efeito direto e indireto sobre a qualidade de vida da população.

1.3.3. Estrutura Setorial do Emprego

A análise espacial da estrutura do mercado de trabalho no Estado do Rio de Janeiro (Gráficos 1 e 2 e Tabela 2) evidencia:

- o maior peso relativo das atividades do setor primário nas regiões Noroeste (6,8%) e Norte Fluminense (4,5%), muito superior à média estadual (0,9%); a importância destacada da Construção Civil no Norte Fluminense (7,7%), quando esse setor não chega a ocupar 4,0% do pessoal ocupado com carteira ao nível estadual;
- o perfil pouco industrial da mesorregião Baixadas (6,3%), compensado por sua maior especialização no comércio (24,5%) e serviços (61,9%).

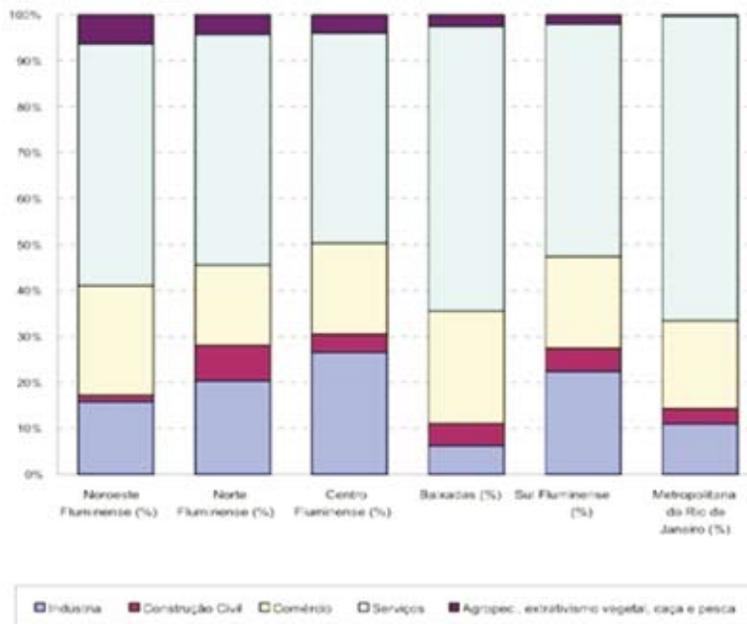


Gráfico 1 - Estrutura Setorial do Emprego Formal segundo os Grandes Setores de atividade Econômica do IBGE (2005).

Fonte: RAIS (MTE).

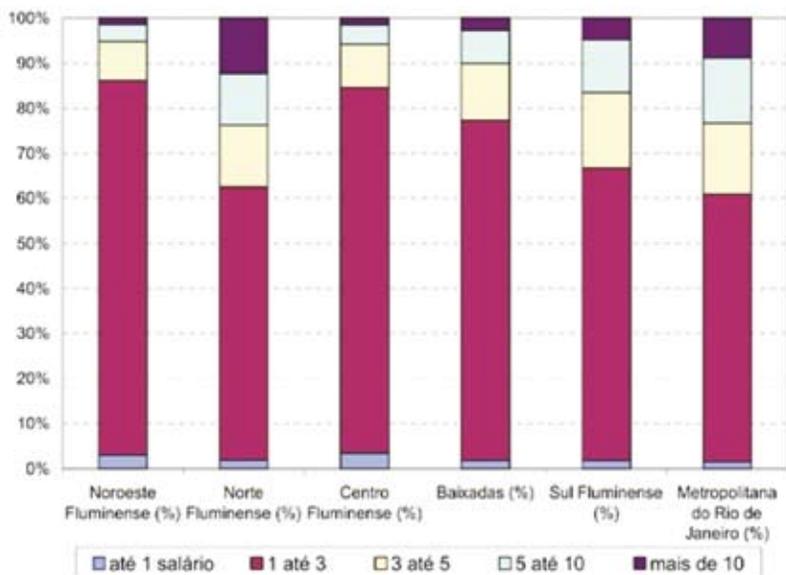


Gráfico 2 - Estrutura Setorial do Emprego Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005).

Fonte: RAIS (MTE).

Tabela 2 - Estrutura Setorial do Emprego Formal segundo os Grandes Setores de Atividade Econômica do IBGE e as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005).

Mesorregiões e estado	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecu., extr. vegetal, caça e pesca	Total
Noroeste Fluminense	6.414	542	9.627	21.238	2.561	40.382
Noroeste Fluminense (%)	15,9%	1,3%	23,8%	52,6%	6,3%	100,0%
Norte Fluminense	33.840	12.726	28.999	83.116	7.093	165.774
Norte Fluminense (%)	20,4%	7,7%	17,5%	50,1%	4,3%	100,0%
Centro Fluminense	24.968	3.693	18.607	42.889	3.760	93.917
Centro Fluminense (%)	26,6%	3,9%	19,8%	45,7%	4,0%	100,0%
Baixas	5.275	4.060	20.661	52.250	2.122	84.368
Baixas (%)	6,3%	4,8%	24,5%	61,9%	2,5%	100,0%
Sul Fluminense	42.883	9.596	38.114	96.722	3.818	191.133
Sul Fluminense (%)	22,4%	5,0%	19,9%	50,6%	2,0%	100,0%
Metropolitana do Rio de Janeiro	289.141	85.491	499.802	1.732.843	8.933	2.616.210
Metropolitana do Rio de Janeiro (%)	11,1%	3,3%	19,1%	66,2%	0,3%	100,0%
Estado do Rio de Janeiro	402.521	116.108	615.810	2.029.058	28.287	3.191.784
Estado do Rio de Janeiro (%)	12,6%	3,6%	19,3%	63,6%	0,9%	100,0%

Fonte: RAIS (MTE).

São aproximadamente 290 mil trabalhadores contratados nas mesorregiões Noroeste, Norte e Baixadas, ou cerca de apenas 9% da mão de obra formalmente ocupada no Estado, o que indica a presença de grande desafio para um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado no Estado, para o qual o fortalecimento das unidades interioranas do IF Fluminense terá notória importância.

1.3.4. Nível Educacional da Mão de Obra Formalmente Ocupada

A análise do grau de instrução da mão de obra formalmente empregada no Estado do Rio de Janeiro ilustra (Gráfico 3 e Tabela 3) uma representação desafiadora para as políticas de qualificação profissional, pois o mercado de trabalho formal ainda absorve cerca de 14 mil analfabetos, sendo possível imaginar ser esse contingente muito maior entre os ocupados informalmente.

Talvez por sua condição de fronteira de trabalho, a mesorregião das Baixadas, onde se localiza a Região dos Lagos, é marcada por um crescimento populacional notório nos últimos anos e absorve, de forma destacada, uma maior proporção de analfabetos (1,2%), quando comparada com a média estadual (0,4%), realçando a importância de políticas educacionais inclusivas, como, por exemplo, a experiência do programa de Educação para Jovens e Adultos.

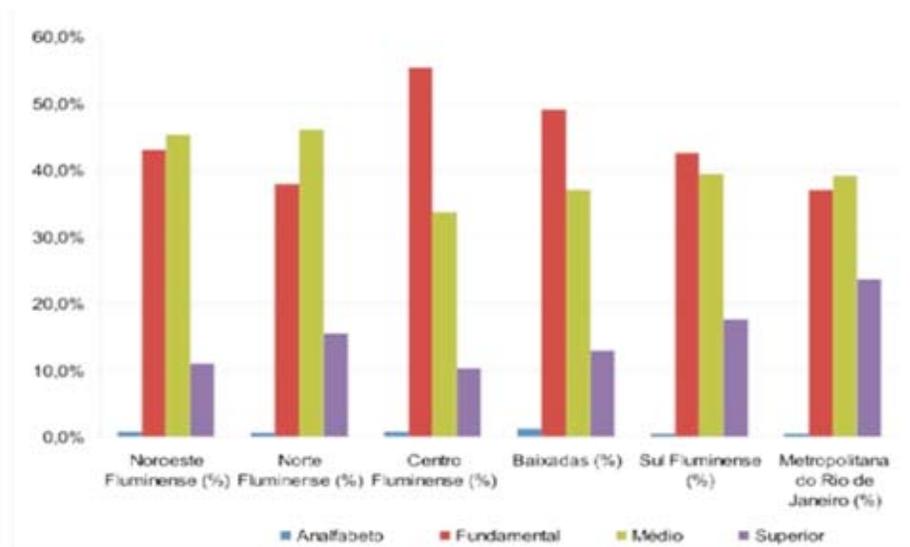


Gráfico 3 - Grau de Instrução do Pessoal Ocupado no Setor Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005).

Fonte: RAIS (MTE).

Na outra ponta educacional, vale ressaltar que as três mesorregiões na área de influência do IF Fluminense, considerando todos os *campi*, possuem uma menor participação relativa do contingente de profissionais de nível superior, com destaque negativo para o Noroeste, onde apenas 11,0% do pessoal ocupado possuem nível superior, enquanto a média estadual é de 22,0%, puxada pela mesorregião Metropolitana (23,6%). Nesse sentido, o *campus* Itaperuna parece ter importante missão no processo de qualificação profissional daquela região.

Tabela 3 - Grau de Instrução do Pessoal Ocupado no setor Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005).

Mesorregião e estado	Analfabeto	Fundamental	Médio	Superior	Total
Noroeste Fluminense	321	17.351	18.278	4.432	40.382
Noroeste Fluminense (%)	0,8%	43,0%	45,3%	11,0%	100,0%
Norte Fluminense	1.107	62.895	76.190	25.582	165.774
Norte Fluminense (%)	0,7%	37,9%	46,0%	15,4%	100,0%
Centro Fluminense	753	52.011	31.609	9.544	93.917
Centro Fluminense (%)	0,8%	55,4%	33,7%	10,2%	100,0%
Baixadas	1.029	41.305	31.175	10.859	84.368
Baixadas (%)	1,2%	49,0%	37,0%	12,9%	100,0%
Sul Fluminense	796	81.383	75.395	33.559	191.133
Sul Fluminense (%)	0,4%	42,6%	39,4%	17,6%	100,0%
Metropolitana do Rio de Janeiro	10.039	967.589	1.021.957	616.625	2.616.210
Metropolitana do Rio de Janeiro (%)	0,4%	37,0%	39,1%	23,6%	100,0%
Estado do Rio	14.045	1.222.534	1.254.604	700.601	3.191.784
Estado do Rio (%)	0,4%	38,3%	39,3%	22,0%	100,0%

Fonte: RAIS (MTE).

1.3.5. Estrutura dos Rendimentos da Mão de Obra Formalmente Ocupada

É fácil verificar, de acordo com Gráfico 4 e a Tabela 4, que existe grande heterogeneidade na estrutura dos rendimentos das mesorregiões Fluminenses. O destaque negativo, reforçando a análise do nível educacional, novamente é ocupado pela região Noroeste, onde cerca de 86% da mão de obra têm rendimentos de até 3 (três) salários mínimos, o que deve ressaltar a importância da educação profissional naquela região. Não sendo muito diferente o quadro para a região das Baixadas, onde a primazia do setor serviços não conseguiu imprimir uma estrutura salarial mais equânime.

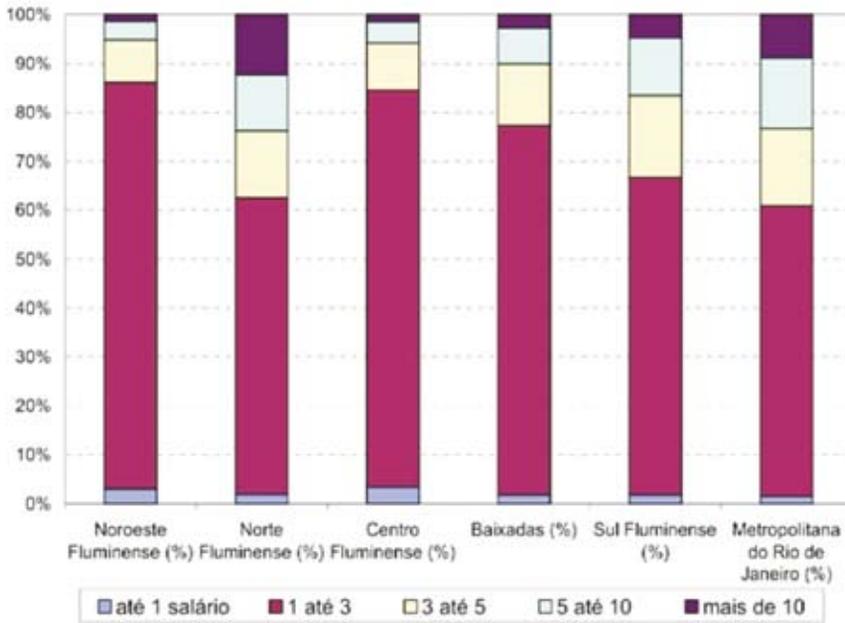


Gráfico 4 - Faixa de Rendimento do Pessoal Ocupado no Setor Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005).

Fonte: RAIS (MTE).

Já a região Norte Fluminense, em virtude do adensamento da cadeia produtiva do petróleo ancorada em Macaé, é aquela que possui maior percentual de profissionais com rendimentos superiores a 10 (dez) salários mínimos (12,4%), superando largamente a média estadual (8,3%), sustentada pela Região Metropolitana (8,8%). Estender espacialmente essas externalidades positivas da cadeia do petróleo parece ser outro importante desafio para o setor educacional, sem, contudo, perder de vista o aspecto finito dessa atividade extrativista que aponta como política responsável para a região a ampliação da diversificação produtiva.

Tabela 4 - Faixa de Rendimento do Pessoal Ocupado no Setor Formal segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (2005).

Mesorregiões e estado	até 1 salário	1 até 3 salários	3 até 5 salários	5 até 10 salários	mais 10 salários	Total
Noroeste Fluminense	1.205	33.404	3.466	1.526	564	40.165
Noroeste Fluminense (%)	3,0%	83,2%	8,6%	3,8%	1,4%	100,0%
Norte Fluminense	3.058	99.604	22.696	18.670	20.300	164.328
Norte Fluminense (%)	1,9%	60,6%	13,8%	11,4%	12,4%	100,0%
Centro Fluminense	3.139	75.685	8.910	4.065	1.376	93.175
Centro Fluminense (%)	3,4%	81,2%	9,6%	4,4%	1,5%	100,0%
Baixadas	1.522	63.397	10.668	6.141	2.262	83.990
Baixadas (%)	1,8%	75,5%	12,7%	7,3%	2,7%	100,0%
Sul Fluminense	3.417	123.210	31.842	22.234	9.200	189.903
Sul Fluminense (%)	1,8%	64,9%	16,8%	11,7%	4,8%	100,0%
Metropolitana do Rio de Janeiro	39.135	1.543.084	409.352	377.062	228.799	2.597.432
Metropolitana do Rio de Janeiro (%)	1,5%	59,4%	15,8%	14,5%	8,8%	100,0%
Estado do Rio	51.476	1.938.384	486.934	429.698	262.501	3.168.993
Estado do Rio (%)	1,6%	61,2%	15,4%	13,6%	8,3%	100,0%

Fonte: RAIS (MTE).

1.3.6. Mesorregião Norte Fluminense

A mesorregião Norte Fluminense, formada pelas microrregiões de Campos dos Goytacazes e de Macaé, cujos principais municípios levam o mesmo nome das microrregiões, apresenta como principais setores empregadores: Administração Pública Direta e Autárquica, Comércio Varejista, Comércio, Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos, Extrativo Mineral, Construção Civil, dentre outros (Gráfico 5).

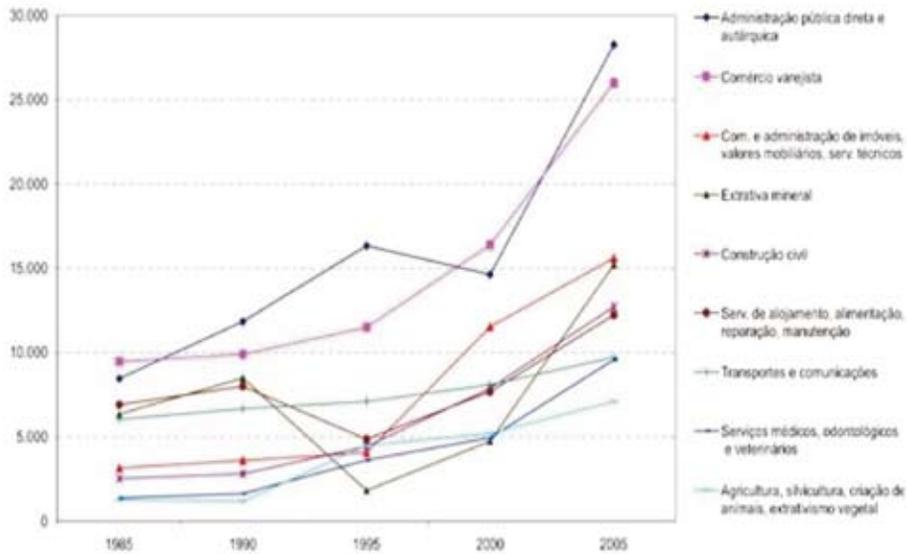


Gráfico 5 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Os setores listados no Gráfico 5 representam mais de 80% dos empregos formais da mesorregião Norte Fluminense. Da análise da evolução do estoque de empregos nesses setores, a partir de 1985, observa-se o drástico crescimento de 234,2% do setor da Administração Pública Direta e Autárquica de 2005 em relação a 1985, principalmente a partir do ano 2000, com impactos diretos no Comércio Varejista que cresceu 174,5% no período analisado.

Também merece destaque o crescimento dos setores Comércio, Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos e Construção Civil, fortemente influenciado pelo setor Extrativo Mineral, a partir da segunda metade da década de 1990.

Britto (2004), em seu trabalho “Arranjos Produtivos Locais - Perfil das Concentrações das Atividades Econômicas no Estado do Rio de Janeiro” para o Sebrae, considera a extração de petróleo e gás natural em Macaé como o mais importante Arranjo Produtivo Local (APL) do Estado com um Quociente Locacional de Emprego / Índice de Especialização (QLe) de 261,41. As características principais são: presença da Petrobras como empresa-âncora, extensa malha de fornecedores de componentes e prestadores de serviços e ampla articulação local - a Rede Petro-BC¹.

¹ Criada em outubro de 2003, a Rede Petro-BC é uma organização que está sempre atenta ao competitivo mercado do setor de petróleo e gás. A criação da Rede foi conduzida pela Prefeitura de Macaé, pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro (Sebrae/RJ) e por um grupo de empresários. Objetiva concentrar esforços na promoção de negócios e acesso às modernas capacitações em níveis gerencial e tecno-profissional.

Cabe explicar que a queda dos empregos no setor extrativo mineral na primeira metade da década de 1990 é bastante influenciada pela reestruturação organizacional e produtiva. Nos períodos seguintes, o crescimento dos empregos no setor é explicado pelos vultosos investimentos e esforços da Petrobras nas atividades de Exploração e Produção e pela entrada de diversas empresas estrangeiras no setor.

No Gráfico 6 observa-se a longa decadência da Indústria de produtos alimentícios, bebida e álcool etílico até os anos 2000, fruto da decadência da indústria sucroalcooleira na região, mas com forte recuperação a partir dessa época.

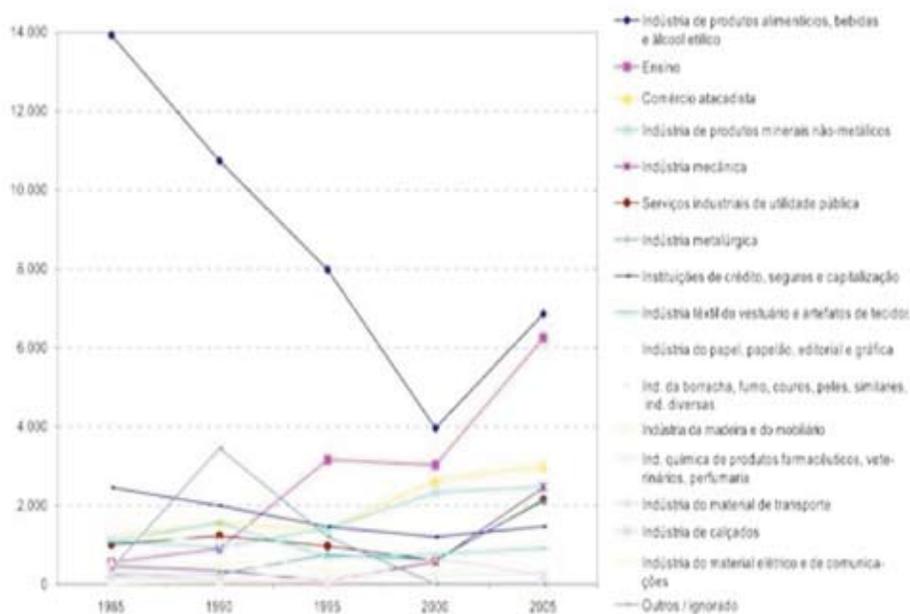


Gráfico 6 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Apesar da decadência do setor, Britto (2004) considera-o como uma “concentração de atividade agroindustrial” no município de Campos dos Goytacazes. As perspectivas para o setor são muito boas, principalmente em função da crescente importância do etanol como combustível alternativo aos derivados do petróleo.

Também a partir dos anos 2000, observa-se o forte crescimento do setor de Ensino, resultado da consolidação de Campos dos Goytacazes e Macaé como polos de ensino, inclusive ensino superior, na região.

No que se refere, especificamente, aos setores industriais da mesorregião Norte Fluminense, apesar de sua pouca expressividade no estoque total de empregos formais, cabe destacar o crescimento da Indústria de produtos minerais não metálicos, melhor representada pela indústria de cerâmica vermelha de Campos dos Goytacazes, demonstrada no Gráfico 7.

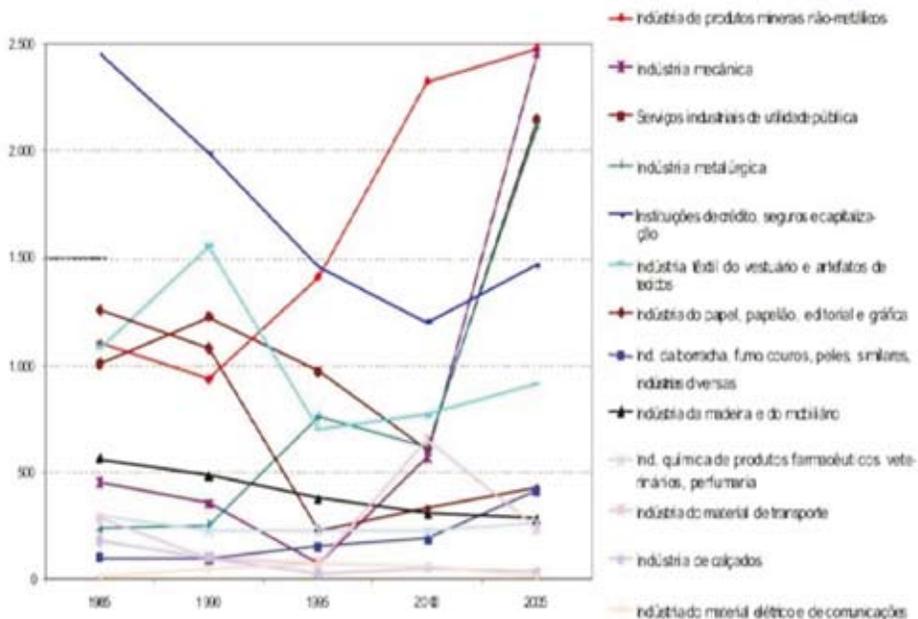


Gráfico 7 - Evolução do Emprego Formal nos Setores Industriais na Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Britto (2004) considera essa atividade como um APL em Campos dos Goytacazes, com um QLe de 11,05, cujas características principais são: predomínio de micro e pequenas empresas, necessidade de incremento de ciência e qualidade dos produtos, e importância das instituições de apoio ao desenvolvimento local (Cefet Campos, Sebrae, Senai e outros) para a capacitação tecnológica dos produtores.

1.3.6.1. Microrregião de Campos dos Goytacazes

No que se refere à microrregião de Campos dos Goytacazes, após os maiores empregadores que são: Administração Pública Direta e Autárquica e Comércio Varejista, aparece o setor de Serviços médicos, odontológicos e

veterinários, que comprova a indicação de Britto (2005) de que Campos sedia uma concentração da atividade “Serviços Médicos”, explicitado no Gráfico 8.

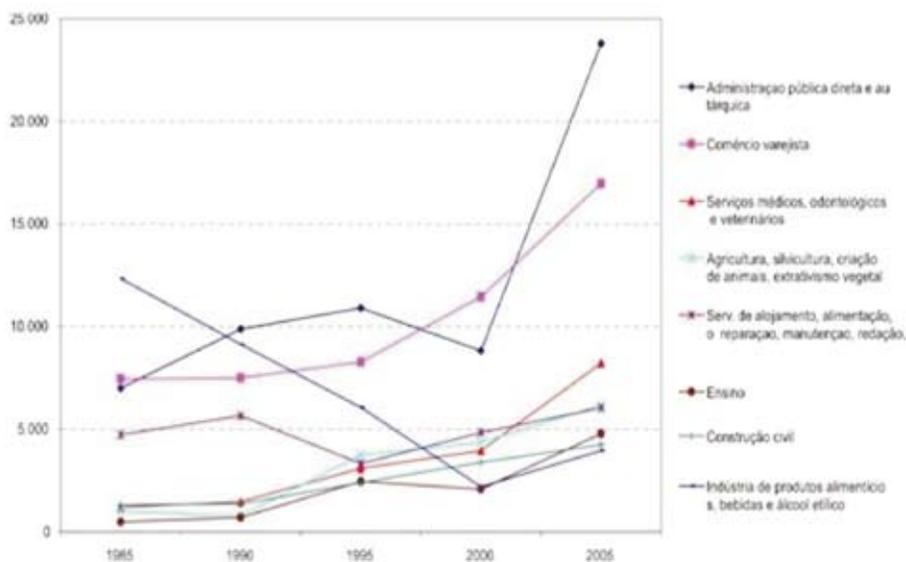


Gráfico 8 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores na Microrregião de Campos dos Goytacazes (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Os dados analisados para os demais setores (aqueles que absorvem 20% dos empregos conforme Gráfico apresentado *a posteriori*), e, mais especificamente, para os setores industriais, indicam que, até aproximadamente 2008, o município de Campos dos Goytacazes não apresenta vocação para a indústria (Gráfico 9). À exceção da indústria de cerâmica vermelha, identificada anteriormente como um APL, nenhum setor industrial absorve mais de 1.000 trabalhadores formais. Cabe também destacar a queda no estoque de empregos do setor de Transportes e Comunicações, certamente influenciado pelo processo de privatização no setor de telefonia.

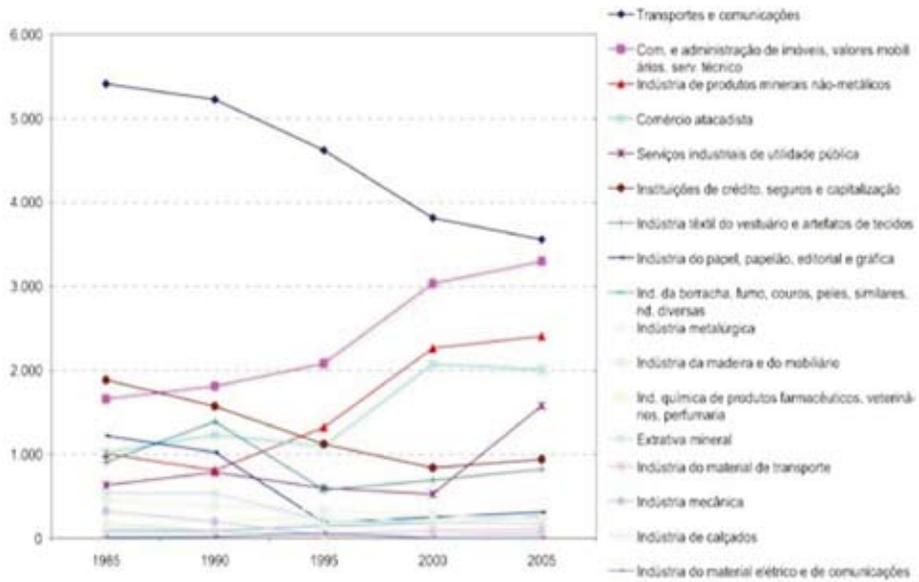


Gráfico 9 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores na Microrregião de Campos dos Goytacazes (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.6.2. Microrregião de Macaé

A microrregião de Macaé não depende tanto dos empregos dos setores Administração Pública Direta e Autárquica e Comércio Varejista, uma vez que o setor Extrativo Mineral é o maior empregador e o mais importante APL do Estado, seguido pelos setores Comércio, Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos e Construção Civil (Gráfico 10).

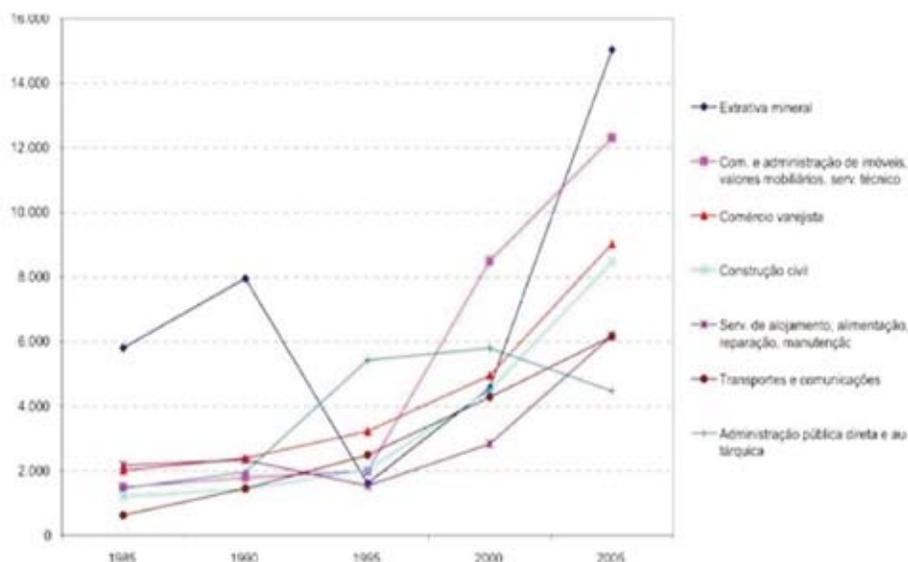


Gráfico 10 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores da Microrregião de Macaé (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Os demais setores da microrregião, que representam cerca de 20% dos empregos formais, apresentam como destaque a Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, Indústria Mecânica e Indústria Metalúrgica, estas duas últimas, como comprova o Gráfico 11, encontram-se influenciadas pelo dinamismo das atividades extrativistas.

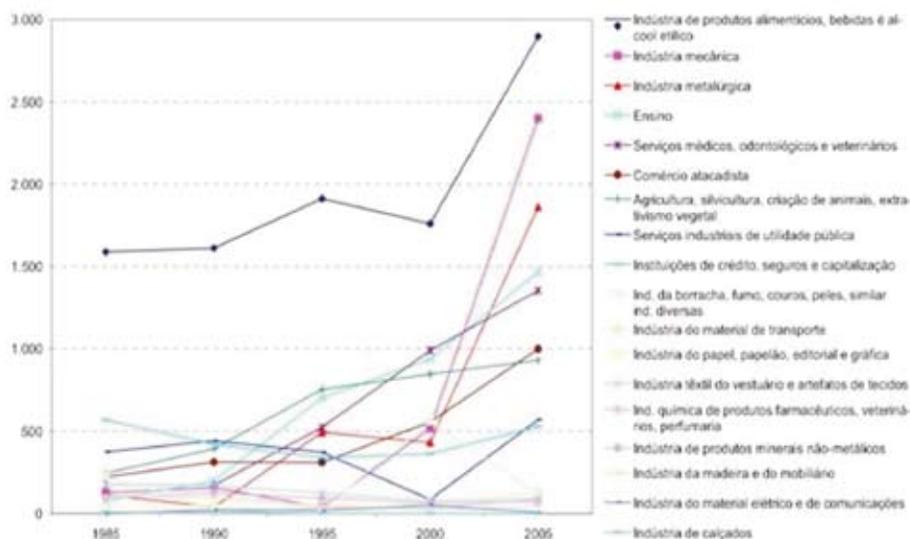


Gráfico 11 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores na Microrregião de Macaé (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.7. Perfil do Trabalho nos Principais Setores da Mesorregião Norte Fluminense

Identificados os principais setores econômicos da mesorregião Norte Fluminense, faz-se necessário analisar detalhadamente o perfil do trabalho nesses setores. As bases estatísticas disponibilizadas pela RAIS do MTE permitem analisar duas importantes variáveis: o grau de escolaridade do trabalhador e a faixa salarial.

No que se refere ao grau de escolaridade, para a análise dos dados e elaboração dos gráficos, com melhor visualização, fez-se útil agrupar algumas classes disponibilizadas pela RAIS conforme o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Agrupamento de Grau de Escolaridade.

Graus de escolaridade	Sub-graus de escolaridade da RAIS
Analfabeto	Analfabeto
Fundamental incompleto	4 ^º série incompleta 4 ^º série completa 8 ^º série incompleta
Fundamental	8 ^º série completa 2 ^º grau incompleto
Médio	2 ^º grau completo Superior incompleto
Superior	Superior completo Mestrado Doutorado

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

No que se refere às faixas salariais, para a análise dos dados e elaboração dos gráficos, com melhor visualização, fez-se necessária à utilização do mesmo recurso, agrupar algumas classes disponibilizadas pela RAIS conforme o demonstrativo no Quadro 2.

Quadro 2 - Agrupamento de Faixa Salarial (Salário Mínimo).

Faixas salariais	Sub-faixas salariais da RAIS
até 1	Até 0,50 de 0,51 a 1,00
1,01 até 3	1,01 a 1,50 de 1,51 a 2,00 de 2,01 a 3,00
3,01 até 5	de 3,01 a 4,00 de 4,01 a 5,00
5,01 até 10	de 5,01 a 7,00 de 7,01 a 10,00
mais de 10,01	de 10,01 a 15,00 de 15,01 a 20,00 mais de 20,00

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

A análise desses dados é apresentada a seguir.

1.3.7.1. Setor Extrativo Mineral

No setor extrativo mineral da mesorregião Norte Fluminense, com concentração locacional em Macaé, destacado por Britto (2005) como o principal APL do Estado do Rio de Janeiro e por muitos outros autores, em consenso, como o principal motor de desenvolvimento econômico do Estado, nos últimos anos, observa-se a substituição de trabalhadores com baixo grau de escolaridade - fundamental incompleto e fundamental - por trabalhadores com mais anos de estudo - médio e superior completos. Tal fato, ressaltado no Gráfico 12, se deve à modernização das atividades de Exploração e Produção (E&P) de petróleo provocada pelo ingresso de novas tecnologias e pelo aumento da competitividade no setor.

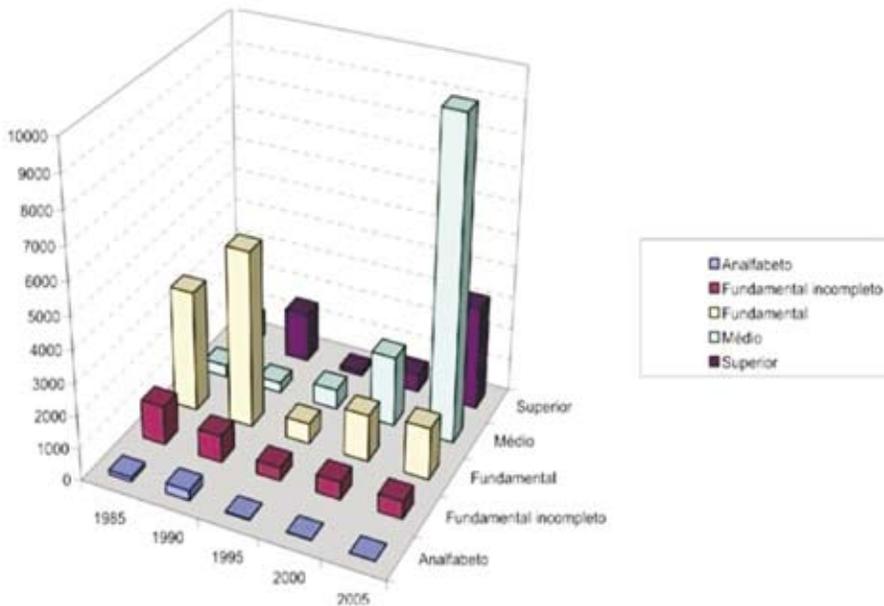


Gráfico 12 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor Extrativo Mineral da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Os impactos do dinamismo do setor sobre a remuneração dos trabalhadores são visíveis no Gráfico 13 a seguir. A maioria dos trabalhadores ganha mais de 10 (dez) salários mínimos. Isso explica a influência - capacidade de arrasto - do setor extrativo nos demais setores econômicos da região, com destaque para Comércio, Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos, Construção Civil e Comércio Varejista.

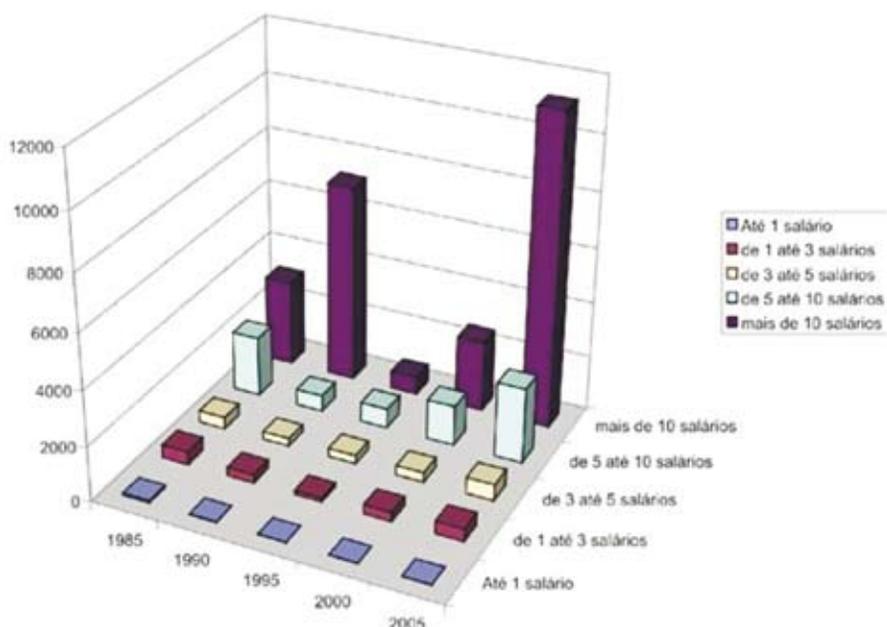


Gráfico 13 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor Extrativo Mineral da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.7.2. Setor da Construção Civil

No setor da Construção Civil da mesorregião Norte Fluminense, tem-se observado um crescimento de trabalhadores em todos os graus de escolaridade. Contudo, trabalhadores com Ensino Médio completo têm sido mais absorvidos pelo setor. Essa afirmativa encontra-se apresentada no Gráfico 14.

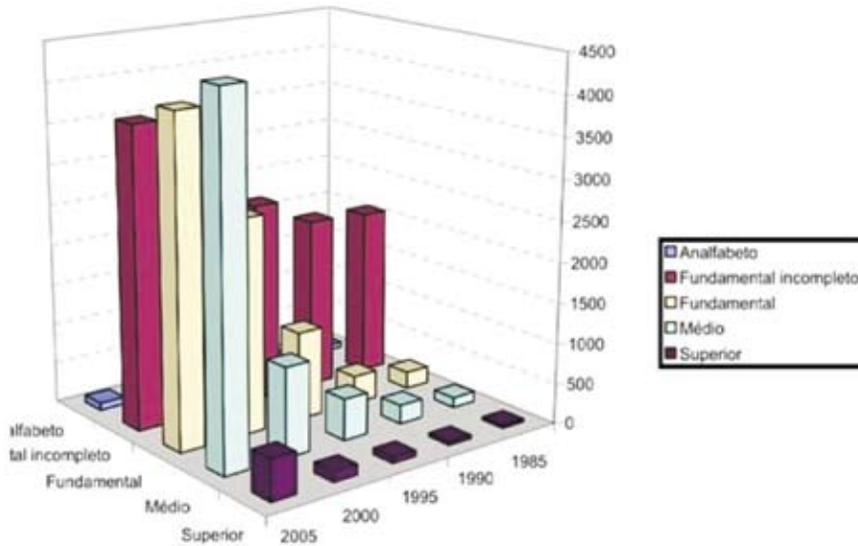


Gráfico 14 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Construção Civil da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Entretanto, apesar do aumento de trabalhadores com Ensino Médio completo, o setor pouco alterou a distribuição percentual dos trabalhadores por faixa salarial ao longo do período analisado e representado no Gráfico 15.

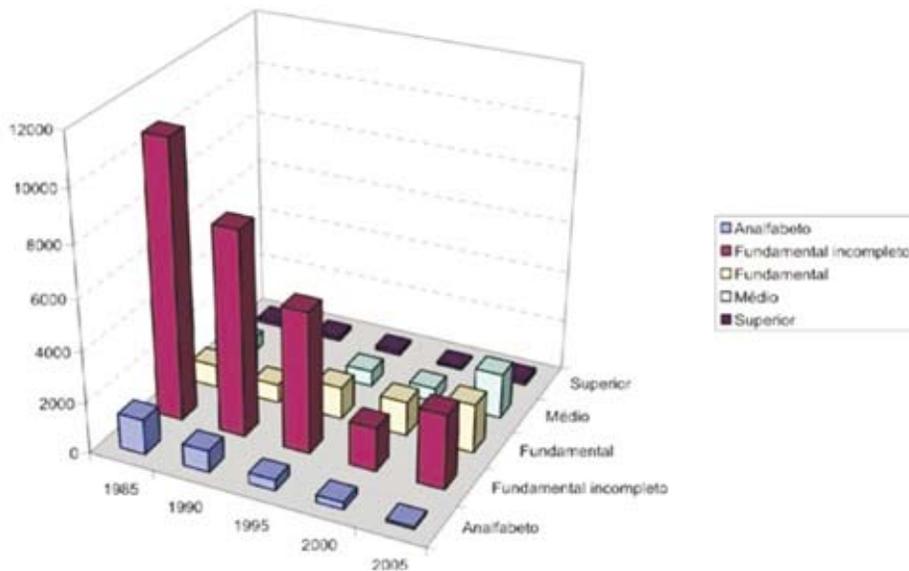


Gráfico 15 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Construção Civil da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.7.3. Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários

Assim como a Construção Civil, o setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários, identificado por Britto (2004) como uma concentração de “Serviços Médicos” em Campos dos Goytacazes, aumentou consideravelmente a participação de trabalhadores com o Ensino Médio completo, mas também absorveu muitos trabalhadores com o Ensino Superior completo, como comprovam os dados apresentados no Gráfico 16.

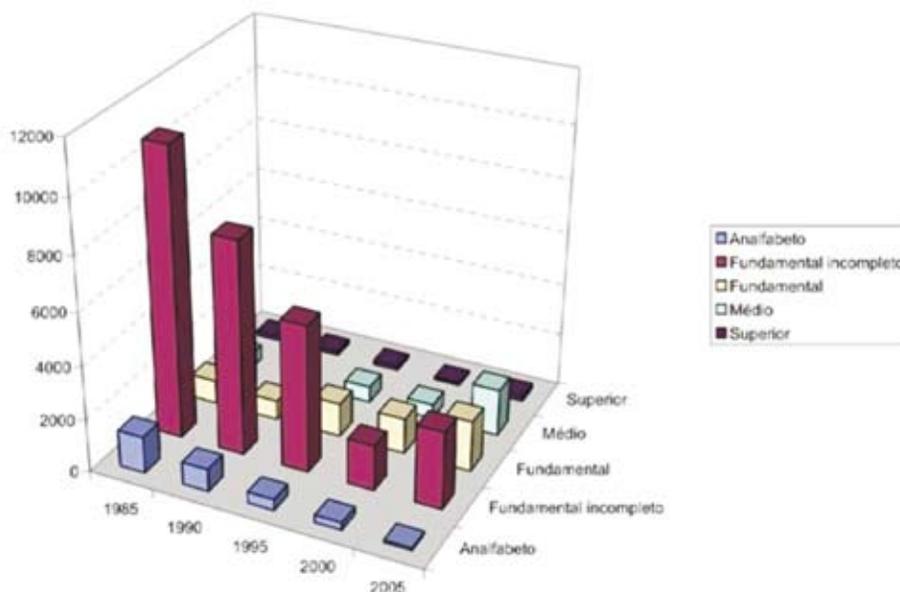


Gráfico 16 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

No entanto, a remuneração da maioria dos trabalhadores do setor ainda se mantém na baixa faixa de 1(um) a 3(três) salários mínimos (Gráfico 17).

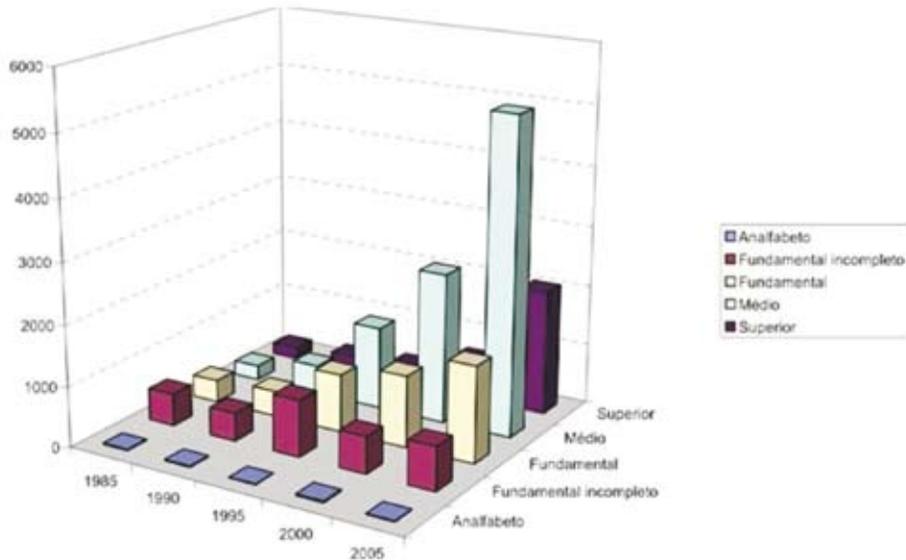


Gráfico 17 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.7.4. Setor da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico

No setor da Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, Britto (2004) identifica uma “concentração de atividade agroindustrial” no município de Campos dos Goytacazes - observa-se a eliminação de postos de trabalho em função da crise do setor sucroalcooleiro não somente em Campos dos Goytacazes mas em toda mesorregião Norte do Estado. Os trabalhadores mais prejudicados são os analfabetos e aqueles com o Ensino Fundamental incompleto (Gráfico 18). Em 2005, observa-se uma tendência de recuperação do setor.

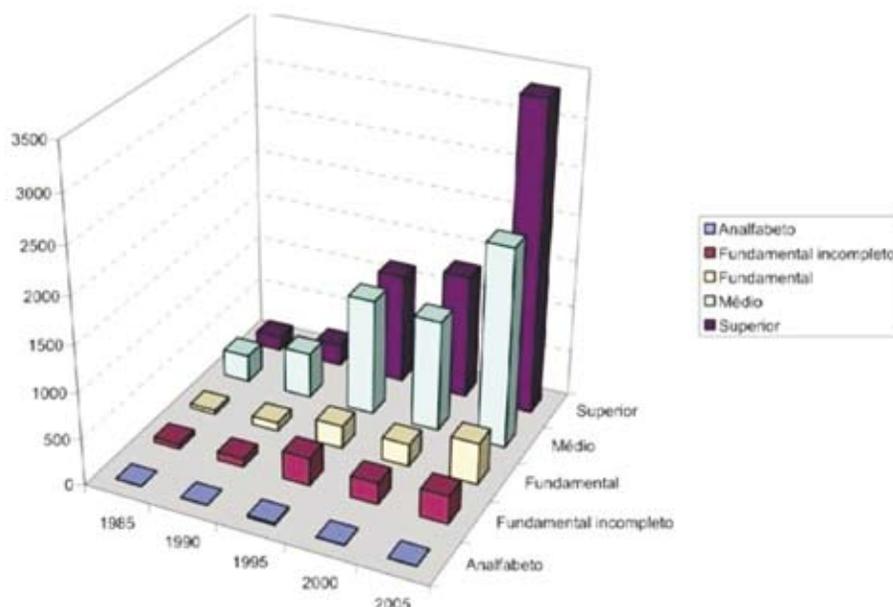


Gráfico 18 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etilico da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.7.5. Setor de Ensino

O setor de ensino vem crescendo consideravelmente com a consolidação de Campos dos Goytacazes e Macaé como polos de ensino, especialmente, de ensino universitário. Tal fato, como especifica o Gráfico 19, reflete-se no crescimento de trabalhadores com Nível Superior.

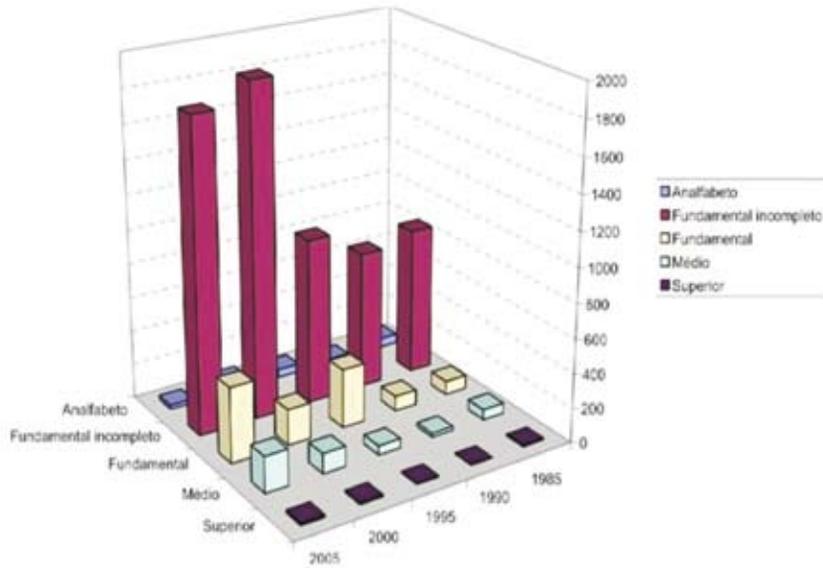


Gráfico 19 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Ensino da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Todavia, o crescimento do número de trabalhadores com ensino superior não se reflete com a mesma intensidade na remuneração. Talvez isso seja explicado pelo fato de que os professores recebem em função do número de horas-aula ministradas por semana em cada instituição. Como vários professores trabalham em várias instituições de ensino, as remunerações aparecem como parciais e, portanto, baixas em cada vínculo empregatício. O Gráfico 20 confirma o mencionado.

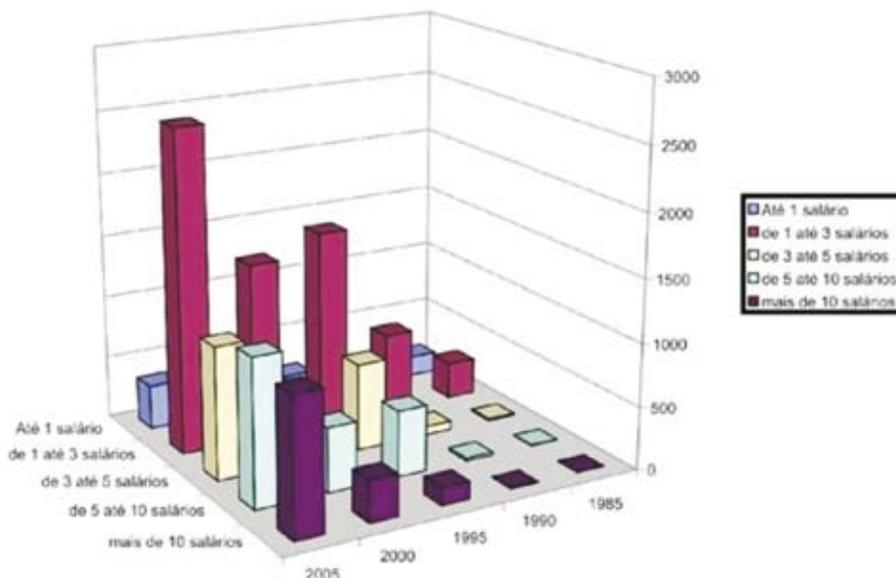


Gráfico 20 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Ensino da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.7.6. Setor da Indústria de Produtos Minerais Não-Metálicos

O setor da indústria de produtos minerais não-metálicos, principalmente representado pelo APL de cerâmica vermelha de Campos dos Goytacazes (BRITTO, 2005), com as mais de cem indústrias no município, é um setor tradicionalmente atrasado tecnologicamente. No Gráfico 21, isso é evidenciado pelo perfil do grau de escolaridade dos trabalhadores absorvidos, em sua maioria, apenas com o Ensino Fundamental incompleto. Essa constatação reforça a teoria de que o setor absorve, no período da entressafra, os trabalhadores dispensados das atividades sucroalcooleiras.

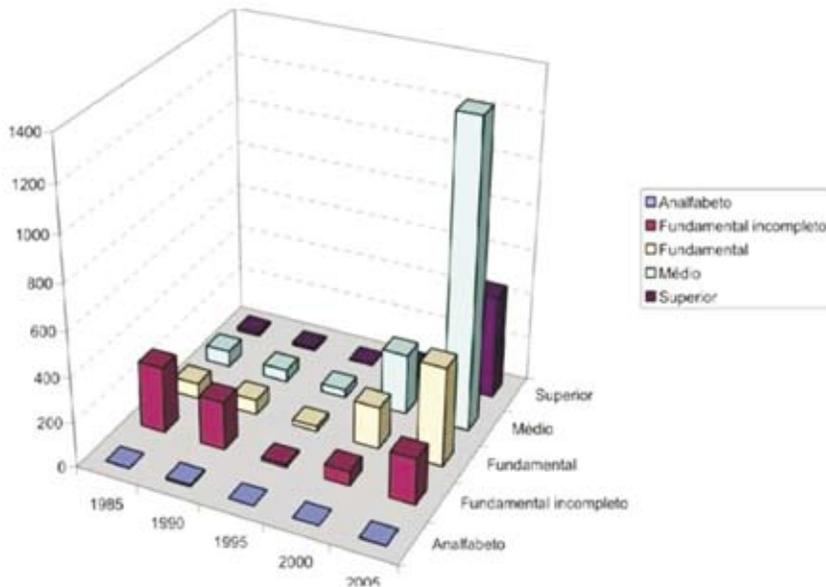


Gráfico 21 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria de Minerais Não-Metálicos da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Conseqüentemente, a remuneração dos trabalhadores é muito baixa, sendo a maioria quase absoluta na faixa de 1(um) a 3(três) salários mínimos, como apresenta o Gráfico 22.

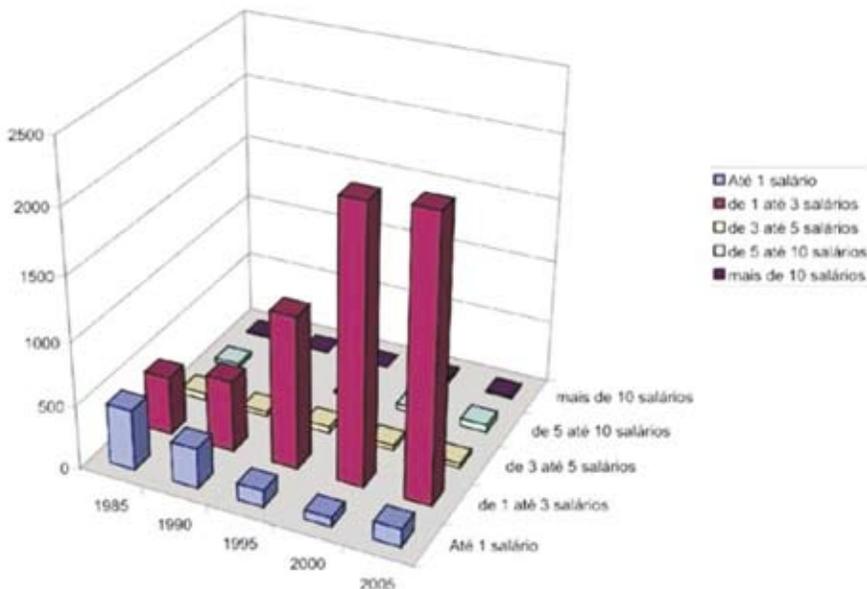


Gráfico 22 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Indústria de Minerais Não-Metálicos da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.7.7. Setor da Indústria Mecânica

No setor da indústria mecânica, com presença mais forte em Macaé, e sob a influência direta do dinamismo das atividades ligadas à E&P de petróleo, observa-se, no Gráfico 23, uma forte absorção de trabalhadores com grau médio de escolaridade e superior completo.

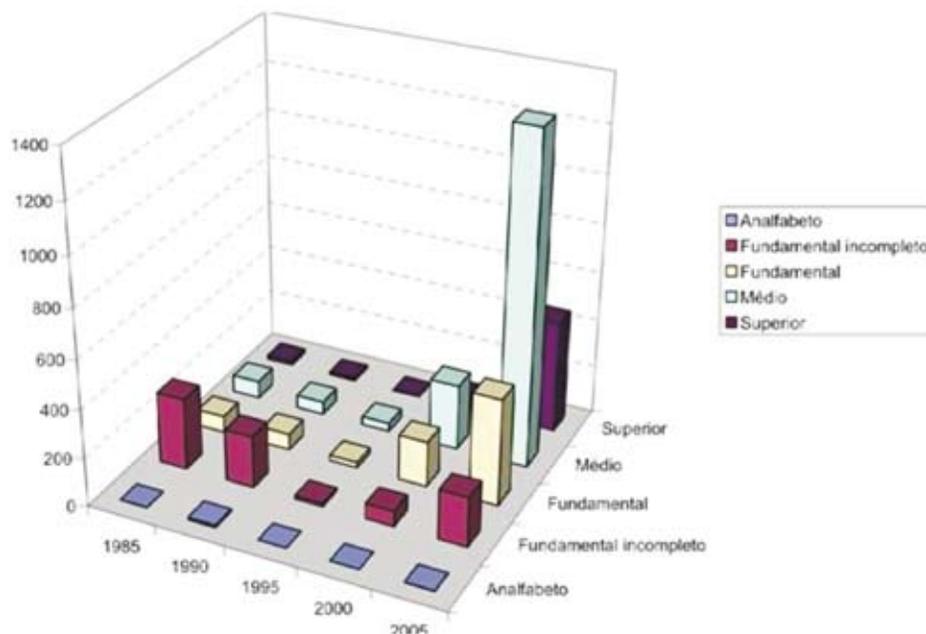


Gráfico 23 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria Mecânica da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

No Gráfico 24, explicita-se que tal fato tem feito crescer significativamente no setor o número de trabalhadores que ganham acima de 3(três) salários mínimos.

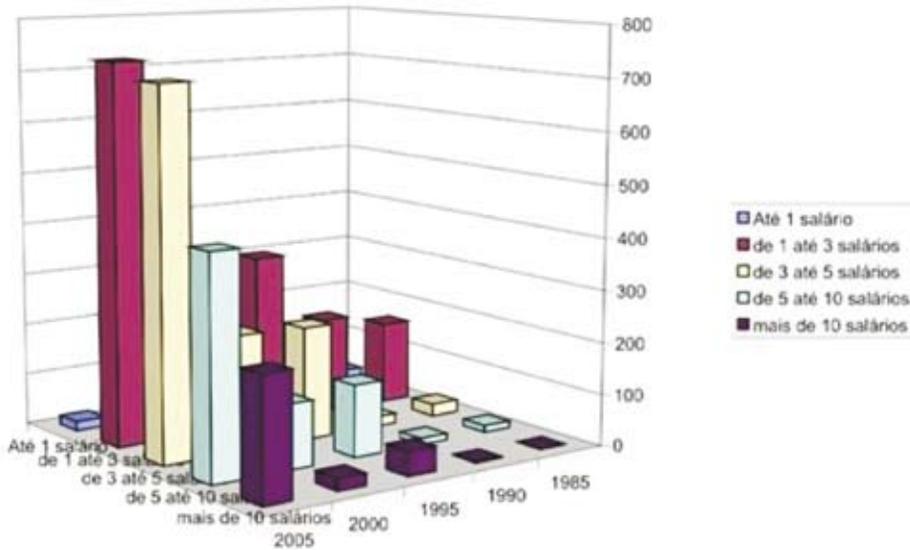


Gráfico 24 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Indústria Mecânica da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.7.8. Setor da Indústria Metalúrgica

No setor da indústria metalúrgica, também com presença mais forte em Macaé, e também sob a influência direta do dinamismo das atividades ligadas à E&P de petróleo, observa-se, assim como na indústria mecânica, uma forte absorção de trabalhadores com grau de escolaridade médio e superior completos. O Gráfico 25 representa esse fato.

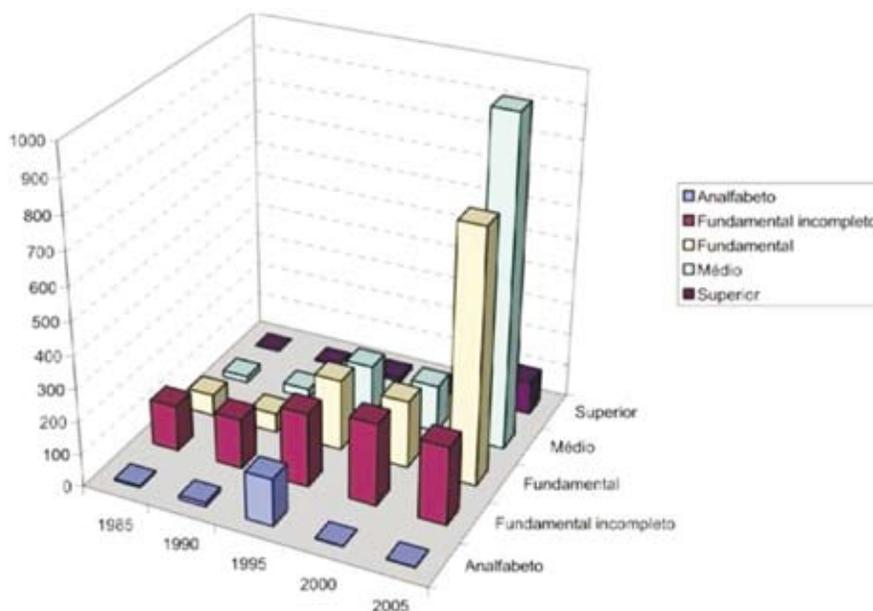


Gráfico 25 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria Metalúrgica da Mesorregião Norte Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Tal fato também tem feito crescer, significativamente, no setor o número de trabalhadores que ganham acima de 3(três) salários mínimos, mais até que no setor da Indústria Mecânica.

1.3.8. Mesorregião Noroeste Fluminense

A mesorregião Noroeste Fluminense é composta por 13 municípios que estão divididos em duas microrregiões, a de Itaperuna e a de Santo Antônio de Pádua, cujos nomes se devem aos principais municípios dessas microrregiões. Dentre todos os setores de sua economia, oito destacam-se como principais geradores de empregos formais, concentrando cerca de 80% da mão de obra regional. São eles, a *Administração Pública Direta e Autárquica*; o *Comércio Varejista*; os *Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, dentre outros.*; a *Agricultura, Criação De Animais, Silvicultura e Extrativismo Vegetal*; os *Serviços médicos, Odontológicos e Veterinários*; o *Ensino*; a *Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Alcool Etilico*; e o *Comércio Atacadista* (Gráfico 26).

Evolução do Emprego Formal nos principais setores - Meso região Noroeste (1985/2005)

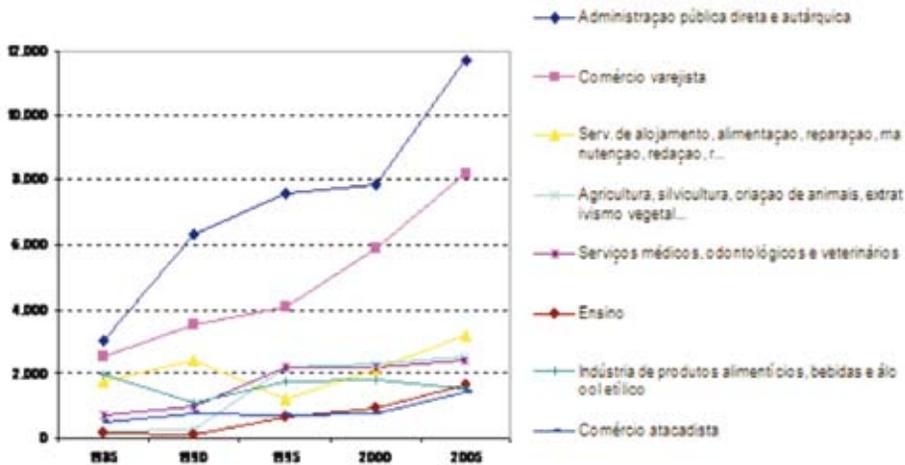


Gráfico 26 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores - Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

A Administração Pública Direta e Autárquica destaca-se, mais uma vez, como maior empregadora regional. Entre 1985 e 2005 o número de empregos desse setor cresceu 283,5%.

Assim como visto nas outras mesorregiões analisadas, o grande crescimento de empregos na Administração Pública Direta e Autárquica vem acompanhado por crescimento também no setor de Comércio Varejista. Nesse, o crescimento registrado foi de 223% no mesmo período.

O setor de Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, dentre outros, que hoje é o terceiro maior empregador da mesorregião, de acordo com o Gráfico 26, desde 1995, vem experimentando uma recuperação após uma grande queda no número de empregos de 1990 a 1995.

A evolução dos setores da Agricultura, Criação de Animais, Silvicultura e Extrativismo Vegetal, dos Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários e do Ensino também merecem um destaque especial.

Entre 1985 e 2005 o número de empregos diretos no setor de Agricultura, Criação de Animais, Silvicultura e Extrativismo Vegetal cresceu 1069,4%. O crescimento desse setor está diretamente vinculado à expansão das atividades da pecuária de corte e da pecuária leiteira.

O crescimento do setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários e do Ensino está inteiramente ligado à consolidação cada vez maior do município de Itaperuna como o mais importante polo regional de

serviços. A maior disponibilidade de Serviços Médicos mais especializados e a ampliação da oferta de cursos universitários nesse município, especialmente a partir do início da década passada, contribuíram decisivamente para o crescimento desses setores. Nos 20 anos analisados, o aumento no número de empregos do setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários foi de 229,3% e o do setor de Ensino foi de 1033,6%.

Vale ressaltar ainda, que, em termos de participação no emprego, a Indústria desempenha um papel de pouco destaque, ficando apenas a Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Álcool Etilico entre os setores que mais empregam na mesorregião Noroeste Fluminense. No entanto, ao analisar o gráfico com os outros setores da economia percebe-se que a Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos, com um crescimento de 579,4%, e a Extração Mineral, com 651,5%, apresentaram um formidável aumento no número de empregos formais nesses 20 anos analisados, conforme o apresentado no Gráfico 27.

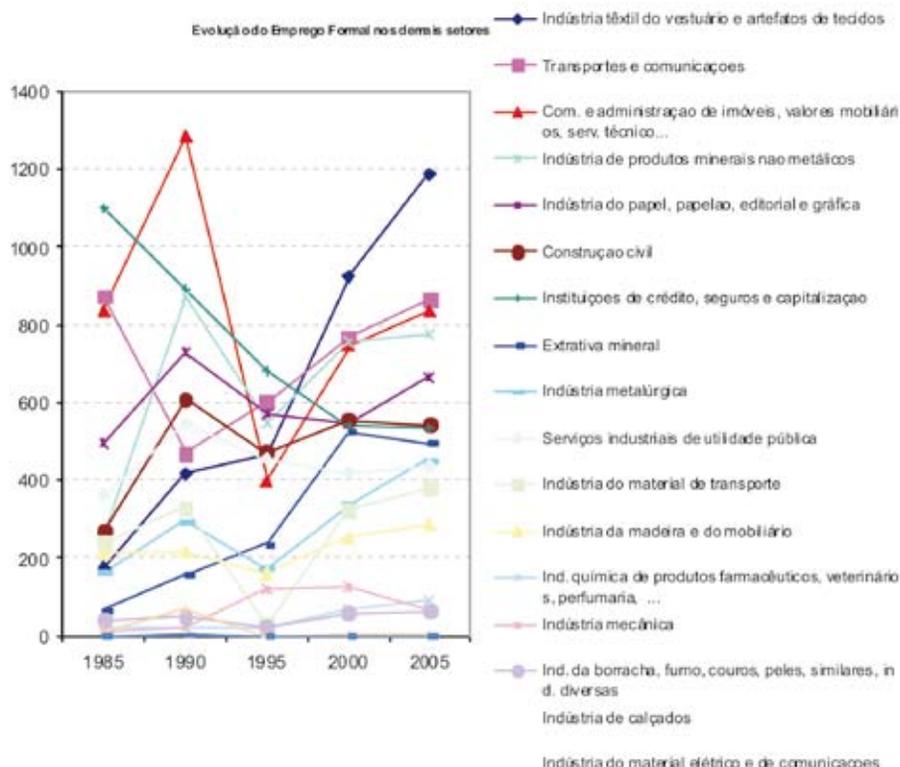


Gráfico 27 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores - mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.9. Perfil do Trabalho nos Principais Setores da Mesorregião Noroeste Fluminense

1.3.9.1. Comércio Varejista

O perfil do Comércio varejista do Noroeste Fluminense não destoa do perfil verificado nas outras mesorregiões analisadas neste documento, ou seja, nível de escolaridade médio acompanhado de baixa remuneração.

Entre 1985 e 2005 houve aumento no nível de escolaridade do setor, representado no Gráfico 28, com considerável aumento dos trabalhadores com Ensino Fundamental e Médio completos. E também um ligeiro aumento na faixa salarial (Gráfico 29), com diminuição do número de trabalhadores que recebem até 1(um) salário e consequente aumento daqueles que recebem entre 1(um) e 3(três) salários mínimos.

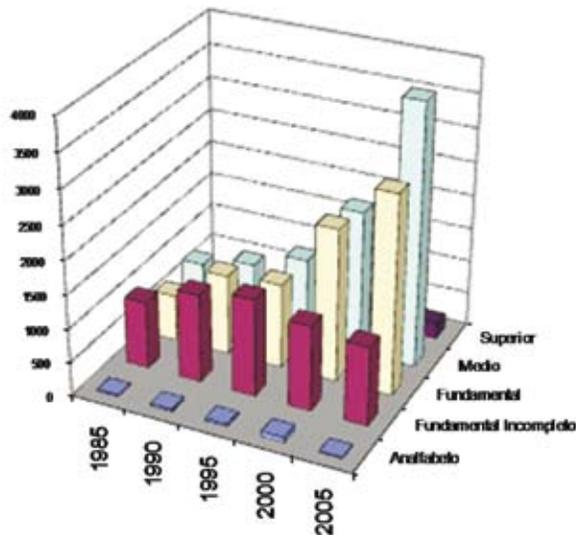


Gráfico 28 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Comércio Varejista da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

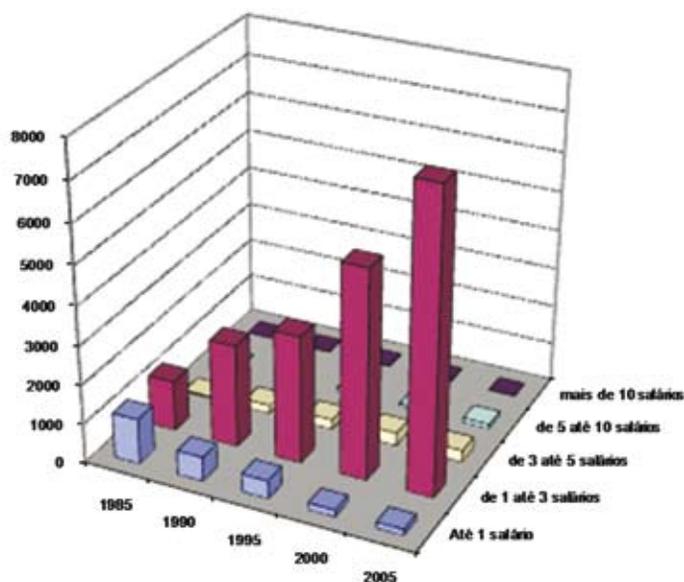


Gráfico 29 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Comércio Varejista da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.9.2. Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação

Nos 20 anos analisados, a evolução no nível de escolaridade da mão de obra desse setor caracterizou-se, sobretudo, por um grande aumento no número de trabalhadores com Ensino Médio completo, que passou a responder por 41% dos trabalhadores em 2005, mas também, pela elevação do número de trabalhadores com ensino superior após uma drástica queda entre 1985 e 1995 (Gráfico 30).

Nesse período, caracterizado por uma grande recessão do setor como um todo, os trabalhadores com ensino superior diminuíram de 176 para apenas 31. Com a recuperação após 1995, o número desses ultrapassou a marca anterior, chegando a 246 trabalhadores em 2005.

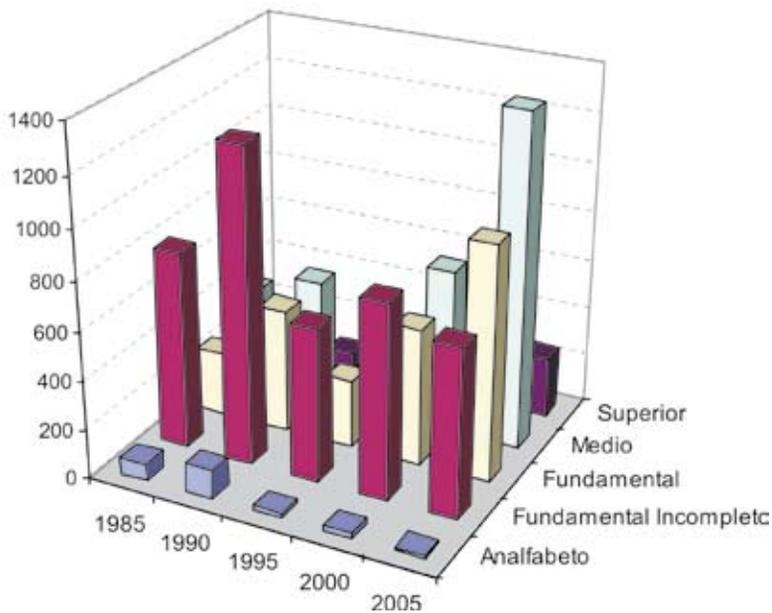


Gráfico 30 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, dentre outros, da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

No entanto, esse recente crescimento dos trabalhadores de nível médio e superior não se traduziu em considerável aumento da faixa salarial do setor. Essa, apesar da diminuição dos trabalhadores que recebem até 1(um) salário, não conseguiu se estender para além de 3(três) salários, conforme o representado no Gráfico 31.

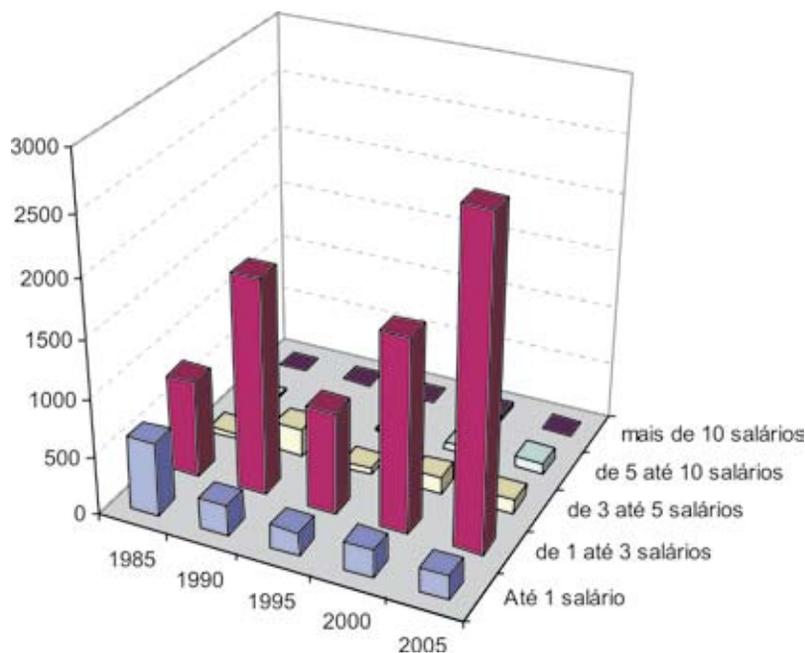


Gráfico 31 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, dentre outros, da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.9.3. Agricultura, Criação de Animais, Silvicultura e Extrativismo Vegetal

A mão de obra desse setor caracteriza-se por um baixo nível de escolaridade e de remuneração. Cerca de 95% dos trabalhadores têm no máximo o Ensino Fundamental completo, e o número de trabalhadores analfabetos aumentou cerca de 544% entre 1985 e 2005 (Gráfico 32).

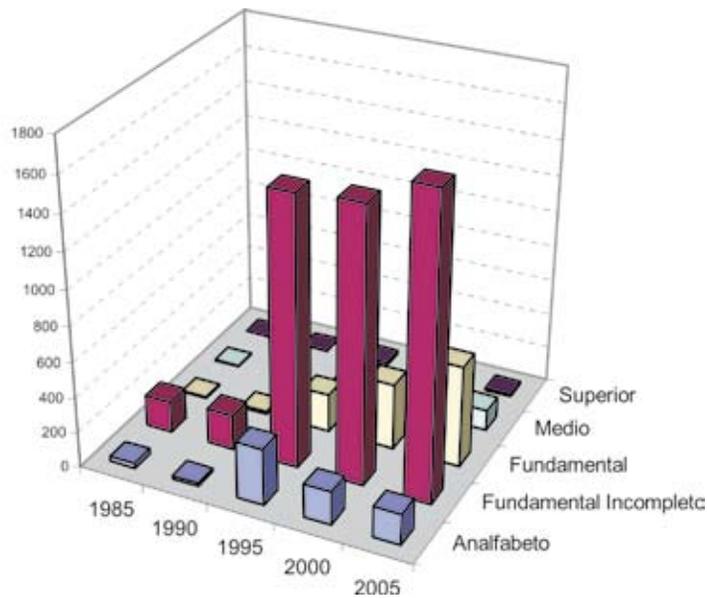


Gráfico 32 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Agricultura, Criação de Animais, Silvicultura e Extrativismo Vegetal da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Conforme observado no Gráfico 33, o número de trabalhadores que recebem até 1 (um) salário aumentou consideravelmente entre 1985 e 1995, mas depois voltou a diminuir, enquanto que o número daqueles que recebem de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos não sofreu oscilação, e especialmente a partir de 1995, cresceu em ritmo acelerado, chegando a corresponder a, praticamente, 95% da mão de obra do setor em 2005.

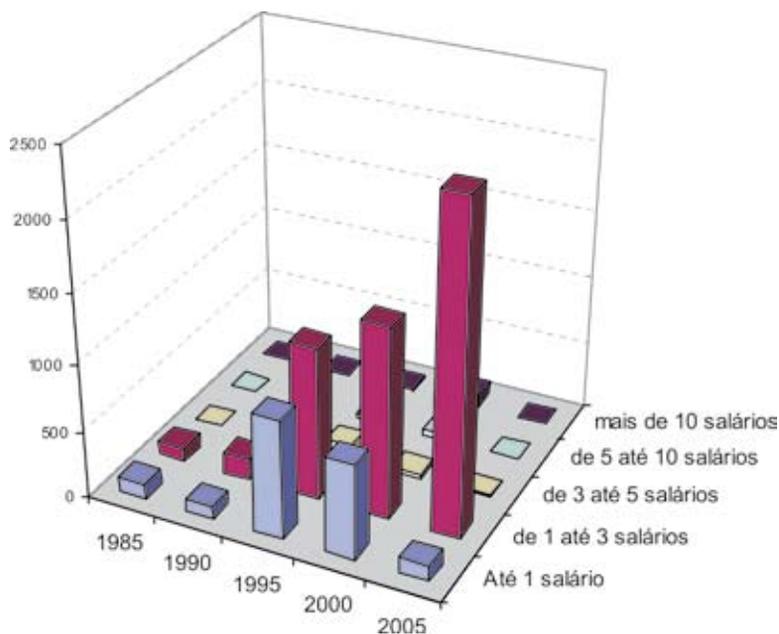


Gráfico 33 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Agricultura, Criação de Animais, Silvicultura e Extrativismo Vegetal da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.9.4. Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários

O setor de Serviços médicos, odontológicos e veterinários apresentou uma elevação no nível de escolaridade em virtude do considerável aumento no número de trabalhadores com Ensino Médio e com ensino superior (Gráfico 34). Esses, que em 1985, participavam juntos com apenas 24% do total da mão de obra do setor, em 2005, passaram a corresponder a cerca de 61%.

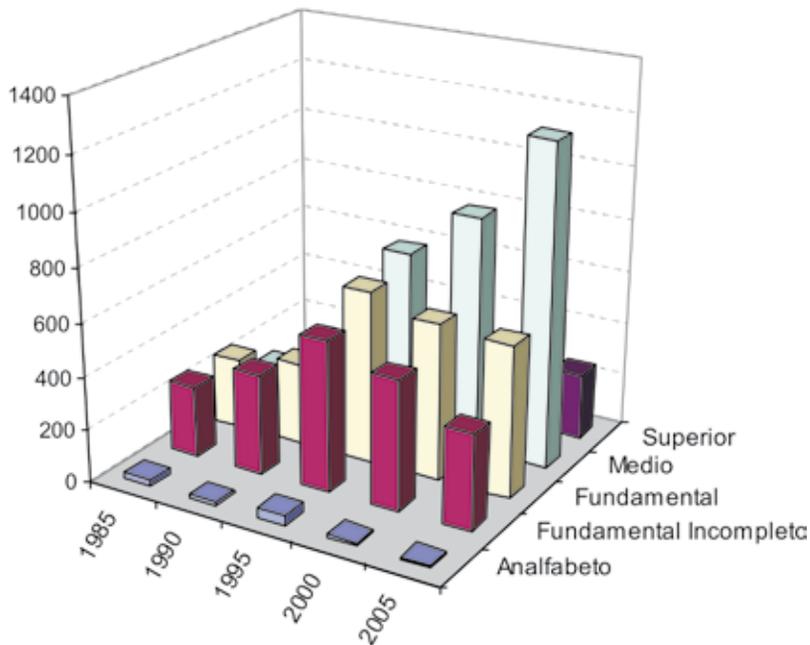


Gráfico 34 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

No que diz respeito à evolução da faixa salarial, observa-se com base no Gráfico 35, que houve pouca alteração no quadro geral do setor entre 1985 e 2005, apenas, uma drástica queda no número de trabalhadores que recebem até 1(um) salário, um pequeno aumento dos trabalhadores que recebem entre 3(três) e 5(cinco) salários e um inexpressivo crescimento daqueles que recebem de 5(cinco) a 10 salários. A grande maioria dos profissionais ainda encontra-se recebendo entre 1(um) e 3(três) salários mínimos.

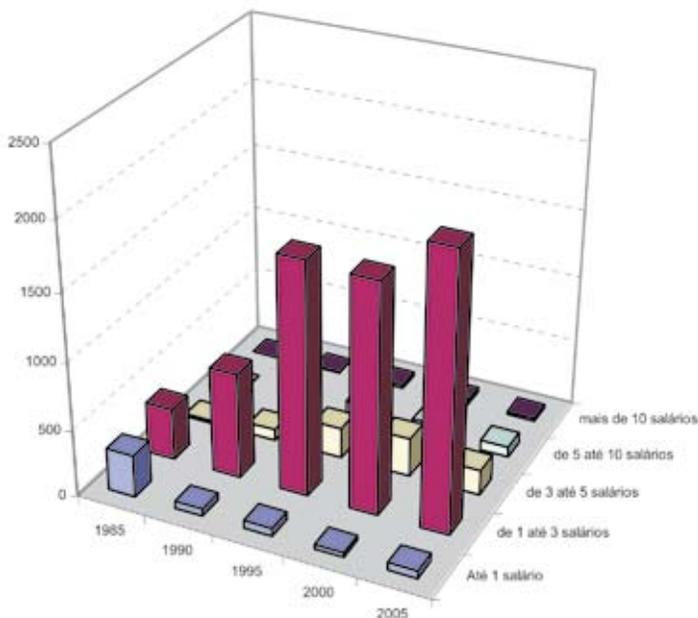


Gráfico 35 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.9.5. Setor de Ensino

O crescimento do Setor de Ensino, assim como já fora visto nas análises das mesorregiões anteriores, caracterizou-se por um aumento do nível de escolaridade. O número de profissionais com ensino superior cresceu 1729% nesses 20 anos analisados, e os com Ensino Médio cerca de 715% . Juntos representavam 80% da mão de obra do setor em 2005 (Gráfico 36).

Tal expansão, como já fora mencionado, está diretamente vinculada à expansão universitária para a região, principalmente no município de Itaperuna, e em menor grau no município de Santo Antônio de Pádua.

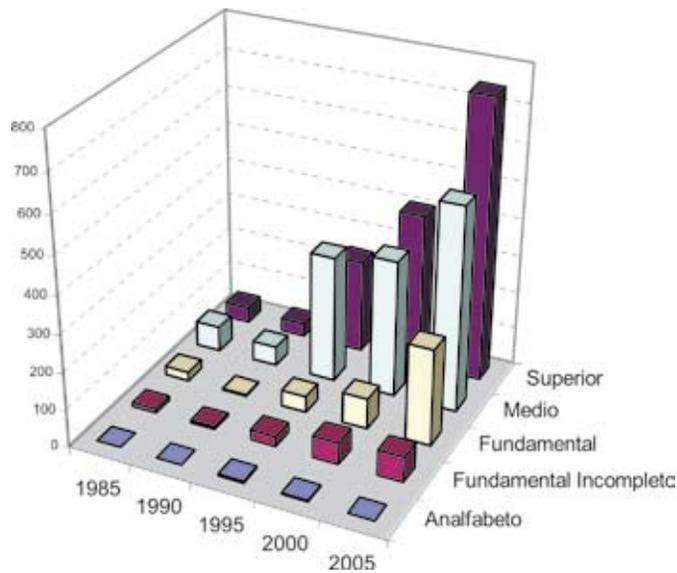


Gráfico 36 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Ensino da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

A exemplo das demais mesorregiões, analisadas no presente documento, houve substancial aumento no número de trabalhadores em todas as faixas salariais, no entanto, a faixa predominante no setor continuou sendo aquela entre 1(um) e 3(três) salários.

A explicação mais genérica continua, mais uma vez, pautada na desagregação do salário, pago por hora-aula trabalhada, em diferentes instituições (Gráfico 37).

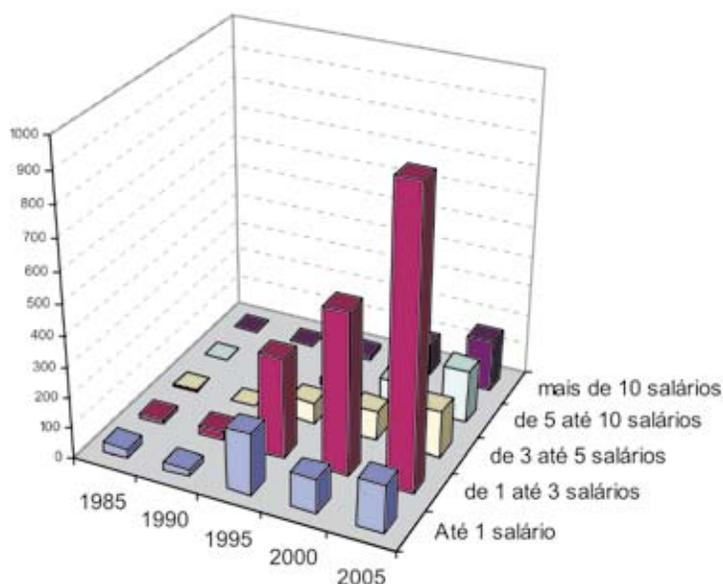


Gráfico 37 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Ensino da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.9.6. Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos

O Setor da Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos caracteriza-se, sobretudo, por um baixo nível de escolaridade, com cerca de 69% da mão de obra tendo no máximo o Ensino Fundamental completo. Apesar disto, registra-se um formidável aumento no número de trabalhadores com Ensino Médio completo, que em 1985 eram apenas 17 e em 2005 passaram a 363, um crescimento de cerca de 2035% (Gráfico 38). A continuidade de tal crescimento, a exemplo de outros setores, pode indicar que o número de trabalhadores com esse nível de escolaridade passe a ser maioria já num futuro próximo.

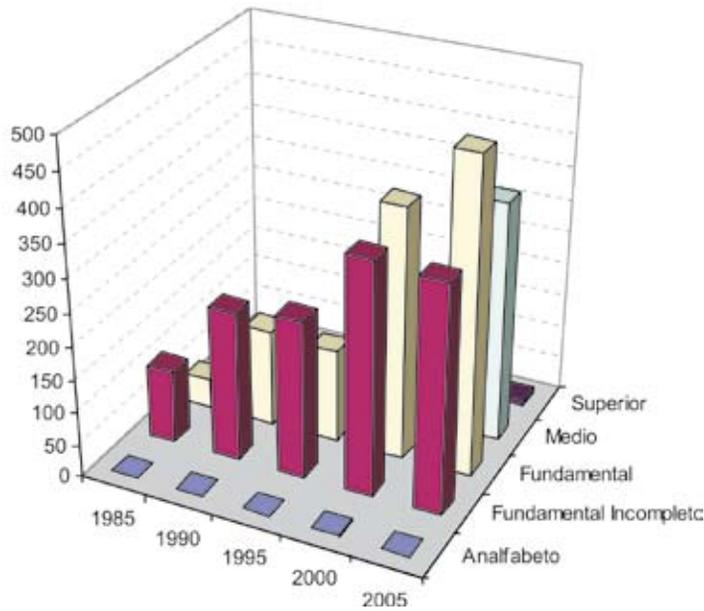


Gráfico 38 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Quanto à remuneração, verifica-se que o número de trabalhadores que recebem entre 1(um) e 3(três) salários apresentou grande aumento correspondendo, em 2005, a cerca de 97% da mão de obra total do setor (Gráfico 39).

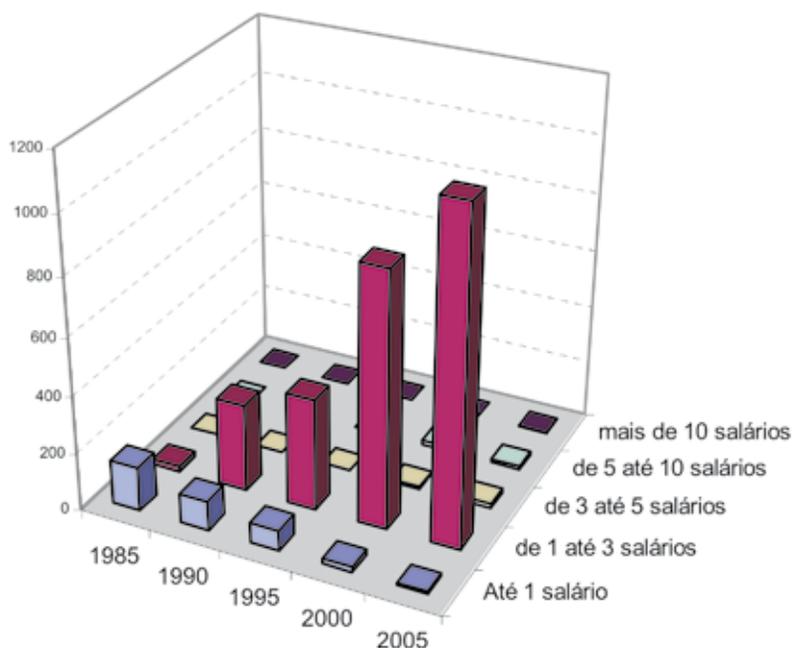


Gráfico 39 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.9.7. Extração Mineral

A Extração Mineral apresenta as mesmas características da maioria dos setores da mesorregião Noroeste Fluminense aqui analisados, ou seja, baixa escolaridade e baixa remuneração. Nesse setor, entre 1985 e 2005, houve um pequeno aumento no número de trabalhadores com Ensino Médio e praticamente nenhum, entre os trabalhadores com Ensino Superior, assim, em 2005, cerca de 92% da mão de obra possuía no máximo o Ensino Fundamental completo (Gráfico 40).

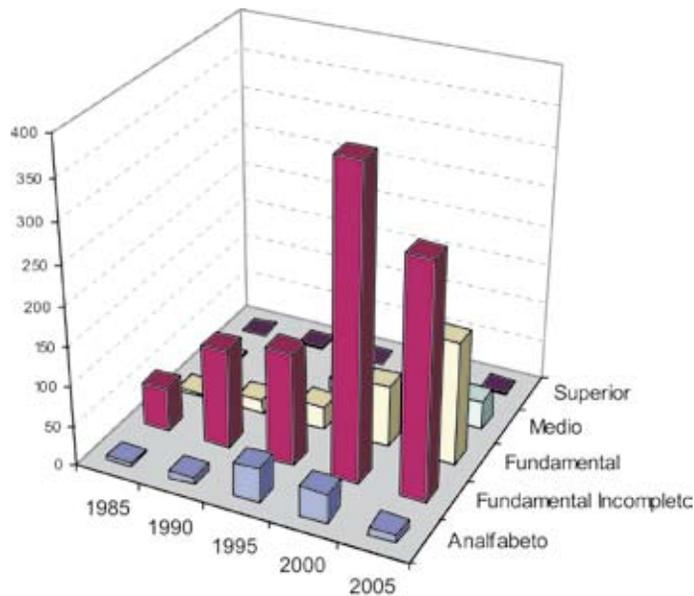


Gráfico 40 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Extração Mineral da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Apesar de ligeiro crescimento do número de trabalhadores que recebem entre 3(três) e 5(cinco) salários mínimos, o setor apresenta uma alta concentração, 90% da mão de obra, na faixa salarial entre 1(um) e 3(três) salários mínimos (Gráfico 41).

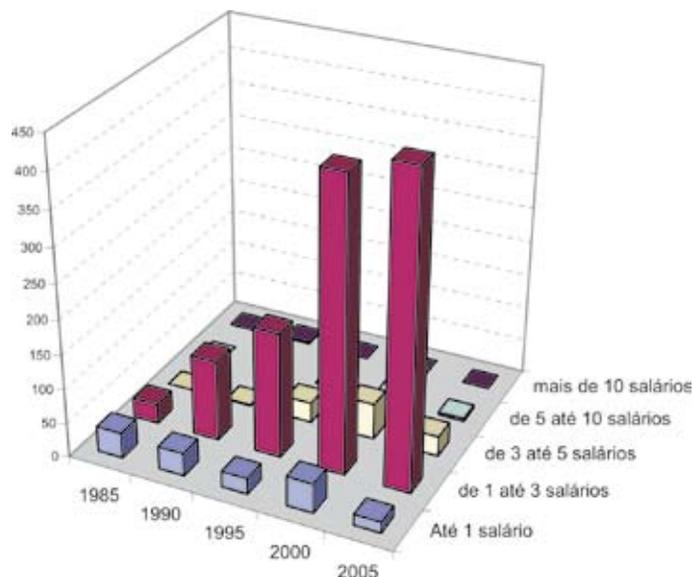


Gráfico 41 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Extração Mineral da Mesorregião Noroeste Fluminense (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.10. Mesorregião das Baixadas Litorâneas

A mesorregião Baixadas Litorâneas, composta pelas microrregiões da Bacia de São João e Lagos num total de 10 municípios, tem como principais setores geradores de emprego (Gráfico 42): (a) Administração Pública Direta e Autárquica, (b) Comércio Varejista, (c) Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, entre outros, (d) Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos, (e) Construção Civil, (f) Ensino. Esses seis setores correspondem a mais de 80% do total de empregos da mesorregião Baixadas Litorâneas que, em 2005, eram 80.368.

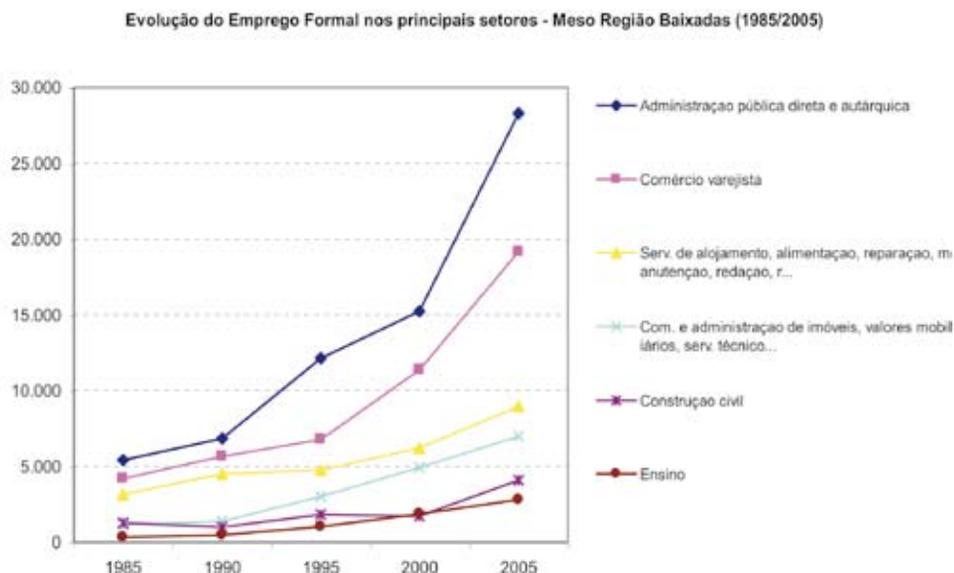


Gráfico 42 - Evolução do Emprego Formal nos Principais Setores - Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).
Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Nesses 20 anos levados em análise, deve-se destacar o extraordinário crescimento do estoque de emprego da Administração Pública e Autárquica, cerca de 425%, que consolidou sua posição de maior empregadora regional e gerou impactos diretos no comércio varejista, que nesse mesmo período apresentou um crescimento de 357% no seu estoque de empregos formais.

Outro setor que merece destaque pelo aumento do estoque de empregos ao longo do período analisado é o de Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, entre outros. O crescimento desse setor vincula-se diretamente à ampliação das atividades turísticas que caracterizam a mesorregião em questão. Em 20 anos houve um aumento de 185,3% dos postos de trabalho no setor.

Os setores de Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos, Construção Civil e Ensino também vêm apresentando considerável crescimento nos últimos anos.

Um dos fatores explicativos para o aumento do estoque de empregos especialmente nesses setores está muito relacionado ao alto crescimento demográfico que os principais municípios dessa mesorregião vêm apresentando.

Com base em dados dos últimos censos do IBGE, verifica-se que os municípios de Cabo Frio, com crescimento 6,17% ao ano, Armação de Búzios, com crescimento de 6,33% ao ano e Rio das Ostras com crescimento de 8,07% ao ano, estão entre os municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento demográfico do Estado do Rio de Janeiro na última década. Tal crescimento por sua vez, vem gerando uma maior demanda no que diz respeito à construção de novas unidades habitacionais, aluguéis e serviços ligados ao mercado imobiliário, bem como, serviços de ensino em todos os níveis escolares.

Além desses, houve também um aumento na demanda por Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários e por Serviços de Transporte e Comunicações que vem refletindo diretamente no crescimento desses setores, conforme mostra o Gráfico 43.

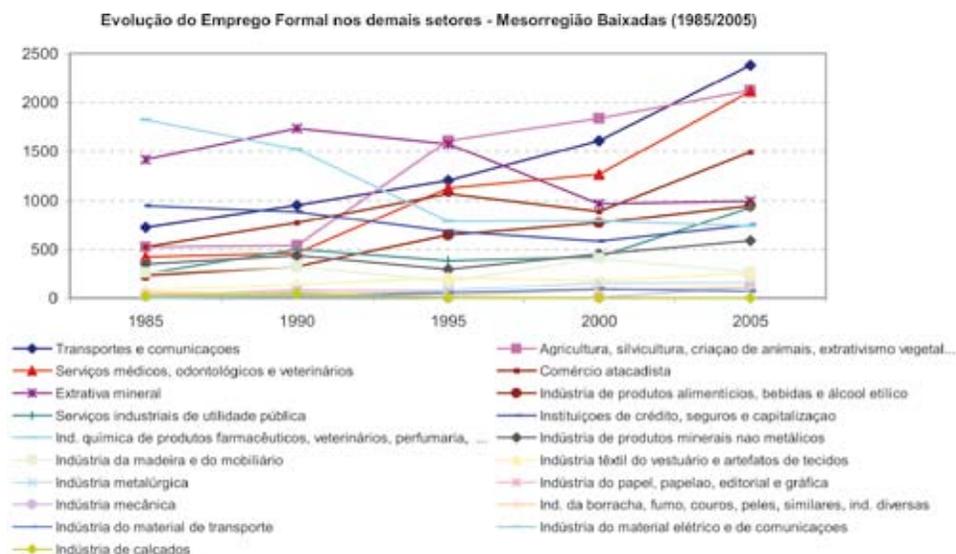


Gráfico 43 - Evolução do Emprego Formal nos Demais Setores - Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

O Gráfico 43 mostra que, entre os demais setores da economia da mesorregião Baixadas Litorâneas (aqueles que somados correspondem a menos de 20% do total de empregos), os setores de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários e Transporte e Comunicação, juntamente com o setor da Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, entre outros, apresentaram extraordinárias taxas de crescimento do estoque de empregos formais nesses 20 anos analisados, respectivamente, 400%, 230,2% e 305,7%.

Ainda com base no referido Gráfico, pode-se verificar o fraco desempenho industrial dessa mesorregião. Todos os setores industriais juntos correspondem a apenas 6,3% do total de empregos formais em 2005. Apesar dessa baixa participação, a Indústria de produtos alimentícios, bebida e álcool etílico registrou um crescimento de 310% e os Serviços industriais de utilidade pública um crescimento de 267% entre 1985 e 2005.

1.3.11. Perfil do Trabalho nos Principais Setores da Mesorregião das Baixadas Fluminenses

1.3.11.1. Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação

O crescimento do número de empregos do setor de Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, dentre outros, veio acompanhado por um aumento no número de trabalhadores com Ensino Médio completo, no entanto, o setor ainda caracteriza-se por um baixo nível de escolaridade, tendo a maior parte dos trabalhadores com no máximo o Ensino Fundamental completo.

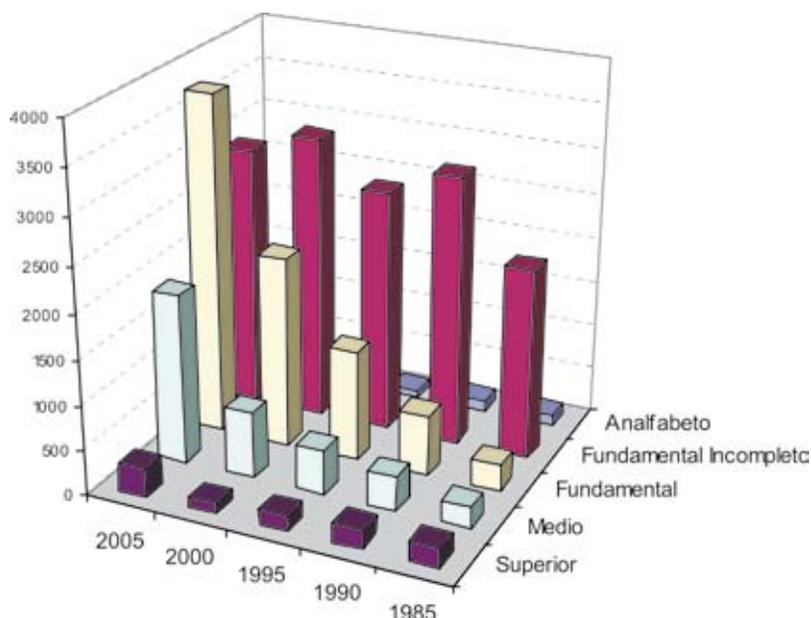


Gráfico 44 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, entre outros, da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Essa baixa escolaridade reflete diretamente na faixa de remuneração do setor. O ligeiro aumento do número de trabalhadores com Ensino Médio não veio acompanhado por um crescimento da faixa salarial do setor. Em 2005, 90% dos trabalhadores recebiam entre 1(um) e 3(três) salários mínimos (Gráfico 45).

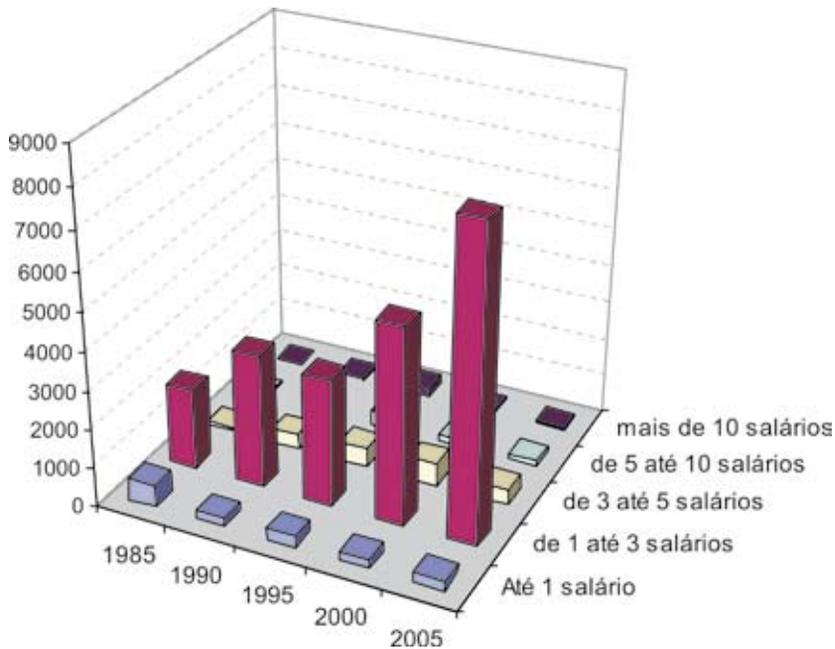


Gráfico 45 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, entre outros, da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.11.2. Comércio Varejista

Nesses 20 anos analisados, verifica-se um aumento no nível de escolaridade do setor do Comércio Varejista, que, no entanto, não significou um aumento na faixa de remuneração do setor. O número de trabalhadores, com Ensino Fundamental completo e com Ensino Médio completo, cresceu consideravelmente (Gráficos 46 e 47), mas a faixa média salarial continuou concentrada entre 1(um) e 3(três) salários mínimos.

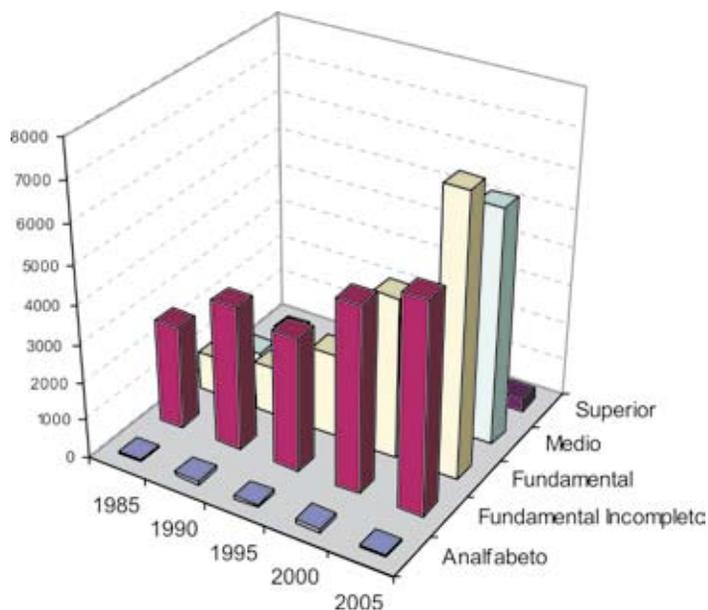


Gráfico 46 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor Comércio Varejista da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

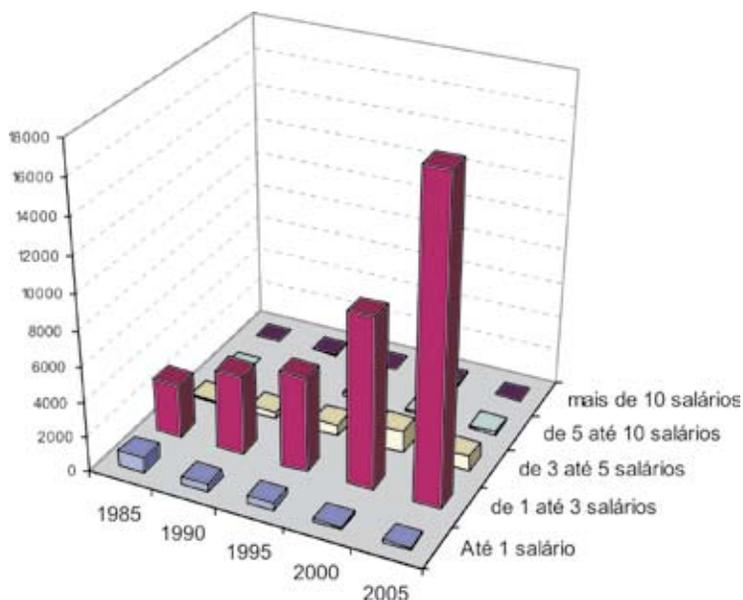


Gráfico 47 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor Comércio Varejista da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.11.3. Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos

O setor Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos segue a mesma tendência dos setores anteriores, ou seja, relativo aumento no nível de escolaridade, mais trabalhadores com Ensino Fundamental e Médio completos (Gráfico 48), e manutenção da faixa média salarial entre 1(um) e 3(três) salários mínimos para mais de 90% dos trabalhadores (Gráfico 49).

Entretanto, verifica-se nesse setor que o número de trabalhadores com nível fundamental incompleto não decresceu em função do aumento dos trabalhadores com Ensino Fundamental e Médio completos, continuando a ser a condição da maior parte dos trabalhadores.

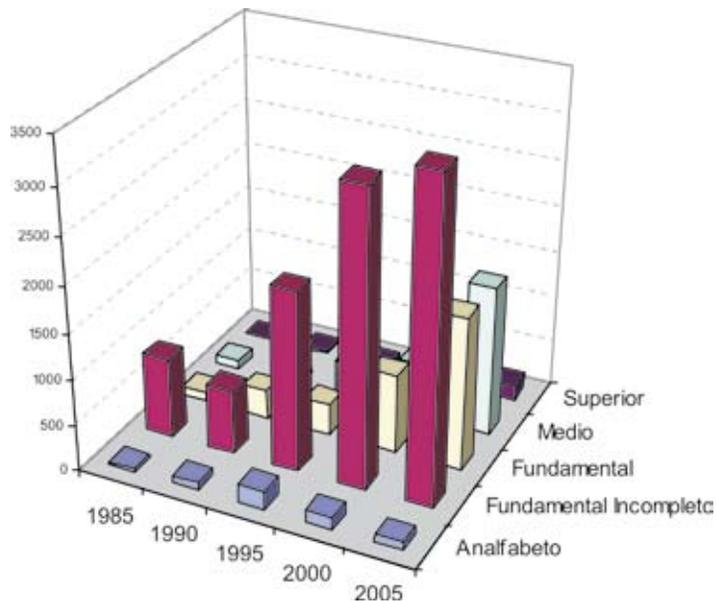


Gráfico 48 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

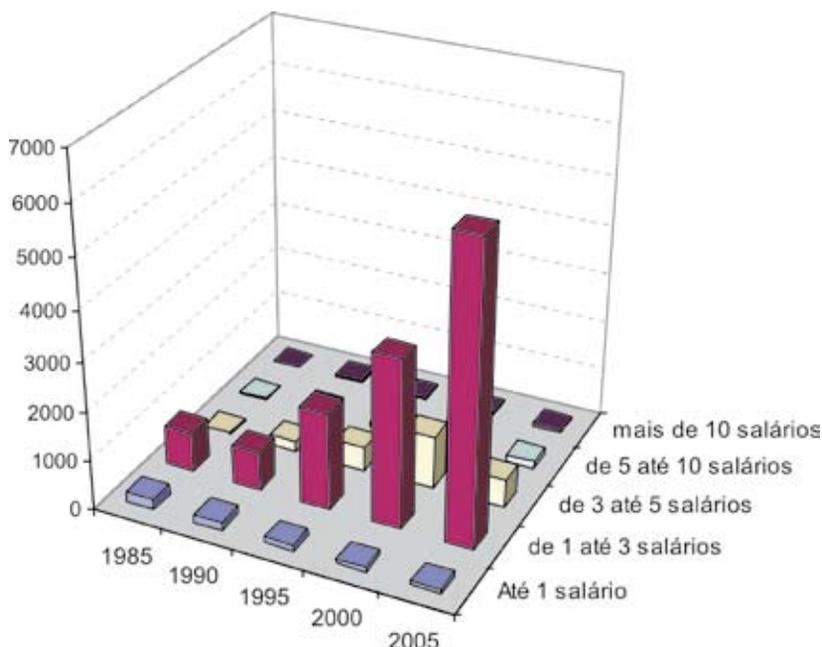


Gráfico 49 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.11.4. Setor de Construção Civil

O setor da Construção Civil da mesorregião das Baixadas Litorâneas também não destoa das características apresentadas no setor anterior. Houve aumento no número de trabalhadores com Ensino Fundamental e Médio completos, sobretudo, a partir de 2000, mas os trabalhadores com Ensino Fundamental incompleto continuaram a aumentar e ainda predominam no setor (Gráfico 50).

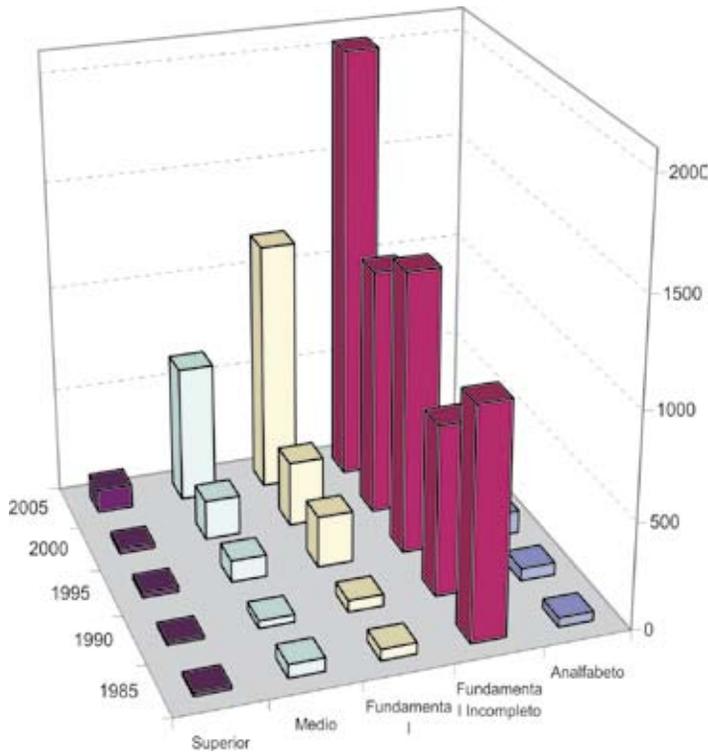


Gráfico 50 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Construção Civil da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Quanto à remuneração, apesar de ter havido um ligeiro crescimento no número de trabalhadores que ganham entre 3(três) e 5(cinco) salários mínimos, 79% dos trabalhadores ainda recebem de 1(um) a 3(três) salários mínimos e, de acordo com o Gráfico 51 a seguir, o número desses aumentou consideravelmente entre 2000 e 2005.

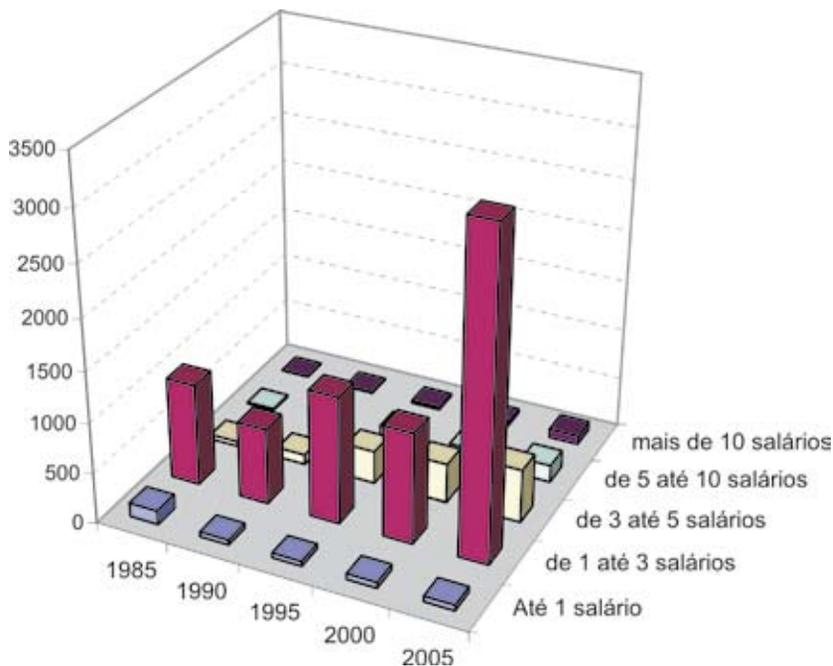


Gráfico 51 - Número de Trabalhadores por Faixa salarial no Setor da Construção Civil da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.11.5. Setor de Ensino

Com o aumento da demanda dos níveis de Ensino Médio e Superior nos últimos anos, houve um aumento na oferta de escolas e universidades na região, sobretudo no município de Cabo Frio que, por sua vez, contribuiu para aumentar a qualificação dos trabalhadores do setor de Ensino. Nesse setor, entre 1985 e 2005, o número de trabalhadores com Ensino Médio completo cresceu cerca de 451%, e com Ensino Superior completo cerca de 2024% (Gráfico 52).

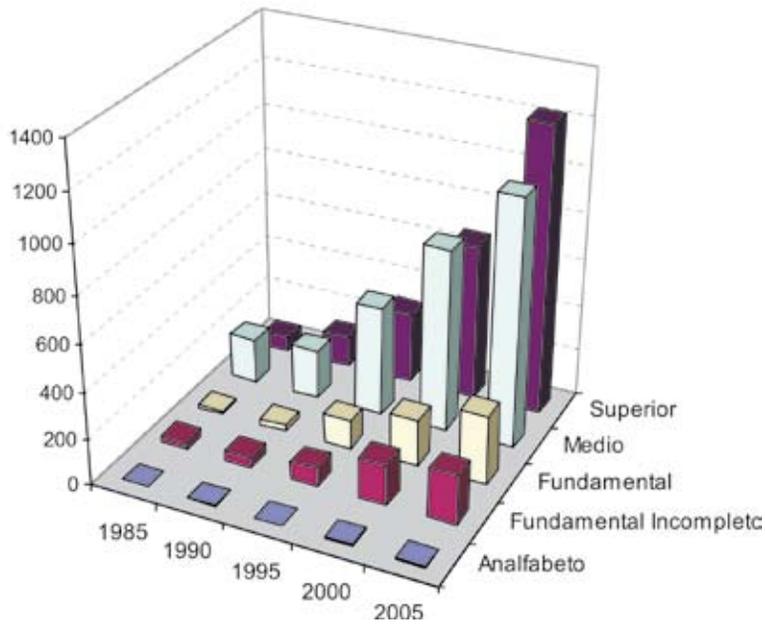


Gráfico 52 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Ensino da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

No entanto, no que diz respeito à remuneração, esse aumento do nível de escolaridade não refletiu um substancial aumento da faixa salarial do setor. A maior parte dos trabalhadores, 68%, continuaram a receber entre 1(um) e 3(três) salários mínimos (Gráfico 53).

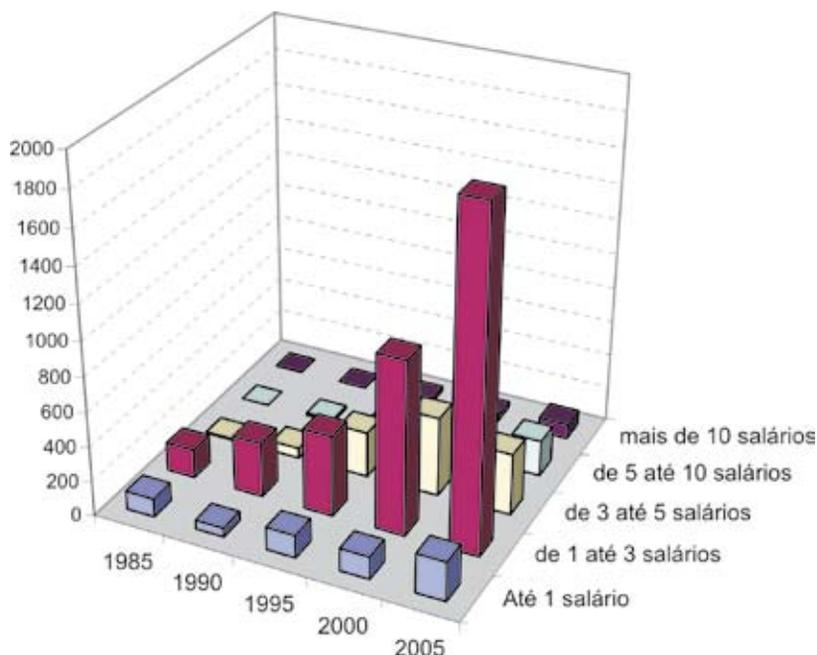


Gráfico 53 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Ensino da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Assim como na mesorregião Norte Fluminense, um fator explicativo para essa baixa remuneração está mais uma vez no fato de que os professores recebem em função do número de horas-aulas ministradas por semana em cada instituição. Como vários professores trabalham em várias instituições de ensino, as remunerações aparecem como parciais e, portanto, baixas em cada vínculo empregatício.

1.3.11.6. Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários

Assim como acontece no setor de Ensino, o crescimento da demanda regional por Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários mais complexos e especializados, principalmente nos municípios de Cabo Frio, Rio das Ostras e Armação de Búzios, levou a um aumento no número de profissionais qualificados nesse setor. Nesses 20 anos levados em análise, verifica-se crescimento no número de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade, mas, é principalmente, entre os trabalhadores com Ensino Médio completo que o crescimento mostra-se extraordinário (Gráfico 54) - cerca de 1.427% nesse período.

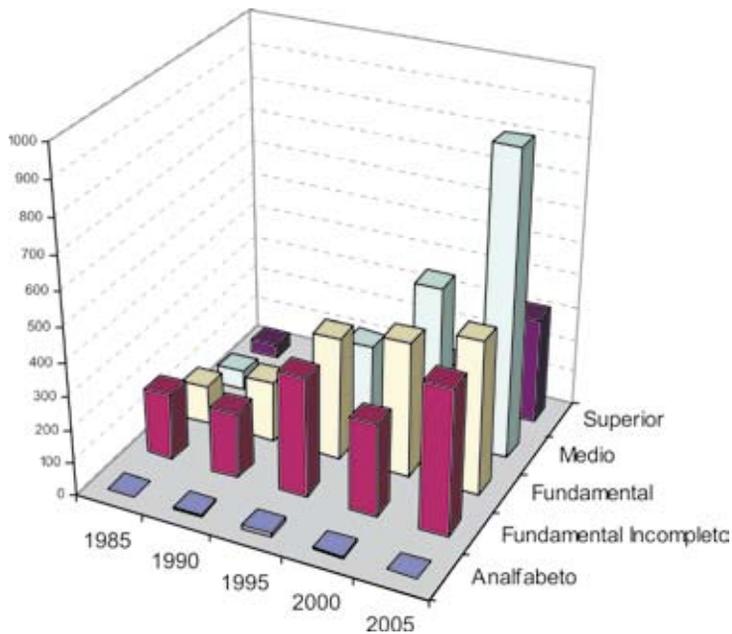


Gráfico 54 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

Entretanto, a faixa média salarial do setor sofreu pouca alteração. O principal aumento registrado foi justamente no número de trabalhadores que recebem entre 1(um) e 3(três) salários mínimos (Gráfico 55).

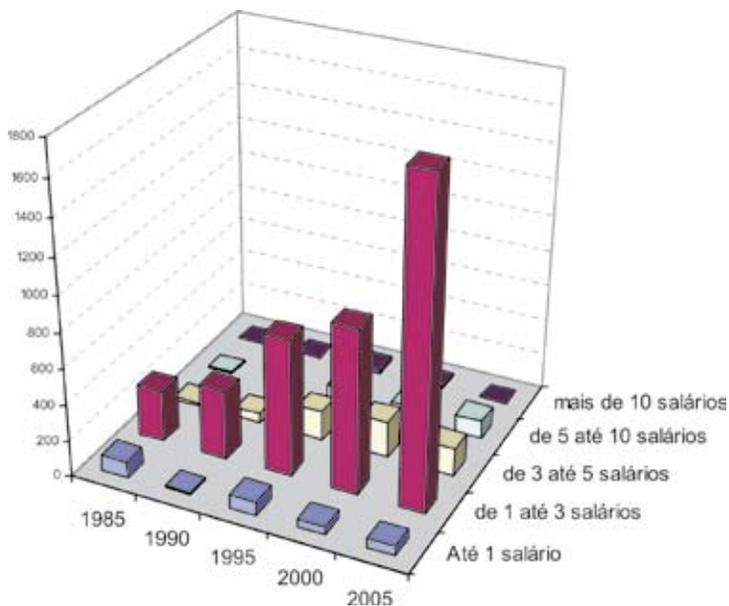


Gráfico 55 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.3.11.7. Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Álcool Etilico

O aumento no número de empregos da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Álcool Etilico caracterizou-se por uma elevação do nível de escolaridade do setor, em que o número de trabalhadores com Ensino Fundamental e Ensino Médio completos, que era irrisório em 1985, cresceu consideravelmente até 2005 (Gráfico 56).

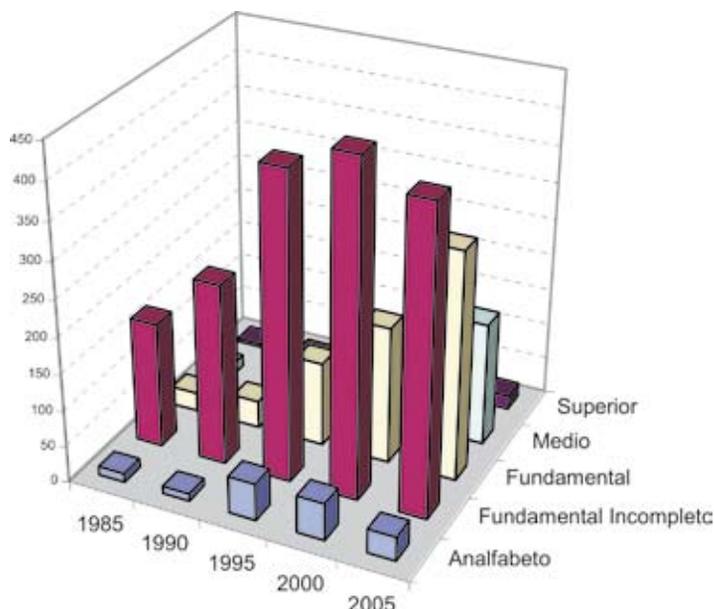


Gráfico 56 - Número de Trabalhadores por Grau de Escolaridade no Setor da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Álcool Etilico da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

No entanto, mais uma vez, a evolução na faixa salarial acompanhou timidamente a evolução do nível de escolaridade do setor. Apesar do número de trabalhadores que recebem até 1(um) salário mínimo ter diminuído e o número daqueles que recebem de 3(três) a 5(cinco) salários mínimos ter aumentado ligeiramente, a faixa média salarial do setor ainda está fortemente concentrada de 1(um) a 3(três) salários mínimos (Gráfico 57).

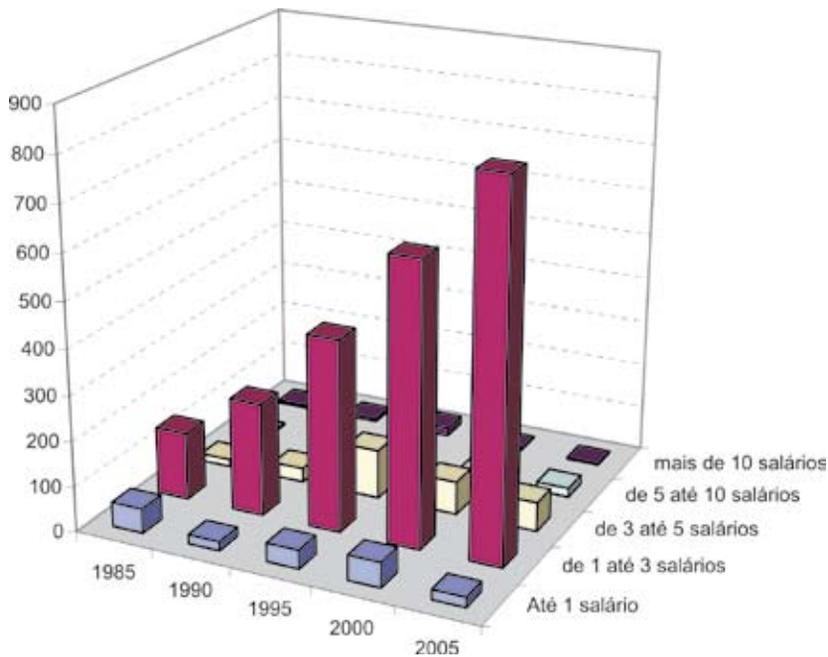


Gráfico 57 - Número de Trabalhadores por Faixa Salarial no Setor da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Álcool Etílico da Mesorregião Baixadas Litorâneas (1985/2005).

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/MTE (2007).

1.4. Princípios e Diretrizes

O Instituto Federal Fluminense, por meio da Reitoria, visa à integração sistêmica dos diversos *campi* preocupando-se em estabelecer grandes linhas norteadoras dessa nova institucionalidade. Dessa forma, dentre seus princípios destacam-se:

I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e com a extensão;

III. eficácia nas respostas por formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte ao desenvolvimento local e regional, social e cultural, sem perder de vista a formação integral;

IV. compromisso com a educação inclusiva e emancipatória;

V. natureza pública e gratuita do ensino com custeio por parte de recursos originários prioritariamente do orçamento da União.

As principais diretrizes estabelecidas para o Instituto Federal Fluminense podem ser observadas a seguir:

- Padrão funcional de rede - a comunicação profícua e a articulação eficaz dos pontos formadores da malha sistêmica respeitam princípios diretivos, que são gestados de forma transparente por representações democraticamente constituídas.
- Formulação e execução de políticas públicas a partir da esfera federal e atuação como agente condutor dessas políticas em prol do desenvolvimento local e regional - propostas de ofertas sistêmicas em que a cooperação se dará entre os diversos *campi* e por meio de parcerias com os atores do poder público, incluída a sociedade organizada.
- Compartilhamento e sistematização coletiva - padrão mínimo comum de comportamento, em que as ações deverão ser prioritariamente sistêmicas, conservando um sentido coletivo sem, contudo, interferir na autonomia de cada *campus*. O processo de autonomia, entretanto, não permitirá ao *campus* optar por transgredir as regulamentações, além dos princípios e diretrizes aqui definidos. A diversidade será respeitada e o direito à singularidade garantido, porém há de se ter objetivos comuns e um mínimo de unidade na ação. Isso vale, sobretudo, para a organização didática de cada *campus* que deverá ser flexível, porém unificada. Não há como prescindirmos da decisão pela implantação de um sistema único de ensino.
- Inserção social - o Instituto Federal Fluminense deverá ser uma instituição pública que aposta na formação ampliada e omnilateral. Um ambiente acadêmico que prima pela democratização não só no acesso, mas também na permanência dos sujeitos. Uma instituição que busca a verticalização, uma vez que tem como uma das principais preocupações a elevação de escolaridade como garantia da qualificação profissional e conquista plena da cidadania.
- Articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão, por meio do desenvolvimento de programas e projetos educacionais, que priorize a participação da comunidade acadêmica dos diferentes níveis e modalidades de ensino.
- Fortalecimento da pesquisa e extensão - no Instituto Federal Fluminense a pesquisa buscará soluções para a sua região polarizada e também promoverá o fortalecimento das atividades de extensão. Pesquisa e extensão deverão considerar como prioridade a inclusão social e em função disso deverão estar voltadas para atividades que privilegiem o desenvolvimento local e regional. Fomento de parcerias em projetos internacionais que integrem o planejamento institucional contribuindo para o enriquecimento socioeconômico e cultural.
- Inovação tecnológica - implementação de inovações de processo e de produto, mediante parcerias com atores locais e regionais, por meio de seus ambientes especializados e cooperativos de inovação. Essa postura inovadora permeará

todas as instâncias das atividades e deverá ser uma das competências atitudinais a ser desenvolvida na formação dos alunos.

- Administração matricial e por projetos - a gestão, numa ação de articulação inter-*campi*, otimizará o caráter sistêmico das ações dos diversos *campi* e do Instituto como um todo. Os gestores terão como primazia a eficiência e se pautarão por um perfil de gestão democrática, garantindo a participação dos atores envolvidos nos diversos níveis hierárquicos e processuais: planejamento, execução, controle e avaliação.
- Fortalecimento da política de gestão de pessoas - objetiva o processo educativo, o desenvolvimento e valorização do ser humano garantindo o trabalho integrado e de forma sistêmica.
- Democracia como valor universal - primar por um crescimento compartilhado que respeite as especificidades locais e regionais.

1.5. Finalidades e Características

Visando contribuir com a implantação dessa nova institucionalidade, reiterando a preocupação com o planejamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, ressaltando a necessidade de compatibilizarmos o PDI discutido, de forma ampla, democrática e participativa nas comunidades dos nossos *campi*, com as demandas já identificadas pelas suas direções, e ainda a obrigatoriedade de dar cumprimento ao estabelecido na Carta de Cabo Frio (Anexo I), destacam-se as finalidades e características do IF Fluminense em conformidade com o Artigo 6º. da Lei nº. 11.892/08:

- I ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal Fluminense;
- V constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento

- de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
 - VII desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
 - VIII realizareestimularapesquisaaplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
 - IX promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.6. Objetivos e Metas

Em conformidade com as finalidades e características delineadas no item 1.5 do presente documento, apresentam-se os objetivos do IF Fluminense em consonância com o Artigo 7º. da Lei nº. 11.892/08:

- I ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- II ministrar educação profissional técnica de nível médio, na forma concomitante ou subsequente ao Ensino Médio.
- III ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais em todos os níveis de escolaridade nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- IV realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.
- V desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.
- VI estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.
- VII ministrar em nível de educação superior:
 - a. cursos de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional.

- c. cursos de bacharelado em engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.
- d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.
- e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

A consolidação do Instituto Federal Fluminense, sem desconsiderar sua identidade centenária - referência na Educação Profissional e Tecnológica - assume todos os compromissos e objetivos estabelecidos para os Institutos Federais construindo essa transformação a partir das bases existentes.

Considerando a relação do IF Fluminense com o conjunto de políticas para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e a relevância de sua atuação como agente colaborador na estruturação das políticas públicas para a região que polariza, foram estabelecidas Metas e Compromissos (Tabela 5) para o período definido por este PDI, apresentadas no Acordo integrante do Plano de Estruturação, Expansão e Atuação, estabelecido entre SETEC/MEC e IF Fluminense.

Tabela 5 - Índices do Plano de Metas e Compromissos do IF Fluminense no período 2010-2014.

INDICADORES	TOTAL DE MATRICULAS	TOTAL DE DOCENTES	RELAÇÃO ALUNO/ PROFESSOR	EFICIÊNCIA DE MATRICULAS TOTAL	EFICÁCIA DE CONCLUINTEES TOTAL	NÚMERO DE ESCOLAS PÚBLICAS APOIADAS
2010.1	8172,13	597	13,69	92%	40%	10
2010.2	7992,04	613	13,04	92%	74%	86
2011.1	9632,01	690	13,96	93%	50%	11
2011.2	9737,1	690	14,11	93%	74%	94
2012.1	11177,21	695	16,08	93%	60%	12
2012.2	11309,61	695	16,27	94%	74%	103
2013.1	13311,76	695	19,15	100%	75%	13
2013.2	13009,39	695	18,72	100%	75%	113
2014.1	12858,38	695	18,5	92%	76%	14
2014.2	12419,23	695	17,87	91%	77%	124

Fonte: Termo de Metas e Compromissos - SETEC/MEC/IF Fluminense.

Dentre as metas e compromissos estabelecidos entre o IF Fluminense e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC, explicitam-se os seguintes indicadores:

- Índice de eficiência da Instituição

Alcance da meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que esse total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo de ingresso pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas.

- Índice de eficácia da Instituição

Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo de ingresso para cada uma dessas turmas.

- Alunos matriculados em relação à força de trabalho

Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), cursos técnicos de nível médio integrado na modalidade EJA, cursos de Graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de Pós-Graduação (lato sensu e stricto sensu) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo quadro de professores ativos na Instituição.

Para o cálculo dessa relação, cada professor DE ou de 40 horas será contado como 01(um) professor e cada professor de 20 horas será contado como meio.

O número de alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas.

O Gráfico 58 explicita o índice de matrículas dos cursos por nível de ensino do IF Fluminense, no 1º. semestre de 2010 e projeção conforme o plano de metas para o 1º. semestre de 2014.

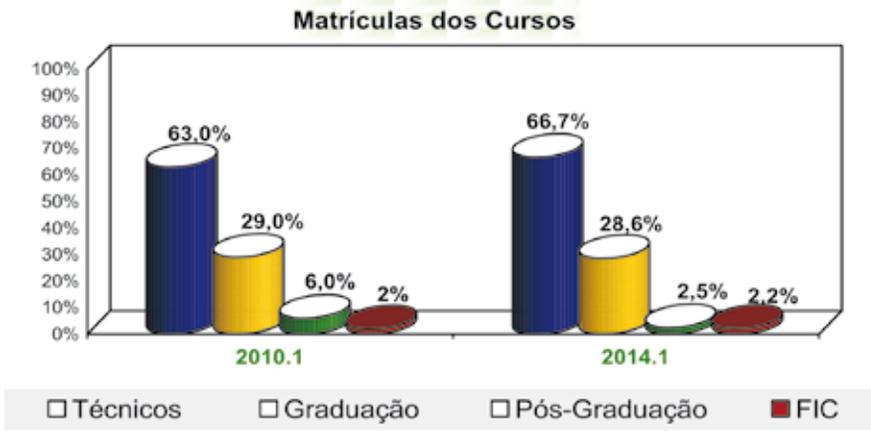


Gráfico 58 - Índice de Matrículas por Nível de Ensino do IF Fluminense, nos anos de 2010 e 2014.

- Vagas para os cursos técnicos
Manutenção de pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio, conforme o disposto na lei de n°. 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.
- Vagas para a formação de professores e Licenciaturas
Manutenção de pelo menos 20% de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na lei de n°. 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.
- Vagas na Modalidade Educação de Jovens e Adultos
Compromisso da oferta de cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Técnicos e FIC), na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional conforme o disposto no Decreto de n°. 5.840 de 13 de julho de 2006.
- Programa de Formação Inicial e Continuada
Implementação no Instituto Federal de cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional, em pelo menos, uma área ou eixo tecnológico.
- Oferta de Cursos a Distância
Implantação da modalidade Educação a Distância como atividade regular, no Instituto Federal Fluminense conforme os seguintes apontamentos:
 - o mediante a parceria firmada entre IF Fluminense, *Houston Community College* e IF Vitória acena-se a implantação de cursos, com previsão para

- o período de 2011-2022, em atendimento às demandas locais e regionais, com promoção da EaD e o Centro de Línguas;
 - o implementação, com início para 2011, do Curso de Língua Estrangeira para a área de Petróleo e Gás em parceria entre Centro de Línguas do IF Fluminense e a Coordenação da EaD deste instituto;
 - o implantação de cursos nas áreas técnica, tecnológica e de especialização.
- Forma de Acesso ao Ensino Técnico
Adoção, até 2011, com projeção para o ano 2022, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas (Tabela 6) que contemplem as realidades locais dos *campi*.

Tabela 6 - Demonstrativo da Forma de Acesso ao Ensino Técnico no IF Fluminense, no período amostral de 2009-2022.

Forma de Acesso	2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011	2022
Processo Geral de Ingresso	50%		50%		50%	50%
Processo de Ingresso Concomitância Externa ²		50%		50%		
2ª. Habilitação	Destinada aos portadores de diplomas de Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal Fluminense, cuja conclusão tenha ocorrido há, no máximo, dois semestres anteriores àquele de ingresso no curso. Esse processo dar-se-á somente entre os cursos de eixos correlatos em que a oferta semestral preencha o número de vagas existentes nos cursos.					
Processo de Ingresso Concomitância Interna ³	50%	50%	50%	50%		
Transferência Interna	Para alunos regularmente matriculados no IF Fluminense, em cursos de eixos afins, a partir do 2º. módulo, seja para permutas de turno, curso ou <i>campus</i> .					
Transferência Externa	Para alunos regularmente matriculados em instituições da Rede Federal em cursos de eixos afins, sendo obrigatório o cumprimento mínimo de 50% da carga horária do Curso do IF Fluminense.					

- Forma de Acesso ao Ensino Superior
Adoção, até 2011, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas (Tabela 7) que contemplem as realidades locais dos *campi* e adoção do ENEM para o acesso aos cursos de graduação.

² O Processo de Ingresso de Concomitância Externa é exclusivo para alunos da Rede Pública regularmente matriculados na 3ª. série do Ensino Médio ou cursando a última fase ou módulo do Ensino Médio na modalidade EJA ou cursando o Ensino Médio no Centro de Ensino Supletivo da Rede Pública conveniada. São destinadas 50% das vagas para ingresso no 2º. semestre do ano letivo.

³ O Processo de Ingresso de Concomitância Interna é exclusivo para alunos regularmente matriculados na 2ª série do Ensino Médio do IF Fluminense. São destinadas 50% das vagas para ingresso no 1º. e 2º. semestres do ano letivo.

Tabela 7 - Demonstrativo da Forma de Acesso à Educação Superior no IF Fluminense no período amostral de 2009-2022.

		Formas de Acesso	2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011	2022
GRADUAÇÃO		Vestibular	75%		50%	50%	50%	50%
		Acesso Direto - ENEM	25%	100%				
		ENEM (SiSU)			50%	50%	50%	50%
		Transferência Externa	Para alunos regularmente matriculados em instituições em cursos de áreas afins, sendo obrigatório o cumprimento mínimo de 50% da carga horária do curso.					
		Transferência Interna	Para alunos regularmente matriculados no IF Fluminense em cursos de áreas/eixos afins, a partir do 2º. período, seja para permutas de turno, curso ou <i>campus</i> .					
		Portadores de Diplomas	Para candidatos com graduação concluída, em curso autorizado ou reconhecido pelo MEC, com oferta de 10% adicionado ao total de vagas ofertadas em cada curso.					
		PARFOR	Reservas de vagas, em turmas existentes, para os professores da Rede Pública de ensino inscritos e validados na Plataforma Freire. Devido à demanda de docentes da Rede Pública, no 2º. semestre de 2009, para o Curso de 1º. Licenciatura em Geografia, propiciou-se a oferta de uma turma especial.					
PÓS-GRADUAÇÃO	Lato Sensu	<input type="checkbox"/> Redação <input type="checkbox"/> Análise de currículo	100%		100%		100%	100%
	Stricto Sensu	<input type="checkbox"/> Prova de conhecimento específico <input type="checkbox"/> Redação <input type="checkbox"/> Análise de currículo <input type="checkbox"/> Entrevista <input type="checkbox"/> Projeto de Pesquisa	100%	100%	100%	100%	100%	100%

- Pesquisa e Inovação

Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por *campus*, que reúna, preferencialmente, professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os *campi*, até o início de 2011 e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social (Tabela 8).

Tabela 8 - Quantitativo de Metas referentes à Pesquisa e Inovação no IF Fluminense no período de 2009-2014.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NO IF FLUMINENSE								
	METAS	CAMPI	QUANTITATIVO					
			2009	2010	2011	2012	2013	2014
IF FLUMINENSE	Grupos de Pesquisa	CamposCentro	11	13	13	14	14	15
		Macaé	01	01	01	02	02	03
		CamposGuarus	0	01	01	01	02	02
		Bom Jesus do Itabapoana	0	01	01	01	02	02
		Cabo Frio	01	01	01	02	02	03
		Itaperuna	0	01	01	01	02	02
		Subtotal	13	18	18	21	24	27
	Projetos de Pesquisa	CamposCentro	47	50	50	50	50	50
		Macaé	13	15	15	15	15	15
		CamposGuarus	01	02	02	03	03	04
		Bom Jesus do Itabapoana	01	02	02	03	03	04
		Cabo Frio	06	08	10	10	10	10
		Itaperuna	01	02	02	03	03	04
		Subtotal	69	79	81	84	84	87
	Núcleo de Inovação Tecnológica	CamposCentro	01	01	01	01	01	01
		Macaé	0	01	01	01	01	01
		CamposGuarus	0	01	01	01	01	01
		Bom Jesus do Itabapoana	0	0	0	01	01	01
		Cabo Frio	0	0	01	01	01	01
Itaperuna		0	0	01	01	01	01	
Subtotal		01	03	05	06	06	06	
TOTAL GERAL		83	100	104	111	114	120	

- Programas de Ações Afirmativas

Implantação de programas e projetos de cunho sociopedagógico em atendimento às comunidades interna e externa, por meio de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão.

Neste íterim, sistematizam-se programas (Tabela 9) voltados para a melhoria da qualidade da Educação Básica em parceria com os sistemas públicos de ensino e com a comunidade em geral.

¹O programa tem como eixo principal arte, ciência, educação e tecnologia, com a finalidade de construir e reconstruir valores e seus significados, produzindo saberes, leituras e releituras que ampliem a possibilidade de ser e estar no mundo, inventando-se e reinventando-se num processo de expressão e comunicação a partir da reflexão sobre a vida e mediada pela integração de um método de abordagem, compreensão e intervenção científica que integra a arte. Atende crianças e adolescentes, com faixa etária: 8 a 16 anos, matriculados na Rede Pública de Ensino (municipal e estadual) da região de abrangência do IF Fluminense.

²Avalia, no âmbito interinstitucional, a ingerência do componente curricular Prática Profissional dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal Fluminense a partir dos atores sociais envolvidos no processo.

Tabela 9 - Programas destinados à Qualidade da Educação Básica no IF Fluminense no período amostral de 2009-2022.

PROGRAMAS/PROJETOS	2009	2010.1	2010.2	2011	2022
Programa SignificARTE - tecendo significados por meio da Arte, Ciência e Tecnologia ¹	X	X	X	X	X
O fazer pedagógico na <i>InterAção</i> em instituições Públicas ²			X	X	X
Projeto Treinamento Técnico para Docentes da Rede Pública de Ensino ³		X	X	X	X
Educar para Ficar ⁴	X	X	X	X	X
Português Instrumental 1 ⁵	X	X	X	X	X
NACES - Núcleo Avançado de Ensino Supletivo ⁶	X	X			
NAEJA - Núcleo Avançado de Educação de Jovens e Adultos ⁷			X	X	X
Programa de Alfabetização e Letramento ⁸			X	X	X
Programa Bolsa de Trabalho ⁹	X	X	X	X	X
Programa Alimentação ¹⁰	X	X	X	X	X
Programa Educando para Saúde ¹¹	X	X	X	X	X
Projeto a Virada ¹² (Acompanhamento de Medidas Socioeducativas)	X	X	X	X	X
Visita Técnica ¹³ (Ajuda de Custo)	X	X	X	X	X
Projeto: Cursos Básicos de Primeiros Socorros ¹⁴	X	X	X	X	X
Projeto: Inclusão Digital para 3ª Idade	X	X	X	X	X
Projeto: Oficina de Leitura e Produção Textual	X	X	X	X	X

³ Possibilita aos docentes da rede pública de ensino da Região Norte e Noroeste Fluminense e Região dos Lagos, a aquisição de treinamento sistemático especializado nas áreas de formação e/ou atuação profissional.

⁴ Proporciona apoio da equipe interdisciplinar, com a participação de profissionais da área de saúde e de educação, aos alunos matriculados nas primeiras séries do Ensino Médio e/ou Técnico do IF Fluminense com dificuldades de aprendizagem. Esse projeto também sistematiza aulas de reforço com monitores das áreas de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, ofertando apoio pedagógico.

⁵ Propiciar a prática da produção de texto (escrito e oral) à comunidade discente e à externa.

⁶ Convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro - Contingente populacional: alunos do 6º. ano do Ensino Fundamental ao 3º. ano do Ensino Médio

⁷ Convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro - Contingente populacional: alunos do 6º. ano do Ensino Fundamental ao 3º. ano do Ensino Médio.

⁸ Programa na modalidade EJA destinado aos trabalhadores.

⁹ O aluno desenvolve atividade remunerada no Instituto Federal Fluminense oportunizando seu crescimento pessoal e educacional além de contribuir para sua formação cidadã.

¹⁰ Oferece refeições diárias (almoço), priorizando o atendimento aos alunos que desenvolvem atividades escolares em horário integral.

¹¹ Realiza atendimento aos alunos encaminhados pelo Serviço Médico e Odontológico do Instituto Federal Fluminense, para especialidades médicas nas Instituições de Saúde conveniadas, como também, aquisição de medicamentos além de trabalhos de prevenção nessa área.

¹² Atendimento a adolescentes e a jovens encaminhados pela Vara da Infância da Juventude e do Idoso e CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Esse projeto possibilita oportunizar a esses jovens o aprendizado de atividades nos diversos setores do Instituto Federal Fluminense, visualizando novas alternativas de vida através da educação e inserção no mercado de trabalho.

¹³ Os alunos são contemplados com ajuda de custo referente à alimentação durante viagens técnicas (visitas às empresas, feiras, programações culturais entre outras), realizadas pelas Coordenações dos Cursos.

¹⁴ Permitir aos cursistas a aquisição de conhecimentos básicos de socorro em emergência, fundamentados numa literatura atual e completa acerca da temática abordada, em atendimento à comunidade discente, externa e servidores.

- Núcleo de Inovação Tecnológica
Implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica - NIT e programas de estímulo à organização cooperativa que incentivem a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo (Tabela 10).

Tabela 10 - Projetos implementados no IF Fluminense no período amostral de 2009-2021.

NUCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - NIT					
PROJETOS	2009	2010	2013	2017	2021
Hotel de projetos ¹	X	X	X	X	X
Incubadora mista de empresas ²		X	X	X	X
Escritório de patentes ³		X	X	X	X
Empresa Júnior ⁴		X	X	X	X
Escola de empreendedores ⁵	X	X	X	X	X

¹ Denominado também de pré-incubação com a finalidade de dar apoio a empreendedores que possuem projetos, mas que não têm conhecimento de uma série de ferramentas de gestão de negócio.

² Trata-se do passo seguinte ao hotel de projetos. Nesse caso o empreendedor já tem que apresentar um plano de negócios e já se torna uma empresa, abrigada na Incubadora, com CNPJ.

³ Espaço de discussão a respeito da viabilidade e promoção do registro das propriedades intelectuais dos empreendedores que buscam apoio no NIT.

⁴ Escritório onde os alunos dos cursos do IF Fluminense poderão, acompanhados por professores, apresentar soluções para problemas demandados pelo mercado local.

⁵ Parceria com a UENE, com o apoio de instituições como o Sebrae, para criação de cursos de extensão para gestores e que promova maior comunicação da rede de empreendedores locais.

- Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão Intercampi e Interinstitucionais
Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo com os *campi* do Instituto Federal e programas interinstitucionais entre o IF Fluminense e outras Instituições Nacionais e Internacionais (Tabela 11).

Tabela 11 - Programas Intercampi e Interinstitucionais no IF Fluminense no período amostral de 2010-2021.

PROGRAMAS		PERÍODOS			
		2010	2013	2017	2021
INTERCAMPI	Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental	X	X	X	X
	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão de Design e Marketing	X	X	X	X
	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Projea em Educação Profissional Integrada à Educação Básica	X			
	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Trabalho e Educação		X	X	X
	Mestrado Profissional em Trabalho, Educação e Tecnologia		X	X	X
	Projeto de Pesquisa "Observatório Sócio-Ambiental Alberto Ribeiro Lamego"	X	X	X	X
	Núcleos de Inovação Tecnológica	X	X	X	X
	Núcleo de Pesquisa em Trabalho e Educação		X	X	X
	Alfabetização e Letramento	X	X	X	X
	Projeto: Universidade da 3ª. Idade		X	X	X
	Sala Verde	X	X	X	X
INTERINSTITUCIONAIS	Doutorado em Engenharia Civil com a UFF - Universidade Federal Fluminense	X	X		
	Doutorado em Informática com a UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	X	X		
	TEC Campos - Incubadora de Empresas em parceria com a UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense	X	X	X	X
	NACES - Núcleo Avançado de Ensino Supletivo com SEEDUC/RJ - Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro	X			
	NAEJA - Núcleo Avançado de Educação de Jovens e Adultos com SEEDUC/RJ - Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro		X	X	X
	FRANÇA - BRASIL ¹ (início em 2011)		X	X	X
	BRASIL - MÉXICO ² (início em 2009)	X	X	X	X
	BRASIL - CANADÁ ³		X	X	X
	PROJETO ANGOLA - BRASIL ⁴ (* início em 2008)	X*			
	BRASIL - EUA ⁵ (início em 2011)		X	X	X

Legenda: * Projeto com projeção de término para o ano de 2011.

- Simec, Sistec e Sistema de Registro de Preços do MEC
Adesão, a partir de 2010, ao Simec, Sistec e Sistema de Registro de Preços do MEC e a outros programas de interesse coletivo da Rede Federal, com compromisso de alimentação das bases de dados do Ministério da Educação.
- SIGA-EPT
Adesão ao sistema SIGA-EPT ou compromisso com a transferência para sua base de dados, via digital, das informações mínimas solicitadas pelo MEC/ SETEC. Considerando, neste caso, a disponibilidade da descrição de formatos para intercâmbio de dados do SIGA-EPT com outros sistemas.

¹ Entidade: **Association Départementale du Tourisme Du Haut-Rhin**. Visa à negociação e à cooperação na área de Turismo/ Gastronomia entre a região da Alsácia e os *campi* de Quissamã e Cabo Frio, oportunizando formação de docentes e intercâmbio de alunos.

Entidade: **Liceu de La Rochelle**. Parceria na área de Turismo/Hotelaria/Gastronomia com financiamento e apoio da SETEC/ MEC e ainda a participação dos IF: IFSC; IFPB e IFTO, destinada à capacitação de professores e ao intercâmbio de alunos dos *campi* de Cabo Frio, Itaperuna e Bom Jesus.

² Participação com o projeto da Agência Brasileira de Cooperação intitulado “Apoio ao Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do México nas áreas de Aeronáutica, Energias Renováveis, Telecomunicações e Educação a Distância”. O objetivo do projeto com o México é contribuir para o fortalecimento da educação profissional e tecnológica desse país, por meio do aprimoramento da qualidade da oferta, das metodologias de ensino e dos recursos didáticos, em especial no que se refere à educação a distância, além de compartilhar as experiências brasileiras em metodologia, recursos didáticos e operacionalização de cursos.

³ Convênio e termo de cooperação com duas instituições canadenses: (a) **Grant MacEwann University** - localizada em Edmonton, capital da província de Alberta Canadá. Áreas de interesse comuns constantes do memorando assinado: Treinamento de Professores; Desenvolvimento de Lideranças; Intercâmbio de Estudantes - Grupos; Treinamento de Ensino de Inglês como segunda língua; (b) **Vancouver Island University** - localizada na cidade de Vancouver, na província British Columbia. Áreas de interesse comuns constantes do memorando assinado: Gerenciamento de Recursos Ambientais; Turismo Sustentável; Gerenciamento de Hospitalidade; Intercâmbio de Professores e Alunos; Programas Customizados de Línguas Integradas a Área Curricular; Treinamento de Professores – Área de Humanas e Geografia; Programas de Pesquisa na África; Programa de Ensino de Inglês como segunda língua.

⁴ Acordo firmado entre o Ministério de Obras Públicas do Governo de Angola e o Cefet Campos, atual IF Fluminense, objetivando viabilizar a criação de Centros de Formação Profissional em cinco províncias de Angola nas áreas profissionais de Construção Civil e de Indústria.

⁵ Entidade: **Houston Community College (HCC)**. Criação do **ICELT (Internacional Center for Education, Language and Technologies)**, que possibilita futuro intercâmbio de professores e alunos para aprendizagem e aperfeiçoamento de Línguas.

Fortalecimento da Educação Profissional promovido pela Embaixada Americana no Brasil e *Higher Education Development* com o apoio da SETEC/MEC. Esse programa objetiva a elaboração e o desenvolvimento de cursos vocacionais em Português e Inglês para propósitos profissionais e acadêmicos, especialmente na área de Petróleo e Gás.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
PLUMBENSE

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, instituição que prima pela interlocução dos três eixos “Ensino, Pesquisa e Extensão”, como agente de desenvolvimento social, econômico e cultural, na área de abrangência onde se encontra instalado, estabelece como política para o desenvolvimento de seus diferentes setores, as seguintes diretrizes básicas:

- Desenvolver políticas no sentido da verticalização do ensino e elevação do nível de escolaridade, atendendo desde o Ensino Médio, à Educação de Jovens e Adultos e Formação Inicial e Continuada do trabalhador até a Pós-Graduação.
- Buscar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
Reconhecer a contribuição, as experiências e vivências do aluno para o processo de construção do conhecimento.
- Adotar políticas que possibilitem a inclusão social, a democratização do acesso e permanência na instituição.
- Possibilitar crescente difusão e utilização das tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de democratização contribuindo, assim, para a construção da cidadania.
- Desenvolver pesquisa aplicada no campo das tecnologias, na perspectiva de concorrer para o desenvolvimento local e regional.
- Desenvolver canais de comunicação com as esferas públicas e com a sociedade organizada, tendo em vista à educação inicial e continuada dos trabalhadores.
- Capacitar e valorizar o profissional da educação.
- Desenvolver políticas de valorização da rede pública de ensino e ações que a possibilitem.
- Promover avaliação permanente dos cursos e do corpo docente e técnico-administrativo em educação da instituição.

Todas as linhas explicitadas se fazem norteadoras do trabalho educativo nos diferentes níveis e modalidades de ensino, inclusive na pesquisa e inovação e na extensão, perpassam por ações que explicitam políticas e programas institucionais, tendo no seu bojo a concepção de gestão participativa.

2.1. Princípios Filosóficos e Teórico-Methodológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas

O Projeto Pedagógico Institucional do IF Fluminense retrata uma das ferramentas pedagógicas que enfatiza metas que possam contribuir com a práxis pedagógica da comunidade acadêmica, com a construção, (re)construção e produção do conhecimento pelos sujeitos desse processo e, por conseguinte, com a qualidade do ensino, traduzindo, assim, a sua filosofia educacional e a sua missão.

O IF Fluminense, em suas bases identitárias e filosóficas, e considerando:

- (a) o cenário contemporâneo que enfatiza a produção do capital intelectual e social, vislumbrando a inserção de questões humanas e sociais no mundo produtivo do trabalho;
- (b) o atendimento à demanda da comunidade acadêmica no que tange à compreensão da filosofia tecida na organização curricular dos cursos dessa Instituição;
- (c) a implementação de uma práxis educacional que retrate a sistemática das dimensões mediadora, humanista, ético-política, estética e ambiental legitimadas mediante ações e intervenções no processo de construção e produção de conhecimento,

assume a dialogicidade com seus pares numa perspectiva pluralista, integradora na operacionalização do seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), visando contribuir para o desenvolvimento das capacidades da comunidade acadêmica nas suas dimensões afetivas, cognitivas, emocionais, sociais, humanísticas e tecnológicas.

O conhecimento das necessidades do território em que o IF Fluminense encontra-se inserido, bem como das aspirações da sociedade, do compromisso que assume com o seu tempo e espaço, da missão a que essa instituição se propõe se pautam em princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam suas práticas acadêmicas, a saber:

- (a) a compreensão de que educar é um ato político e nenhuma ação pode estar caracterizada pela neutralidade;
- (b) o reconhecimento de que a educação, historicamente, tem sido um meio do qual o poder se apropria para sustentar o processo de dominação, mas que pode, contraditoriamente, concorrer de forma significativa para a transformação social;
- (c) a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica representa a plenitude do trabalho educativo;
- (d) a preocupação com a valorização do profissional da educação;
- (e) a atitude da pesquisa é hoje cada vez mais inerente ao processo de construção do conhecimento;
- (f) o processo educativo deve primar pela superação do caráter compartimentado e dicotômico existente que separa homem/cidadão; teoria/prática; ciência/tecnologia; saber/fazer;

(g) o desenvolvimento de um trabalho educativo em que haja a articulação entre ensino, pesquisa e extensão;

(h) o respeito ao pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas e à busca pela superação das contradições existentes, norteados pelos princípios que regem a filosofia do IF Fluminense;

(i) o reconhecimento da realidade e da experiência do aluno e da contribuição que suas experiências podem trazer para o processo de construção do conhecimento;

(j) a crescente difusão e utilização das tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de democratização do conhecimento;

(l) a produção científica deve ser devolvida à sociedade para melhorar a qualidade de vida das pessoas e do sistema.

Nesse ínterim, os princípios que norteiam as práticas acadêmicas nessa instituição encontram-se permeados nas diretrizes assim dispostas:

- I **Ética do cuidado** - identifica-se com o modo de vida sustentável, que supõe outra forma de conceber o futuro da Terra e da humanidade, por meio de uma nova maneira de ser no mundo e do desafio de combinar trabalho e cuidado. Compreendendo que eles não se opõem, mas se compõem, limitam-se mutuamente e ao mesmo tempo se completam. Juntos formam a integralidade humana. Uma compreensão holística, em totalidade, da realidade, compreendendo quatro pontos gerais: (a) respeito e cuidado pela comunidade da vida; (b) integridade ecológica; (c) justiça social e econômica; (d) democracia, não-violência e paz.
- II **Estética da sensibilidade** - atitude que qualifica o fazer humano quando defende os eixos desenvolvidos no processo educacional permeados pela ação-reflexão-ação. Valoriza-se, portanto, (i) a sensibilidade aos valores que fazem parte de uma identidade cultural e que devem ser dimensionados nas ambiências de ensino e de aprendizagem; (ii) a leveza, a delicadeza e a sutileza, estimulando “o fazer social” pela criatividade, pelo espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, a afetividade, para facilitar a constituição de identidades capazes de entender o conceito de qualidade e respeito ao outro e à cultura do trabalho centrada no gosto pelo desempenho e produção eficaz da atividade.
- III **Política da igualdade** - busca-se o sentido de atender aos atores sociais, independentemente de origem socioeconômica, convicção política, gênero, orientação sexual, opção religiosa, etnia ou qualquer outro aspecto.
- IV **Ética da identidade** - fundamenta-se na estética da sensibilidade e na política da igualdade, em respeito à inter e multiculturalidade, contribuindo para a formação de profissionais-cidadãos autônomos e produtivos.

V **Inter e transdisciplinaridade** - retrata atitude dinâmica do currículo no desenvolvimento da ação pedagógica ou de abordagem aplicativa das áreas do conhecimento, a qual implica estabelecer articulações e interações que sejam pertinentes e adequadas à construção, à reconstrução e à produção do conhecimento dos sujeitos.

A interdisciplinaridade oportuniza a integração e a articulação do currículo, provocando intercâmbios reais. Ressalta-se, então, que a abordagem interdisciplinar referenda uma prática em que o sujeito perceba a necessidade de estabelecer relações dentre os conteúdos abordados nas ambiências didáticas, na compreensão de um dado fenômeno ou na resolução de determinado problema.

Com base nos aportes de Santomé (1998) e Gadotti (1996), a interdisciplinaridade tem como fim: (a) o entendimento pelo sujeito da complexidade dos fenômenos humanos e mundiais; (b) as explicações científicas pelo conjunto dos componentes curriculares diante dos desafios; (c) o uso das tecnologias da comunicação e informação como meio de sustentar e flexibilizar esse processo.

A transdisciplinaridade enfatiza a construção de um sistema total, sem fronteiras sólidas entre os componentes curriculares e objetiva transitar nas áreas de conhecimento que compõem o itinerário curricular, indo para além delas, sem se preocupar com limites ou fronteiras, mas integrando em sua investigação outros modos de conhecimento que permeiam a humanidade e agregam novos saberes.

Na perspectiva de corroborar com essa diretriz, reporta-se a Gadotti quando esse menciona:

A ação pedagógica através da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. O educador, sujeito de sua ação pedagógica, é capaz de elaborar programas e métodos de ensino-aprendizagem, sendo competente para inserir sua escola numa comunidade (GADOTTI, 1996, p. 102).

VI **Contextualização** - refere-se ao conhecimento contextualizado, produzido e utilizado em contextos específicos. Recurso que contribui para que os sujeitos atuem sobre sua aprendizagem, uma vez que os provoca, os instiga a elaborar hipóteses, a buscar informações, a confrontar diferentes ideias e diferentes explicações, a perceber os limites de cada explicação, inclusive daquelas que eles já possuíam, na perspectiva da construção de seu conhecimento.

Nesse entendimento, o processo educacional, no que tange ao ato de constante aprendizagem, deixa de ser concebido como mera transferência de informações e passa a ser norteado pela contextualização de conhecimentos úteis ao sujeito.

- VII **Flexibilidade** - necessidade crescente de uma postura flexível, aberta, plural, pois trata de uma das bases epistemológicas relevantes do currículo e um dos princípios que norteia a aprendizagem. Assim, cabe a instituição de ensino a tarefa de oportunizar formas mais dinâmicas de aprendizagem, visto que a sociedade do conhecimento não se fossiliza mais em modelos, em paradigmas acabados e, sim, em paradigma novo, no qual a ambiência acadêmica concebe as práticas escolares como o “devir”, com a possibilidade de mudança constante.
- VIII **Intersubjetividade** - significa relação entre sujeitos na compreensão do relacionamento mútuo entre observador e objeto observado, na percepção de que o ato de observação altera a natureza do objeto e proporciona as inferências possíveis do sujeito na realidade local e regional.

Destarte, os princípios e valores filosóficos sustentados na percepção e compreensão de que o IF Fluminense se apresenta como instituição composta por sujeitos históricos, sociais e políticos que integram um mundo em constante movimento. E, além disso, sujeitos reflexivos, pesquisadores, abertos aos debates educacionais e que defendam a otimização de um diálogo educativo acompanhado de estrutura pedagógica, permeada pelo processo de comunicação sem fronteiras, com metodologias bem definidas e que sistematizem o conhecimento significativo em atendimento às especificidades da região na busca pela efetiva democratização de saberes.

2.2. Áreas de Atuação Acadêmica

O Instituto Federal Fluminense oportuniza, nos *campi* de seu âmbito de abrangência, percursos formativos diversos à convivência com a diversidade sociocultural e com a pluralidade no campo das ideias e concepções pedagógicas que norteiam os seus diferentes currículos demonstrados na Figura 6.

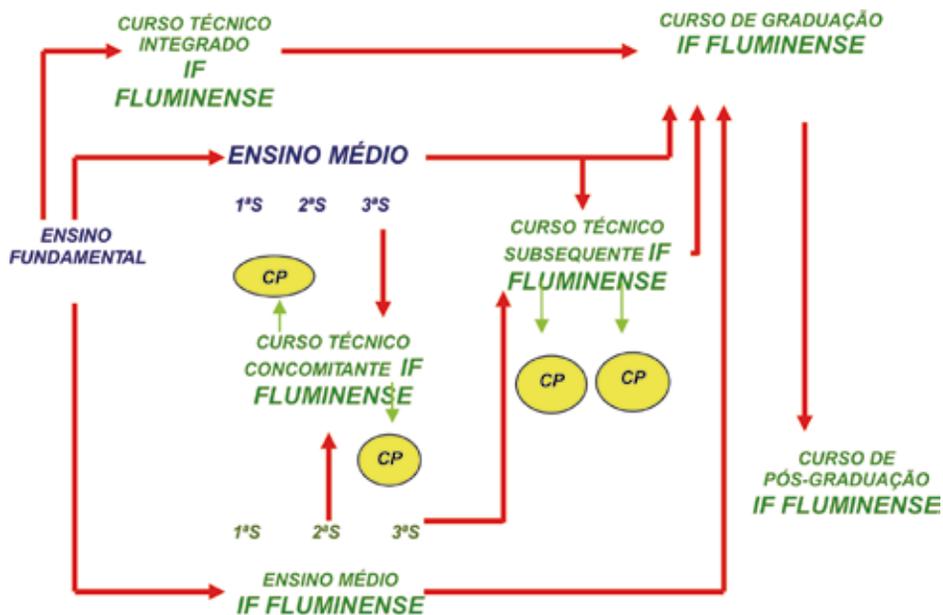


Figura 6 - Itinerários Formativos no Instituto Federal Fluminense.

As possibilidades apresentadas pelo Instituto Federal Fluminense permitem a construção de itinerários formativos diferenciados de acordo com a elevação da escolaridade alcançada.

- Para concluintes do Ensino Fundamental:
 - Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio;
 - Ensino Médio no Instituto Federal Fluminense com possibilidade de acesso aos Cursos Técnicos concomitantes após a conclusão com aprovação da 1ª. série do Ensino Médio.
- Para alunos do Ensino Médio:
 - Cursos Técnicos concomitantes com possibilidade de obtenção de certificação parcial de acordo com a terminalidade dos módulos. Nesse caso alunos do Ensino Médio de outras instituições também podem ingressar nos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal Fluminense. A instituição possui um Processo de Acesso Diferenciado, conhecido como Concomitância Externa, especificamente para acesso de alunos da rede pública.
- Para concluintes do Ensino Médio e de Cursos Técnicos:
 - Cursos Técnicos Subsequentes;
 - Cursos de Graduação: Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado.
- Para concluintes dos Cursos de Graduação
 - Cursos de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*.

Nesse contexto, o Instituto Federal Fluminense possibilita a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a sua infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Ressalta-se, também, que o IF Fluminense atua nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como na prestação de serviços, firmando-se como instituição capaz de interagir na busca de soluções para o desenvolvimento da sociedade e da região.

2.3. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão: novos desafios para o IF Fluminense

A nova institucionalidade constitui o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense como instituição que se organiza tendo como eixo a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir de seu compromisso com o desenvolvimento regional, compreendido em suas relações com o movimento de mundialização da sociedade, da economia e da cultura.

Embora a pesquisa e a extensão já fizessem parte das práticas pedagógicas dos Cefets por força de sua história, a indissociabilidade, contrariamente ao que ocorre nas Universidades, não era estruturante das atividades acadêmicas. Nessas instituições, o ensino sempre foi a atividade central, ocorrendo as atividades de pesquisa e extensão de modo complementar.

A nova institucionalidade, ao trazer a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, aponta um novo dilema: como construí-la mantendo a especificidade dos Institutos Federais, uma vez que não se trata de reproduzir em seu interior a estrutura e o funcionamento das Universidades. Até porque, nas Universidades, a indissociabilidade tem se mostrado antes um princípio formal do que prática efetiva. Em decorrência, são dois os desafios que se apresentam ao IF Fluminense: construir a indissociabilidade não só como princípio orgânico à sua natureza, mas também à sua especificidade como prática pedagógica.

Do ponto de vista da especificidade do IF Fluminense, a primeira dimensão a considerar é a sua natureza como instituição cujo objeto é a Educação Profissional e Tecnológica; a indissociabilidade, portanto, terá seus contornos definidos a partir dessa natureza.

O segundo ponto relevante é o compromisso social do IF Fluminense com o desenvolvimento local e regional e com o enfrentamento da exclusão, uma vez que sua missão é a formação para a cidadania e para o trabalho.

Desses contornos decorre que a pesquisa e a extensão, porquanto integradas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), terão como objeto a produção e

divulgação de ciência e tecnologia que permitam o enfrentamento dos problemas locais e regionais. Ou seja, seu compromisso será a formação de subjetividades que compreendam o potencial transformador do conhecimento enquanto promotor de qualidade de vida com sustentabilidade e democracia. Nesse contexto, insere-se o compromisso com a inovação, compreendida tanto como resultados em termos de processos e produtos que alavanquem o desenvolvimento local e regional com sustentabilidade e inclusão, quanto como desenvolvimento de subjetividades capazes de produzir novas soluções ao pensar cientificamente a prática social.

Para tanto, articulada ao ensino, a pesquisa fornece conhecimentos, problemas de investigação e espaços para programas, projetos e cursos de extensão, incluindo também a perspectiva da formação política. Da mesma forma, os projetos e cursos de extensão contribuem para a identificação de novas linhas de pesquisa e para a proposição de projetos que articulam, de modo interdisciplinar, investigação, apropriação do conhecimento e intervenção social.

Assim compreendida, a pesquisa terá suas linhas definidas a partir das relações que os cursos estabelecem com as demandas sociais, uma vez que, de modo geral e até mesmo pela história de constituição das instituições de EPT, essas são inicialmente contempladas pelas atividades de ensino.

O ponto de partida para a indissociabilidade, portanto, são as linhas de formação que conferem identidade a cada curso sustentando-os; elas explicitam a linha de atuação, as ênfases, as especificidades que expressam a vinculação do curso às demandas regionais e à missão institucional. São essas linhas de formação que fundamentam a elaboração do currículo e que orientam a definição das atividades disciplinares e interdisciplinares, incluindo os estágios, as práticas e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

As linhas de formação, por sua vez, atuam como incubadoras de linhas de pesquisa e de linhas de extensão, a partir das quais se constituem os grupos de pesquisa e os programas de extensão. Do processo de amadurecimento investigativo dos grupos de pesquisa decorre uma maior especificação de objetos que podem levar à formulação de linhas de pesquisa, que articulam diferentes grupos e cursos e se constituem em ponto de partida para a elaboração de propostas de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Os programas e projetos de extensão, por sua vez, por terem suas origens nas linhas de formação, articulam-se às atividades de ensino e de pesquisa. Finalmente, os resultados das atividades de pesquisa e extensão passam a se constituir em objetos de ensino, podendo levar à revisão das linhas de formação.

É a partir do ensino, portanto, que a indissociabilidade se constrói, sendo a pesquisa e a extensão partes integrantes da ação docente.

2.3.1. Políticas de Ensino

“A natureza do conhecimento humano é inventiva e construtiva. Nela as informações não são pré-fixadas, mas funcionam como pilares que geram transformações, a partir dessas transformações construímos o conhecimento. Essa construção se dá a partir de observações do ambiente e das pessoas que estão ao seu redor.”

Monique Deheinzelin

Na trajetória do século XX para o XXI, o espaço organizacional apresenta uma mudança paradigmática de grandes proporções, ocasionada pela evolução tecnológica e pela crescente competitividade no mundo do trabalho.

Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, no seu artigo intitulado “O novo momento da educação profissional brasileira”, enfatiza que:

[...] A fragilização dos modelos explicativos, a derrocada do socialismo e a revolução nos costumes criaram crises identitárias em todos os níveis. A despeito disso, uma nova perspectiva para a vida humana é o objeto que nos move nesse início de século e de milênio. O aspecto simbólico dessa passagem reitera em nós questões que continuam urgentes, que mobilizaram o desejo e a energia de trabalho das gerações que nos antecederam. Entre essas questões encontra-se a educação, que foi particularmente atingida pela crise e pelas políticas neoliberais, perdendo suas referências.

E, ainda, discorre:

Estamos implementando, na área educacional, políticas que se contrapõem a essas concepções neoliberais, abrindo oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Na busca de ampliação do acesso à educação e de permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino, diversas medidas estão em andamento.

Configura-se, portanto, a reglobalização¹ da educação na era do compromisso a ser assumido como um processo responsável de formação das futuras gerações de trabalhadores.

Com esse espírito, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia fundamentam-se na verticalização do ensino, em que a relação didática compartilhada pelos espaços pedagógicos e laboratórios, assume o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções

¹ Reglobalização como sendo resultado da crise do modelo neoliberal de globalização, centrada na concepção do mercado totalmente livre ou dos fundamentalistas do mercado (HOBSBAWM).

tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Nessa relação que enfatiza a relevância da dialogicidade às questões relacionadas ao ensinar-aprender, reporta-se a Freire:

Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo. É uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiadamente certos de nossas certezas [...] A 'dodiscência' - docênciadiscência - e a pesquisa, indicotomizáveis, são assim práticas requeridas por estes momentos do ciclo gnosiológico (FREIRE, 2002, p. 30-31).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense atua (a) no Ensino Médio, (b) nos Cursos Técnicos, (c) nas Licenciaturas, (d) nos Cursos Superiores de Tecnologia, (e) nos Bacharelados, (f) nas Especializações, (g) nos Mestrados, (h) na Formação Inicial e Continuada, com perspectiva de implementação de doutorado. Enfatiza-se a oferta de cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos, desde a alfabetização ao Ensino Médio, bem como nos Cursos Técnicos de Nível Médio, sinalizando para Cursos de Nível Superior.

Os princípios da concepção pedagógica que permeiam os cursos do IF Fluminense assim se apresentam:

Educação pautada na formação humana e no atendimento das necessidades da sociedade, no que se refere à exigência de organizar o currículo com base nas demandas socioeconômicas, científicas e tecnológicas da região em que cada curso encontra-se inserido, assim como do processo de construção da identidade racial em nosso país conforme o documento constante no Anexo II.

Desenvolvimento de uma prática educativa, forjadora de um projeto histórico, que não se fará tão somente pelo educador, mas pelo educador, conjuntamente, com o educando e outros sujeitos dos diversos setores da sociedade.

Sistemática nos fundamentos, nas condições e nas metodologias à realização do ensino e do saber, associando-os à extensão e à pesquisa, e convertendo os objetivos sociopolíticos e pedagógicos em objetivos de ensino, ou seja, selecionando conteúdos e métodos em função desses objetivos.

Interrelacionamento de formas ao ensino individual e coletivo buscando otimizar a relação dodiscente mediada pelo próprio trabalho docente.

Autonomia considerada um solo ético, em que se vislumbrem os exercícios do ensinar e do aprender, numa dimensão em que o diálogo pedagógico possibilite a comunicação dodiscente.

Educomunicação entendida como um novo campo de intervenção pedagógica, um novo campo epistemológico emergente que une a comunicação e a educação como uma ponte que inaugura um discurso apoiado em interrelacionamentos, em processos circulares de intercâmbios, em que desloca as duas ciências dos seus metadiscursos e as faz dialogar.

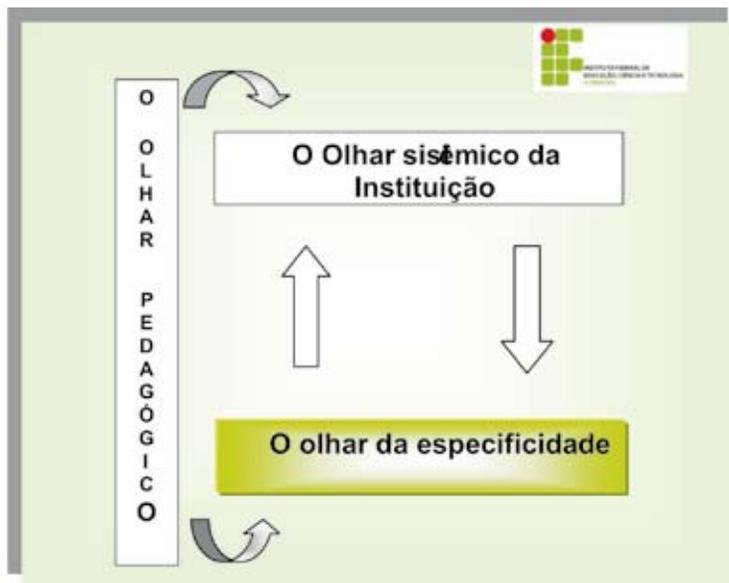
O desafio está posto. Como se entende em Kuenzer, (2005, p. 37), uma concepção de ensino tecnológico de qualidade para todos, seja em qualquer modalidade, só ganha concretude quando atende a diferentes demandas individuais e sociais, com espaço físico, equipamentos, contratação de professores e sua capacitação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense menciona no Estatuto, Título III, Capítulo I, Artigos 24 e 25, respectivamente, que:

O currículo no Instituto Federal Fluminense está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político-institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano (IF FLUMINENSE, 2009, p. 11).

Para a integração entre os *campi*, respeitando a identidade institucional de cada *campus*, tendo como princípio o diálogo permanente (Quadro 3), torna-se essencial o planejamento estratégico e operacional para o fortalecimento do Instituto.

Quadro 3 - A visão de integração acadêmica na nova institucionalidade.



Nesse ínterim, faz-se importante pensar propostas nos diversos níveis de ensino, que superem a fragmentação, envolvam os vários segmentos sociais e promovam uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Dentre os compromissos e desafios do IF Fluminense, destacam-se:

- Universalização ao acesso dos alunos da Rede Pública.
- Comprometimento com a educação inclusiva e emancipatória.
- Produção, desenvolvimento e socialização de tecnologias sociais.
- Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias assistivas, com o implemento do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).
- Ampliação de programas de assistência estudantil, de bolsa de iniciação científica e de apoio ao estudante com elevado desempenho, bem como de apoio pedagógico, com vistas à permanência do aluno.
- Fortalecimento dos Sistemas Nacionais de Informações do Ministério da Educação.
- Implantação do Centro de Línguas.
- Consolidação da Educação a Distância como modalidade de ensino.
- Estruturação sistêmica de programas destinados à melhoria de qualidade da educação básica.
- Ampliação de políticas educacionais específicas de formação de professores.
- Verticalização do ensino, com cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnicos de Nível Médio, Graduação e Pós-Graduação, além de Ensino Médio e Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio.

O IF Fluminense se apresenta como uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, que considera as demandas regionais e locais em seu planejamento estratégico, eticamente comprometida com a camada excluída de nossa população, garantindo elevação da escolaridade, qualificação profissional e formação integral do cidadão, que se desvincula do “exclusivo” interesse do sistema produtivo e amplia sua atuação de modo a contribuir com a democratização do conhecimento.

Contribuir no pensar e no construir uma sociedade, na perspectiva de solucionar os seus problemas, a partir de uma integração indissociável, entre a sociedade organizada (‘saber e experiência popular’), a instituição acadêmico-científica (produção científica intervindo na realidade, democratizando seus ‘saberes’, bem como, dando racionalidade ao ‘saber popular’) e a construção das condições políticas necessárias para a perenidade dos empreendimentos, é desenvolver tecnologia social¹.

Nesse contexto, o IF Fluminense assume esse referencial nos planos político, analítico e conceitual, criando, com esse objetivo, a Diretoria de Tecnologias Sociais e EJA, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino e incorpora, nesse ‘novo tipo’ de relação entre Ensino-Pesquisa-Extensão e Sociedade, os passos para compreensão desse princípio em todos os *campi* do Instituto e nos movimentos sociais na territorialidade

¹ Relaciona-se a uma estratégia de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental-cultural, compreendido como um conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que remetem a soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida, em escala local, regional e nacional.

do Instituto, consolidando esse ‘novo pensar e agir’ em nossa Instituição e avançando nos estudos sobre ele.

Lopez Cerezo (2000) enfatiza que o tripé Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) se originou há três décadas a partir de novas correntes de investigação empírica em filosofia e sociologia e de um incremento da sensibilidade social e institucional sobre a necessidade de uma regulação pública de permuta científico-tecnológica. E discorre que:

[...]CTS constituem hoje um vigoroso campo de trabalho em que se trata de entender o fenômeno científico-tecnológico no contexto social, tanto em relação com seus condicionantes sociais como no que se refere a suas consequências sociais e ambientais. O enfoque geral é de caráter crítico, com respeito à clássica visão essencialista e triunfalista da ciência e da tecnologia, e também de caráter interdisciplinar, concorrendo disciplinas como a filosofia e a história da ciência e da tecnologia, a sociologia do conhecimento científico, a teoria da educação e a economia da permuta técnica. [...]CTS define hoje um campo de trabalho bem consolidado institucionalmente em universidades, administrações públicas e centros educativos de diversos países industrializados (CEREZO, 2000, p. 1).

Com esse entendimento, a Pró-Reitoria de Ensino deste Instituto juntamente com a Diretoria de Tecnologias Sociais e EJA inicia, no ano de 2010, um plano de ação dessa nova política institucional que comporta as seguintes diretrizes:

Adesão/inclusão do Instituto Federal Fluminense na Rede de Tecnologias Sociais (RTS).

Divulgação interna nos *campi*, por meio de reuniões com professores e pesquisadores e de seminários sistêmicos.

Divulgação externa, junto aos movimentos sociais, universidades, meios de comunicação, poderes públicos, dentre outros.

Levantamento das experiências internas (em todos os *campi*) e externas, das técnicas e procedimentos já desenvolvidos, que podem se transformar em Tecnologia Social.

Encontro com os movimentos sociais / organizações populares.

Busca de construção de parcerias com a Petrobras, Banco do Brasil, Instituto Florestan Fernandes, UENF, UFF, Prefeituras Municipais e outros.

Busca de financiamentos junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia/ FINEP.

Realização da Semana das Tecnologias Sociais.

A Instituição, além disso, oferta programa próprio de alfabetização para jovens e adultos, Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade EJA, por meio de

parceria com órgãos da sociedade civil. Entre as parcerias, enfatizam-se os cursos de qualificação profissional e sua implantação em Núcleos Avançados.

A convivência com a diversidade sociocultural e a pluralidade no campo das ideias contribuem na formação de cidadãos mais autônomos, intelectual e eticamente. Nesse sentido, as políticas de ensino do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense refletem uma instituição em permanente construção, que embora centenária se renova a cada dia, enriquecendo o contexto socioeconômico e cultural brasileiro.

Por fim, as políticas de ensino do IF Fluminense partem da premissa de incentivo à produção do conhecimento relacionado com o seu contexto local e regional e sem perder de vista a formação ética e humanística, destacando a ênfase na formação multiplural de caráter continuado, que permite o desenvolvimento de seus discentes de modo criativo, multidirecional e engajado socialmente.

Essa integração se traduz na configuração de inovações metodológicas, avaliação continuada, relações teoria-prática e ensino-serviço, inter e transdisciplinaridade, pesquisa e o incentivo a percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

2.3.2. Políticas de Pesquisa e Inovação

A sociedade moderna, em especial, o sistema produtivo, exige a formação de profissionais, com competência, para responder às aceleradas mudanças apresentadas em seus diversos setores, bem como para fornecer respostas produtivas a essas transformações. Em consonância a essas exigências, destaca-se como diretriz que permeia à política nacional de pesquisa e pós-graduação, o incentivo à interação entre grupos de pesquisa, visando à gestão, otimização, racionalização e utilização compartilhada da infraestrutura física.

Nesse sentido, incrementa-se a necessidade logística de ritmo de crescimento e de transformações não apenas conjunturais e estruturais, mas, principalmente, na concepção de objetivos e metas claros que conduzam à consolidação de uma pós-graduação forte e qualificada, distribuída entre os *campi* no âmbito do Instituto, tendo como alicerce a atuação de seu corpo docente no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense preconiza no Estatuto, Título III, Capítulo III, Artigos 28 e 29, respectivamente, que:

As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à produção de conhecimento, à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social (IF FLUMINENSE, 2009, p. 12).

As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção de conhecimento, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional, consignando em seu orçamento recursos para esse fim (IF FLUMINENSE, 2009, p. 12).

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa, integradas ao ensino, à extensão e à pós-graduação, bem como promove ações na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica.

Nessa perspectiva, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IF Fluminense tem a função de promover e estimular a pesquisa de uma forma verticalizada, do ensino técnico ao mestrado, buscando ultrapassar a questão da indissociabilidade e da verticalização da pesquisa.

O IF Fluminense, por compreender que a pesquisa é uma atividade indissociável do ensino e da extensão, executa pesquisa tecnológica com o objetivo de contribuir para o avanço técnico-científico do país, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento da formação e da qualificação profissionais.

Como princípio norteador, as atividades de pesquisa devem manter estreita relação com as áreas de conhecimento e as linhas de pesquisa, identificadas como prioritárias para a instituição.

As atividades de pesquisa e inovação do IF Fluminense fomentam a criação de núcleos de pesquisadores transformados em grupos de pesquisa registrados no CNPq, na medida em que as produções acadêmicas se apresentem permeadas pelo princípio da consistência.

Destaca-se que o objetivo máster da pesquisa no IF Fluminense é agregar conhecimento e alcançar resultados, independente do nível acadêmico em que os atores estejam inseridos, na perspectiva de promover o desenvolvimento local e regional.

Esses núcleos, itemizados no quesito “Programas de Pesquisa” constante no presente documento, contam hoje com cerca de 90 bolsas de iniciação científica ou de inovação tecnológica. Um terço dessas bolsas é produto do fomento do CNPq e o restante da nossa Instituição.

Na sistemática das atividades da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IF Fluminense menciona-se, no Gráfico 59, a otimização de números de projetos de pesquisa no período de 2002 a 2009, no âmbito do Instituto, inseridos no Programa de Bolsas de Iniciação Científica, a saber: (a) CNPq, (b) Programa Institucional, (c) PIBITI, (d) FENORTE (Pós-Graduação).

Os Grupos de Pesquisa são cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e a evolução do número de projetos desenvolvidos no IF Fluminense, desde o ano de 2002, evidencia o investimento da Instituição na pesquisa, como demonstra o Gráfico 59.



Gráfico 59 - Evolução de Projetos do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do IF Fluminense no período 2002-2010.

As principais linhas de pesquisa do IF Fluminense foram definidas de acordo com suas principais políticas de atuação, a saber: (a) Educação Ambiental, ressaltando-se a questão das Energias Renováveis, Conservação Ambiental e Sustentabilidade, (b) Educação e Ciências Sociais, envolvendo a preocupação com o desenvolvimento local e regional e com a área de Informática. Outras linhas de pesquisa vêm se projetando como, por exemplo, as da área de exploração de petróleo em águas profundas, uma parceria do IF Fluminense com a COPPE/UFRJ, CENPES/Petrobras, projeto que se fará realidade a partir da construção de uma câmara hiperbárica no *campus* Macaé.

A Instituição desenvolve pesquisas, diagnósticos e prospecções tecnológicas de interesse para o processo de desenvolvimento econômico local e regional, a partir das áreas de conhecimento previstas em seu regulamento e que estejam associadas aos programas governamentais de fomento à pesquisa, conforme o disposto no Quadro 4.

Quadro 4 - Áreas de Conhecimento.

ÁREAS DO CONHECIMENTO	SUBÁREAS DO CONHECIMENTO
Ciências Exatas e da Terra	Ciência da Computação
	Geografia
Ciências Biológicas	Ecologia
Engenharias	Engenharia Civil
	Engenharia de Materiais e Metalúrgica
	Engenharia Elétrica
	Engenharia Mecânica
	Engenharia de Produção
	Engenharia Ambiental
Ciências Sociais Aplicadas	Planejamento Urbano e Regional
	Desenho Industrial
Educação	Biologia
	Física
	Geografia
	Matemática
	Química

Fonte: Regulamento da Atividade de Pesquisa do IF Fluminense.

Ressalta-se, dessa forma, a necessidade de adequação sistêmica, pautada pelo princípio da reciprocidade, entre as políticas institucionais definidas pelas Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão, de Pesquisa e Inovação, de Administração e de Desenvolvimento Institucional.

A elaboração de uma política institucional sistêmica será efetiva quando sintonizada com as políticas nacionais, além de estar fundamentada em linhas diretas de otimização: (a) organização e apoio institucional à expansão do ensino, da pesquisa e da extensão; (b) programa de capacitação e expansão do corpo docente e do corpo técnico-administrativo em educação; (c) produção qualificada de conhecimento científico e tecnológico e sua divulgação em veículos indexados; (d) interação entre os grupos de pesquisa consolidados no IF Fluminense com o setor produtivo; (e) incentivo à utilização da infraestrutura *multicampi* visando a sua otimização, racionalização e flexibilização.

Nesse viés, a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão representa que esta tríade que compõe o Instituto não pode acontecer de forma estanque ou fragmentada. Em princípio, essa tríade, num movimento pedagógico constante, auxilia na construção do conhecimento pelo aluno, instiga a geração de novos conhecimentos e possibilita o experimento desses conhecimentos por meio da sua aplicação na sociedade.

2.3.3. Políticas de Extensão

Desde sua criação como Escola de Aprendizizes e Artífices, depois Escola Técnica Federal, posteriormente Cefet Campos e presentemente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, por sua própria natureza de instituição de formação profissional, essa Instituição sempre se preocupou em atuar de forma articulada e estreita com a sociedade e os setores produtivos. Isso significa dizer que, em sua essência, o viés extensionista sempre norteou as ações institucionais.

Concebida como o conjunto de ações responsáveis pela articulação entre a instituição e a sociedade, a Extensão é o espaço em que o IF Fluminense promove a articulação entre o saber fazer acadêmico e a realidade socioeconômica e cultural da região em que se encontra inserido, traduzindo assim, o seu compromisso social e possibilitando a oxigenação necessária à vida acadêmica.

A evolução do setor de Estágio para uma Diretoria de Relações Comunitárias, na metade da década de 90, amplia essa intenção com uma série de projetos comunitários que incluíam parcerias com sindicatos, associações e até a implantação dos laboratórios e da biblioteca móvel.

Nesse processo, a instalação dos diversos *campi*, então Unidade Descentralizada (UNED) já se dá num formato em que a Extensão, mesmo sem obrigação formal, é parte integrante não apenas das responsabilidades institucionais, mas também parte das ações do processo educacional em termos *lato e stricto sensu*.

No sentido de afirmar a extensão como parte indispensável do pensar e fazer acadêmicos, no ano de 2004, foi criada a Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPE), assumindo-se, assim, a institucionalização das atividades extensionistas, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico. Face à crescente demanda apresentada, a DPPE, em 2005, passa por uma reestruturação, criando-se, então, a Diretoria de Trabalho e Extensão (Ditex), que atualmente apresenta em sua estrutura quatro coordenações: a Coordenação de Extensão, a Coordenação de Assuntos Comunitários, a Coordenação de Estágios e o Núcleo de Trabalho Social. Dado o crescimento das ações, a Ditex encontra-se em processo de expansão, haja vista a criação de mais uma gerência e de uma coordenação.

Também em 2004, com objetivo de se discutir a concepção da extensão que se quer assumir e atento às discussões que ocorrem no plano nacional acerca da

extensão universitária, o então Cefet Campos passa a integrar o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, assumindo junto com outras instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica, o fortalecimento da extensão, considerando a natureza singular dessas instituições.

Prosseguindo nessa linha, no segundo semestre de 2008, os projetos de Extensão avançam para uma ação institucional, independente das ações estimuladas pela direção, com o lançamento de um Edital, aberto a todos os *campi* do IF Fluminense, para que os servidores pudessem apresentar e concorrer ao apoio para o desenvolvimento de projetos de Extensão. Após pareceres técnicos foram selecionados 23 (vinte e três) projetos com a liberação de 58 (cinquenta e oito) bolsas de Extensão.

A partir dos princípios e diretrizes do IF Fluminense estabelecidos:

(a) na Carta de Cabo Frio, no evento Seminário de Planejamento Estratégico, realizado em outubro e novembro de 2008, que definiu as principais linhas de ação do Instituto dentro dessa nova institucionalidade;

(b) na reunião-debate com toda a equipe dirigente do IF Fluminense sobre o papel da Extensão nessa nova institucionalidade, realizada no dia 7 de janeiro de 2009, com a professora Acácia Kuenzer,

(c) na reunião coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão do IF Fluminense com os gestores de Extensão dos *campi* e núcleos avançados com as prefeituras de São João da Barra e Quissamã, bem como com a Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA) do IF Fluminense, realizada em 22 de maio de 2009, finalizada com a oficina de Planejamento Estratégico das Ações de Extensão para o IF Fluminense, em 19 de junho de 2009, foi possível, após discussões, debates e apresentações, ficarem acordados, de forma democrática e ampla, que os princípios e diretrizes da Extensão pautar-se-ão:

Na concepção dialógica entre Ensino-Pesquisa-Extensão, no entendimento de que: (i) o Ensino fundamentalmente auxilia no processo de construção e produção de conhecimento, rompendo o tácito e o senso comum; (ii) a Pesquisa enfoca a parte empírica das descobertas, da abstração para a formulação de novos conhecimentos; (iii) a Extensão se aplica à pesquisa, levanta problemas e demandas para novas pesquisas e na relação com a sociedade gera campo de observação e de nova teorização que passa a ser objeto novamente do ensino. Nessa sequência e com esse entendimento, considera-se e ratifica-se a indissociabilidade, num movimento pedagógico constante entre ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de produção de conhecimento pela sociedade, atuando, assim, como agente do desenvolvimento regional.

A Extensão deve buscar, permanentemente, incorporar de forma mais ampla suas atividades não apenas na graduação/pós-graduação, mas também no ensino técnico, se possível interligando esses níveis.

Na concepção de que o “regional” é considerado como ponto de partida e não de chegada, eliminando, assim, a crítica de desvalorização do universal, na ótica de que se trabalhará com o entendimento de que a região produz para si mesma, mas sem deixar de se articular com o universal.

A Extensão precisa ajudar a superar a dicotomia entre o universal e o regional: a comunidade e o mundo; questões universais - diferença x desigualdades promovendo articulações dialéticas.

Na compreensão de que a dívida social que há perante parte da sociedade brasileira não será resgatada apenas com os trabalhos de Extensão, o Ensino e a Pesquisa têm papéis preponderantes nessa questão e precisam também garantir, cada um ao seu modo, o resgate da dívida com parcelas importantes da sociedade brasileira.

No princípio de que a Extensão encontra-se vinculada ao foco inclusão/emancipação social e desvinculada ao assistencialista.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre Instituto e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos alunos e o significado social do trabalho acadêmico.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense assegura no Estatuto, Título III, Capítulo II, Artigos 26 e 27, respectivamente, que:

As ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal Fluminense e a sociedade (IF FLUMINENSE, 2009, p. 12).

Cabe ao Instituto Federal Fluminense incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim (IF FLUMINENSE, 2009, p. 12).

O IF Fluminense incorporando as tendências apontadas para o século XXI, exercendo o papel de articulador de agentes públicos e privados da região, focando seu perfil educacional como Instituição Pública comprometida com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, vem contribuindo para o desenvolvimento da região.

A extensão tem o intuito de democratizar “as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, (...)” (LDBEN - Lei nº. 9.394/96). Buscando o Plano Nacional de Extensão, “a extensão é uma atividade que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população (...) para a superação das desigualdades sociais existentes”.

A Extensão no IF Fluminense está pautada no incentivo a iniciativas que possam ajudar a inserir os alunos no mundo do trabalho e nas relações com a comunidade e com as empresas; na promoção e desenvolvimento de atividades que envolvam a prestação de serviços técnicos de qualidade à comunidade através de projetos de extensão tecnológica e projetos de treinamento profissional especializado, contribuindo para o desenvolvimento regional.

A Pró-Reitoria de Extensão é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão, da cultura e das artes e a relação com o mundo do trabalho e a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa.

As atividades de extensão desenvolvidas buscam uma articulação com as ações de ensino e pesquisa, bem como serem coerentes com a missão do IF Fluminense. Nesse sentido, busca-se envolver basicamente as dimensões da formação inicial e continuada de trabalhadores, a expansão do conhecimento, a atuação local e regional (planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar as atividades relativas à integração e ao intercâmbio entre o IF Fluminense e os poderes públicos constituídos e suas representações, as organizações produtivas, e as representações sociais em geral), a formação artística e cultural e prestação de serviços.

A relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no processo pedagógico, pois professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a relação entre extensão e pesquisa ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da população.

Como instituição pública, o IF Fluminense incentiva práticas que possibilitem a participação de diversos grupos da sociedade, no usufruto, direto e indireto, dos resultados produzidos pela atividade acadêmica em suas várias dimensões.

Assim sendo, com base no seu compromisso com a construção de uma sociedade melhor, mais justa, mais solidária e mais democrática, traz a extensão para o centro do “viver acadêmico”.

A política institucional de apoio à extensão estabelece, prioritariamente, os seguintes temas cujo objetivo é nortear as ações extensionistas deste Instituto:

- Cultura: difusão, memória e produção;
- Educação e cidadania;
- Desenvolvimento regional sustentável;
- Responsabilidade social;
- Tecnologia, trabalho e inclusão social.

Itemizam-se, assim, os principais objetivos da política de extensão do IF Fluminense:

- Articular o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com interesses e necessidades da sociedade organizada em todos os níveis.

- Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida do Instituto Federal.

Incentivar uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos.

- Favorecer a reformulação do conceito de “sala de aula”, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada pela integração recíproca de professores, alunos e sociedade, ocorrendo, a educação, em qualquer espaço e momento, dentro e fora dos muros do IF Fluminense.

- Atuar como articulador entre o local e o global na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

- Sistematizar, apoiar e acompanhar as ações que visem à interação do IF Fluminense com a sociedade.

Atender diretamente à comunidade, por meio de programas e projetos, com a participação de alunos e docentes.

- Prestar serviços, incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional.

- Ofertar cursos de iniciação, atualização, qualificação ou treinamento profissional.

Estabelecer, ainda, que a extensão será realizada sob a forma de:

- Participação em iniciativas de natureza cultural.
- Promoção de atividades artísticas e culturais.
- Publicação de trabalhos de interesse cultural.
- Estímulo à criação literária, artística, científica e tecnológica.
- Articulação com o setor produtivo.
- Realização de eventos de interesse técnico, social, científico, esportivo e artístico.
- Elaboração de produtos acadêmicos que instrumentalizem ou que são resultantes das ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como cartilhas, vídeos, filmes, dentre outros.
- Programas e projetos de extensão, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico.
- Interiorização do IF Fluminense.
- Difusão de conhecimentos e tecnologias a partir de demandas solicitadas e identificadas pelas comunidades.

Nesse ínterim, as dimensões ou áreas de atuação da Extensão no IF Fluminense (Quadro 5), assim se apresentam:

1. Projetos Tecnológicos
2. Serviços Tecnológicos
3. Estágio e Emprego
4. Acompanhamento de Egressos
4. Projetos Sociais
5. Empreendedorismo
6. Relações Internacionais
7. Eventos
8. Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos
9. Visitas Técnicas e Gerenciais
10. Cursos Extracurriculares

Quadro 5 - Área de Abrangência da Extensão no IF Fluminense.



A extensão no IF Fluminense - lócus de sistematização do princípio de interação entre os *campi* - reafirma a seguinte vertente: a possibilidade de integração da diversidade das atividades-fins do IF Fluminense. Nessa perspectiva, a articulação central das atividades desenvolvidas na extensão favorece o entendimento da identidade institucional, ao mesmo tempo em que confere, significativamente, a valorização dessas atividades frente ao desenvolvimento local e regional.

2.4. Organização Acadêmica do IF Fluminense

2.4.1. Organização Didático-Pedagógica

Na perspectiva de que o universo acadêmico se transforma em oportunidade de construir conhecimentos e desenvolver uma postura para ser e estar no mundo, são reconhecidamente espaços da dialética e do diálogo que possibilitam diferentes olhares sobre a mesma realidade. Configura-se um espaço de democratização do conhecimento, onde a educação é considerada direito de todo cidadão, onde as políticas de superação das desigualdades se efetivam. Isso significa também afirmar que a preocupação com a qualidade da educação se constrói com a compreensão de que é necessário que todos tenham oportunidades de acesso a todo o conhecimento.

O educador Paulo Freire menciona na sua obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa” que:

[...] mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade (FREIRE, 2004, p. 18).

Assim, reconhece-se que o sujeito na construção de sua história se transforma em real sujeito da construção e reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.

Ressaltam-se, nesse íterim, as políticas de educação inclusiva no IF Fluminense, na perspectiva de repotencializar a educação profissional e tecnológica, a fim de institucionalizar o conceito pleno de educação e de programas integradores e inclusivos de ensino.

Pensar em políticas de educação inclusiva é perceber que essas se configuram em uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do

direito de todos os sujeitos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Dessa forma, o IF Fluminense reconhece a imprescindibilidade da promoção da educação inclusiva numa perspectiva socioeducativa e de inclusão¹ dos cidadãos como seres individuais e coletivos. Isto posto, enfatiza-se que, no campo socioeducativo, este Instituto prima pela harmonia estrutural dos ambientes e pela qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação.

As ações educativas - produtos de uma educação plural e democrática - no IF Fluminense apresentam como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, produzindo sentido e significado para os alunos de todos os níveis e modalidades.

Nesse íterim, encontram-se os projetos destinados ao ensino da arte e ao da música com o intento de oportunizar estudos e vivências a respeito da cultura em sua diversidade aos discentes nas várias realidades educativas, resignificando o desenvolvimento de potencialidades individuais que possam ser determinantes e significativas para a sociedade.

Tais projetos apresentam como premissa o desenvolvimento cognitivo, a imaginação, a reflexão crítica e criativa, como fatores que contribuem na prática educativo-crítica e como polos dinamizadores do currículo, possibilitando uma relação de ensino e de aprendizagem significativa e inclusiva.

Dentre as ações educativas tecidas com base na inclusão acadêmica, as práticas de ensino docente se adequam às diferenças dos alunos e oferecem alternativas que contemplem a diversidade, além de oportunizar recursos de ensino e equipamentos e serviços de apoio especializados que atendam às necessidades educacionais dos alunos, com ou sem deficiências.

No universo do contexto apresentado, esta instituição profissional e tecnológica apresenta em sua estrutura organizacional o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), composto de equipe multiprofissional, objetivando:

- oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos e aos professores;
- oferecer apoio psicológico aos alunos, servidores e professores do IF Fluminense;
- integrar ações de ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais;
- trabalhar de forma articulada com o programa de acessibilidade e permanência;
- desenvolver projetos socioeducativos, por meio (a) softwares e equipamentos de informática para a acessibilidade aos meios midiáticos e de tecnologia

¹ “[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN, 2005, p. 24).

assistiva, (b) de ambientes com acessibilidade acústica para alunos com deficiência auditiva.

O IF Fluminense, representado pelos seus *campi*, implementa ações que retratam atividades educacionais inclusivas, a saber:

- oferta de cursos de Braille e de Libras, objetivando promover oportunidades de estudo, reflexão e vivências diversas junto aos profissionais da educação;
- inclusão do deficiente visual, por meio da aprendizagem da leitura e da escrita em braile para deficientes visuais;
- Projeto: “Educação Inclusiva - Construindo condições de acessibilidade em sala de aula de Matemática”;
- Projeto: “Matemática Interativa”.

Enfatizam-se, por conseguinte, as políticas institucionais inclusivas, itemizadas *a posteriori*, que refletem as dinâmicas didático-pedagógicas deste Instituto, as quais também permeiam o tripé ensino, pesquisa e extensão:

2.4.1.1. Políticas de Educação de Jovens e Adultos

As políticas de educação de jovens e adultos no IF Fluminense significam reconstituir a memória de todas as ações já desenvolvidas em torno da educação para todos, dos programas, projetos e campanhas de inclusão, em que o pensar e o fazer educação de jovens e adultos remetem ao estudo de dois conceitos fundamentais: o de inclusão e o de diversidade cultural.

Ambos devem ser percorridos conjuntamente de forma a garantir a noção de totalidade contextual que lhes são próprios e compreendidos assim como direito público. Isso nos reporta à análise da educação de jovens e adultos trabalhadores no atual contexto da globalização, buscando compreender seu significado no contexto social e educacional.

O IF Fluminense promove cursos na modalidade EJA, possibilitando que esses atores tenham acesso ao que lhes fora negado historicamente: o direito à educação, voltado aos interesses e anseios dos jovens e adultos trabalhadores.

A consolidação da educação de jovens e adultos como direito público subjetivo, independente da idade, passando pela constituição de políticas inclusivas, vem garantindo sua oferta e permanência, bem como solidificando os direitos sociais da cidadania dos jovens e adultos trabalhadores.

A EJA no IF Fluminense defende o processo educativo tem três dimensões: (a) individual, (b) profissional e (c) social. A primeira considera a pessoa como um ser incompleto, que tem a capacidade de buscar seu potencial pleno e se desenvolver, aprendendo sobre si mesmo e sobre o mundo. Na segunda dimensão, inclui-se a

necessidade de todas as pessoas se atualizarem e se qualificarem profissionalmente. Na social, um cidadão ativo e participativo, necessita ter acesso a informações e saber avaliar criticamente o que acontece. Imbricada as dimensões mencionadas, encontra-se a relação das pessoas com o meio ambiente, na perspectiva da necessidade de conscientização ambiental enquanto sujeito do seu tempo e de reeducação no âmbito da sustentabilidade.

Assim, o IF Fluminense, com essa percepção, concebe, não só, em seus cursos, programas e projetos, como também, em suas ações educacionais, o princípio da educação inclusiva. Pois, acredita que esse paradigma educacional encontra-se fundamentado na concepção dos direitos humanos, que retrata a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, nos conceitos de cidadania e da ética e na participação dos sujeitos.

2.4.1.2. Políticas de Educação a Distância

O IF Fluminense no incremento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresenta cursos na modalidade Educação a Distância, na perspectiva de explorar a potencialidade interativa das TIC propiciada pela comunicação multidimensional entre os atores, permitindo criar condições de aprendizagem e colaboração.

Evidenciando-se a participação e a interação entre os alunos, entre alunos, tutores e professores, esta instituição profissional e tecnológica define como pressupostos básicos para a sistematização do ensino a distância:

- A compreensão da EaD como possibilidade de contribuir para a redução das desigualdades educacionais e de oportunizar novos ambientes de aprendizagem, tecidos pelo diálogo e interação entre os sujeitos.
- O entendimento de que a EaD configura-se como um processo que pode ocorrer em tempos e espaços distintos, contudo vinculados a contextos e situações específicas.
- A compreensão da prática de EaD como uma modalidade de ensino, na perspectiva de construção e produção de conhecimento, considerando que forma e conteúdo, conceito e estrutura encontram-se imbricados.
- Necessidade de definir a concepção pedagógica e objetivos do curso nessa modalidade, desde o planejamento, metodologias, elaboração de material didático, corpo docente, até a sua implantação e respectivos processos de acompanhamento, de orientação e de avaliação do aluno.
- A prática do professor centrada na reflexão e na articulação com os seus pares, visando, se necessário, a reconstrução de estratégias desenvolvidas como a organização do trabalho acadêmico e a produção de materiais pedagógicos.

- A conquista da autonomia no processo de aprendizagem mediante estratégias em que o estudo coletivo impulsiona a rede de conhecimento e compartilhamento de informações.

Ressalta-se que na relação professor-tutor-aluno-conhecimento a interatividade deve estar presente, não como consequência da presença de tecnologias, e sim como foco, como predicado, ou seja, uma característica para a construção do conhecimento.

Desafios são muitos a serem superados pelo ensino a distância. Fazem-se necessários, então, reflexões a respeito da concepção e prática da EaD no universo educacional. Deste modo, os diálogos precisam ser continuamente considerados e estabelecidos para que a compreensão da EaD seja a favor de uma educação comprometida com a produção de saberes e a transformação social.

2.4.1.3. Processo de Avaliação

Considerando os prescritos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, bem como o cenário contemporâneo que enfatiza a produção do capital intelectual e social, na perspectiva de inserir questões humanas e sociais no mundo produtivo do trabalho, em que a práxis educativa retrate a sistemática da avaliação mediadora e humanista legitimada mediante ações e intervenções (essas que se fizerem necessárias) no processo de construção e produção de conhecimento, o processo de avaliação no IF Fluminense visa proporcionar, de maneira mais estruturada, o diálogo entre os alunos e a instituição e entre a instituição e a sociedade, objetivando a qualidade do ensino e a consequente melhoria dos níveis dos serviços prestados à comunidade acadêmica.

A concepção de avaliação do IF Fluminense, seja de caráter interno ou externo, baseia-se na avaliação contínua e permanente de desempenho, prevalecendo os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, sem dissociá-los.

O processo de avaliação de caráter interno no IF Fluminense, em atendimento aos prescritos no Regimento Geral da instituição e respectivas regulamentações, sistematiza-se por meio de:

- I **Autoavaliação Institucional** - com aplicação anual do instrumento questionário junto aos docentes, discentes e técnico-administrativos em educação pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), configurando ferramenta fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade.

A Autoavaliação Institucional se subsidia da Autoavaliação de Curso sob a responsabilidade do Coordenador.

- II **Concomitância Interna** - processo de ingresso, aos Cursos Técnicos de Nível Médio para os alunos do Ensino Médio do IF Fluminense, tendo como referência o rendimento acadêmico do mesmo após a conclusão da 1ª. série.
- III **Ouvidoria** - canal facilitador de comunicação que objetiva promover a garantia dos direitos dos cidadãos, concretizando, além do princípio da eficiência, os princípios da ética e da transparência com a comunidade.
- IV **Verificação do aproveitamento da aprendizagem dos alunos nos cursos** - com aplicação de instrumentos diagnósticos de desempenho e de assiduidade, na perspectiva de sistematizar novas oportunidades de construção social de saberes.

O processo de avaliação de caráter externo é assim realizado:

- I **Avaliação Institucional** - componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), dividindo-se em duas modalidades:
 - Autoavaliação** - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) desta instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Ensino Superior (CONAES).
 - Avaliação externa** - realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações.
- II **Concomitância Externa** - processo de ingresso, aos Cursos Técnicos de Nível Médio para os alunos da 3ª. série do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino conveniada ao IF Fluminense, por meio de processo diferenciado com prova classificatória de conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática.
- III **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)** - implantado pela lei n°. 10.861 de 2004, visa avaliar o Ensino Superior por meio de uma prova aplicada aos alunos ingressantes e concluintes dos diferentes cursos oferecidos pelo IF Fluminense.
- IV **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)** - implantado pelo MEC desde 1998, visa avaliar o Ensino Médio por meio de uma prova aplicada aos alunos concluintes da 3ª. série do Ensino Médio ou aos concludentes do Ensino Médio ou curso equivalente.
- V **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)** - objetiva contribuir com a qualidade da formação docente, por meio de ingresso dos profissionais que atuam na educação básica da rede pública nos cursos de licenciaturas, cuja inscrição dá-se semestralmente, sob a responsabilidade do MEC. A seleção dos profissionais, em conformidade com o percentual de oferta de vagas, é realizada pelas secretarias de educação municipais e estaduais.

VI **Processo de Ingresso aos Cursos de Nível Médio**- ocorre ao final do período letivo, destinado à comunidade que deseje inscrever-se para o Ensino Médio ou Curso Técnico em Nível Médio.

VII **Processo de Ingresso aos Cursos Superiores**

7.1. **Vestibular** - ocorre ao final do período letivo, destinado à comunidade que deseje inscrever-se para quaisquer dos cursos de graduação.

7.2. **Processo aos cursos de nível superior** - aos cursos *Lato Sensu* efetiva-se dois momentos: (a) Redação, (b) Análise de currículo. Aos cursos *Stricto Sensu*, (a) Prova de conhecimento específico, (b) Redação, (c) Análise de currículo, (d) Entrevista, (e) Projeto de pesquisa.

2.4.1.4. *Seleção de Conteúdos*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense além de retratar a relação indicotomizável entre educação-trabalho-ciência-tecnologia, se preocupa constantemente em relacionar esse quadrinômio no processo educativo. Isso significa dizer que mais que a seleção de conteúdos da base científica e tecnológica da formação acadêmica, há vieses outros que perpassam a formação, oriundos de uma proposta de currículo que traz o ser humano e a vida para o centro do trabalho e constructos de um processo educativo que defende a vida de todos os seres em plenitude. Nesse sentido, na compreensão da prática docente, enquanto dimensão social da formação humana, aspira-se a formação de um profissional cidadão que reúna em si competências técnico-científicas e atitudes necessárias para interferir na sociedade moderna.

Assim sendo, propõe-se a dinâmica de integração curricular balizada pela articulação entre trabalho e ensino, prática e teoria, e ensino e comunidade, na perspectiva de atender a formação pessoal e profissional, tendo como pano de fundo as características socioculturais do meio em que esse processo se desenvolve.

A seleção dos conteúdos tem como base três princípios de organização: a flexibilização, a integração e a mobilidade acadêmica. Esses se encontram articulados na prática pedagógica a ser desenvolvida em docência no *campus* e entre os *campi* e a sua vinculação com os demais componentes do currículo, abordando continuamente o contexto da humanização dos saberes.

Para sua legitimização, os princípios de flexibilização e de integração se reportam à abertura dos conteúdos, ao processo de ensino e de aprendizagem dialógico no âmbito dos campos de conhecimentos, numa relação docência-discência, em atendimento às demandas socioculturais e econômicas.

A flexibilidade, segundo a LDBEN, apresenta-se como um dos princípios que concebe a aprendizagem. Assim, a instituição acadêmica deve oportunizar

metodologias mais eficazes de aprendizagem, haja vista que a sociedade do conhecimento não se fossiliza mais em modelos, em paradigmas acabados e, sim, em paradigma novo, no qual o espaço escolar concebe às suas práticas, o dever.

Quanto ao princípio de integração, o IF Fluminense pauta suas ações na perspectiva da escola unitária apontada por Gramsci², requerendo uma educação geral que se torne parte inerente da educação profissional, e que o trabalho seja o princípio educativo, na perspectiva de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, com a finalidade de desenvolver um percurso educativo em que estejam presentes e articuladas as duas dimensões: a teórica e a prática, em todos os momentos da formação, contemplando ao mesmo tempo a formação científica e a tecnológica, sustentadas no domínio das linguagens e dos conhecimentos sócio-históricos.

O princípio da mobilidade acadêmica tem como referência o processo de interação curricular de cada curso construído pelos *campi* no âmbito deste Instituto, face à identidade e à filosofia institucional. Nesse prisma e em primeira instância, esse princípio tem por foco, além do respeito às especificidades locais e regionais, garantir o atendimento às necessidades discentes.

2.4.1.5. Princípios Metodológicos

Para compreender os princípios metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas no IF Fluminense, reportamo-nos aos níveis de colaboração e integração adjacentes ao currículo de curso, ressaltando os processos de distinção e complementariedade dos processos pedagógicos de multi, inter e transdisciplinaridade.

A multidisciplinaridade tem como foco: (a) o encontro dos sujeitos de várias áreas de conhecimento, trazendo cada qual suas descobertas para abordar um assunto, cada um sob seu ponto de vista; (b) justaposição de informações de diferentes áreas na esperança de que o coletivo amplie a compreensão do fenômeno; (c) abordagens científicas paralelas buscando objetivo comum.

Enfatiza-se, contudo, que a multidisciplinaridade se apresenta como a primeira fase da constituição de equipes de trabalho interdisciplinar.

Na abordagem interdisciplinar, a articulação dos sujeitos entre os componentes curriculares provoca intercâmbios reais, coexistindo a verdadeira reciprocidade nos intercâmbios e enriquecimentos mútuos.

Essa prática sociointeracionista do desenvolvimento e da aprendizagem remete ao sujeito a percepção da necessidade de estabelecer relações entre os conteúdos

² O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre o trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social. O princípio, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. (GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 125).

desenvolvidos pelos diferentes componentes do currículo, na compreensão de um dado fenômeno ou na resolução de determinado problema, a partir da composição de um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção.

Assim sendo, a interdisciplinaridade valoriza a pedagogia de projetos³, cujo objetivo fundamental é experimentar a vivência de uma realidade global, que se inscreve nas experiências cotidianas do sujeito que se traduz na prática por um trabalho coletivo e solidário na organização das atividades. Assim sendo, não há interdisciplinaridade sem descentralização do poder, portanto, sem uma efetiva autonomia da instituição.

A proposta de se trabalhar com pedagogia de projetos avança na direção da construção da autonomia do sujeito para propor, conceber, desenvolver e avaliar uma atividade, normalmente realizada no contexto de trabalho de equipe. Essa proposta incorpora conceitos relacionados com uma pedagogia mais dinâmica, profundamente articulada em torno da criatividade, na motivação intrínseca, da autoavaliação, da construção ativa de conhecimentos e da consciência cidadã.

A interdisciplinaridade, na sua dinâmica de ação, permite: (a) a produção de conhecimento científico novo a partir da integração de duas ou mais áreas de conhecimento; (b) que os componentes curriculares estejam em dialogicidade em direção a uma nova visão da realidade; (c) a construção e reconstrução de conhecimento, haja vista que esse só existe porque duas ou mais áreas se encontram e enquanto se encontram, integram-se.

Com base nos aportes de Santomé (1998) e Gadotti (1996), a interdisciplinaridade tem como fim: (a) o entendimento pelo sujeito da complexidade dos fenômenos humanos e mundiais; (b) as explicações científicas pelo conjunto dos componentes diante dos desafios; (c) o uso de tecnologias da comunicação e informação como meio de sustentar e flexibilizar esse processo.

A transdisciplinaridade, considerada etapa superior de integração, trata da construção de um sistema total, sem fronteiras sólidas entre os componentes, em busca constante do sentido da vida, por meio de relações entre os diversos saberes preconizados nas áreas do conhecimento, bem como da democracia cognitiva, na perspectiva de (a) retratar uma forma de ver e encontrar um sentido para a existência do universo, da vida e da espécie humana; (b) integrar na investigação outros modos de conhecimento que permeiam a humanidade e agregam novos saberes.

Gadotti preconiza:

A ação pedagógica através da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. O educador,

³ Santos (2003) esclarece que a proposta da pedagogia de projetos avança na direção da construção da autonomia do aluno para propor, conceber, desenvolver e avaliar uma atividade, normalmente realizada no contexto de um trabalho de equipe.

sujeito de sua ação pedagógica, é capaz de elaborar programas e métodos de ensino-aprendizagem, sendo competente para inserir sua escola numa comunidade (GADOTTI, 1996, p. 102).

Ressalta-se que a multi, inter e transdisciplinaridade representam modalidades de atuação científica e exigem profunda compreensão de si mesmas, bem como abertura do sujeito para superar o paradigma do componente curricular. Nesse bojo, demanda lucidez pedagógica no cotidiano das docências, na pesquisa, na concepção e elaboração de um novo currículo.

As linguagens trabalhadas por esta instituição de educação profissional e tecnológica são por natureza “interdisciplinares”, apontando também como princípio educativo e metodológico, o incremento das tecnologias da informação e da comunicação como instrumentos de democratização do ensino, seja de forma presencial ou mediado pelas tecnologias, tendo o professor como condutor desse processo.

Assim sendo, os cursos do IF Fluminense contemplam, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, eixos que revelam inter-relações com a realidade local, regional, nacional e internacional, numa dimensão histórica e contextualizada de suas aplicabilidades no percurso de desenvolvimento pessoal, social, cognitivo e produtivo do sujeito.

2.4.1.6. Perfil do Egresso

O egresso dos cursos desta Instituição, considerada aqui na abrangência de seus *campi*, seja do Ensino Médio, da Formação Inicial e Continuada do trabalhador, dos Cursos Técnicos e Cursos Superiores até a Pós-Graduação, no âmbito das modalidades de ensino EJA e regular, possui características só reconhecidas quando o trabalho educativo se manifesta na perspectiva da politecnicidade⁴.

O IF Fluminense, além de oportunizar conhecimento científico e tecnológico na área específica de formação, visa formar e qualificar profissionais, bem como estimular pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Considerando o trabalho educativo na dimensão coerente entre o “saber-fazer” e o “saber-ser-pedagógico”, características podem ser identificadas no egresso de quaisquer cursos desta Instituição de formação profissional, a saber:

⁴ Relaciona-se com “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno” (SAVIANI, 2003, p. 140).

- base de formação científica e tecnológica para saber conhecer, saber ser e saber estar presente no mundo;
- conhecimento do valor da pessoa humana no mundo em que na produção do capital haja a mediação entre o homem e a atividade material;
- compreensão do mundo produtivo e conhecimento dos deveres e direitos do cidadão trabalhador que lhe possibilite interferir na realidade em que se encontra inserido e na natureza da prática socioeducativa como prática especificamente humana, balizados pela rigorosidade ética universal do ser humano;
- disposição para aprender continuamente, na perspectiva de que a ciência e a verdade são mutáveis e que a inovação tecnológica se apresenta de forma constante;
- flexibilidade diante da diversidade das situações nas relações que se estabelecem no mundo produtivo;
- capacidade de desenvolver ações empreendedoras;
- capacidade de tomar decisões seja de forma coletiva ou individualizada;
- preocupação com a conservação e preservação do ecossistema, ou seja, com o ambiente, atuando com postura consciente e ética no mundo planetário;
- postura ética face os desafios do mundo moderno.

O acompanhamento dos egressos é efetivado pela Diretoria de Trabalho e Extensão (Ditex) em que a sistemática desse acompanhamento é realizada mediante ficha de cadastro, na qual o aluno informa (a) a Instituição de estágio, (b) se está empregado, (c) se está trabalhando na área de formação.

2.4.1.7. Atividades da Prática Profissional

A preparação para o exercício profissional de cada curso oferecido pelo IF Fluminense, desde os da Educação Básica até os de Nível Superior, prevê competências teórico-práticas, ético-políticas, técnico-operativas relativas à práxis no mundo do trabalho⁵.

A educação profissional e tecnológica constitui-se em espaço significativo de formação, atualização e especialização profissional, na busca constante ao estudo e à implantação de formas mais flexíveis de organização do trabalho acadêmico, visando à interação entre teoria e prática, bem como a renovação ou atualização tecnológica, proporcionando a aproximação dos alunos ao mundo do trabalho de forma crítica.

A prática profissional apresenta-se como uma das etapas de enriquecimento do currículo de cada curso, na perspectiva de possibilitar aos alunos espaços

⁵ "Trabalho é mais do que emprego, é o ato de atribuir significado ao meio, portanto a si mesmo e ao outro". (CODD *in* DAVEL, 1997, p.165).

para refletirem a respeito dos aspectos éticos no ambiente laboral, favorecendo a construção de perfil e postura profissional em que o diálogo e as discussões coletivas sejam formas privilegiadas para as questões surgidas no exercício profissional.

Iamamoto enfatiza que:

A afirmação de um perfil profissional propositivo requer um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente. Capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo, em que “tudo que é sólido, desmancha-se no ar”. Profissional que, também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural, e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais, para deles extrair potenciais, propostas de trabalhos, ali presentes como possibilidades, transformando-as em alternativas profissionais (IAMAMOTO, 2000, p. 145).

Portanto, as atividades da prática profissional são desenvolvidas ao longo de todo o curso e são inseridas nas cargas horárias mínimas da habilitação, objetivando principalmente uma maior articulação e integração das práticas com os conhecimentos científicos adquiridos no decorrer de cada curso.

No desenho da prática profissional, o IF Fluminense apresenta, com a perspectiva de crescimento e amadurecimento profissional para os alunos, em conformidade com o projeto pedagógico de curso, atividades assim descritas por nível de ensino:

Na Educação Básica

Ensino Médio:

- Participação dos alunos em: (a) congressos, (b) simpósios, (c) aulas de campo, (d) palestras, (e) visitas técnicas, (f) seminários, (g) produções científicas e artísticas, (h) outras atividades que caracterizem a relação educação, ciência e tecnologia.
- Cursos Técnicos em Nível Médio:
- Participação dos alunos em: (a) congressos, (b) simpósios, (c) aulas de campo, (d) palestras, (e) visitas técnicas, (f) seminários, (g) produções científicas e artísticas, (h) outras atividades que caracterizem a relação educação, ciência e tecnologia;
- Estágio curricular supervisionado - proporcionar complementação do processo de ensino e de aprendizagem, em termos de ambiente laboral na área de formação do aluno.
- O IF Fluminense implementa o componente curricular opcional “Seminários de Formação Profissional” para os alunos que concluíram todos os componentes obrigatórios de modo a viabilizar o encaminhamento para estágio curricular por dois semestres letivos. Por meio do componente Seminários objetiva-se

reflexões a respeito de temáticas referentes à área de formação e ao mundo do trabalho.

No Nível Superior

Licenciaturas

- Prática Pedagógica - componente curricular que perpassa todo o currículo do curso, com 400 (quatrocentas) horas efetivas de docência, articulando especialmente, a partir do início da segunda metade do curso, teoria-prática junto ao estágio curricular supervisionado.
- Estágio Curricular Supervisionado - em conformidade com a Resolução (CP) nº. 2/2002, a partir do início da segunda metade do curso, com carga horária de 400 (quatrocentas) horas.
- Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - no universo de 200 (duzentas) horas, em conformidade com a Resolução (CP) nº. 2/2002, a participação dos alunos dar-se-á em: (a) congressos, (b) simpósios, (c) aulas de campo, (d) palestras, (e) visitas técnicas, (f) seminários, (g) produções científicas e artísticas, (h) outras atividades que caracterizem a relação educação, ciência e tecnologia.
- Atuação de licenciandos como monitores junto ao Ensino Médio e Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Pesquisa de campo desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que se oportuniza ao aluno a articulação teoria e prática.

Tecnólogos

- Participação dos alunos em: (a) congressos, (b) simpósios, (c) aulas de campo, (d) palestras, (e) visitas técnicas, (f) seminários, (g) produções científicas e artísticas (h) outras atividades que caracterizem a relação educação, ciência e tecnologia.
- Pesquisa de campo desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que se oportuniza ao aluno a articulação teoria e prática.

Bacharelados

- Participação dos alunos em: (a) congressos, (b) simpósios, (c) aulas de campo, (d) palestras, (e) visitas técnicas, (f) seminários, (g) produções científicas e artísticas (h) outras atividades que caracterizem a relação educação, ciência e tecnologia.
- Pesquisa de campo desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que se oportuniza ao aluno a articulação teoria e prática.

- Pós-Graduação Lato Sensu
Participação dos alunos em: (a) congressos, (b) simpósios, (c) aulas de campo, (d) palestras, (e) visitas técnicas, (f) seminários, (g) produções científicas e artísticas (h) outras atividades que caracterizem a relação educação, ciência e tecnologia.
- Pesquisa de campo desenvolvida na Monografia, que oportuniza ao aluno a articulação teoria e prática.

- Pós Graduação Stricto Sensu
Participação dos alunos em: (a) congressos, (b) simpósios, (c) aulas de campo, (d) palestras, (e) visitas técnicas, (f) seminários, (g) produções científicas e artísticas (h) outras atividades que caracterizem a relação educação, ciência e tecnologia.
- Pesquisa de campo desenvolvida na Dissertação, que oportuniza ao aluno a articulação teoria e prática.

Ressalta-se que as ações promovidas pelo IF Fluminense junto às empresas efetivam a aproximação da instituição com a sociedade civil, por meio da realização de eventos como feiras de estágio, fóruns profissionais e parcerias, visando à oferta de cursos de aperfeiçoamento e atualização para os profissionais dessas empresas e para a comunidade. Essas ações oportunizam a interface entre esta instituição e as empresas.

2.4.2. Oferta de Cursos e Programas

O IF Fluminense, na sua dinamicidade administrativa e socioeducativa e no caminho às questões de cidadania, defende que os sujeitos da e pela educação possam participar ativamente da gestão dessa instituição na construção do seu processo histórico e social. Segundo Bordignon (2004, p. 124), o processo de gestar “constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo”. Essa perspectiva que entendemos ser a concepção de gestão democrática.

Assim sendo, apresentam-se os cursos e programas ofertados por esta instituição que refletem o atendimento à demanda da comunidade local e regional.

Destaca-se, no entanto, a possibilidade de implementação de cursos outros face às exigências do sistema produtivo e às condições estruturais de cada campus no

2.4.2.1. Cursos de Formação Presencial

RELACÃO DOS CURSOS REGULARES DE FORMAÇÃO OFERECIDOS PELO IF FLUMINENSE		
CURSOS OFERECIDOS NO IF FLUMINENSE - PRÓ-REITORIA DE ENSINO		
Denominação do Curso	TIPO DE OFERTA	
	Aperfeiçoamento	FIC
CURSO DE LÍNGUAS (Centro de Línguas): <input type="checkbox"/> Língua Inglesa <input type="checkbox"/> Língua Espanhola <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	X	

CURSOS NO IF FLUMINENSE CAMPUS CAMPOS-CENTRO								
Denominação do Curso	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
			Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)		Stricto Sensu
						Mestrado	Doutorado	
Ensino Médio na modalidade Regular								
Química		X						
Informática		X						
Eletrotécnica		X						
Eletrotécnica - PROEJA		X						
Eletrônica - PROEJA		X						
Edificações		X						
Estradas		X						
Telecomunicações		X						
Segurança do Trabalho		X						
Mecânica		X						
Automação Industrial		X						
Especialização em Fluidos de Perfuração e Completação em Poços de Petróleo *								
Manutenção Industrial			X					
Automação Industrial			X					
Design Gráfico			X					
Sistemas de Telecomunicações			X					
Análise e Desenvolvimento de Sistemas			X					

* Especialização Profissional de Nível Médio.

** Altera a denominação do Curso de Tecnólogo em Informática para Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Software

CURSOS NO IF FLUMINENSE CAMPUS CAMPOS-CENTRO
continuação

Denominação do Curso	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação			
			Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)		Mestrado	Doutorado
Eletricista Instalador (Programa CERTIFIC/MEC/SETEC)	X								
Pesca e Aquicultura (Programa CERTIFIC/MEC/SETEC)	X								
Engenharia de Controle e Automação				X					
Arquitetura e Urbanismo				X					
Sistemas de Informação				X					
Matemática					X				
Ciências da Natureza Biologia					X				
Ciências da Natureza Física					X				
Ciências da Natureza Química					X				
Geografia					X				
Educação Ambiental						X			
Literatura, Memória Cultural e Sociedade						X			
Ensino de Geografia						X			
Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos						X			
Engenharia Ambiental							X		

CURSOS NO IF FLUMINENSE CAMPUS MACAÉ								
Denominação do Curso	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
			Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)	Stricto Sensu Mestrado Doutorado	
Automação Industrial		X						
Caldeiraria- PROEJA								
Segurança do Trabalho		X						
Eletromecânica		X						
Eletrônica		X						
Operações com Equipamentos Submarinos*		X						
Completação, Arame, Flexitubo e Avaliação de Poços de Petróleo*		X						
Informática		X						
Eletrotécnica na modalidade Educação de Jovens e Adultos		X						
Petróleo e Gás			X					
Engenharia de Controle e Automação				X				
Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos						X		

* Especialização Profissional de Nível Médio.

CURSOS NO IF FLUMINENSE CAMPUS CABO FRIO								
Denominação do Curso	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
			Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)	Stricto Sensu Mestrado Doutorado	
Eletromecânica		X						
Eventos		X						
Guia de Turismo		X						
Hospedagem		X						
Petróleo e Gás		X						
Curso Ciências da Natureza (Licenciatura em Física ou Química ou Biologia)					X			
Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos						X		

CURSOSNO IF FLUMINENSE CAMPUS BOM JESUS DE ITABAPOANA

Denominação do Curso	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
			Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)	Stricto Sensu	
							Mestrado	Doutorado
Agropecuária		X						
Agroindústria		X						
Informática		X						
Bacharelado em Ciência e Tecnologia dos Alimentos				X				
Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos						X		

CURSOSNO IF FLUMINENSE CAMPUS AVANÇADO QUISSAMÃ

Denominação do Curso	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
			Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)	Stricto Sensu	
							Mestrado	Doutorado
Eletrotécnica		X						
Guia de Turismo		X						
Segurança do Trabalho		X						
Eletromecânica		X						

CURSOSNO IF FLUMINENSE NÚCLEO AVANÇADO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Denominação do Curso	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
			Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)	Stricto Sensu	
							Mestrado	Doutorado
Eletromecânica		X A partir de 2011						
Logística		X						
Metalurgia		X A partir de 2011						
Segurança do Trabalho		X						

CURSOS NO IF FLUMINENSE NÚCLEO AVANÇADO DE CAMBUCI								
Denominação do Curso	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
			Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)	Stricto Sensu	
							Mestrado	Doutorado
Agropecuária		X A partir do 1º semestre de 2011						
Agroindústria		X A partir de 2012						
Informática		X A partir de 2012						

2.4.2.2. Cursos de Educação a Distância de Formação Semi-Presencial

RELAÇÃO DOS CURSOS/PROJETOS A DISTÂNCIA DE FORMAÇÃO PELO IF FLUMINENSE									
CURSOS									
Denominação do Curso	Aperfeiçoamento	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
				Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)	Stricto Sensu	
								Mestrado	Doutorado
Leitura Instrumental em Inglês a Distância	X								
Segurança do Trabalho			X						
Capacitação de Tutores na Plataforma Moodle		X							
Alunos em Conflito: os transtornos de aprendizagem em discussão		X							
Segurança do Trabalho (parceria Angola/Brasil)			X						
Projeto: Educação Inclusiva: construindo condições de acessibilidade em sala de aula de Matemática		X							

CURSOS/ PROJETOS NO IF FLUMINENSE CAMPUS CAMPOS-CENTRO									
Denominação do Curso	Aperfeiçoamento	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
				Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)	Stricto Sensu	
								Mestrado	Doutorado
Pesca, Aquicultura Ambiente							X A ser oferecido		
Projeto: Matemática Interativa*		X							

*Apresenta-se como uma ação alternativa para o atendimento aos alunos em processo de adaptação aos trabalhos escolares no componente Matemática no IF Fluminense, buscando contribuir para o resgate dos conceitos que eventualmente não tenham sido bem construídos nas escolas de educação básica. Os objetivos deverão ser alcançados por meio de estratégias de ensino e aprendizagem, mediadas por Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), representadas por web aulas e fóruns de discussão, utilizando a plataforma Moodle.

CURSOS NO IF FLUMINENSE CAMPUS ITAPERUNA									
Denominação do Curso	Aperfeiçoamento	FIC	Técnico	Graduação			Pós-Graduação		
				Tecnológica	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu (Especialização)	Stricto Sensu	
								Mestrado	Doutorado
Inclusão Digital		X							

2.4.2.3. Programas de Extensão

Os programas desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão estão permeados pelas seguintes ações afirmativas e respectivos objetivos/metass:

- **RELAÇÃO COM SETOR PRODUTIVO**
 - Ampliar a relação com o setor produtivo com vistas ao aumento da oferta de estágios e empregos para alunos e ex-alunos dos diversos *campi*.
 - Consolidar nova regulamentação dos procedimentos de estágio.
 - Realizar acompanhamento de Egressos e incrementar o uso do Portal de Egressos (Setec).
 - Realizar Feira de Estágio, Emprego e Inovação, anualmente com rodízio por *campi*.
 - Implantar Seminário de Formação Profissional em todos os *campi*.

- **EXTENSÃO RURAL**
 - Promover a produção agroindustrial como fonte de renda alternativa na agricultura familiar.
 - Atuar no meio rural com cursos de extensão.
 - Incentivar a formação de associações de produtores rurais.
 - Motivar o produtor na busca de novas tecnologias aplicadas à agricultura familiar de forma sustentável.
 - Promover encontros técnicos - dia de campo.
 - Manter/ampliar atividades de extensão agroambiental - UPEA/Bom Jesus/ Cambuci com fomento e parcerias amplas.

- **GESTÃO**
 - Criar, fortalecer e/ou reordenar a atuação das Diretorias de Extensão nos diversos *campi*.
 - Melhorar e ampliar a articulação da Extensão com a Fundação de Apoio, entendendo o papel dessa, como um instrumento facilitador dos programas de Extensão do IF Fluminense.
 - Estabelecer mecanismos de Gestão e Acompanhamento dos projetos de Extensão.
 - Compor câmaras ou comissões de Extensão nos *campi* com a perspectiva da constituição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
 - Regulamentar e normatizar atividades de extensão com a elaboração de manual para a gestão de projetos de extensão.
 - Divulgar princípios e diretrizes, políticas e atividades de extensão em todos os *campi*.
 - Avaliar e lançar novo edital para projetos de extensão.

- Avaliar a viabilidade de recursos para os projetos de extensão, além das bolsas.
- COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO INTERNACIONAL
 - Implementar o Escritório de Cooperação Internacional.
 - Cooperar com o Centro de Línguas e Tecnologias.
- EMPREENDEDORISMO
 - Criar células da incubadora TEC Campos (convênio IFF-Uenf) nos diversos *campi*.
 - Estimular alunos e ex-alunos a desenvolverem ideias e planos de negócios para pré-incubação e incubação por meio da articulação com disciplina de Empreendedorismo, palestras e visitas.
 - Criar Empresa(s) Júnior.
- PROMOVENDO E ESTIMULANDO A INDISSOCIABILIDADE
 - Estimular a Extensão como parte do processo de ensino e de aprendizagem.
 - Estimular cursos e projetos de pesquisa e extensão voltados à formação continuada de docentes da rede pública.
 - Junto com a área de Ensino e a Fundação de Apoio dar continuidade e ampliar a realização em especializações pós-técnicos com perspectivas de aumentar a empregabilidade dos egressos desse nível de ensino.
 - Sistematizar Integração de Planejamento da Extensão com Ensino e Administração.
- COMUNICAÇÃO
 - Promover anualmente a Mostra de Extensão.
Implementar uma política de comunicação interna de ações e oportunidades.
 - Criação do Boletim da Extensão.
 - Integrar-se com outras instituições promotoras de ações extensionistas.
- INSERÇÃO NA COMUNIDADE
 - Encontro das empresas e IF Fluminense/comunidade/alunos.
 - Apresentar o IF Fluminense às prefeituras da região polarizada com a perspectiva de propor um plano integrado de formação profissional por município ou região, de acordo com os cenários e os estudos das cadeias produtivas apontadas pelo Observatório do Mundo do Trabalho e também pelas análises das ofertas do Portal de Egressos.

- APOIO A EVENTOS
 - Avaliar a viabilidade e os critérios para a Pró-Reitoria de Extensão lançar chamada para Eventos.

- POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E MONITORAMENTO DO MUNDO DO TRABALHO
 - Contribuir com programas de popularização da Ciência e Tecnologia.
 - Incrementar os estudos, através do Observatório do Mundo do Trabalho, a respeito dos arranjos produtivos das regiões onde temos *campi* instalados. Elaborar diagnóstico da demanda em ensino, pesquisa e extensão na área de atuação do IF Fluminense.
 - Atuar na capacitação de multiplicadores de conhecimento.

- TRABALHO VOLUNTÁRIO
 - Definir critérios e lançar edital para programa com certificação para trabalho voluntário: “Voluntar-IF Fluminense”.

- DESCOBRINDO TALENTOS PARA A EXTENSÃO
 - Identificar e desenvolver RH para extensão.

- AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL E DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
 - Desenvolver projetos para capacitação com foco na inclusão social.
 - Desenvolver projetos para inclusão de portadores de necessidades especiais.
 -
- ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA
 - Criar formas de estímulo à participação de servidores e alunos nos Conselhos Municipais Comunitários.

- FORMALIZANDO E AMPLIANDO AS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS
 - Dar continuidade a ampliar os convênios e as parcerias públicas e privadas.

- CULTURA, ARTES E ESPORTES COMO POLÍTICA DE INTERAÇÃO DOS CAMPI E INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DO IF FLUMINENSE
 - Estimular o desenvolvimento de projetos esportivos e culturais.

Na dinamicidade das atividades de extensão desenvolvidas nos *campi* de atuação do IF Fluminense, projetos envolvendo bolsistas-alunos e professores são aprovados e implementados sistematicamente.

Assim sendo, apresentam-se projetos aprovados para o período 2009-2010.

1. A Educação Ambiental como ferramenta para a sustentabilidade dos estoques Pesqueiros do Rio Paraíba do Sul.
2. Acompanhamento da evolução do Plano Diretor de São João da Barra em função das novas demandas originais do complexo portuário do Açú.
3. *Aedes aegypti*: conhecer para combater.
4. Alfabetização digital nos canteiros de obra.
5. Avaliação da expansão urbana em áreas de lagoas de restinga do Norte Fluminense.
6. Avaliação da implantação de tecnologia da aquicultura familiar em assentamento rural no norte do Estado do Rio de Janeiro.
7. Avaliação da qualidade das águas das praias da Região Norte Fluminense e a desmistificação do binômio “Turbidez-Qualidade” presente no imaginário popular.
8. Capacitação de trabalhadores em construção civil no bairro de Custodópolis.
9. Conservação de energia elétrica em indústrias do setor de cerâmica vermelha da baixada campista.
10. Educação Inclusiva - construindo condições de acessibilidade em sala de aula de Matemática.
11. Educar para Ficar.
12. Elaboração de materiais didáticos em áudio para alunos com deficiência.
13. Fomento à formação de recursos humanos através da concessão de bolsas de estudos para alunos de cursos técnicos de interesse do setor de petróleo, gás, energia e biocombustíveis, por meio da criação do PRH Petrobrás 01.
14. Grupo Nós do Teatro - 15 anos de marchas e demarchas.
15. IFF Recicla nos *campi*.
16. IFF TEC *Music*.
17. Impactos sociais, econômicos e ambientais do uso e reuso inadequado de óleos usados na preparação de alimentos por fritura na comunidade de Campos dos Goytacazes: avaliação da viabilidade do reciclo desses óleos residuais na produção de biodiesel.
18. Implementação e Controle de um servoposicionador pneumático com dois graus de liberdade.
19. Incluindo pequenas empresas no mundo digital.
20. Leia e devolva!
21. Leitura orientada - uma prática comunitária – PROLEITOR.
22. Levantamento das condições de saneamento básico da comunidade de Santa Cruz em Campos dos Goytacazes (RJ).
23. Núcleo de Inovação Tecnológica - pesquisa e inovação no IF Fluminense.
24. Padronização de bioensaios com microcrustáceos em testes ecotoxicológicos.

25. Participação e cidadania: conhecendo os meandros de Barra do Itabapoana-RJ para preservar aquele estilo de vida.
26. Produção e aplicação de materiais didáticos para alunos com deficiência visual.
27. Projeto de construção de kits de veículos mecatrônicos utilizando materiais recicláveis como ferramentas de baixo custo para aprendizagem das disciplinas de física, eletricidade e eletrônica.
28. Projeto de orientação para melhorias habitacionais.
29. Projeto de utilização da domótica como instrumento de acessibilidade dos cidadãos com deficiência locomotora (cadeirantes) em suas residências.
30. Projeto do banco de recursos humanos de pessoas com deficiência.
31. Projeto: Avaliação da qualidade das águas das praias do Norte Fluminense e a desmistificação do binômio “qualidade-turbidez” presente no imaginário popular.
32. Projeto: Vitalidade.
33. Redes sociais na INTERNET - arte, ciência e tecnologia.
34. Resgate do patrimônio histórico de Campos dos Goytacazes - conhecer o passado para pensar no futuro.
35. SAGHE - Sistema de Apoio ao Gerenciamento de Horário Escolar.
36. Sala de leitura de Rio Preto.
37. Sala Verde IF Fluminense *campus* Campos-Centro.
38. SignificARTE - tecendo significados por meio da arte, ciência e tecnologia.
39. Tabagismo entre os estudantes de ensino superior de instituições públicas, privadas da cidade de Campos dos Goytacazes.
40. Tutoria em Química: uma proposta alternativa para a construção e/ou reconstrução do conhecimento.

2.4.2.4. Programas de Pesquisa e Inovação

- NÚCLEOS DE PESQUISA

O primeiro grupo implantado foi o de Estudos em Estratégia e Desenvolvimento (NEED) criado em 1998.

As atividades de pesquisa estão normatizadas pelo Regulamento da Atividade de Pesquisa do IF Fluminense e, atualmente, encontram-se cadastrados no Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq apresentados a seguir:

I. Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento (NEED)

O objetivo desse grupo é pesquisar e formular estratégias que propiciem o desenvolvimento econômico integrado e sustentável dos municípios da Região Norte Fluminense.

O Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense foi criado em 02 de janeiro de 2001 e funcionou no período de 2001-2008. Tratava-se de um Projeto de Pesquisa desenvolvido por meio de uma parceria estabelecida entre o Grupo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento do antigo Cefet Campos; a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF) representada pelo Centro de Ciências do Homem (CCH); a Universidade Federal Fluminense (UFF) representada pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional; a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) representada pelo *campus* Dr. Leonel Miranda; a Universidade Salgado Oliveira (UNIVERSO), unidade Campos dos Goytacazes, representada pela Coordenação do Curso de Administração de Empresas, e os Instituto Superior de Ensino do CENSA (ISECENSA). Essas seis instituições formaram o Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense.

O Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense tinha como finalidade principal coletar, analisar e disponibilizar dados e informações que possam dar suporte à tomada de decisões de agentes públicos e privados e que auxiliem a concepção de políticas e estratégias municipais que venham a melhorar a qualidade de vida da população. Seus estudos estão direcionados para áreas de emprego, renda, saúde, educação, habitação, saneamento dos municípios da Região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra, Quissamã, Conceição de Macabu, Carapebus, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e Cardoso Moreira.

A partir de 2009, com o fim do programa de bolsas e fomento da FENORTE - Fundação Estadual do Norte Fluminense -, a articulação interinstitucional do Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense enfraqueceu, mas os trabalhos de pesquisa continuam sendo desenvolvidos pelos pesquisadores do NEED com bolsistas e recursos provenientes do PIBIC do IF Fluminense e do CNPq.

II. Núcleo de Pesquisas em Petróleo, Energia e Recursos Naturais (NUPERN)

Atua nas linhas de pesquisa que envolvem modelagem matemática de danos de formação pelas atividades de produção de petróleo; gerenciamento de resíduos das atividades da indústria do petróleo; conservação, uso racional e fontes alternativas de energia; educação no processo de gestão ambiental, bem como planejamento e gestão de unidades de conservação situadas na área de influência de empreendimentos relacionados à indústria do petróleo na região da Bacia de Campos.

III. Núcleo de Estudos Avançados em Educação (NESAE)

O seu objetivo é discutir as políticas relacionadas ao tema da educação, interligando-o ao trabalho e à tecnologia e, ainda, promover a reflexão e a formação de senso crítico sobre assuntos relacionados à tecnologia educacional no campo das Ciências Naturais e Cognição, e, ao uso das novas tecnologias da informação aplicadas à educação a distância.

IV. Núcleo de Pesquisa Operacional (NPO)

Objetiva o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas no âmbito da PO, visando contribuir para otimização e melhorias nos processos produtivos regionais e externos ao IF Fluminense.

V. Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)

O presente núcleo objetiva: (a) fomentar a integração de conhecimento entre docentes; (b) promover a melhoria da qualidade do curso de graduação; (c) propiciar a criação de cursos de Pós-Graduação; (d) estimular a geração e aplicação do conhecimento; (e) facilitar a investigação de novas tecnologias; (f) estimular a participação de alunos em projetos de pesquisa, por meio da iniciação científica; (g) incentivar a parceria institucional, envolvendo o IF Fluminense e outras instituições universitárias; (h) contribuir para o desenvolvimento regional, no que tange à aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação, como ferramentas para promover a inclusão social, a educação e o apoio na tomada de decisões.

VI. Núcleo de Pesquisas Aplicadas à Arquitetura e Construção Civil (NUPAACC)

O seu objetivo é pesquisar e formular estratégias e procedimentos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, Materiais, Tecnologias e Técnicas construtivas, na perspectiva de contribuir para a qualidade de vida dos cidadãos dos municípios da região Norte Fluminense.

VII. Núcleo de Pesquisa em Sistemas de Informação (NSI)

Tem por objetivo investigar e propor metodologias, métodos, abordagens, conceitos e tecnologias que formam o arcabouço necessário para o desenvolvimento de Sistemas de Informação confiáveis e de baixo custo relativo.

VIII. Núcleo de Pesquisa em Gestão Ambiental (NPGA)

Tem por objetivos: (a) desenvolver tecnologias e obter subsídios para o adequado planejamento e manejo integrado dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável; (b) otimizar o dimensionamento e manejo de projetos voltados ao desenvolvimento regional, reduzindo o custo e a manutenção; (c) minimizar os prejuízos decorrentes da exploração dos recursos naturais; (d) otimizar o aproveitamento da água, tanto para a agricultura como para os outros usos em que esse recurso é fundamental.

IX. Núcleo de Estudos Culturais, Estéticos e de Linguagem (NECEL)

O núcleo em tela objetiva: (a) realizar análise do discurso e sua interação com a vida social, política e cultural, apoiada na semiótica, na pesquisa sociolinguística e psicolinguística; (b) discutir e criar soluções para problemas relativos à aprendizagem da Língua Portuguesa e de línguas estrangeiras, fundamentando-se nas mais recentes bibliografias, reconhecidas por universidades conceituadas; (c) discutir e criar novas teorias de texto, a partir de práticas eficientemente comprovadas; (d) realizar estudos literários relacionados à história, às identidades culturais, à vida literária, ao cinema e a outras linguagens artísticas e, até mesmo aos *media*.

X. Núcleo de Estudos Geográficos (NEGEO)

Tem por objetivo desenvolver as práticas da iniciação científica no Curso Superior de Licenciatura em Geografia.

XI. Núcleo de Pesquisa em Arte, *Design* e Comunicação (ARTDECO)

Tem por objetivo incentivar a investigação em Ciências Sociais Aplicadas e Artes, nas áreas de Desenho Industrial (*Design*), Comunicação, Fotografia, Vídeo, Arquitetura, Mercadologia, bem como proporcionar condições para que o IF Fluminense possa abrigar novos cursos de Graduação ou Pós-Graduação e Extensão nas referidas áreas.

XII. Núcleo de Estudos em Física (NEFIS)

Tem por objetivo possibilitar o desenvolvimento de pesquisas na área. O núcleo pretende trabalhar com diversas áreas de interesse no contexto da Física. Estas abrangem tópicos em Física Básica (pura) e Aplicada, dentro das diversas competências no grupo. As áreas de principal interesse no núcleo são as de Ensino de Física, Física Teórica, Filosofia das Ciências e História das Ciências.

XIII. Núcleo de Tecnologias Educacionais e de Educação a Distância (NTEAD)

Tem como objetivo atuar como um núcleo gestor de práticas inovadoras de educação a distância, propondo, implantando, desenvolvendo e gerenciando projetos na área, bem como constituir-se num espaço de reflexão sobre o impacto de tais inovações no campo pedagógico e metodológico.

Articula ações de formação continuada, de pesquisa e de desenvolvimento na área da Educação e busca a integração do IF Fluminense com os consórcios nacionais e internacionais de EaD.

O grupo é formado por uma equipe multidisciplinar que integra contribuições de diferentes campos de conhecimento dentre os quais, destacam-se: Educação, Ciências da Natureza, Matemática e Informática, tendo como proposta metodológica a interdisciplinaridade para dar suporte às ações de EaD.

XIV. Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (NPM)

O Núcleo em tela objetiva formulações de orientações técnicas para o desenvolvimento de teorias de influência interdisciplinar voltadas às relações sociais.

Na perspectiva de atender ao objetivo de formar recursos humanos para a investigação, a produção de conhecimento, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, articuladas com o ensino e a extensão, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação delinea as metas (Tabela 12) a serem atingidas no período 2010-2014.

Tabela 12 - Metas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação no período 2010-2014.

METAS - 2010/2014	
M ₁	Projeto Feira do Inventor
M ₂	CONFLICT - Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica

- UNIDADE DE PESQUISA E EXTENSÃO AGROAMBIENTAL (UPEA)

A criação da UPEA, no ano de 2007, visa dar continuidade à política de estruturação da pesquisa no IF Fluminense iniciada em 2002. O objetivo da criação da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA) é o de possibilitar prioritariamente o desenvolvimento de atividades de Pesquisa e Extensão associadas ao IF Fluminense, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, mas abre espaço de diálogo com outros órgãos voltados para a pesquisa nesses campos.

A UPEA/IF Fluminense encontra-se implantada em área de mais de 7.000m², adquirida em 30 de maio de 1978. Situada à margem direita do rio Paraíba do Sul, a UPEA encontra-se geograficamente no município de Campos dos Goytacazes, podendo ser localizada nas proximidades de Barcelos, 6º. distrito do município de São João da Barra, norte do Estado do Rio de Janeiro, em bioma de Mata Atlântica.

Para tanto, a UPEA estrutura-se com espaço físico constituído por laboratórios e equipamentos necessários para possibilitar a realização de projetos de pesquisa do próprio IF Fluminense e das instituições parceiras que também desenvolvem pesquisa. Dentre seus objetivos, também se destacam a preocupação em promover e executar estudos, pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e capacitação de recursos humanos nas áreas agrária, ambiental e correlatas e fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais para a execução de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Na UPEA são desenvolvidos projetos e experimentos relacionados aos conteúdos de hidrologia, meteorologia, ecologia, geologia, agricultura orgânica, energias renováveis (eólica, solar, fluvial e biodiesel) e temas correlatos, bem como atividades de extensão de orientação ao desenvolvimento da agricultura familiar. A Unidade abriga uma estrutura física que permite realizar o monitoramento do rio Paraíba do Sul, além do registro contínuo de dados meteorológicos.

O Instituto Federal Fluminense vem desenvolvendo projetos, de natureza afirmativa, em parceria com a Universidade Federal Fluminense, como: (a) a Incubadora de Empresas, (b) o Escritório de Patentes, (c) Empresa Júnior, onde os alunos dos cursos técnicos trabalham prestando consultoria para as empresas da região.

Atualmente, a UPEA dispõe da seguinte estrutura: na faixa marginal do Paraíba (Área de Preservação Permanente - APP -) sob domínio da UPEA, entre a BR-356 e o rio, foi implantada uma mata ciliar modelo, onde estão sendo desenvolvidas práticas de Educação Ambiental. O projeto recebeu autorização do Instituto Estadual de Florestas (IEF) para devida implantação, possuindo uma mata ciliar com espécies nativas, uma rampa em terra e um pequeno ancoradouro em madeira para pequenas embarcações utilizadas em atividades de educação ambiental.

A estrutura existente na UPEA possibilita a realização de aulas teóricas e práticas junto aos cursos de Pós-Graduação, ressaltando que algumas atividades práticas serão complementadas a partir de saídas de campo e visitas técnicas que serão realizadas na região.

- SALA VERDE DO IF FLUMINENSE

A Sala Verde do IF Fluminense encontra-se entre as 390 existentes em todo o país. Sua implantação decorre da parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Trata-se de um espaço aberto para discussões pertinentes ao ensino, pesquisa e extensão, objetivando potencializar ações ambientais na região e encontra-se instalado na Biblioteca do *campus* Campos-Centro do Instituto Federal Fluminense, desde o ano de 2007.

As atividades da Sala Verde perpassam o simples manuseio de livros e afins, mas se propõem a otimizar ações de caráter acadêmico-científico, bem como o desenvolvimento de projetos na área ambiental.

Ressalta-se a participação principalmente de alunos da Graduação, em especial, dos cursos de licenciatura em Geografia e Biologia, e alunos da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Ambiental, os quais participam de projetos e atividades de campo de sensibilização ambiental.

Enfatiza-se que os projetos e as atividades de campo oportunizam a comunidade acadêmica a ter a percepção do ambiente circunvizinho, bem como a intervir com ações efetivas junto às comunidades que demandam informações apreendidas e sistematizadas, por meio de práticas educativas com vistas à promoção de mudanças de comportamentos que auxiliem na melhora da relação entre homem/ambiente/sociedade.

- INCENTIVO À PRODUÇÃO ACADÊMICA E CULTURAL

- ESSENTIA EDITORA

A Essentia Editora, criada em 2006, tem como objetivo contribuir para a divulgação do conhecimento acadêmico, em todas as áreas, por meio da publicação de obras individuais e coletivas, que discutam temas ligados às principais questões nacionais, especialmente aquelas presentes na região Norte do Estado do Rio de Janeiro na qual está inserida. É a responsável pela linha de publicações acadêmicas da Instituição.

Pode-se indicar, hoje, ao rever a história institucional, que a publicação da Revista *Vértices*, a partir de 1997, primeiro periódico da instituição, hoje com 17 (dezesete) números publicados, foi o prenúncio da criação da Essentia Editora.

Em 1999, o então Cefet Campos publicou o livro *Poesia em jalecos de escola técnica*, de autoria dos alunos Daniel Gil e Bruno Consendey. Obra de caráter poético, já demonstrava o potencial do corpo discente da instituição.

Ainda em 1999, foi publicada a revista *Oficina em Quadrinhos*, produção da Oficina de Artes Plásticas/COLINCO, destinada à divulgação de trabalhos realizados por alunos do Projeto Arte Sequencial, da qual foram publicados três números até o presente momento.

Em 2003, outro periódico da Instituição tem sua publicação iniciada: a revista *Cayana*, sobre arte e cultura, produzida pelo Laboratório Experimental de Design Gráfico.

Em 2004, o Cefet Campos lançava-se na arena da publicação de obras acadêmicas por meio do livro *Economia e desenvolvimento do Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Para sua editoração, houve parceria com a WTC Editora e apoio da Caixa Econômica Federal.

Em 2005, publicou-se o livro *Campos dos Goytacazes: uma cidade para todos - Análises e resoluções da Conferência Municipal em 2003 e Subsídios para a 2ª Conferência em 2005*, de organização do Professor Roberto Moraes Pessanha. Em 2006, editou-se o livro *Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios*, organizado e produzido pelo, então, Cefet Campos.

Em 2007, foi lançada mais uma revista: o *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*.

Entre 2007 e abril 2010 a Essentia Editora lançou os livros impressos e em CD: *Farmácia Viva; Bacia do rio Paraíba do Sul: que lugar é este?; Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de cidades - catálogo de dissertações (2003-2006); PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado; EAD - 2º Encontro de Educação a Distância; Semana de Matemática; Fórum FENORTE/TECNORTE de Desenvolvimento Científica; Circuito de Iniciação Científica; Verde e Azul; Congresso*

Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica; Dialogando PROEJA: algumas contribuições, Os manguezais do sul do Espírito Santo e do norte do Rio de Janeiro.

No prelo: *Ferramentas e instrumentos de medidas elétricas; Da viagem de S.M.I. à província do Rio de Janeiro; 100 anos do ensino profissional e tecnológico nacional.*

Além das publicações impressas e em mídia eletrônica, a Essentia Editora produziu convites, cartazes, marcadores de texto (calendário acadêmico), banners, folders, entre outros.

A Essentia Editora tem como compromisso “acrescentar o livro às publicações já existentes na instituição”. Assim é que, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, aponta para o lançamento de outras publicações, além da manutenção dos dois periódicos existentes, os anais e resumos resultados de eventos científicos como Encontro de Professores de Letras e Artes - ENLETRARTE, Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica - CONFICT, Semana de Matemática, entre outros.

◦ Revista Vértices

A revista Vértices, criada em 1997, é um periódico científico-cultural, aberto a contribuições da comunidade interna e externa, publicando artigos de profissionais vinculados a diferentes instituições. Tem por finalidade publicar contribuições originais sobre temas relevantes em áreas científicas e culturais, seja no âmbito nacional ou no âmbito internacional.

A publicação envolve artigos de todas as áreas do conhecimento: das Ciências Matemáticas e Naturais, passando pelas áreas de Engenharias e Computação, de Ciências Biológicas, Agrônômicas e Veterinárias, Humanas, Sociais Aplicadas, Linguagem e Artes.

A Revista prioriza a publicação de artigos que apresentem conhecimentos originais, mas também publica artigos de revisão de literatura, resenhas e resumos de dissertações e teses defendidas. A revista é de periodicidade quadrimestral. Sua distribuição impressa é gratuita às principais instituições de ensino e pesquisa dos municípios do âmbito do IF Fluminense e do país.

A avaliação dos artigos é efetuada por especialistas na temática de cada um deles, podendo ser realizada por integrantes do Conselho Editorial, que é composto por servidores da casa; integrantes do Conselho Consultivo, composto por representantes das principais instituições de ensino do país ou pareceristas *ad hoc* convidados pela Editora para avaliação do manuscrito. O sistema de avaliação é duplo-cego.

◦ Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego

O objetivo principal do Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego é divulgar informações de suporte à decisão no campo ambiental, debatendo questões relacionadas a problemas e conflitos ambientais existentes no mundo e no

Brasil, mas principalmente, na região da Foz do Rio Paraíba, da Bacia Hidrográfica da Lagoa Feia/Rio Macabu/Ururai-Imbé, da Bacia dos Rios Macaé, das Ostras, da Lagoa de Imboassica e demais Lagoas Costeiras, incluindo as do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, e da zona costeira que se estende do Norte Fluminense à Região dos Lagos. Destinado à divulgação da produção científica de Instituições de Ensino e Pesquisa que venham desenvolvendo trabalhos com temática ambiental, os Boletins do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego abordam preferencialmente as seguintes áreas de estudo: (i) avaliação e mitigação de impactos ambientais; (ii) desenvolvimento regional, local e planejamento urbano; e (iii) gestão de áreas protegidas.

O Boletim é uma publicação seriada, semestral, possui caráter técnico-científico e é editado pela Essentia Editora, que pertence ao IF Fluminense. O público-alvo do Boletim é discentes, docentes, pesquisadores, profissionais, representações da sociedade civil e ambientalistas em geral, que desejem refletir e debater acerca de alternativas que compatibilizem desenvolvimento e qualidade ambiental, em atendimento a demandas governamentais, da iniciativa privada e/ou da sociedade civil organizada. O boletim é composto pelas seguintes seções: editorial, artigos originais e artigos de revisão.

Nesse tempo de nova institucionalidade, a Essentia Editora delinea as metas (Tabela 13) a serem atingidas no período 2010-2014.

Tabela 13 - Metas da Essentia Editora/IF Fluminense, no período de 2010-2014.

METAS - 2010/2014	
M₁	Disponibilização da Revista Vértices e do Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego no endereço eletrônico < http://portal.iff.edu.br/essentia-editora > e indexação no portal do IBICT com acesso através do SEER - Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas.
M₂	Manutenção das revistas já existentes (Vértices e Boletim) e melhoria nos índices de avaliação considerando, principalmente, os critérios de qualidade, periodicidade e pontualidade, endogenia e número de artigos por fascículo (até 2014 chegar a 20 artigos na Vértices e 12 artigos no Boletim).
M₃	Indexação das revistas em bases de dados: <ul style="list-style-type: none"> ▪ BBE - Bibliografia Brasileira de Educação (Brasil, INEP). ▪ EDUBASE (Brasil, FE/UNICAMP). ▪ DOAJ - <i>Directory of Open Access Journals</i>. ▪ SIBE - Sistema de Informações Bibliográficas em Educação (Brasília, INEP).
M₄	Publicação e lançamento de, no mínimo, 3 livros por ano a partir de orçamento/recursos da Editora.
M₅	Participação em eventos científicos, feiras de livros e exposições para divulgação e distribuição das obras produzidas e comercializadas pela Editora.
M₆	Implantação de uma Livraria Universitária para divulgação e venda das publicações da Essentia e de outras editoras universitárias e comerciais de modo a dar acesso a comunidade a livros nacionais e internacionais nas diversas áreas do conhecimento.

- PROJETO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA - CONSTRUINDO CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM SALA DE AULA DE MATEMÁTICA

Valendo-se da necessidade de expansão e melhoria no atendimento aos alunos com necessidades especiais matriculados no IF Fluminense, o presente projeto de pesquisa da Licenciatura em Matemática do IF Fluminense *campus* Campos-Centro, implantado com o apoio do Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), objetiva a sistemática, a partir da elaboração de manual, de várias etapas da confecção e utilização de recursos didáticos adaptados¹ ao ensino de alunos com deficiência visual, permitindo sua inclusão nas aulas de Matemática, além de compartilhar as conclusões sobre cada texto e material produzido com os professores de Matemática, por meio de oficinas oferecidas a esta clientela.

Este projeto de pesquisa pretende:

- a. elaborar material tátil para uso em sala de aula no ensino e aprendizagem de Matemática;
- b. editar textos explicativos em braile que facilitem o uso dos materiais elaborados para que os alunos cegos possam acompanhar as aulas em tempo real na própria sala de aula;
- c. editar textos em braile com os conteúdos do programa, que possibilitem o acompanhamento dos alunos cegos às aulas na turma de ensino regular;
- d. promover oficinas para professores de Matemática, com a finalidade de apresentar os recursos desenvolvidos pelo grupo e orientar sobre a forma mais adequada de utilização dos mesmos;
- e. divulgar os resultados da pesquisa em congressos e periódicos das diversas áreas pertinentes.

Os materiais desenvolvidos serão disponibilizados para as comunidades interna e externa do IF Fluminense para serem testados e aplicados. Os depoimentos dos professores e alunos envolvidos têm sido positivos em relação à produção desses recursos e à importância dos mesmos para o processo de inclusão escolar e social daqueles alunos.

- REDE NACIONAL DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS

A Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI) tem como objetivo geral a perenização do processo colaborativo de pesquisa, inovação

¹ Os recursos didáticos adaptados serão construídos pela coordenação do curso e equipe de docentes e utilizados em sala de aula pelos alunos cegos ou com baixa visão, sempre levando em consideração os critérios essenciais para sua eficiência e funcionalidade, principalmente os relativos ao desenvolvimento da percepção tátil e à relevância inerente à adaptação e adequação dos recursos ao deficiente visual.

e construção de soluções em tecnologias digitais baseadas em *software* livre e público iniciado na entrega dos produtos e serviços do Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SIEP), no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC -.

A RENAPI objetiva ainda potencializar o envolvimento de expertises da Rede Federal de EPCT tendo como foco o atendimento de demandas por tecnologias digitais (TD) prioritariamente na área de Educação, possibilitando o surgimento de um referencial acadêmico de padrão internacional e apresentando as seguintes finalidades:

- Incentivar ações coordenadas e articuladas de pesquisa e inovação na área de TD.
- Permitir a prospecção de demandas de pesquisa e inovação em TD em consonância com as ações de governo e com a oferta de EPCT.
- Aproximar o conhecimento gerado na rede às práticas de desenvolvimento, pesquisa e inovação.
- Promover mecanismos que visem à perenidade das ações de pesquisa, inovação e desenvolvimento na área de TD.
- Estimular e organizar a publicação e divulgação sistemática dos resultados, dentro e fora da Rede Federal de EPCT.
- Articular e integrar as diversas equipes de projetos com foco na geração de produtos englobando as fases: (a) pesquisa e construção; (b) implantação; (c) suporte a usuários; (d) manutenção (corretiva e evolutiva).
- Priorizar o atendimento de demandas na área da Educação, englobando: desenvolvimento de software, produtos educacionais diversos (jogos, simuladores, laboratórios virtuais e outros), capacitações e treinamentos, ferramentas de educação a distância, processos educacionais, processos de gestão entre outros.
- Buscar e manter parcerias para fomento a projetos de interesse comum, visando à auto sustentabilidade.

Os projetos oportunizados pela RENAPI são tecidos pelos princípios de trabalho na rede, pelo interesse e objetivo comum, pelo diálogo, pela confiança entre os pares, pela competência técnica, pela mutualidade, pela negociação, pela complementaridade e compartilhamento de competências e tarefas, a saber:

- Acessibilidade Virtual
 - Acessibilidade RENAPI
 - Gerenciador Acessível
 - Teleduc
- Biblioteca Digital
- EPCT Internacional
- EPCT Virtual

- Observatório da EPCT
- Qualidade
- SIEP Gerencial
- SIGA-EPTC
 - SIGAEPT-ADM
 - SIGAEPT-EDU

Dentre os projetos sistematizados pela RENAPI, o IF Fluminense participa dos destacados a seguir, com o objetivo de consolidar uma ação articulada e integrada voltada à pesquisa e inovação em tecnologias digitais.

- Biblioteca Digital

O portal da Biblioteca Digital da EPCT visa disponibilizar um acervo bibliográfico digital de maneira a contribuir para a disseminação do material científico e tecnológico produzido na rede de Instituições de EPCT - artigos, monografias, dissertações, teses e periódicos -, promovendo a disseminação nacional e internacional deste conteúdo, produzido pelo conjunto de atores que trabalham nas diferentes áreas e níveis dessa modalidade educacional, colaborando na qualificação do material humano da rede e na disseminação de conhecimento.

Esse projeto objetiva fornecer serviços de armazenamento que buscam recuperação e colaboração no uso dos recentes avanços tecnológicos na área, de maneira a proporcionar aos seus usuários uma ferramenta útil e fácil de empregar.

- Observatório Nacional do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT)

Constitui-se como um conjunto de serviços e ferramentas relacionadas ao Mundo do Trabalho e suas interfaces com a EPCT, a fim de subsidiar a **Rede Federal de EPCT** na formulação de suas políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão, para que estejam sintonizadas com a realidade social local, como também ser referência na definição de políticas públicas em diversos campos de atuação no país.

O Observatório é um espaço que reunirá informações e elementos textuais e gráficos, em diversos níveis territoriais (municipal, microrregional, mesorregional, estadual, regional e nacional), com uma radiografia que expõe os aspectos referentes ao mundo do trabalho, às políticas de desenvolvimento, à caracterização social, econômica e cultural das regiões, às vocações e potencialidades e aos estrangulamentos e problemas existentes.

- Objetivo Geral:

Estruturar uma rede de pesquisa, de documentação e de informações de referência que reflita de forma atualizada, permanente e contextualizada as várias dimensões do mundo do trabalho e sua interação com a EPCT, utilizando um portal eletrônico como mecanismo de disseminação das informações e comunicação com o universo da EPCT e a sociedade em geral, como também criar e gerenciar informações sobre pesquisa de realidades socioeconômicas, de alunos/egressos e do mundo produtivo, realizando diagnósticos, disponibilizando indicadores e elaborando cenários para uma intervenção institucional mais sintonizada com a realidade social local.

- Objetivos Específicos:

- Sistematizar e disponibilizar as informações do mundo do trabalho e da EPCT em diversos níveis territoriais.
- Desenvolver produção acadêmica relacionada à educação e trabalho.
- Estruturar redes de parceiros e colaboradores na análise, produção e sistematização de informação do mundo do trabalho e a EPCT e na proposição de ações de aperfeiçoamento desses campos.
- Propiciar a articulação contínua da EPCT com o mundo do trabalho, os setores produtivos e as políticas governamentais de desenvolvimento.
- Promover a socialização das metodologias desenvolvidas pelos núcleos regionais de Observação para as instituições da Rede Federal.
- Estruturar um conjunto de informações do mundo do trabalho e das políticas e ações de desenvolvimento sustentável local, regional e nacional que possibilite a efetiva sintonia com o desenho curricular dos cursos de EPCT e as políticas institucionais de pesquisa e extensão.
- Sistematizar e disponibilizar as informações de inserção dos alunos e egressos da EPCT no mundo do trabalho contemplando:
 - Estágios;
 - Empregos;
 - Empreendedorismo;
 - Cooperativismo e associativismo, sua caracterização, aperfeiçoamento das instituições educacionais e indicadores profissionais.

- Quali-EPT

O presente projeto foca a garantia da qualidade de *software* da Educação Profissional e Tecnológica e trabalha em dois ramos de atuação: **Qualidade de Software** e **Gestão de Projetos**.

O Projeto Quali-EPT vem implantando a qualidade de software nos projetos da RENAPI utilizando os Guias de Qualidade de Software (MPS.Br e ISO). Na

Gestão de Projetos que tem sido implantada no Ministério de Educação (RENAPI, Assessoria Internacional, e Institutos Federais) e no Ministério de Comunicação (GESAC), o Projeto Quali-EPT utiliza os guias de como implantar Escritório de Projetos e de como Gerenciar Projetos (PMO e PmBok).

- SIGA-EPCT

Sistema integrado de gestão acadêmica desenvolvido com tecnologias livres e de forma colaborativa por várias instituições federais do Brasil. Esse projeto tem o apoio do Ministério da Educação do Brasil - MEC, através da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica - SETEC.

O SIGA-EPCT automatiza a gestão dos processos institucionais acadêmicos por meio do SIGA-EDU (Ensino, Pesquisa e Extensão) e administrativos (Protocolo, Recursos Humanos, Almoxarifado, Compras, Patrimônio etc.) mediante SIGA-ADM. A Identificação do Projeto está relacionada à Implantação, Projeto de Desenvolvimento e Suporte do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica - SIGA-EPCT.

- Objetivos:

Planejar, desenvolver, implantar e dar suporte ao Sistema Integrado Gestão Acadêmica - SIGA-EPCT -, envolvendo os principais processos relacionados às atividades-fim e atividades-meio das unidades de EPT, como módulo do Sistema de Informações da Educação Profissional - SIEP - com código aberto, utilizando tecnologias de software livre, para prover as unidades acadêmicas supervisionadas pela SETEC/MEC de instrumentos e ferramentas que contribuam para sua gestão efetiva, tanto acadêmica quanto administrativa, possibilitando a integração das bases de dados locais com a SETEC/MEC.

- SIGAEPT-ADM

Com o intuito de atender às expectativas no menor espaço de tempo possível, valorizando os esforços até então empenhados pela rede federal de educação, procurou-se identificar a existência de sistemas integrados de gestão acadêmica em funcionamento na própria rede. Tais sistemas deveriam ser desenvolvidos em software livre, podendo ser reutilizados e adaptados às necessidades das instituições de EPT.

Os módulos administrativos contemplados pelo SIGA-ADM oferecem as seguintes funcionalidades: requisições *on line* de almoxarifado, compras, diárias, hotel, passagens; restaurante, serviços externos e veículos; controle de pagamento de bolsas oferecidas pela instituição; licitação de materiais e serviços; controle orçamentário; controle contábil; controle de empenhos; controle de pagamentos; patrimônio; almoxarifado; protocolo e recursos humanos.

◦ SIGAEPT-EDU

O SIGA-EDU - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação - gerencia os processos acadêmicos das instituições de EPT - Educação Profissional e Tecnológica -, englobando os módulos de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, está em desenvolvimento o módulo de Ensino. Os seus requisitos irão englobar informações referentes à: infraestrutura; planejamento, acompanhamento e fechamento do período letivo; admissão de alunos; enturmação e certificação de alunos.

O módulo de Pesquisa vai englobar: gerenciamento de pesquisadores, grupos de pesquisa e linhas de pesquisa; acompanhamento da produtividade científica e tecnológica; acompanhamento dos mecanismos de fomento e acompanhamento dos projetos de pesquisa.

O módulo de Extensão irá compreender: propriedade intelectual; projetos e serviços tecnológicos; ações sociais; eventos; convênios interinstitucionais nacionais e internacionais; visitas técnicas e gerenciais; estágios e empregos; egressos e cursos de extensão.

Destarte, o processo colaborativo, em rede, de forma descentralizada está no cerne do SIEP e representa uma condição indispensável para a consolidação do próprio SIEP e sua evolução, culminando na consolidação da Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais - RENAPI.



GESTÃO INSTITUCIONAL

3.1. Organização Administrativa do IF Fluminense

3.1.1. Estrutura Organizacional com as Instâncias de Decisão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense tem como instâncias de decisão, o Colégio de Dirigentes (órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, de funções normativas, consultivas e deliberativas), composto pelo (a) Reitor-Presidente, (b) Pró-Reitores, (c) Diretores-Gerais dos *Campi*; e o Conselho Superior (órgão de caráter consultivo e deliberativo) composto pelo (a) Reitor-Presidente, (b) Representantes dos Servidores Docentes, (c) Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos, (d) Representantes dos Discentes, (e) Representantes dos Egressos, (f) Representantes da Sociedade Civil, (g) Representante do Ministério da Educação, (h) Diretores-Gerais dos *Campi*.

3.1.2. Estrutura do IF Fluminense e respectivos *Campi*

Na sistemática das instâncias de composição de cargos, apresentam-se a de pertinência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, bem como a dos *campi* no âmbito de abrangência do IF Fluminense.

Tabela 14 - Composição de Cargos da Reitoria do IF Fluminense.



Nº.	Denominação de Cargo
1.	REITORIA
2.	CHEFIA DE GABINETE

3.	Coordenação de Apoio à Reitoria
4.	CHEFIA DA AUDITORIA INTERNA
5.	CHEFIA DA PROCURADORIA FEDERAL
6.	Coordenação da Comissão Permanente de Pessoal Docente-CPPD
7.	Coordenação da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico -Administrativos em Educação - CISPCTAE
8.	ASSESSORIA ESPECIAL E SECRETARIA DE COLEGIADOS
9.	Coordenação de Cerimonial
10.	Coordenação de Imagem Institucional
11.	Ouvidoria
12.	Assessoria de Comunicação
13.	PRÓ-REITORIA DE ENSINO
14.	DIRETORIA ACADÊMICA
15.	Assessoria Pedagógica
16.	Coordenação de Registro de Diplomas
17.	Coordenação de Avaliação Institucional
18.	Coordenação de Educação a Distância
19.	Coordenação de Pesquisa Institucional
20.	Coordenação do Centro de Línguas
21.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS
22.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
23.	Coordenação de Articulação com Movimentos Sociais e Diversidade
24.	Coordenação de Apoio à Diretoria de Tecnologias Sociais e Educação de Jovens E Adultos
25.	PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
26.	Coordenação da Essentia Editora
27.	Coordenação do Escritório de Cooperação Internacional
28.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DE EXPANSÃO
29.	Coordenação de Projetos e Obras Civas
30.	Coordenação de Infraestrutura e Logística
31.	DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

32.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
33.	Coordenação Geral de Pagamento de Pessoal
34.	Coordenação Adjunta de Pagamento de Pessoal
35.	Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas
36.	Coordenação Geral de Benefícios
37.	Coordenação Geral de Cadastro
38.	Coordenação de Assistência à Saúde
39.	DIRETORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
40.	Coordenação de Administração de Redes
41.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas
42.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS E DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SÃO JOÃO DA BARRA
43.	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
44.	DIRETORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
45.	Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
46.	Coordenação do Mestrado em Engenharia Ambiental
47.	Coordenação de Apoio Acadêmico à Pós-Graduação
48.	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
49.	DIRETORIA DE EXTENSÃO E DA UNIDADE DE PESQUISA E EXTENSÃO AGROAMBIENTAL - UPEA
50.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO
51.	Coordenação da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental - UPEA
52.	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
53.	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
54.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
55.	Coordenação Administrativa
56.	Coordenação de Licitações e Contratos
57.	Coordenação Geral de Patrimônio
58.	Coordenação Geral de Almoxarifado

59.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE ORÇAMENTO
60.	Coordenação Geral de Finanças
61.	Coordenação Geral de Orçamento
62.	Coordenação de Análise Financeira e Orçamentária

Na organicidade sistêmica do IF Fluminense, os órgãos executores de gestão desempenham funções ímpares e de grande sustentabilidade ao planejamento e às ações afirmativas deste Instituto.

O Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (Anexo II), aprovado pela Portaria N°. 429, datada de 20 de agosto de 2009, prescreve no Título II que os órgãos que participam, efetivamente, no processo de gestão acadêmica, basalizados pela democracia e dialogicidade e pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assim se apresentam (Quadro 6):

Quadro 6 - Organograma Geral do IF Fluminense.



Explicita-se o caráter de funcionalidade de cada órgão que contribui, significativamente, com a gestão deste Instituto.

Conselho Superior - órgão de caráter consultivo e deliberativo, no desempenho das seguintes competências:

- Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Fluminense e zelar pela execução de sua política educacional.

- b. Aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal Fluminense e dos Diretores-Gerais dos *Campi*.
- c. Aprovar o plano de desenvolvimento institucional e apreciar o plano de ação e a proposta orçamentária anual.
- d. Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares.
- e. Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.
- f. Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico.
- g. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros.
- h. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Fluminense.
- i. Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Fluminense, bem como o registro de diplomas.
- j. Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal Fluminense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica.
- k. Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

Colégio de Dirigentes - órgão integrante da administração superior da Instituição, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, e de apoio ao processo decisório da Reitoria do IF Fluminense.

Ao presente órgão, na dinâmica de suas funções, compete:

- a. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos.
 - b. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e
 - c. contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes.
- Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da
- d. estrutura organizacional do Instituto Federal Fluminense.
- Apreciar e recomendar o calendário de referência anual.
- e. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão.
 - f. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Fluminense a ele submetido.

Reitoria - órgão executivo do Instituto Federal Fluminense, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão, assessoramento, consultoria e controle de todas as atividades da Autarquia, com a competência máster de representar o Instituto Federal Fluminense, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

As atribuições da Reitoria assim se apresentam:

- a. Admissão, demissão, aposentadoria, redistribuição, remoção, realização de concursos e atos de progressão/alteração da vida funcional dos servidores.
- b. Articulação com órgãos governamentais e celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas, no âmbito do IF Fluminense.
- c. Conferência de graus e títulos/condecorações, bem como a assinatura de diplomas relativos aos cursos de graduação e pós-graduação.
- d. Coordenação, controle e superintendência das pró-reitorias, diretorias sistêmicas e direções dos *campi*, assegurando uma identidade própria, única e *multicampi*, de gestão para o Instituto.
- e. Definição de políticas, coordenação e fiscalização das atividades da Instituição.
- f. Delegação de poderes, competências e atribuições.
- g. Expedição de resoluções, portarias e atos normativos, bem como a constituição de comissões e o exercício do poder de disciplina.
- h. Nomeação dos dirigentes para o exercício de cargos de direção.
- i. Presidência dos Conselhos Superior e Colégio de Dirigentes e das solenidades de colação de grau.

Chefia de Gabinete - órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria, tendo por competências:

- a. Assistir direta e indiretamente a Reitoria, no desenvolvimento de ações políticas e administrativas.
- b. Organizar e coordenar as atividades do Gabinete incluídas a organização da agenda diária, correspondências e despachos de expediente da Reitoria.
- c. Coordenar as atividades de Assessoria e Comunicação Social do IF Fluminense, incluídas a atualização do Portal, das publicações e da relação com a mídia.
- d. Secretaria do Colégio de Dirigentes.
- e. Executar outras atividades atribuídas pela Reitoria.

Auditoria Interna - órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente, como prescreve o Estatuto do IF Fluminense, Título II, Capítulo II, Seção IV, Artigo 21.

Procuradoria Geral - o Estatuto do IF Fluminense, no Título II, Capítulo II, Seção V, Artigo 22, p. 11, menciona que se trata de “órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente”.

Assessoria Especial e Secretaria de Colegiados - assessoramento direto e imediato à Reitoria do IF Fluminense no que concerne a:

Promover e articular programas e projetos relativos às funções da Assessoria.

Acompanhar processos, licitações, contratos e convênios de órgãos e entidades públicas e privadas.

Realizar o acompanhamento de processos judiciais provenientes do Ministério Público Federal.

Elaborar atas das reuniões de colegiados.

Coordenação de Apoio à Reitoria - desenvolvimento de ações de apoio à Reitoria e ao conjunto da instituição e no exercício de funções nos domínios da correspondência, comunicações e relações internas e externas da instituição.

Coordenação da Comissão Permanente de Pessoal Docente - órgão de assessoramento da Reitoria do IF Fluminense, que tem por competências:

a. Apreciar os assuntos concernentes à:

- alteração do regime de trabalho dos docentes;
- avaliação do desempenho para a progressão funcional dos docentes;
- solicitação de afastamento para aperfeiçoamento e Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*;
- análise de pedido de contratação de docentes.

b. Colaborar com a Diretoria de Gestão de Pessoas, nos assuntos de competência desta, concernentes ao magistério.

Coordenação da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CISPCCTAE) - acompanhamento, fiscalização e avaliação da implantação e implementação, em todas as etapas, do plano de carreira dos cargos dos Técnico-administrativos em Educação, objetivando:

- a. Supervisionar a execução da política de pessoal técnico-administrativo, observada a legislação vigente.
- b. Acompanhar o trabalho da Comissão de Enquadramento.
- c. Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal desta instituição federal de ensino e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal.

Coordenação de Cerimonial - coordena o desenvolvimento de quaisquer atos solenes ou comemorações públicas que necessitem de formalização. A esta Coordenação compete conduzir, com segurança, o evento, sendo responsável pelo planejamento, coordenação e organização do mesmo, em todas as suas fases, além do protocolo de implantação com as precedências e tratamentos pertinentes.

Coordenação de Imagem Institucional - apresenta as seguintes competências:

- a. Diagnosticar e propor inserções estratégicas do âmbito do *Design* nos mais variados ambientes, atividades, cultura, processos e conceitos de nossa instituição de ensino, de modo a torná-la mais eficiente, envolvente e humanizada.
- b. Orientar o desenvolvimento de novos “produtos”, nos quais estejam incorporados e refletidos os objetivos, princípios e a personalidade da instituição, estejam esses, na esfera da comunicação visual, da arquitetura, dentre outros.
- c. Melhorar a comunicação, o atendimento e serviços, tanto externa quanto internamente na instituição.
- d. Gerenciar a identidade corporativa da Instituição, assim como sua aplicação nos mais variados itens (uniformes, cartões, impressos, veículos, dentre outros).
- e. Gerenciar o *way finding* (o ir e vir otimizado dentro das unidades - sinalização interna e externa).
- f. Contribuir com ideias e sugestões criativas e inovadoras nos projetos de arquitetura que são pertinentes a mudanças e ampliações das unidades, na criação e projeto de espaços físicos.
- g. Humanizar os ambientes circundantes.
- h. Buscar agregar valor na identificação e no reconhecimento dos serviços que são prestados à comunidade.
- i. Acompanhar a publicidade da instituição.
- j. Coordenar a implantação e manutenção da imagem corporativa, de suas aplicações e visões de serviços.
- k. Apoiar a organização física (*layout*) dos espaços institucionais em feiras e demais eventos.
 - l. Promover a conscientização e a valorização do *Design* e de uma cultura de *design*.
- m. Fomentar a cultura de compartilhamento de informação.
- n. Procurar integrar os setores de Cultura e Arte e a Comunicação Social com esta Coordenação.
- o. Desenvolver produtos de Desenho Industrial adequados às demandas institucionais.

Ouvidoria - canal condutor do IF Fluminense que visa promover a garantia dos direitos dos cidadãos, concretizando, além do princípio da eficiência, os princípios da ética e da transparência nas relações com a comunidade.

Tem natureza mediadora, sem caráter administrativo, deliberativo, executivo, judicativo e exercerá suas funções junto aos *campi* do Instituto, para o alcance de suas finalidades.

A Ouvidoria é amparada pela Emenda Constitucional número 19 de 1998, que em seu artigo 37, § 3º. define que: “A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º., X e XXXIII; III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública”.

A Ouvidoria tem por competências:

- a. Atuar no pós-atendimento, na mediação de conflitos entre o cidadão e a instituição, procurando personalizar o atendimento ao demandante.
- b. Avaliar a procedência das solicitações, encaminhando-as aos setores competentes para a devida apreciação e resposta.
- c. Acompanhar as providências adotadas e cobrar soluções.
- d. Apresentar o devido retorno ao interessado de forma ágil e desburocratizada.
- e. Auxiliar a instituição no exercício da autocrítica e da reflexão.
- f. Mapear e localizar eventuais falhas nos procedimentos da instituição.
- g. Propor a adoção de providências ou medidas para soluções de problemas, quando necessário.
- h. Interpretar as demandas de forma sistêmica, inferindo eventuais oportunidades de melhoria dos serviços e, a partir daí, sugerir mudanças.

Assim sendo, a Ouvidoria do IF Fluminense procura estabelecer um fórum de comunicação que viabilize sempre a oitiva e a interpretação das demandas recebidas, sendo um espaço acolhedor, de compreensão, de valorização do ser humano, buscando construir pontes para o diálogo permanente com a comunidade e valorizando a cidadania, os direitos humanos e, conseqüentemente, a consolidação do processo democrático.

Assessoria de Comunicação - setor que efetiva a interlocução entre os poderes públicos, a iniciativa privada e o terceiro setor com os meios de comunicação e, conseqüentemente, com a própria sociedade.

À Assessoria de Comunicação compete:

- a. Organizar um plano de comunicação que estabeleça a importância deste instrumento tanto no relacionamento com a imprensa e com os demais públicos internos e externos.
- b. Contribuir para a compreensão pela comunidade da missão desta instituição.
- c. Estabelecer canais de comunicação internos e externos que divulguem os projetos e demais atividades do IF Fluminense.
- d. Desenvolver uma relação de confiança com as mídias em geral.
- e. Avaliar a atuação da equipe de comunicação, objetivando a dinamicidade dos trabalhos.
- f. Criar instrumentos que permitam mensurar os resultados das ações desenvolvidas, tanto junto à imprensa como aos demais públicos.

Pró-Reitorias - órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às dimensões ensino, administração, pesquisa e extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

Pró-Reitoria de Ensino - no Capítulo II, Seção II, Artigo 19, § 2º. do Estatuto do IF Fluminense, menciona que este órgão executivo, em sua essência,:

[...] planeja, superintende, coordena, articula e fomenta a execução das políticas de ensino, que garantam articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e promovam a integração das ações educacionais com as demandas da sociedade, visando à democratização do acesso, à permanência e à elevação de escolaridade como garantia da qualificação profissional e conquista da cidadania (ESTATUTO - IF FLUMINENSE, 2009, p. 9).

Na dinamicidade dos trabalhos pertinentes à Pró-Reitoria de Ensino do IF Fluminense, apresenta-se o organograma demonstrativo (Quadro 7) de sua abrangência.

Quadro 7 - Organograma da Pró-Reitoria de Ensino do IF Fluminense.



Assim sendo, o IF Fluminense apresenta como premissas as seguintes atribuições da Pró-Reitoria de Ensino:

- a. Atuar no planejamento estratégico e operacional do Instituto, com vistas à definição das prioridades acadêmicas dos *campi*, a saber:
 - Definição de vagas para processos seletivos, conjuntamente, com as Direções Gerais de cada *campus* e publicar os respectivos editais nos diversos *campi* da instituição.
 - Instituição de políticas afirmativas que atendam a demandas internas e da região de abrangência do IF Fluminense, visando à democratização do acesso e à garantia da permanência.
 - Supervisão das atividades que visem à capacitação do corpo docente. Implementação do levantamento situacional da caracterização socioeconômica e educacional dos alunos do IF Fluminense, com os devidos registros.
 - Estímulo e proposição de acordos de cooperação mútua entre o Instituto e outras instituições, buscando a melhoria de ensino.
 - Promoção ao crescimento acadêmico e à interação/integração dos *campi*, oportunizando a mobilidade discente, docente e técnico-administrativo.
- b. Estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento da oferta do ensino em todos os níveis e modalidades, conforme as seguintes diretrizes:
 - Garantia da identidade curricular e do desenvolvimento de política e ação pedagógica autônoma e participativa, no âmbito do IF Fluminense.

- Promoção e incentivo à avaliação e à melhoria contínua do projeto pedagógico institucional.
 - Emissão de parecer processual à proposição de novos cursos no âmbito do IF Fluminense ou à suspensão dos já existentes, com base nas avaliações e de interação/integração dos *campi*.
 - Integração e verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.
- c. Supervisionar a execução da política de assistência ao educando no âmbito do IF Fluminense.
 - d. Valorizar e incrementar a Educação a Distância no âmbito do IF Fluminense.
 - e. Estimular, viabilizar e fomentar, na comunidade acadêmica e junto aos diferentes setores da sociedade, a integração do IF Fluminense com instituições de ensino e outros organismos, sugerindo mecanismos que favoreçam a melhoria de ensino.

Na sistemática das atividades desenvolvidas pela Diretoria Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino itemizam-se suas atribuições, por pertinência:

- a. Apoiar e assessorar a Pró-Reitoria de Ensino nas questões referentes às políticas educacionais, conforme a legislação educacional vigente.
- b. Participar e assessorar o processo de construção, reformulação e implementação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) no âmbito do IF Fluminense.
- c. Elaborar levantamentos estatísticos relacionados à estrutura técnica, pedagógica e socioeconômica do Instituto.
- d. Acompanhar o processo de levantamento referente ao perfil de formação dos docentes para contribuir com a Política de Capacitação.
- e. Supervisionar a elaboração e a execução da Autoavaliação Institucional.
- f. Definir e elaborar os planos e ações institucionais voltados ao apoio e ao desenvolvimento dos alunos, observadas as limitações institucionais e a política educacional do IF Fluminense.
- g. Elaborar relatórios sobre a otimização do funcionamento dos *campi* na instância do IF Fluminense.
- h. Assessorar a Pró-Reitoria de Ensino quanto às informações:
 - Atualização do cadastro dos coordenadores e de cursos superiores junto ao sistema e-MEC;
 - Coleta de dados e preenchimento do Questionário Eletrônico do Sistema Integrado de Informações do CENSO do Ensino Superior, EDUCACENSO, Cadastro de Docentes do Ensino Superior, e-MEC, SIG, SISTEC, ENADE e SiSU.

- Acompanhamento da tramitação dos processos de reconhecimento, de renovação ao reconhecimento dos cursos de graduação, e de atualização dos projetos pedagógicos dos cursos no sistema e-MEC.
- Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional, do Regimento e do Estatuto.

A Diretoria do Departamento de Concursos e Processos Seletivos, no uso de suas atribuições na Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tem por competência:

- a. Assessorar a Pró-Reitoria de Ensino e a Diretoria Acadêmica no atendimento às atribuições dos *campi*, no que se refere às ações pertinentes a concursos e processos seletivos.
- b. Organizar toda a dinâmica para concursos e processos seletivos promovidos pelo IF Fluminense e respectivos *campi*, no que tange à elaboração, à preparação, à aplicação, ao processamento e à divulgação de resultados.

Considerando a disposição do Organograma da Pró-Reitoria de Ensino do IF Fluminense, a Diretoria do Departamento de Tecnologias Sociais e Educação de Jovens e Adultos, no uso de suas atribuições, desenvolve a seguinte dinâmica de trabalho:

- a. Apoiar e assessorar a Pró-Reitoria de Ensino, em especial no planejamento e desenvolvimento das políticas educacionais para Jovens e Adultos no âmbito do Instituto.
- b. Implementar e implantar cursos, nos diversos níveis de ensino, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- c. Acompanhar o desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PCC) referentes à modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- d. Ampliar parcerias com a rede pública de ensino, com os movimentos sociais e com as empresas privadas, visando à realização de projetos integrados em EJA.
- e. Definir e elaborar os planos e ações institucionais voltados ao apoio e ao desenvolvimento dos alunos, observadas as características e especificidades do público da EJA, as limitações institucionais e a política educacional do IF Fluminense.
- f. Assessorar a Pró-Reitoria de Ensino no atendimento às atribuições dos *campi*, no que se refere às ações didáticas e pedagógicas, à elaboração, à execução e à avaliação de projetos educacionais de EJA.
- g. Elaborar levantamentos estatísticos relacionados à estrutura técnica, pedagógica e socioeconômica do IF Fluminense no âmbito da EJA.

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - órgão executivo que o Estatuto do IF Fluminense, no Capítulo II, Seção II, Artigo 19, § 5º. explicita quanto às ações másteres a serem desenvolvidas:

[...] planeja, superintende, coordena, fomenta e articula as atividades e as políticas de planejamento estratégico, desenvolvimento institucional, incluindo as ações de preservação da identidade e do patrimônio cultural do Instituto Federal Fluminense, as relações entre as Pró-Reitorias e os *campi*, as entidades de classe, os organismos representativos internos e de ex-alunos, a captação de recursos extra-orçamentários e ainda as relações com a sociedade (ESTATUTO - IF FLUMINENSE, 2009, p. 10).

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IF Fluminense, no desempenho das atividades e políticas de desenvolvimento, com o bojo de atuar na articulação entre a Reitoria, as demais Pró-Reitorias e os *campi*, na otimização da gestão pedagógica e administrativa do Instituto, apresenta o seu organograma estrutural (Quadro 8):

Quadro 8 - Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IF Fluminense.



As competências da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional assim se apresentam:

- a. Atuar no planejamento das políticas institucionais, com vistas a garantir a execução dos planos estratégicos e operacionais do Instituto, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

- b. Colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os *campi*, quanto aos planos de investimentos do Instituto.
- c. Elaborar conjuntamente com a Pró-Reitoria de Administração e consolidar junto ao Ministério da Educação a proposta orçamentária anual do Instituto.
- d. Estudar alternativas organizacionais, visando ao constante aperfeiçoamento da gestão do Instituto, bem como atuar na articulação da Reitoria com os *campi*.
- e. Supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, relatórios e estatísticas da Instituição.
- f. Promover a articulação com as entidades de classe, os organismos representativos internos e de ex-alunos.
- g. Responsabilizar-se pela preservação da identidade e do patrimônio cultural do Instituto.
- h. Promover a articulação do Instituto com a sociedade.
- i. Construir mecanismos de articulação e de captação de recursos extra-orçamentários.
- j. Zelar pelo cumprimento por todos os *campi* das metas definidas nos planos do Instituto.
- k. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

À Diretoria do Departamento de Gestão de Projetos e de Implantação do *campus* de São João da Barra compete:

- a. Prestar apoio administrativo para o cumprimento das atribuições da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IF Fluminense.
- b. Participar do processo de avaliação e planejamento do Instituto.
- c. Avaliar e apoiar o desenvolvimento de implantação do *campus* de São João da Barra.
- d. Participar de projetos direcionados à gestão de recursos humanos.
- e. Representar o Instituto nos foros específicos da área, quando solicitado.

A Diretoria do Departamento de Obras e Expansão tem por competências:

- a. Fiscalizar a execução de obras e serviços, no âmbito do Instituto.
- b. Coordenar a elaboração de projetos básicos e orçamentários de obras e serviços de engenharia, bem como relatórios, no âmbito do IF Fluminense.
- c. Emitir parecer técnico sobre as propostas apresentadas para obras e serviços a serem executados.
- d. Propor e acompanhar a implantação de projetos de melhoria na área de engenharia e infraestrutura na abrangência da Instituição.
- e. Representar o Instituto Federal nos foros específicos da área, quando solicitado.

À Diretoria do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas compete:

- a. Administrar e superintender o plano de capacitação e desenvolvimento de servidores do IF Fluminense.
- b. Coordenar a realização de concurso público para ingresso de servidores.
- c. Executar a gestão dos recursos humanos da Reitoria e dos processos da área de recursos humanos no âmbito de atuação do Reitor.
- d. Organizar e manter atualizadas a consolidação da legislação e jurisprudência referentes à área de pessoal, especialmente quanto às questões funcionais e institucionais.
- e. Definir critérios e elaborar Edital para remoção de servidores entre os *campi* do IF Fluminense.
- f. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

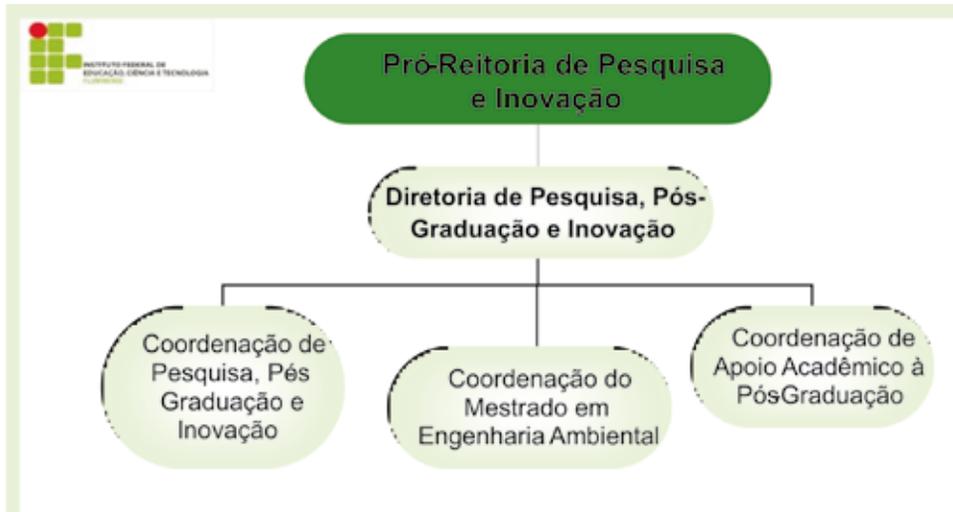
As competências da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação encontram-se assim descritas:

- a. Elaborar, desenvolver, implantar e orientar a operação dos sistemas de informação do IF Fluminense.
- b. Propor e supervisionar a execução da política de informatização administrativa e administrar os recursos de informática no âmbito da Reitoria.
- c. Responsabilizar-se pela política de investimento, manutenção e o bom funcionamento dos equipamentos e sistemas de informática do IF Fluminense.
- d. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa, integrada ao ensino e à extensão, à pós-graduação e à inovação, bem como promove ações na área de fomento à pesquisa, à ciência e tecnologia e à inovação tecnológica, conforme o prescrito no Anexo do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Capítulo II, Seção II, Artigo 19, § 3º.

Na dinamicidade dos trabalhos pertinentes à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IF Fluminense, apresenta-se o organograma (Quadro 9) de sua abrangência.

Quadro 9 - Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IF Fluminense.



A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação projeta, mediante as ações desenvolvidas, o progresso do conhecimento e da pesquisa, na perspectiva de contribuir para a coesão interna, bem como para a inserção externa. Desse modo, tem por competências:

- a. Atuar no planejamento estratégico e operacional do Instituto, com vistas à definição das prioridades da pesquisa e pós-graduação dos *campi*.
- b. Estimular projetos de inovação e de incubadoras tecnológicas.
- c. Garantir uma política de equidade dentre os *campi*, quanto à avaliação e desenvolvimento dos projetos de pesquisa e pós-graduação.
- d. Manter relações de intercâmbio com as instituições do governo federal responsáveis pelas políticas de fomento da pesquisa e pós-graduação e desenvolvimento nas áreas de recursos humanos, ciência e tecnologia.
- e. Promover ações com vistas à captação de recursos para o financiamento de projetos, junto a entidades e organizações públicas e privadas.
- f. Promover e supervisionar a divulgação junto às comunidades interna e externa, dos resultados obtidos pelas pesquisas, projetos de inovação e cursos de pós-graduação.
- g. Publicar anualmente, os editais para seleção de bolsistas e projetos a serem apoiados pelas políticas institucionais de incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica.
- h. Supervisionar a participação de pesquisadores da instituição em eventos e programas de pesquisas, envolvendo intercâmbio e/ou cooperação técnica entre instituições congêneres.
- i. Zelar pela integração das ações de pesquisa e pós-graduação às necessidades acadêmicas e executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

A Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, no bojo de suas ações, tem por competências:

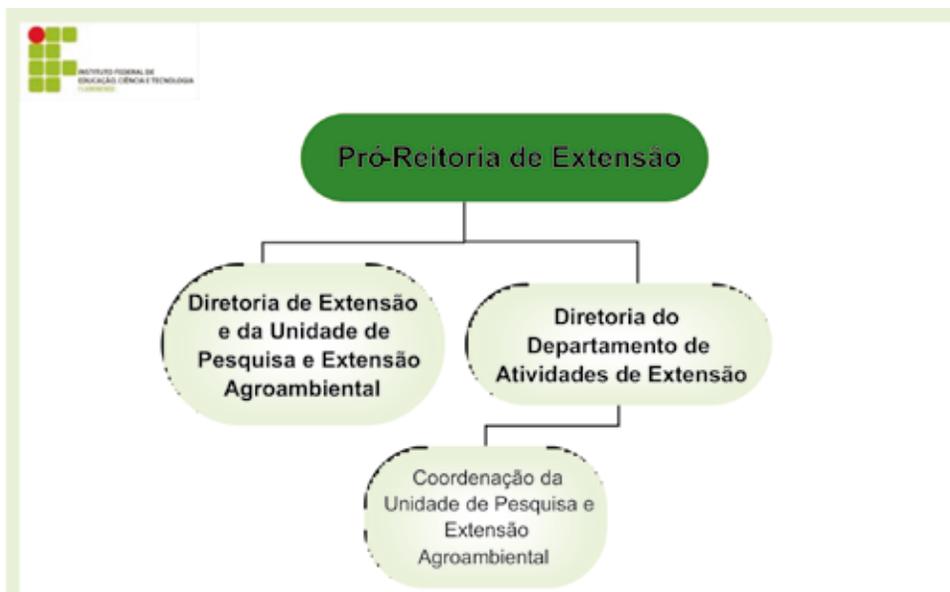
- a. Supervisionar e orientar a realização de atividades de pesquisa e de inovação tecnológica nos *campi* do IF Fluminense.
- b. Desenvolver políticas e ações que estimulem o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de inovação tecnológica nos *campi* do IF Fluminense, em especial os novos, visando à busca da equidade.
- c. Relacionar-se com instituições do governo federal responsáveis pelas políticas de fomento à pesquisa e desenvolvimento nas áreas de recursos humanos, ciência e tecnologia, bem como monitorar editais e chamadas públicas de projetos, visando informar aos pesquisadores de todos os *campi* sobre oportunidades nos campos da pesquisa e inovação tecnológica.
- d. Monitorar oportunidades, orientar, incentivar e supervisionar a captação de recursos para o financiamento de projetos junto a entidades e agências de fomento públicas e privadas.
- e. Realizar a divulgação, junto às comunidades interna e externa, dos resultados obtidos pelas pesquisas, seja por meio de eventos como o Congresso de Iniciação Científica e os Fóruns de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, seja por canais tradicionais de comunicação como jornais, rádio, televisão e internet.
- f. Elaborar, atualizar e publicar anualmente os Editais para seleção de bolsistas a projetos a serem apoiados pelas políticas institucionais de incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica, bem como operacionalizar os processos de submissão, avaliação e seleção dos projetos a serem aprovados.
 - Coordenar, realizar e controlar mensalmente os processos de pagamento de bolsas institucionais e de agências de fomento a bolsistas de iniciação científica e de inovação tecnológica.
 - Avaliar periodicamente o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e de inovação tecnológica, bem como supervisionar a orientação dos bolsistas pelos pesquisadores.
- g. Incentivar, orientar, avaliar e autorizar a participação de pesquisadores e bolsistas em eventos, congressos e programas de pesquisa, bem como a publicação da produção científica e tecnológica em eventos e periódicos conceituados nas diversas áreas do conhecimento.
- h. Incentivar, orientar, avaliar e autorizar a participação de pesquisadores e bolsistas em eventos e programas de pesquisa, envolvendo intercâmbio e/ou cooperação técnica entre instituições congêneres, em âmbito nacional ou internacional.
- i. Supervisionar e orientar a implantação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* nos *campi* do IF Fluminense, em consonância com as características socioeconômicas da região.

- j. Elaborar e publicar periodicamente os Editais para seleção de candidatos aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* nos diversos *campi* do IF Fluminense.
- Coordenar o processo de ingresso dos candidatos aos cursos de pós-graduação.
 - Realizar matrícula e gerenciar a vida acadêmica dos alunos de pós-graduação.
 - Emitir declarações, certificados e diplomas dos cursos de pós-graduação.
- k. Coordenar e organizar atividades do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação.
- Elaborar, atualizar e zelar pelo cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos nos regimentos institucionais (de pós-graduação *lato sensu*, de pós-graduação *stricto sensu* e de incentivo à produção acadêmica).
- l. Atuar, de forma excepcional, na execução de políticas, em quaisquer dos *campi* na operacionalização de projetos sistêmicos.

Pró-Reitoria de Extensão - o Capítulo II, Seção II, Artigo 19, § 3º. do Estatuto do IF Fluminense preceitua que a Pró-Reitoria em tela é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão, da cultura e das artes e a relação com o mundo do trabalho e a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa.

O Quadro 10 explicita a organização da Pró-Reitoria de Extensão, no que tange à sua composição.

Quadro 10 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão do IF Fluminense.



Para o desenvolvimento das atividades que refletem o compromisso do Instituto com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à sociedade e à democracia, a Pró-Reitoria de Extensão do IF Fluminense tem por competência:

- a. Fomentar o desenvolvimento de ações de integração escola-empresa-comunidade, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas.
- b. Ordenar o planejamento estratégico e operacional do Instituto, com vistas à definição das prioridades de extensão dos *campi*.
- c. Fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais e internacionais.
- d. Garantir o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico.
- e. Manter o acompanhamento e controle dos projetos e das atividades de extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto.
- f. Incentivar o desenvolvimento de programações científicas, artístico-culturais, sociais e esportivas, envolvendo os *campi*.
- g. Promover e supervisionar a divulgação, junto às comunidades interna e externa, dos resultados obtidos através dos projetos e serviços de extensão.
- h. Promover políticas de aproximação dos servidores e discentes da realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional.
- i. Viabilizar mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pela instituição.
- j. Zelar pela integração das ações de extensão às necessidades acadêmicas e executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

À Diretoria do Departamento de Extensão e da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental compete:

- a. Possibilitar o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão associadas ao Sistema do IF Fluminense, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental.
- b. Desenvolver projetos e experimentos relacionados aos conteúdos de hidrologia, meteorologia, ecologia, geologia, agricultura orgânica, energias renováveis (eólica, solar, fluvial e biodiesel) e temas correlatos.
- c. Promover diagnóstico socioambiental e econômico das comunidades. Capacitar produtores rurais para uso de tecnologias autosustentáveis em agricultura e pecuária familiar.
- d. Capacitar agricultores de base familiar quanto ao uso de plantas medicinais.
- e. Promover a sensibilização voltada à saúde ambiental.

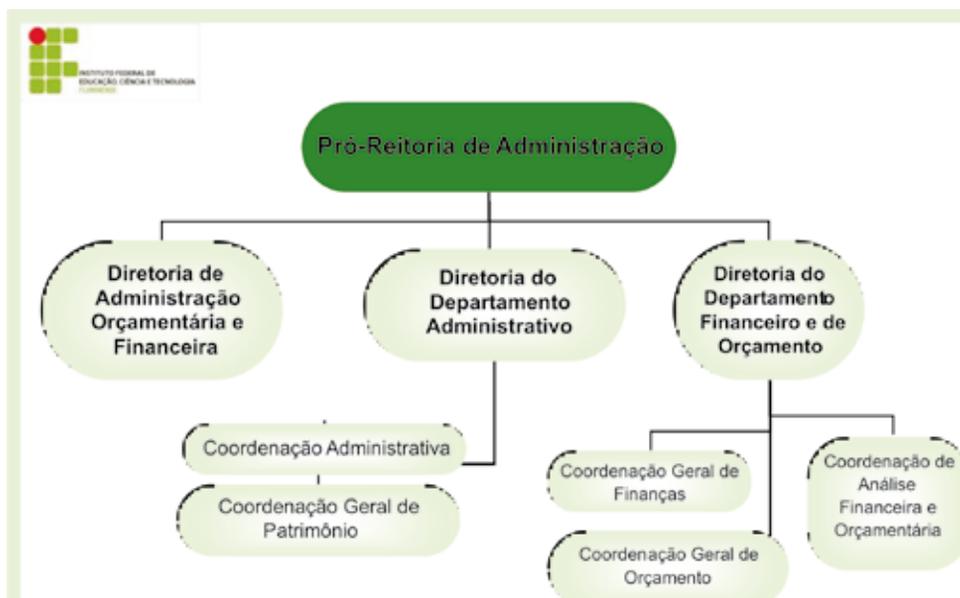
À Diretoria do Departamento de Atividades de Extensão compete:

- a. Apoiar o desenvolvimento de ações de integração escola-empresa-comunidade, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas.
- b. Executar intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais e internacionais.
- c. Garantir o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico.
- d. Manter o acompanhamento e controle dos projetos e das atividades de extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto.
- e. Supervisionar a divulgação junto às comunidades interna e externa, dos resultados obtidos através dos projetos e serviços de extensão.
- f. Aplicar políticas de aproximação dos servidores e discentes da realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional.
- g. Viabilizar mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pela instituição.
- h. Promover e gerenciar convênios de estágio com empresas no âmbito do Instituto.
- i. Zelar pela integração das ações de extensão às necessidades acadêmicas.
- j. Atuar, de forma excepcional, na execução de políticas em quaisquer dos *campi* na operacionalização de projetos sistêmicos.
- k. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

Pró-Reitoria de Administração - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de administração, e execução de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, deliberado no Estatuto do IF Fluminense, Capítulo II, Seção II, Artigo 19, § 4º.

Apresenta-se o organograma (Quadro 11) que reflete a estrutura dos trabalhos otimizados pela Pró-Reitoria de Administração do IF Fluminense:

Quadro 11 - Organograma da Pró-Reitoria de Administração do IF Fluminense.



A Pró-Reitoria de Administração do IF Fluminense, dentre suas atribuições, tem por competências:

- a. Atuar no planejamento do Instituto, com vistas à definição das prioridades administrativas dos *campi*.
- b. Desenvolver ações de acompanhamento e controle de obras e dos planos urbanísticos dos *campi*, bem como superintender os projetos relativos à infraestrutura.
- c. Elaborar anualmente o relatório de gestão de prestação de contas da Instituição.
- d. Elaborar conjuntamente com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional a proposta orçamentária anual do IF Fluminense.
- e. Estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, no âmbito da Reitoria e dos *campi*.
- f. Garantir a infraestrutura das instalações da Reitoria.
- g. Supervisionar os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações.
- h. Supervisionar a execução da gestão financeira e orçamentária, de contratos e de material, compras e patrimônio do Instituto.
- i. Zelar pela adequação dos procedimentos administrativos às necessidades acadêmicas e executar outras funções que, por sua natureza, lhe sejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

Na abrangência da Pró-Reitoria de Administração do IF Fluminense, compete à Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira:

a. **Tomada de decisões de investimento**

- Decidir quanto à aplicação dos recursos financeiros em ativos correntes (circulantes) e não correntes (ativo realizável a longo prazo e permanente).
- Estudar a situação na busca de níveis desejáveis de ativos circulantes.
- Determinar os ativos permanentes a serem adquiridos e quando os mesmos devem ser substituídos ou liquidados.
- Buscar sempre o equilíbrio e níveis otimizados entre os ativos correntes e não-correntes.
- Observar e decidir quanto ao investimento de um bem ou direito, evitando desperdícios e gastos desnecessários ou de riscos irremediáveis, bem como a imobilização dos recursos correntes.

b. **Tomada de decisões de financiamentos**

- Captar recursos diversos para o financiamento dos ativos correntes e não correntes, no que tange a todas as atividades e operações da instituição.
- Operar capital ou qualquer outro tipo de recurso necessário para a execução de metas ou planos da instituição.
- Pesquisar fontes de financiamento confiáveis e viáveis, com ênfase no equilíbrio entre juros, benefícios e formas de pagamento.

A Diretoria do Departamento Administrativo tem por competências:

- a. Acompanhar o envio de equipamento às empresas de assistência técnica. Coordenar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do IF Fluminense.
- b. Prestar apoio técnico aos *campi* e núcleo de abrangência do IF Fluminense.
- c. Coordenar a manutenção periódica dos bens móveis dos *campi* do Instituto.
- d. Controlar os equipamentos e materiais alocados.

A Diretoria do Departamento Financeiro e de Orçamento tem por competências:

- a. Efetivar análise, planejamento e controle financeiro. Coordenar as atividades e avaliar a condição financeira da instituição, por meio de relatórios financeiros elaborados a partir dos dados contábeis de resultado.
- b. Analisar a capacidade de produção, tomar decisões estratégicas com relação ao rumo total da instituição.
- c. Verificar não somente as contas de resultado por competência, mas a situação do fluxo de caixa.
- d. Desenvolver e implementar medidas e projetos com vistas ao crescimento e fluxos de caixa adequados para se obter retorno financeiro tal como oportunidade de aumento dos investimentos para o alcance das metas da instituição.

Os Campi do Instituto Federal Fluminense - são administrados por Diretores-Generais com as seguintes atribuições:

Celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas, no âmbito de atuação do *campus*.

Exercício da delegação de poderes e atribuições outorgados pelo Reitor.

Expedição, no âmbito do *campus*, de ordens de serviços e instruções normativas, bem como a constituição de comissões e o exercício do poder de disciplina.

Gestão administrativa do *campus*, compreendendo todas as dimensões do campo de sua atuação.

Organização e presidência do Conselho Escolar e das solenidades de conclusão de cursos técnicos e/ou de educação continuada.

As tabelas que se sucedem representam as estruturas organizacionais de cada *campus* de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Tabela 15 - Composição de Cargos do IF Fluminense *Campus* Campos-Centro.



campus Campos-Centro

Nº.	Denominação de Cargo
1.	DIRETORIA GERAL
2.	Chefia de Gabinete
3.	Coordenação de Comunicação
4.	DIRETORIA DE INFRA ESTRUTURA
5.	DIRETORIA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA
6.	Coordenação de Manutenção
7.	Coordenação de Transportes
8.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
9.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E EXTENSÃO
10.	Coordenação da Agência de Oportunidades
11.	Coordenação de Apoio ao Estudante
12.	Coordenação dos Cursos de Extensão

13.	Coordenação de Cultura
14.	Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Institucionais
15.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
16.	Coordenação de Suporte e Manutenção
17.	Coordenação de Administração de Redes
18.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS
19.	Coordenação de Registro Acadêmico - Ensino Básico/Técnico
20.	Coordenação de Registro Acadêmico - Ensino Superior/Graduação
21.	Coordenação da Biblioteca/Documentação
22.	Coordenação de Eventos e Multimídia
23.	Coordenação de Saúde e Nutrição
24.	Coordenação de Produção Gráfica
25.	Coordenação de Turno da Manhã
26.	Coordenação de Turno da Tarde
27.	Coordenação de Turno da Noite
28.	Coordenação do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
29.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO E EJA
30.	Coordenação da EJA
31.	Coordenação da Área de Ciências Humanas
32.	Coordenação da Área de Linguagens e Códigos
33.	Coordenação da Área de Ciências da Natureza e Matemática
34.	Coordenação da Área de Educação Física
35.	DIRETORIA DE ENSINO TÉCNICO DA ÁREA DE INDÚSTRIA (Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Automação e Telecomunicações)
36.	Coordenação do Curso Técnico de Mecânica
37.	Coordenação do Curso Técnico de Automação Industrial
38.	Coordenação do Curso Técnico de Telecomunicações
39.	Coordenação do Curso Técnico de Eletrotécnica

40.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO TÉCNICO - ÁREAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, QUÍMICA, INFORMÁTICA, SAÚDE E AMBIENTE
41.	Coordenação do Curso Técnico de Construção Civil
42.	Coordenação do Curso Técnico de Química
43.	Coordenação do Curso Técnico de Segurança do Trabalho
44.	Coordenação do Curso Técnico de Informática Industrial
45.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR DAS LICENCIATURAS
46.	Coordenação Adjunta
47.	Coordenação do Curso de Ciências da Natureza Licenciaturas em Biologia, Física e Química
48.	Coordenação de Curso de Licenciatura em Geografia
49.	Coordenação de Curso de Licenciatura em Matemática
50.	DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA E BACHARELADOS
51.	Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Telecomunicações
52.	Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico
53.	Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos
54.	Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Manutenção Industrial
55.	Coordenação dos Cursos Superiores da Área de Informática
56.	Coordenação do Curso de Engenharia em Controle e Automação de Processos
57.	Coordenação de Curso de Arquitetura e Urbanismo
58.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
59.	Coordenação de Pesquisa
60.	Coordenação de Pós-Graduação
61.	Coordenação de Inovação Tecnológica

Tabela 16 - Composição de Cargos do IF Fluminense *Campus Macaé*.



Nº.	Denominação de Cargo
1.	DIRETORIA GERAL
2.	Chefia de Gabinete
3.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E GESTÃO
4.	Coordenação Geral de Desenvolvimento Institucional
5.	Coordenação de Comunicação
6.	Coordenação de Gestão de Pessoas
7.	Coordenação de Tecnologia da Informação
8.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA
9.	Coordenação Adjunta de Ensino e Pesquisa
10.	Coordenação de Desenvolvimento de Ensino
11.	Coordenação Adjunta de Desenvolvimento de Ensino
12.	Coordenação de Ensino Profissional da Área de Eletrônica e Automação
13.	Coordenação de Ensino da Área de Eletromecânica
14.	Coordenação de Ensino da Área de Informática e Instrumentação
15.	Coordenação de Ensino Profissional da Área de Segurança do Trabalho
16.	Coordenação de Ensino Profissional da Área de Controle e Automação
17.	Coordenação de Ensino Profissional da Área de Educação de Jovens e Adultos (EJA)
18.	Coordenação de Laboratórios de Eletrônica
19.	Coordenação de Laboratório de Mecânica
20.	Coordenação de Registro Acadêmico
21.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE TRABALHO E EXTENSÃO
22.	Coordenação de Assistência Socioeducacional

23.	Coordenação do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
24.	Coordenação de Complementação Acadêmica
25.	Coordenação de Relações Comunitárias
26.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO AO ENSINO
27.	Coordenação de Infraestrutura
28.	Coordenação de Biblioteca
29.	Coordenação de Recursos Didáticos
30.	Coordenação de Transportes
31.	Coordenação de Administração de Materiais

Tabela 17 - Composição de Cargos do IF Fluminense *Campus* Campos-Guarus.



Nº.	Denominação de Cargo
1.	DIRETORIA GERAL
2.	Chefia de Gabinete
3.	DIRETORIA ADJUNTA
4.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
5.	Coordenação Acadêmica
6.	Coordenação da Área de Ambiente
7.	Coordenação da Área de Controle e Processos Industriais
8.	Coordenação da Área de Saúde e Segurança
9.	Coordenação de Registros e Documentação
10.	Coordenação de Pesquisa e Extensão
11.	Coordenação de Turnos
12.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE APOIO AO ENSINO

13.	Coordenação de Recursos Didáticos
14.	Coordenação de Infraestrutura
15.	Coordenação de Tecnologia da Informação
16.	Coordenação de Administração Geral

Tabela 18 - Composição de Cargos do IF Fluminense *Campus* Cabo Frio.



Nº.	Denominação de Cargo
1.	DIRETORIA GERAL
2.	Chefia de Gabinete
3.	Coordenação de Extensão
4.	Coordenação de Tecnologia da Informação
5.	DIRETORIA ADJUNTA
6.	Coordenação de Compras
7.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
8.	Coordenação de Registro Acadêmico e Documentação
9.	Coordenação de Apoio Educacional
10.	Coordenação de Ensino Superior e Pesquisa
11.	Coordenação do Eixo de Controle e Processos Industriais
12.	Coordenação do Eixo de Produção Industrial
13.	Coordenação do Eixo de Hospitalidade e Lazer
14.	Coordenação Acadêmica
15.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE APOIO AO ENSINO
16.	Coordenação de Infraestrutura

Tabela 19 - Composição de Cargos do IF Fluminense *Campus* Itaperuna.



Nº.	Denominação de Cargo
1.	DIRETORIA GERAL
2.	Chefia de Gabinete
3.	Coordenação de Gestão de Pessoas
4.	Coordenação de Tecnologia da Informação
5.	DIRETORIA ADJUNTA
6.	Coordenação de Infraestrutura e Transportes
7.	Coordenação de Administração
8.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
9.	Coordenação Acadêmica
10.	Coordenação de Registro Acadêmico
11.	Coordenação da Educação de Jovens e Adultos
12.	Coordenação da Área de Turismo
13.	Coordenação da Área de Indústria
14.	Coordenação da Área de Informática
15.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE APOIO AO ENSINO
16.	Coordenação de Pesquisa e Inovação

Tabela 20 - Composição de Cargos do IF Fluminense *Campus* Bom Jesus de Itabapoana.



Nº.	Denominação de Cargo
1.	DIRETORIA GERAL
2.	Chefia de Gabinete
3.	DIRETORIA DE ENSINO
4.	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
5.	Coordenação de Acompanhamento ao Educando
6.	Coordenação de Alimentação e Nutrição
7.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
8.	Coordenação de Registros Acadêmicos
9.	Coordenação de Integração Escola e Comunidade
10.	Coordenação de Orientação Educacional
11.	Coordenação de Acervos Bibliográficos
12.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
13.	Coordenação de Produção Agroindustrial
14.	Coordenação de Produção Vegetal
15.	Coordenação de Produção Animal
16.	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
17.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
18.	Coordenação de Infraestrutura
19.	Coordenação de Almojarifado

20.	Coordenação de Patrimônio
21.	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
22.	Coordenação de Licitação e Compras
23.	DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

Tabela 21 - Composição de Cargos do IF Fluminense *Campus* Avançado Quissamã.



Nº.	Denominação do Cargo ou Função
1.	DIRETORIA GERAL
2.	Gerência de Ensino
3.	Gerência Administrativa
4.	Coordenação do Curso Técnico em Eletrotécnica e Eletromecânica
5.	Coordenação do Curso em Segurança do Trabalho

3.1.3. *Autonomia do IF Fluminense*

O Instituto Federal Fluminense, instituição criada nos termos do artigo 5º. inciso XXVII da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Conforme o exarado na Portaria N.º 429, datada de 20 de agosto de 2009, a Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, nomeada pela Portaria MEC nº. 55 de 07 de janeiro de 2009, publicada no D.O.U. de 08 de janeiro de 2009, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei 11.892 de 29/12/2008, aprova o Estatuto do IF Fluminense, que menciona no seu Artigo

1º., constante no Título I - DA INSTITUIÇÃO - Capítulo I - DA NATUREZA E DAS FINALIDADES -:

“§ 1º. O Instituto Federal Fluminense é domiciliado na sede de sua Reitoria, situada na Rua Doutor Siqueira, 273, Parque Dom Bosco, CEP 28030-130 em Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

“§ 2º. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal Fluminense é equiparado às universidades federais.”

No âmbito de sua atuação territorial, cada *campus* do IF Fluminense contará com autonomia para criação e extinção de cursos, mediante autorização do Colégio de Dirigentes, com encaminhamento decisório do Conselho Superior. No que se refere à concepção de sistema, a gestão orçamentária e financeira se dará de forma descentralizada.

3.1.4. Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas

O IF Fluminense, por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e da Pró-Reitoria de Extensão, estabelece parcerias com instituições, empresas e segmentos da sociedade civil, com a finalidade de promover a integração da comunidade acadêmica com o mundo do trabalho, coexistindo os princípios da ética de cooperação, solidariedade e reciprocidade.

A Pró-Reitoria de Extensão atua junto às Diretorias de Extensão dos campi, desenvolvendo e fomentando programas de qualificação profissional aos discentes e egressos, envolvendo os meios empresariais e científicos.

O IF Fluminense, por meio das parcerias com os diversos segmentos sociais: entidades governamentais, setores produtivos, instituições de ensino e de cultura, associações comunitárias, sindicatos e o público em geral, acena para o crescimento e o benefício das partes envolvidas, tornando viáveis as soluções às demandas internas e externas.

As parcerias oportunizam ao IF Fluminense o contato com a sociedade e o estímulo à realização de projetos interinstitucionais que ampliam suas ações na busca da melhoria contínua de seu projeto educacional.

As instituições parceiras do IF Fluminense são:

56º. Batalhão de Infantaria

A Simonelli Liuth Topografia ME

ABB Ltda

Abido Daniel Junior M.E (ADJ Tecnologia)
Acergy Brasil S/A
ACTS - Assessoria Consultoria Técnica e Segurança Ltda
Adelphia Comunicações S/A
AG Brasil Empresa Brasileira de Recursos Humanos Ltda
Agemar Consultoria e Serviços Ltda
AGO - Augusto Gerenciamento de Obras Ltda
AGRISA - Agro Industrial São João S/A
Agropecuária Carapebus
Agropecuária e Incorporadora Colocial Ltda
Águas do Paraíba S/A
Aguiar Quintanilha Construções Ltda
AKROS S/A
Alexandre e Anjos Representações Ltda
Alliage Consultoria em RH S/C
American Banknote
AMG Engenharia Ltda
AMPLA Energia e Serviços S/A
ANSETT Tecnologia e Engenharia Ltda
Aracruz Celulose
Associação de Deficientes Visuais de Campos
Associação Fluminense dos Plantadores de Cana
Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura
ATLANTICONT Importação Comércio e Serviços Ltda
ATS Comércio e Serviços Ltda
Barcelos & Cia Ltda
Bernardi Pinho Engenharia Ltda
Bios Tecnologia em Informática
Bomplastic Bom Jesus Plásticos Ltda
Borges e Miranda e Informática Ltda
Brasil Sigma Telecom - soluções em telecomunicações e negócios
Brassumo Ltda
BRUANED Serviços Eletromecânicos Ltda
BSM Engenharia S.A.
Camelt Refrigeração Ltda
Campisloja Comércio de Eletrônica e Informática Ltda
Campos Clean Comércio e Serviços Ltda
Campos Cópia - Ricardo dos Santos ME
Campos dos Goyatacazes Ltda
Campos Fácil - Ventura e Ventura Ltda

Campos Vitrage Ltda
Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A
Carrocerias Morumbi de Campos Ltda
Catuaí Construtora e Incorporadora Ltda
Cellofarma Ltda
Central de Estágio GELRE agente de integração Ltda
Centro de Ensino Supletivo - CIEP 419 - Benigno Bairral
Centro de Ensino Supletivo - Colégio Estadual Dr. Ferreira da Luz
Centro de Ensino Supletivo - Colégio Estadual Severino Pereira da Silva
Centro de Ensino Supletivo - Colégio Estadual Teotônio Brandão Vilela
Centro de Ensino Supletivo - Escola Estadual Bocaina
Centro de Ensino Supletivo - Professor Manoel Gonçalves Ramos Júnior -
Cambuci
Centro de Ensino Supletivo de Itaperuna
Centro de Ensino Supletivo de Santo Antônio de Pádua
Centro de Integração Empresa Escola do Espírito Santo
Centro Educacional Municipal Professora Marli Capp
Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora
Centros de Ensino Supletivo (CES/NACES)
Centros de Ensino Supletivo (CES/NACES) vinculados às Coordenadorias
Regionais/SEEDUC-RJ
CERJ - Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro
CES - Centro de Ensino Supletivo de Campos
CES - Centro de Ensino Supletivo de São Fidélis
CES - Centro de Ensino Supletivo de São Francisco de Itabapoana
CES - Centro de Ensino Supletivo de São João da Barra
CHALLENGER - Escola de Aviação
Cia Açucareira Usina Cupim
Cia Brasileira de Bebidas
Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga
CIE de Agropecuária de Itaperuna
CIEP 057 - Nilo Peçanha
CIEP 141 - Vereador Said Tanus José
CIEP 263 - Lina Bo Bardi
CIEP 267 - M^a Aparecida Lima Souto Tostes
CIEP 271 - Dr. José Bonifácio Tassara
CIEP 275 - Lenine Cortes Falante
CIEP 417 - José do Patrocínio
CIEP 463 - João Borges Barreto
CIEP 464 - Admar F. de Medeiros

CIEP 470 - Celso Martins Cordeiro
CIEP 146 - CE Prof. Cordelino Teixeira Paulo
CIEP 150 - Prof^ª Amélia Ferreira dos Santos Gabina
CIEP 193 - Wilson Mendes
CIEP 262 - Curvelino Dias Curvello
CIEP 331 - Lysia Bernardes
CIEP 357 - José de Dome
CIEP 458 - Hermes Barcelos
CIEP Brizolão 057 - Nilo Peçanha
CIPETTRAN Norte Ltda ME
Clariant S.A
Clube de Astronomia Louis Cruls
COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros S/A
COEP - Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional
Colégio Alcebiades Schwartz
Colégio Estadual 10 de Maio
Colégio Estadual 20 de Julho
Colégio Estadual Admardo Alves Torres
Colégio Estadual Agostinho Chrysanto de Araújo
Colégio Estadual Agrícola de Cambuci
Colégio Estadual Agrícola Rego Barros
Colégio Estadual Alberto Torres
Colégio Estadual Alcebiades Schwartz
Colégio Estadual Almirante Barão de Tefé
Colégio Estadual Almirante Barroso
Colégio Estadual Almirante Frederico Villar
Colégio Estadual Almirante Tamandaré
Colégio Estadual Ana Nunes Viana
Colégio Estadual Ary Parreiras
Colégio Estadual Atilano Chrysóstomo de Oliveira
Colégio Estadual Baltazar Carneiro
Colégio Estadual Barão de Macaúbas
Colégio Estadual Benta Pereira
Colégio Estadual Buarque de Nazareth
Colégio Estadual Cel. João Batista de Paula Barroso
Colégio Estadual Chequer Jorge
Colégio Estadual Constantino Fernandes
Colégio Estadual de Oliveira Botas
Colégio Estadual de São Fidélis
Colégio Estadual Deodato Linhares

Colégio Estadual Desembargador Álvaro Ferreira Pinto
Colégio Estadual Dom Otaviano de Albuquerque
Colégio Estadual Domires Machado
Colégio Estadual Dr. Barros Barreto
Colégio Estadual Dr. César Tinoco
Colégio Estadual Dr. Felix Miranda
Colégio Estadual Dr. Ferreira da Luz
Colégio Estadual Dr. José Pereira Pinto
Colégio Estadual Dr. Máximo de Azevedo
Colégio Estadual Dr. Newton Alves
Colégio Estadual Dr. Sylvio Bastos Tavares
Colégio Estadual Dr. Thiers Cardoso
Colégio Estadual Elvídio Costa
Colégio Estadual Ercília Muylaert de Menezes
Colégio Estadual Estefânia Pereira Pinto
Colégio Estadual Etelvina Alves da Silva
Colégio Estadual Feliciano Sodré - São Pedro D'Aldeia
Colégio Estadual General Dutra
Colégio Estadual Geraque Collet
Colégio Estadual Jaime Queiroz de Souza
Colégio Estadual João Coelho
Colégio Estadual João Guimarães
Colégio Estadual João Pessoa
Colégio Estadual Joaquim Gomes Crespo
Colégio Estadual José Antônio Teixeira
Colégio Estadual José do Patrocínio
Colégio Estadual José Francisco de Salles
Colégio Estadual José Garcia de Freitas
Colégio Estadual Julião Nogueira
Colégio Estadual Leôncio Pereira Gomes
Colégio Estadual Leonel Homem da Costa
Colégio Estadual Lions Clube
Colégio Estadual Luiz Ferraz
Colégio Estadual Manoel Pereira Gonçalves
Colégio Estadual Manoel Rodrigues de Barros
Colégio Estadual Maria Leny Vieira Ferreira Silva
Colégio Estadual Miguel Couto
Colégio Estadual Montese
Colégio Estadual Nelson Pereira Rebel
Colégio Estadual Nicolao Bastos Filho

Colégio Estadual Nilo Fernandes Pereira
Colégio Estadual Nilo Peçanha
Colégio Estadual Nobu Yamagata - São Pedro D'Aldeia
Colégio Estadual Oscar Batista
Colégio Estadual Pedro Batista de Souza
Colégio Estadual Pedro Cerqueira
Colégio Estadual Prof. Herval de Souza Tavares
Colégio Estadual Prof. Manoel Gonçalves Ramos Júnior
Colégio Estadual Prudente de Moraes
Colégio Estadual Quinze de Novembro
Colégio Estadual Raimundo de Magalhães
Colégio Estadual Romualdo Monteiro de Barros
Colégio Estadual Rotary
Colégio Estadual Rotary I
Colégio Estadual Rotary II
Colégio Estadual Rui Guimarães de Almeida
Colégio Estadual São Francisco de Paula
Colégio Estadual Senador Sá Tinoco
Colégio Estadual Severino Pereira da Silva
Colégio Estadual Temistocles de Almeida
Colégio Estadual Teotônio Brandão Vieira
Colégio Estadual Theotônio Ferrreira de Araújo
Colégio Estadual Thomaz Gomes
Colégio Estadual Tobias Tostes Machado
Colégio Estadual Visconde do Rio Branco
Colégio Estadual Waldemiro Pitta
Colégio Municipal Elza Maria Santa Rosa Bernardo
Colégio Municipal Rui Barbosa
COMCELL - Comércio de Aparelhos Eletrônicos Ltda.
Companhia Açucareira Paraíso
Companhia Vale do Rio Doce
Consórcio Norte Fluminense
Consórcio Paraíba do Sul (Delta Construções S/A)
Construir Rio de Janeiro Empreendimentos Ltda.
Construtora Massari Ltda
Construtora Queiroz Galvão S/A
Construtora Tardivo Ltda.
Construwork - Construções e Empreendimentos Ltda
Consultoria Cruz & Marchesi Ltda
Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serviços do Cefet Campos
COOPERCAMPOS - Cooperativa de Trabalho Múltiplos de Campos
Coordenadoria Regional das Baixadas Litorâneas I/SEEDUC-RJ
Coordenadoria Regional Noroeste Fluminense II/SEEDUC-RJ
Coordenadoria Regional Noroeste Fluminense III/SEEDUC-RJ
Coordenadoria Regional Norte Fluminense I/SEEDUC-RJ
Coordenadoria Regional Norte Fluminense III/SEEDUC-RJ
COPAPA - Cia Paduana de Papéis
COPPE/UFRJ
Correa e Manhães Informática Ltda
COSIA - Companhia Siderúrgica Paulista
COZAN Construções e Empreendimentos Ltda
CTIS Tecnologia S/A
D W Tecnologia de Satélite Ltda
D'CASA Campos Móveis Modulados Ltda
De Nadai Alimentação S.A.
Debora Azevedo Carvalho ME
Decorum Ambientações Ltda
Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro
DOMINUS - RH Consultores Associados
Dragão de Campos Elétro Diesel Ltda
DUCATEL (18 Cel - Comércio e Serviços de Celulares Ltda)
DUVÊNETO Indústria Alimentícia Ltda
DWA Construções Eletromecânicas Ltda
E.T. Lessa
Eclipse Consultoria e Teleinformática Ltda.
ECO Sistemas
Embaixada Americana no Brasil
EMBRATEL
Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda. - TV Alto Litoral - INTER
TV
Empresa Brasil S. A. Transporte e Turismo
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Empresa Municipal de Transportes
Engeclinic Serviços Ltda
Engenet Construções e Empreendimentos Ltda
Equipe RH Prestação de Serviços Ltda
Escola Estadual Dr. Phillippe Uebe
Escola Estadual Maria Lobo Viana
Escola Estadual Nilo Fernandes Pereira

Escola Estadual Paulo Roberto D. de Mendonça
Escola Estadual Praia do Siqueira
Escola Estadual Prof. Ismar Gomes de Azevedo
Escola Estadual Vieira Leite
Escola Estadual Vital Brazil - São Pedro D'Aldeia
Escola Municipal Linhares Júnior
Escola Municipal Professor Edílson Duarte
Esteio Engenharia e Aerolevantaamentos
F.N.J.N. Empreendimentos Ltda
Fábrica Boechat Ltda
Fábrica Laticínios Monte Azul Ltda
Faculdade de Medicina de Campos
Faculdade de Odontologia de Campos
Fantinatti Engenharia Construtores Associados Ltda
Federação da Cooperativa de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.
Filtrex Indústria e Comércio de Filtros Ltda
Fluxo Serviços de Petróleo
FMC Technologies do Brasil Ltda
FORTMEC Comércio de Máquinas Ltda
Foto Art Color de Campos Ltda
Francine Correia dos Santos
Franco Soares Projetos e Construções Ltda
Frank's International Brasil Ltda
Frota Construções Civil, Elétrica, Terraplanagem e Serviços Ltda
FUNARBE - Fundação Arthur Bernardes
Fundação Benedito Pereira Nunes (Faculdade de Medicina de Campos)
Fundação Biblioteca Nacional
Fundação CECIERJ - Centro de Ciência e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPTTEL
Fundação Dr. João Barcellos Martins
Fundação Estadual Norte Fluminense - FENORTE
Fundação MUDES
Fundação Municipal da Infância e Juventude
FUNDENOR - Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
FURNAS Centrais Elétricas S.A.
Futura Engenharia e Construção Ltda
Galaxe Vídeo Locadora ME Ltda

Galileo do Brasil Comércio e Serviços Ltda
GASOIL Serviços Ltda
GEMON Geral de Engenharia e Montagens S.A.
GEROS Retífica de Motores
GLOBAL Construções Serviços e Incorporações Ltda
Gonçalves & Tavares Informática Ltda
Governo de Angola/Ministério de Obras Públicas
Guaraná Ativo Indústria e Comércio de Bebidas Ltda
Halliburton
Help Services - Serviços de Apoio Manutenção Ltda
Higher Education Development
HIPERFLEX Indústria de Tintas e Revestimentos Ltda
HOLCIM Brasil S.A.
HOLDERCIM Brasil S.S.
HOROM Comunicação Ltda
Hospital Escola Álvaro Alvim
Hospital Geral de Guarus
Houghton do Brasil Ltda
Houston Community Collegel/EUA
ICEL Campos Mercantil de Embalagens Ltda
IE de Miracema
Imbé Construções e Comércio Ltda
Industrial Mecânica Ltda.
INFOCOOP- Cooperativa de Prestação de Serviços Ltda
Instituição de Ensino e Agente de Integração
Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social (IBISS)
Instituto de Medicina Nuclear e Endocrinologia Ltda
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES
Instituto Gênese - IG
Instituto Tecnológico - ISETENF
Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora
Inter Persona Recursos Humanos Ltda
Intertank Indústria Comércio e Serviços
Itabira Agro-Industrial S.A.
ITACAR Motos Campos Ltda
ITAUTEC Serviços
Itautec S.A.
J. J. Campos Veículos Ltda
J. J. M. Agrosserviços Ltda

J.E.W.P. Acabamentos
Jeová Industrial Ltda
Jevin Comércio e Serviços Ltda
Johnson Controls
José Hermogênio Ferreira
Junqueira Compressores e Máquinas Ltda
L. A. Falcão Bauer - Centro Tecnológico de Controle da Qualidade
LET Serviços Temporários Ltda
Liceu de Humanidade de Campos
Líder Táxi Aéreo Air Brasil
Lima e Rocha Engenharia Ltda
Listen Construções e Terraplenagem Ltda
LM de Azevedo ME - Beta Plus Publicidade
Logictel S. A.
Logistech Energia Engenharia e Logística Ltda
Lucarel Mercantil Ltda
LVC Coutinho e Silva Ltda
M. Agostini S. A.
Mais Empreiteira e Planejamento Ltda
Mais Indústria de Alimentos S. A.
Mapel Macaé Assessoria de Pessoal Ltda
Marcelo N. Guimarães Agência de Publicidade Ltda
MDD Publicidade e Marketing Ltda
Média Tensão de Cabo Frio Instalações Elétricas Ltda
Mendonça e Silva Móveis Modulados Ltda
Meta Macaé Engenharia Ltda
MI-drilling fluids do Brasil Ltda
MS - MED Solutions Ltda
Multi-Labor Recursos Humanos Ltda
Multitek Serviços de Engenharia Ltda
Myzzon Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda
Naked Engenharia Ltda
Nalco Brasil Ltda
Navy Cald Manutenção Naval e Industrial Ltda
Net press Comércio e Serviços de Impressões
NEXEDI SARL
NUBE - Núcleo Brasileiro de Estágio Ltda.
Number One Idiomas
Nutrimed Serviços Médicos em Nutrição Parenteral e Enteral Ltda
Observatório Nacional

Office Total
Oracle do Brasil Sistemas Ltda
OTIMITEK Engenharia e Construções Ltda
P.S.P. Ribeiro-ME
Panda Engenharia e Construção Ltda
Parceria Consultora Empresarial Ltda
PARMALAT Brasil S. A. Indústria de Alimentos
PESAGRO - Rio
Petrobras S. A.
PETROMETAL Engenharia Ltda
PH Silva Santos
Policani Freitas Curso Livre Ltda
Policlínica Teresa Rambaldi
Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo
Prefeitura Municipal de Cabo Frio
Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes
Prefeitura Municipal de Carapebus
Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira
Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu
Prefeitura Municipal de Italva
Prefeitura Municipal de Itaperuna
Prefeitura Municipal de Miracema
Prefeitura Municipal de Natividade
Prefeitura Municipal de Quissamã
Prefeitura Municipal de Rio das Ostras
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Prefeitura Municipal de São Fidélis
Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana
Prefeitura Municipal de São João da Barra
Prefeitura Municipal de São José de Ubá
Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes/RJ
PROCOME Serviços de Eletricidades Ltda
ProLAGOS S.A Concessionária de Serviços Pública de Água e Esgoto
PRÓ-UNI
Provedor de Talentos
Prudência Consultoria em Segurança e Representação de Equipamentos de
Proteção
PURAC Sínteses Indústria e comércio Ltda
Q.I. Quality Informática S.C. Ltda
R.L Miranda e Cia Ltda

RDR Engenharia Ltda
Recicla 10 - Reciclagem, Indústria, Comércio, Exp. de Resíduos Pneumáticos
Ltda
Rede Ferroviária Federal S. A.
Refinaria Nacional de Sal S. A.
REMAQ - Indústria, Comércio e Representações Ltda
RH Internacional
RIOGEO – Engenharia Ltda
Riscado Engenharia Ltda
Roberto A C Belieny ME
Rosch Administradora
RPM Indústria e Transporte Ltda
SAFE Systems Ltda
Saldanha e Siqueira Computação Gráfica Ltda
Santa Barbara Engenharia S. A.
Santa Casa de Misericórdia de Campos
SANTMAC Manutenção Técnica Ltda
SASTE - Comércio e Serviços Ltda
Schlumberger
Schulz do Brasil
SEBRAE
SEBRAE/RJ
Secretaria Municipal de Educação de Carapebus
Secretaria Municipal de Educação de Conceição de Macabu
Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Universitário
de Cabo Frio
SEGTEC Distribuidora de Equipamentos de Segurança Elétrica Ltda
SEIVE Campos dos Goytacazes Inspeção Técnica Veicular Ltda
Selecta Instituto de Psicologia Ltda
SERES Serviço de Recrutamento de Seleção de Pessoal Ltda
SERINS - Serviço Regional de Inspeções Ltda
SESI - Serviço Social da Indústria
SGS do Brasil Ltda
Shimmer Manutenção Industrial Ltda
SIAHT Consultoria de Recursos Humanos
SIEMASA
Siemens Serviços Técnicos Ltda
SILTHUR Construtora Ltda
SINAL Construtora
Siqueira de Matos & Cia Ltda

SITRAMICO-RJ - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Mineiros e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro
SJ Construções e Montagens
Sociedade Brasileira de Indústria
Sociedade Brasileira de Instrução
Sociedade dos Amigos do Museu de Astronomia e Ciências Afins
Soulan Central de Estágios S. C. Ltda
SPAN Equipamentos Eletrônicos Ltda
STEIN Telecom Ltda
STS Construções e Instalações Ltda
SUBSEA do Brasil Serviços Ltda
SULZER Brasil S. A.
SYSGLOBE Consultoria em T.I. Ltda
T&T Automação e Sistemas Industriais Ltda
TAICOM Soluções Automação e Informática
Techocean Offshore Ltda
TELSUL Serviços S. A.
Terreplan Empreendimentos e Comércio Imobiliário Ltda
Tetra Technologies do Brasil Ltda
Tintas Marfim Ltda
TMN Santos Informática
Tome Engenharia e Transportes Ltda
Tornel Engenharia e Construções Ltda
Transeletron Serviços Técnicos Especializado Ltda
TRANSOCEAN Brasil Ltda
TRANSPETRO - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Transportadora Turística Fadel Itupeva Ltda
TRICON - Construção civil, elétrica e Terraplanagem Ltda
TURBOMECA do Brasil Indústria e Comércio Ltda
TV Record Norte / Noroeste / Lagos
TV SERRAMAR
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
União Hospitalar Operadora de Planos de Saúde Ltda
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNICONTROL Automação Ltda.
UNIFLU - Faculdade de Filosofia de Campos
UNINETWORKS Technology Group Ltda
UNIPI - Cooperativa de Informática

Usina Paineiras S. A.
Usina Santa Cruz S. A.
Usina Sapucaia S. A.
UTE Norte Fluminense S.A.
VC dos Santos - ME
Vecto Gray Óleo e Gás Ltda
Vianet Serviços e Telecomunicações Ltda
Wilson Correia dos Santos
W.C. Correia Ribeiro Manutenção e Montagem Ltda
Wartsila Brasil Ltda
WEG Motores Ltda
Wincontrol Comércio de Equipamentos Industriais Ltda
Xisbra Comercial Ltda
Zuhause Construtora Ltda

3.1.4.1. Cooperação Internacional e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Enfatiza-se, no contexto das relações e parcerias, o Escritório de Cooperação Internacional do Instituto Federal Fluminense cuja concepção encontra-se veiculada no *link* “cooperação internacional”¹ do *site* da Capes <www.capes.gov.br>.

A Cooperação Internacional é o mecanismo pelo qual um país ou uma instituição promove o intercâmbio de experiências exitosas e de conhecimento técnico, científico, tecnológico e cultural, mediante a implementação de programas e projetos com outros países ou organismos internacionais, numa perspectiva técnica, tecnológica ou financeira.

O Brasil, devido à prioridade da política externa do país de fortalecer sua presença no cenário internacional, e devido a não ser mais considerado internacionalmente um país receptor de fundos e ajuda humanitária, tem buscado, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/

1 Objetivo: desenvolver as atividades da pós-graduação brasileira no contexto mundial. A Cooperação Internacional da CAPES busca apoiar os grupos de pesquisa brasileiros por meio do intercâmbio internacional, buscando a excelência da nossa pós-graduação. A principal atividade da Cooperação Internacional da CAPES se dá por meio de acordos bilaterais, programas que fomentam projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros. A CAPES financia missões de trabalho (intercâmbio de professores), bolsas de estudo (intercâmbio de alunos), além de uma quantia para o custeio das atividades do projeto. É imprescindível que os grupos de pesquisa brasileiros estejam ligados a programas de pós-graduação reconhecidos pelo MEC, preferencialmente com conceitos 5, 6 ou 7 na última avaliação da CAPES.

A CAPES possui, também, programas de parcerias universitárias binacionais. Estes programas foram iniciados em 2001 e objetivam, principalmente, o aumento do intercâmbio de estudantes de graduação, além de fomentar o intercâmbio de alunos de pós-graduação e professores. As parcerias são implementadas entre universidades brasileiras e estrangeiras, sendo fundamental a garantia do reconhecimento mútuo dos créditos aos alunos na área escolhida pelo projeto. O programa busca ainda a aproximação das estruturas curriculares dentre as instituições e cursos participantes.

Acordos internacionais: Alemanha, Argentina, Chile, China, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Portugal, Timor-Leste, Uruguai, Multinacional. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acessado em 24 set. 2010.

MRE), explorar e aproveitar todas as potencialidades oferecidas pela Cooperação Técnica Internacional.

A Cooperação Técnica é um importante instrumento de desenvolvimento para os países e instituições, visto que por meio de transferências de conhecimentos, de experiências bem sucedidas, de tecnologia e equipamentos, contribui para a capacitação dos recursos humanos e para o fortalecimento das instituições envolvidas em suas atividades e projetos.

Esse tipo de cooperação é sempre implementado com uma preocupação de sustentabilidade, ou seja, que conhecimentos, experiências e tecnologias compartilhados possam provocar mudanças locais, de caráter duradouro, como a implementação de um projeto ou atividade para as instituições participantes e impactos positivos e relevantes para os segmentos beneficiários.

A cooperação técnica no Brasil é pautada, segundo diretriz da ABC/MRE, pelo conceito de “parceria para o desenvolvimento”, ou seja, a ideia de que a relação de cooperação acarreta, para ambos os parceiros, esforços e benefícios, compromissos e resultados. Além disso, a cooperação deve sempre estar em consonância com as diretrizes de política externa do país, o que reflete, por exemplo, na definição dos parceiros internacionais prioritários com os quais serão desenvolvidas atividades e projetos de cooperação.

Em seguida, observamos o documento que faz parte de um processo de discussão coletiva, desenvolvida no âmbito do Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, do qual fazemos parte, em interação com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), por intermédio da sua Assessoria Internacional, chamado “Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Este ainda não se constitui um documento definitivo, mas é dinâmico e constantemente atualizado e serve de norte para a implementação das políticas de relações internacionais dos Institutos Federais, de forma mais articulada e dentro de uma estratégia de concepção nacional:

“[...] na elaboração da política de internacionalização, cada Instituto necessita considerar sua condição no contexto das políticas de desenvolvimento regional, destacando-se peculiaridades dos cursos, currículos, formação dos professores, dos técnicos administrativos e dos discentes, referenciando-se na busca da garantia da qualidade do ensino. Nesse sentido, os Institutos constroem suas estratégias a partir da identificação das características locais, levando-se em consideração as demandas identificadas, por meio da articulação com os diversos segmentos da sociedade.”

Na construção do referido documento, foram levados em consideração os princípios estabelecidos pelas declarações da Conferência Mundial sobre a Educação

Superior da UNESCO, Paris 2009 e Paris 1998, da Conferência Regional de Educação Superior, IESALC-UNESCO, Cartagena de Índias, 2008, pelo Plano do Setor Educativo do MERCOSUL (2006-2010) e pelo documento Concepção e Diretrizes para os Institutos Federais, SETEC-MEC, 2008 e, em todos os momentos, também esteve presente a concepção de que a educação é um bem público:

“Diante do novo contexto da educação pública do Brasil, e com a acentuação dos processos de globalização e integração regional nos mais diversos âmbitos, é fundamental a compreensão do papel das Relações Internacionais no que se refere à Educação Pública e, especificamente, à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.”

Em consonância com esses processos, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia cumpre um papel importante para o fomento de uma nova etapa da Educação Profissional e Tecnológica do país, materializado por meio dos programas e políticas específicas para o setor. Dentre elas, destacam-se a expansão da Rede Federal, a ênfase na formação humana e cidadã como complementação da formação técnica, a política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, a ampliação da oferta de cursos técnicos e tecnológicos, dentre outras.

A troca de experiências em processos de ensino-aprendizagem e a formação *stricto e lato sensu* ganharam um caráter de maior unidade com a criação dos Institutos Federais, garantindo-se, no entanto, a autonomia de cada instituição. Esse novo caráter promove a realização de uma política coerente em todo o país, reconhecendo e valorizando a Educação Profissional e Tecnológica, que se dá a partir da integração dos processos de ensino, pesquisa e extensão.

Ao mesmo tempo, para a realização das ações dos Institutos, busca-se constantemente uma ênfase nas particularidades locais e regionais, para atingir, dessa maneira, um verdadeiro processo de inclusão social. Nesse contexto, faz-se indispensável considerar-se o âmbito internacional e assim garantir novas oportunidades que promovam a educação de qualidade dos Institutos Federais.

As Relações Internacionais representam condições fundamentais para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos, em especial, quando se trata da temática educacional, com relevantes aspectos científicos e tecnológicos. Torna-se essencial conhecer experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das diferenças, a troca de conhecimentos e o estímulo à solidariedade e à cultura da paz.

Atualmente, a complexidade do contexto global requer a formação de profissionais com visão geral de mundo, mas, ao mesmo tempo, com habilidades específicas. Essa realidade gera necessidade de mudanças nos projetos educacionais, referentes à formação de trabalhadores que atendam a este novo panorama mundial, relacionado ao processo de globalização.

Dessa forma, são muito importantes os benefícios gerados pelo intercâmbio de alunos, professores e técnicos administrativos em educação com instituições parceiras de outros países. Além disso, os **projetos de cooperação internacional** permitem um conhecimento mútuo em pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias, sistemas de ensino e formação pedagógica, além de gerar visibilidade internacional às ações dos Institutos Federais brasileiros.

Diante desse quadro, espera-se construir uma unidade em torno das ações estratégicas de Relações Internacionais dos Institutos Federais, otimizando todo o potencial que existe no relacionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com as Instituições de outros países.

No caso das dimensões continentais brasileiras, as relações internacionais representam um estímulo para compreender como a proximidade espacial convive com grandes diferenças relativas à formação histórica e à composição sócio-cultural dos diferentes países e sub-regiões da América do Sul. Para isso, é fundamental que sejam criados laços fronteiriços com os diversos países da região.

No que tange à Educação Profissional e Tecnológica, é papel dos Institutos Federais promover a integração regional, desenvolvendo políticas específicas de cooperação e intercâmbio. Assim, compreende-se que as Relações Internacionais representam instrumento fundamental para a melhoria da Educação, que se constitui elemento imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do país.

Os Institutos Federais devem desenvolver a cooperação científica e tecnológica no sentido de ampliar a qualidade da pesquisa. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia sempre ocorreu no âmbito da cooperação internacional. É imprescindível que se atue de forma conjunta, a fim de efetuar contribuições para o progresso da ciência e da tecnologia.

Portanto, é necessário incentivar o trabalho de grupos de pesquisa em redes internacionais, especialmente, considerando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Este desenvolvimento terá repercussão, também, na qualidade do ensino profissional e tecnológico, e na capacitação dos professores e dos técnicos administrativos.

As Linhas Mestras de Ação da Cooperação e Intercâmbio são as seguintes:

- Relacionamento com instituições da América Latina e em especial com as do MERCOSUL.
- Relacionamento com instituições da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
- Relacionamento com instituições da África.
- Relacionamento com instituições dos Países Desenvolvidos.

O Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pretende ser o interlocutor legítimo para dialogar com as diversas instituições nacionais e internacionais e propor políticas de apoio às atividades de cooperação e intercâmbio internacionais de todos os seus integrantes.

Partindo dessas e de outras reflexões, foi criado o ESCAI (Escritório de Cooperação Internacional) do Instituto Federal Fluminense, que tem como objetivos primordiais:

- promover a interação deste Instituto com organismos e instituições de ensino internacionais;
- apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, científica e cultural, viabilizando o intercâmbio de estudantes do nível médio, da graduação e pós-graduação, professores e pessoal técnico-administrativo do Instituto e acolhendo alunos beneficiários desses acordos.

Nesse sentido, o escritório atua como importante ponto de apoio aos professores e estudantes brasileiros e estrangeiros².

O Escritório de Cooperação Internacional do Instituto Federal Fluminense, criado em 2010, pretende viabilizar programas que possibilitem à comunidade educacional a troca de experiências culturais e o aperfeiçoamento em idiomas estrangeiros, atendendo aos interesses do Ministério da Educação, da Secretaria de Ensino Profissional e Tecnológico e da própria Instituição, no sentido de implementar novos convênios e acordos de cooperação técnica, científica e cultural com instituições internacionais.

As atribuições do Escritório de Cooperação Internacional do Instituto Federal Fluminense assim se apresentam:

- Representar o IF Fluminense perante outras organizações no Brasil e no exterior, no que concerne às relações internacionais desta Instituição.
- Interagir com os demais departamentos do IF Fluminense na condução e execução dos diversos programas internacionais, monitorando o seu desenvolvimento e divulgando os resultados obtidos.
- Auxiliar na redação, tradução e/ou versão de documentos pertinentes, assim como seu devido encaminhamento.
- Auxiliar os estudantes que vão estudar fora do Brasil, conveniados em suas atividades acadêmicas, orientando-os quanto à sua adaptação ante os costumes locais e auxiliando-os na obtenção da documentação necessária à estada regular no país.
- Proporcionar visibilidade às ações dos Institutos Federais, em âmbito nacional e internacional.
- Promover a realização de cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais dos Institutos Federais.

Responder pelos contatos e convênios internacionais da Instituição, pelas articulações internas junto aos setores acadêmicos e de administração, bem como a representação e cooperação com as outras instituições brasileiras, com sua participação no Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras

² Informações contidas no site <<http://www.iff.edu.br/cooperacao-internacional/graduacao-intercambio-interinstitucional>>.

para Assuntos Internacionais, atualmente Associação das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais - FAUBAI³ -.

- Informar e orientar a comunidade acadêmica sobre as oportunidades de intercâmbio no exterior.
- Incentivar professores, alunos e pesquisadores a participarem de atividades internacionais, como, por exemplo, o desenvolvimento de projetos conjuntos com instituições conveniadas.
- Manter um banco de dados atualizado com informações sobre as instituições estrangeiras conveniadas, bem como órgãos internacionais e nacionais de fomento à pesquisa e de desenvolvimento de projetos.

Itemizam-se, portanto, alguns dos projetos de cooperação em andamento no IF Fluminense:

- EUA: Parceria entre Houston Community College (HCC); Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e nosso Instituto, IF Fluminense, na criação do Internacional Center for Education Languages and Technologies (ICELT).
- Projeto Piloto: *Basic Technical English Course for Oil and gas Workers*.
- Cooperação Brasil-México: em 2009 - convite encaminhado pela Agência Brasileira de Cooperação. A SETEC participou de Missão de Diagnóstico ao México para formatar projetos de cooperação, subsidiar a missão técnica e identificar possíveis executores para o projeto (contato prévio com os IFs).
- IF Fluminense: temática TELECOMUNICAÇÕES, no período de 9 a 13 de agosto/2010, com visita de representantes mexicanos ao Brasil (MEC/SETEC), com o objetivo de conhecer a experiência brasileira da elaboração de perfis profissionais e na sistematização de estruturas curriculares.
- Junho/2010: Missão do MEC - Associação dos *Community Colleges* do Canadá (ACCC).
- Visita de Reitores dos IFs aos *Colleges* Canadenses.
- Projeto Angola - Brasil - Acordo de cooperação técnico-científica entre o IF Fluminense e o Ministério de Obras Públicas de Angola, denominado Projeto Angola-Brasil, assinado em maio de 2008.
 - Objetivo: oferecer consultoria de ensino em cursos da área de construção civil no universo de 5 (cinco) centros de formação profissional.

O campo do sistema produtivo aliado ao contato com situações concretas do mundo do trabalho e dos setores científico, tecnológico e socioeconômico oportuniza aos alunos vivenciar as concepções existentes na teia das relações sociais e de produção e os desafia a uma busca de soluções e à descoberta das linguagens e significados sociais responsáveis pela ampliação de sua consciência intrínseca e no campo profissional.

³ Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais, criado em 1988, reúne 115 gestores ou responsáveis por assuntos internacionais e promove a integração e a capacitação dos gestores da área - por meio de seminários, *workshops* e reuniões regionais e nacionais -, além de divulgar a diversidade e as potencialidades das IES brasileiras junto às agências de fomento, representações diplomáticas, organismos e programas internacionais.

3.1.5. Responsabilidade Social

O IF Fluminense desenvolve seu trabalho na área de educação, ciência e tecnologia, refletindo seu compromisso com a responsabilidade social.

Na sua trajetória histórica, desde a Escola de Aprendizes Artífices, o IF Fluminense vem materializando ações que evidenciam sua função social, compondo o universo da instituição, que trabalha a ciência e a tecnologia, pautando seu exercício pelo compromisso de promover ações e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento local e regional, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das pessoas, concorrendo, assim, para a construção da cidadania.

Nesse contexto, o IF Fluminense se preocupa com definição e planejamento de diretrizes claras de ação referentes aos programas de inclusão social, ações afirmativas, inclusão digital e de qualificação profissional, visando ao desenvolvimento e à promoção socioeconômica local, regional e nacional com bases científicas e tecnológicas pautadas pelo princípio da sustentabilidade.

O IF Fluminense desenvolve programas, projetos e atividades voltados para a:

- a. garantia da qualidade da formação dos seus alunos e da comunidade de uma forma geral;
- b. para a valorização do servidor;
- c. para o incentivo às práticas que estimulem a participação da comunidade, a defesa do ambiente e da memória cultural.

Diante disso, enfatizam-se as seguintes ações:

Programa SignificARTE: tecendo significados por meio da Arte, Ciência e Tecnologia - apresenta como eixo principal arte, ciência, educação e tecnologia, com a finalidade de construir e reconstruir valores e seus significados, produzindo saberes, leituras e releituras que ampliem a possibilidade de ser e estar no mundo, inventando-se e reinventando-se num processo de expressão e comunicação, a partir da reflexão sobre a vida e mediada pela integração de um método de abordagem, compreensão e intervenção científica que integra a arte. Atende crianças e adolescentes, em situação de risco social, com faixa etária entre 8 e 16 anos, matriculados na Rede Pública de Ensino.

Projeto Educar para Ficar - objetiva o desenvolvimento de ações que visem ao apoio neuropsicopedagógico aos alunos matriculados no IF Fluminense, nos diversos níveis de ensino, com dificuldades e/ou transtornos de aprendizagem, acolhendo-os em suas múltiplas necessidades, com vistas à sua permanência no contexto escolar.

NACES (Núcleo Avançado de Ensino Supletivo) - convênio firmado com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, atendendo ao contingente populacional de alunos do 6º. ano do Ensino Fundamental ao 3º. ano do Ensino Médio.

Projeto Português Instrumental - propicia a prática da produção de texto (escrito e oral) à comunidade discente e à externa.

Programa Bolsa de Trabalho - o aluno desenvolve atividade remunerada no Instituto Federal Fluminense, oportunizando seu crescimento pessoal e educacional além de contribuir para sua formação cidadã.

Programa Alimentação - o IF Fluminense oferece refeições diárias (almoço), priorizando o atendimento aos alunos que desenvolvem atividades escolares em horário integral.

Programa Educando para Saúde – atende os alunos encaminhados pelo Serviço Médico e Odontológico do Instituto Federal Fluminense, a especialidades nas Instituições de Saúde conveniadas para aquisição de medicamentos e realização de trabalhos de prevenção nesta área.

Projeto A Virada - acompanhamento de medidas socioeducativas, com atendimento a adolescentes e jovens encaminhados pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

3.2. Organização e Gestão de Pessoas

O IF Fluminense, desde 1998, busca a melhoria dos indicadores de qualificação profissional dos docentes e dos técnico-administrativos em educação com o desenvolvimento de programa institucional destinado a fomentar e apoiar as demandas para capacitação dos seus servidores.

3.2.1. Políticas de Qualificação

A busca constante pela excelência nos nossos serviços bem como o relacionamento/comunicação serão definidos como a marca de nossa Instituição.

O IF Fluminense, por constituir-se como centro de referência da educação profissional e tecnológica nas microrregiões do Estado do Rio de Janeiro, por reconhecer que a responsabilidade da excelência de sua ação educativa centra-se, prioritariamente, na qualidade social das competências desenvolvidas por seus servidores docentes e técnico-administrativos em educação, e por entender que a dinâmica do mundo contemporâneo está a exigir do ser humano uma reelaboração permanente dos conhecimentos construídos no percurso de sua trajetória de vida social, busca, no presente documento, delinear as linhas básicas da política de capacitação profissional de professores que compõem seu quadro, as quais estão alicerçadas nas seguintes prioridades institucionais:

- Desenvolvimento do Projeto Educacional.
- Atendimento às demandas decorrentes da criação de novos cursos quer em nível básico, médio e superior.

- Atendimento às demandas oriundas da aquisição de equipamentos e materiais para atualização ou construção de laboratórios.
- Formação de mestres e doutores para atender às demandas de cursos em processo de implantação/implementação e/ou de outras áreas de interesse da instituição.
- Incentivo à pesquisa como alternativa de crescimento da Instituição e do desenvolvimento econômico e social da região.
- Desenvolvimento de projetos de capacitação e de pesquisa voltados para o incentivo à introdução de novas tecnologias nos serviços prestados pela Instituição, com vista ao seu aprimoramento.

As políticas de capacitação são voltadas para apoiar o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos docentes e técnico-administrativos em educação, oferecendo programas de Incentivo à Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, Graduação e atualização.

A capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação encontra-se constituída dos seguintes programas:

- Programa de Incentivo à Pós-Graduação *Stricto Sensu* (concessão de afastamentos totais e/ou parciais; bolsas acadêmicas; programas interinstitucionais).
- Programa de Incentivo à Pós-Graduação *Lato Sensu* (bolsas acadêmicas e participação nos programas institucionais).
- Programa de Incentivo à Graduação (bolsas acadêmicas).
- Programa de atualização (apoio à participação em encontros, seminários, congressos, feiras, dentre outros).

3.2.2. *Corpo Docente*

O quadro efetivo de docentes no IF Fluminense apresenta o quantitativo de 597 servidores ingressados mediante concurso público. Esse dado reflete a sistematização da oferta e do investimento na educação pública, tecnológica e profissional.

3.2.2.1. *Plano de Carreira*

Os 597 servidores ocupantes do cargo de Professor deste Instituto estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criada a partir da edição da medida provisória nº. 431 de 14/05/2008, convertida na Lei 11.784 de 22/09/2008, publicada no D.O.U. de 23/09/2008.

O desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos servidores docentes que integram os Quadros de Pessoal do IF Fluminense, ocorrerá mediante progressão funcional, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico.

Ressalta-se que a estrutura remuneratória dos servidores docentes é composta de:

- Vencimento Básico
- Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - GEDBT
- Retribuição por Titulação - RT.

3.2.2.2. Regime de Trabalho

Quanto ao regime de trabalho, o artigo 112 da referida lei estabelece três tipos de regime, a saber:

- Tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.
- Tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos.
- Dedicção exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em 2 (dois) turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

O Gráfico 60, tendo como base o ano de 2010, apresenta o percentual docente do IF Fluminense por regime trabalho.

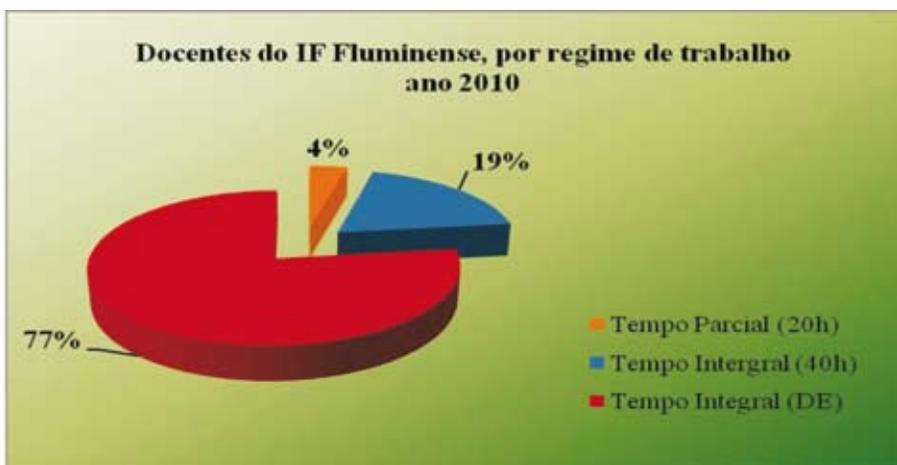


Gráfico 60 - Percentual de docentes do IF Fluminense quanto ao regime de trabalho, no ano de 2010.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas / Coordenação de Avaliação Institucional - Pró-Reitoria de Ensino, ano 2010.

3.2.2.3. Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Quadro

Para atender à necessidade temporária em caráter excepcional, o IF Fluminense se apoia na legislação vigente - lei nº. 8.745 de 9 de dezembro de 1993 -, que estabelece as regras para contratação de pessoal por tempo determinado.

3.2.3. Corpo Técnico-Administrativo em Educação

Os 486 servidores ocupantes do cargo técnico-administrativo em educação são enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, conforme Lei nº. 11.091 de 12/01/2005, publicada no D.O.U. 13/01/2005, alterada a partir da edição da medida provisória nº. 431 de 14/05/2008, convertida na Lei 11.784 de 22/09/2008, publicada no D.O.U. de 23/09/2008. A estruturação dos cargos integrantes do Plano de Carreira é organizada em cinco níveis de classificação, quais sejam Nível A, B, C, D e E.

Destaca-se que a organização dos cargos também considera os ambientes organizacionais - a área específica de atuação do servidor -, de acordo com as demandas institucionais e políticas de desenvolvimento dos recursos humanos.

Estão elencados, conforme a lei vigente, dez ambientes organizacionais, a saber: (a) Ambiente Administrativo, (b) Infraestrutura, (c) Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas, (d) Ciências Biológicas, (e) Ciências Exatas e da Natureza, (f) Ciências da Saúde, (g) Agropecuário, (h) Informação, (i) Artes, Comunicação e Difusão, (j) Marítimo, Fluvial e Lacustre.

3.2.3.1. Plano de Carreira

O Plano de Carreira garante o desenvolvimento na carreira por meio da *Progressão por Capacitação*. Um servidor ingressa na carreira no primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação. Mediante a participação em cursos de capacitação desde que compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, o servidor, respeitado o interstício de 18 meses, poderá obter a progressão mudando para o padrão de vencimento imediatamente subsequente.

O desenvolvimento na carreira ocorre também por meio da *Progressão por Mérito Profissional*, possibilitando que o servidor passe para o padrão imediatamente subsequente ao que ocupa, no mesmo nível de capacitação, a cada 18(dezoito) meses de efetivo exercício, desde que tenha sido avaliado mediante um processo de avaliação de desempenho.

O Plano de Carreira também estabelece o *Incentivo à Qualificação*, com a possibilidade de o servidor que possui educação formal superior à exigida para o cargo, ter um percentual de acréscimo sobre o seu salário, conforme estabelecido em lei.

3.2.3.2. Regime de Trabalho

Quanto ao regime de trabalho, os servidores cumprem jornada fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites, mínimo e máximo, de seis horas e oito horas diárias, respectivamente, excetuando-se os casos de servidores que ocupem cargo com profissão regulamentada.

O Gráfico 61 representa a dimensão percentual referente ao regime de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação do IF Fluminense, no ano de 2010.

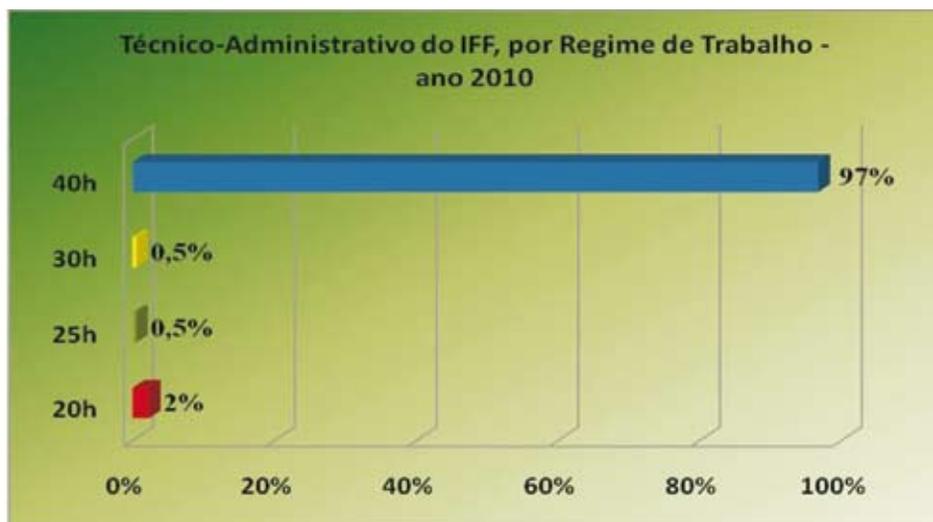


Gráfico 61 - Percentual de Técnico-Administrativos em Educação do IF Fluminense quanto ao Regime de Trabalho, no ano de 2010.

Fonte: DGP, Coordenação de Avaliação Institucional/Pró-Reitoria de Ensino, 2010.

3.2.4. Cronograma de Expansão do Corpo Docente e Técnico-Administrativo em Educação do IF Fluminense considerando o tempo de vigência do PDI

Considerando a representatividade dos recursos humanos nesta instituição, a estimativa de crescimento dos quadros de docentes e técnico-administrativos em educação (Tabela 22) apresenta a estimativa do contingente para o período 2010-2014, na perspectiva de atender a demanda educacional nas suas abrangências.

Tabela 22 - Expansão dos Quadros de Docentes e Técnico-Administrativos em Educação no período de 2010-2014.

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	Expansão de Servidores Período: 2010-2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
Docentes	597	690	695	695	695
Técnico-Administrativos em Educação	486	599	620	620	620

Fontes: Termo de Acordo de Metas. Diretoria de Gestão de Pessoas/IF Fluminense.

3.3. Políticas de Atendimento aos Discentes

3.3.1. Formas de Acesso

As formas de acesso do corpo discente aos cursos deste Instituto assim se apresentam:

I. Para o Ensino Básico

A. Ensino Médio

- Processo geral de ingresso
- Transferência interna
- Transferência externa

B. Ensino Técnico

- Processo geral de ingresso
- Transferência interna
- Transferência externa
- Concomitância interna
- Concomitância externa
- Segunda habilitação

II. Para o Ensino Superior

A. **Graduação**

- Vestibular
- SiSU
- Transferência interna
- Transferência externa
- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)

- Portadores de Diplomas de Ensino Superior

B. **Pós-Graduação *Lato Sensu***

- Processo de ingresso

C. **Pós-Graduação *Stricto Sensu***

- Processo de ingresso

3.3.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro (Bolsas)

O IF Fluminense desenvolve ações que oportunizam uma formação mais enriquecedora e que concorrem para a autonomia cidadã, participação mais ativa no processo educativo, preparação para o mundo do trabalho, desenvolvendo competências essenciais para atuar no mundo produtivo.

Numa perspectiva proativa, participativa e de estímulo à permanência do discente, implementam-se e desenvolvem-se ações no que tange ao apoio pedagógico e financeiro descritas a seguir:

- Apoio às atividades artístico-culturais e esportivas como parte do processo pedagógico.

Nesse contexto, a Bolsa Atleta objetiva apoiar a participação dos alunos/atletas que atuam nas equipes oficiais de esportes da instituição em quaisquer modalidades esportivas, conforme o prescrito em Edital.

- Estímulo à participação dos discentes em eventos, tais como feiras, congressos, seminários, entre outros pertinentes à sua área de atuação.

Enfatiza-se o programa de apoio à participação em eventos científicos, o qual financia os discentes para apresentação de trabalhos em eventos científicos e tecnológicos, quando os trabalhos forem resultantes de suas atividades acadêmicas.

- Apoio a visitas técnicas (viagem para atividades de campo, feiras e eventos, visitas a empresas e outros).

Nas viagens técnicas, os alunos podem ser beneficiados com ajuda de custo referente à alimentação, após avaliação realizada pelo Núcleo de Trabalho Social de cada *campus*.

- Programa de incentivo ao desempenho acadêmico e de desenvolvimento de projetos, por meio da concessão de Bolsas de Formação Científica, de Monitoria, de Formação de Pesquisadores, de Desenvolvimento e Apoio Tecnológico e de Extensão (bolsas estas financiadas pelo Programa Institucional e por órgãos de fomento à pesquisa e inovação e à extensão).

Nesse contexto, oportunizam-se:

I. Bolsas de Formação Científica no que concerne à:

(a). Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), destinada a alunos

- do Ensino Médio que estejam regularmente matriculados (exceto os matriculados na primeira série), em dia com suas obrigações discentes e apresentem Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior a 7,0 (sete);
- dos cursos técnicos, que estejam regularmente matriculados (exceto os matriculados no primeiro módulo), em dia com suas obrigações discentes e apresentem Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior a 7,0 (sete);

os cursos de graduação, que estejam regularmente matriculados (exceto os matriculados no primeiro período), estejam em dia com suas obrigações discentes e apresentem Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior a 7,0 (sete); dos cursos de pós-graduação, que estejam regularmente matriculados (exceto os matriculados no primeiro período), em dia com suas obrigações discentes e apresentem Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior a 7,0 (sete).

(b). Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIT), para alunos

- do Ensino Médio que estejam regularmente matriculados (exceto os matriculados na primeira série), em dia com suas obrigações discentes e apresentem Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior a 7,0 (sete);
- dos cursos técnicos, que estejam regularmente matriculados (exceto os matriculados no primeiro módulo), em dia com suas obrigações discentes e apresentem Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior a 7,0 (sete);
- dos cursos de graduação, que estejam regularmente matriculados (exceto os matriculados no primeiro período), em dia com suas obrigações discentes e apresentem Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior a 7,0 (sete).

II. Bolsa de Monitoria

Objetiva proporcionar ao aluno a oportunidade de manter atualizados os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso.

Destacam-se, assim, as seguintes atribuições: (a) apoiar outros estudantes da instituição, por meio de plantões de atendimento e aulas de reforço, objetivando contribuir com o processo de ensino e de aprendizagem, (b) ministrar aulas na perspectiva da formação inicial e continuada do trabalhador, (c) atuar em projetos pedagógicos da instituição condizentes com sua formação.

III. Bolsa de Desenvolvimento e Apoio Tecnológico

Com a finalidade de proporcionar ao aluno a oportunidade de manter atualizados os conhecimentos adquiridos no curso, bem como contribuir para o desenvolvimento tecnológico por meio de: (a) apoio aos professores da sua área de formação para atualizar laboratórios, adequando e/ou montando equipamentos, elaborando *kits* didáticos e protocolos de análises para atividades práticas e utilização de novas tecnologias, (b) desenvolvimento de material de apoio para atividades de ensino, especialmente na modalidade a distância e para portadores de necessidades educativas específicas, (c) participação em projetos da instituição condizentes com a sua formação.

IV. Bolsa de Extensão

Financiada pelo Programa Institucional e por órgãos de fomento à pesquisa e inovação e à extensão, com o objetivo de: (a) promover o envolvimento e a cooperação de servidores/alunos em atividades de extensão, favorecendo a integração entre os *campi* do IF Fluminense e a sociedade, (b) oportunizar uma maior democratização do saber, fortalecendo a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, (c) contribuir para a formação acadêmico-profissional dos estudantes.

A Bolsa de Extensão é destinada aos alunos de todos os *campi* do IF Fluminense regularmente matriculados no Ensino Médio ou nos Cursos Técnicos ou nos Cursos Superiores de Graduação ou nos Cursos de Pós-Graduação.

V. Bolsa de Assistência a Alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Este programa destina-se ao educando matriculado e frequentando cursos profissionalizantes integrados à Educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no IF Fluminense, visando à aplicação de recursos financeiros junto aos estudantes dessa modalidade com dificuldades socioeconômicas, na perspectiva de possibilitar sua permanência no curso.

Objetiva contribuir para a permanência e para o êxito escolar do estudante, por meio de complementação das despesas de manutenção de seus estudos.

- Ampliação do Programa de Formação Científica, objetivando contribuir para o desenvolvimento regional, para o avanço técnico-científico do país, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento da formação e da qualificação profissionais, desenvolvendo no corpo discente, sob orientação docente, habilidades investigativas e de construção do conhecimento propiciando, com isso, o desenvolvimento e/ou aprimoramento de uma postura acadêmico-profissional crítica e inovadora.
- Acompanhamento aos discentes, envolvendo equipe multiprofissional que reúne psicóloga, psicopedagoga e assistente social, bem como produção de materiais pedagógicos.

Nesse ínterim, apresentam-se ações de acompanhamento pedagógico:

(a). Apoio a pessoas com necessidades educativas específicas, por meio do NAPNEE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educativas Específicas), oportunizando acompanhamento e apoio a alunos que apresentem necessidades educacionais (deficiência visual, auditiva ou física), visando minimizar as dificuldades encontradas pelos mesmos no que tange à adaptação e à aprendizagem;

(b). Projeto Educar para Ficar - desenvolve ações que visam ao apoio psicopedagógico dos alunos matriculados nas primeiras séries/módulos do Ensino Médio e/ou técnico do IF Fluminense com dificuldades de aprendizagem.

- Incentivo à produção acadêmica, mediante apoio financeiro à participação e à organização de eventos técnico-científicos, com a finalidade de estimular a produção de trabalhos científicos.
- Incentivo à permanência do aluno, por meio do Programa de Bolsa de Trabalho, tíquete alimentação e atendimento médico e odontológico.
No Programa Bolsa de Trabalho, o aluno desenvolve atividades remuneradas na instituição. Poderão participar alunos de todos os cursos, independente do período em que estão matriculados. A seleção é realizada pelo Núcleo de Trabalho Social de cada *campi* observando-se o critério socioeconômico.
Ressaltam-se ações que contribuem para a permanência do aluno:
 - (a). tíquete alimentação - subsidia a alimentação aos estudantes cadastrados, mediante análise socioeconômica;
 - (b). atendimento médico - por meio do Serviço Médico oferece-se atendimento médico inicial aos alunos. Em casos que exigem consultas, medicamentos e exames complementares a serem adquiridos ou realizados externamente os alunos são encaminhados para instituições conveniadas;
 - (c). atendimento odontológico - por meio do Serviço Odontológico realiza-se atendimento aos alunos. Estes devem procurar diretamente o serviço odontológico e apanhar o encaminhamento que será entregue ao Núcleo de Trabalho Social para avaliação.
- Incentivo e apoio à existência de cursos em diversas modalidades e níveis no turno noturno, com o objetivo de atendimento a trabalhadores, permitindo assim que os mesmos possam iniciar e/ou completar seus estudos.
- Programa de fornecimento da merenda escolar.
- Atendimento a alunos com o incremento da modalidade de ensino Educação a Distância.

VI. Bolsa de Estágio

A Bolsa de Estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Destaca-se que a realização de estágios, nos termos da Lei nº. 11.788/2008, aplica-se aos estudantes regularmente matriculados em cursos da Educação Básica e Educação Superior autorizados ou reconhecidos.

A jornada de atividade da bolsa de estágio é definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades acadêmicas e não ultrapassar:

I. 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II. 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do Ensino Médio regular.

A duração da bolsa de estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Fica assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

Em conformidade com o Artigo 12 da Lei nº. 11.788/08, no estágio não obrigatório é compulsória a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como a concessão do auxílio-transporte. No estágio obrigatório, a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação e auxílio-transporte é facultativa.

No IF Fluminense, a bolsa de estágio remunera em R\$290,00 (duzentos e noventa reais) os estagiários do Ensino Médio e Técnico e em R\$520,00 (quinhentos e vinte reais) os do Ensino Superior, bem como o valor de R\$6,00 (seis reais) diários destinados ao auxílio-transporte.

Enfatiza-se, por conseguinte, que o quantitativo de estagiários no IF Fluminense tem como parâmetro o quantitativo de servidores efetivos, como prescreve as diretrizes da legislação vigente.

VII. Bolsa de Angola

A Bolsa de Angola está direcionada aos alunos regularmente matriculados nos cursos da Educação Básica e nos Cursos Superiores deste Instituto, visando (a) fomentar a cooperação científica, tecnológica & inovação e cultural entre Brasil e Angola, promovendo a consolidação de uma política de intercâmbio que propicie maior integração entre os dois países, tendo como agente de fomento o Projeto Angola-Brasil vinculado ao IF Fluminense; (b) aperfeiçoar a formação profissional de seus participantes ao oportunizar o desenvolvimento de habilidades investigativas e de construção do conhecimento.

3.3.3. Organização Estudantil

Em relação a este quesito, os alunos estão organizados de acordo com os níveis de escolaridade, assim especificados:

I. Os do Ensino Médio e do Técnico são representados pelo Grêmio Estudantil Nilo Peçanha, cuja diretoria é eleita pelo voto direto e secreto.

O Grêmio Estudantil Nilo Peçanha é o órgão máximo de representação dos estudantes da Educação Básica do IF Fluminense, sendo responsável pela interlocução entre escola, aluno e comunidade.

O objetivo máster do Grêmio é contribuir para um aumento de participação dos alunos nas atividades acadêmicas, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que eles participem e tenham voz ativa.

II. Os da graduação e pós-graduação são representados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), criado no 1º. semestre de 2007, mediante eleição direta e secreta. Esse se apresenta como uma associação civil, sem fins lucrativos e funciona como órgão máximo de representação dos estudantes, representando os mesmos junto à reitoria e aos governos. A sua gestão é escolhida a cada dois anos por meio de eleições diretas entre todos os discentes dos cursos superiores do IFF.

O Diretório do Instituto Federal Fluminense é filiado a UNE (União Nacional dos Estudantes) e representa os estudantes dos *campi* que ofertam cursos de graduação e pós-graduação. Os objetivos do DCE são: (a) representar os alunos do Ensino Superior, (b) levantar discussões acerca da formação acadêmica, (c) realizar eventos que fomentem a formação curricular e extracurricular do corpo discente da Instituição, através de eventos acadêmicos, culturais e esportivos e representar o corpo discente nos fóruns de representação existentes na instituição de ensino.

3.3.3.1. Espaço para Participação e Convivência Estudantil

O Instituto Federal Fluminense estimula a organização e participação estudantil em:

I. Reuniões dos conselhos deliberativos e consultivos e reuniões temáticas da Instituição. Garantindo, assim, a proporcionalidade docente, prevista em lei, a representação técnico-administrativa e discente está sendo ampliada gradativamente.

II. Atividades/projetos de extensão e de pesquisa, acadêmico-científicos, artísticas, culturais e esportivas.

- Trabalhos artísticos e projetos na Feira de Ciência Tecnologia & Informação
- Grupo Nós do Teatro
- Banda de Fanfarra
- Banda Big Band
- Festival da Canção
- Jovens Talentos - prêmio empreendedor destinados aos alunos de cursos técnicos e tecnológicos de instituições públicas de educação profissional com o objetivo de estimular o empreendedorismo de alunos dos cursos técnico e tecnólogo

- Projetos de pesquisa e de bolsas de formação científica
- Projetos de extensão
- Programa de Pré-Incubação de Projetos de Negócios de Base Tecnológica e
- Projetos para o de Base Tradicional
- Oficinas e projetos de arte, envolvendo:
 - Arte e Cerâmica
 - Aulas Práticas de Violão
 - Comunicação e Imagem
 - Dança
 - Fotografia
 - Iniciação Musical
 - Linguagem Teatral
 - Pintura
- Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação (FEITEC), com o objetivo de estimular o desenvolvimento da criatividade e da capacidade inventiva e
- investigativa nos estudantes.
- Jogos Internos.
- Jogos Interinstitucionais.
- Jogos Brasileiros das Instituições Federais de Educação Profissional.
- Jogos Abertos do Interior (JAI).
- Bolsa Atleta.

3.3.4. Acompanhamento dos Egressos

Ao ingressar em uma instituição de ensino, o aluno incorpora o saber, com vistas a sua inserção no mundo do trabalho. Neste sentido, o êxito da instituição é proporcionar a esse profissional um conjunto de habilidades, competências e conhecimentos, que sejam valorizados e reconhecidos pelo mundo do trabalho. Todo este processo só é possível se há um canal de comunicação aberto com a sociedade em geral e, de forma específica, quando se estabelece a interação instituição-empresa-comunidade.

O acompanhamento de egressos no IF Fluminense realiza-se de maneira a contemplar todos os níveis de ensino que a Instituição oferece, já que a formação profissional perpassa o nível técnico, a formação inicial e continuada e o nível superior. E pressupõe dois princípios básicos, que são a preocupação com a formação continuada dos profissionais e o acompanhamento de sua inserção no mundo do trabalho.

Nesse contexto, o Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Fluminense, sob a competência da Pró-Reitoria de Extensão/Diretoria de Trabalho e Extensão, tem como objetivo geral implementar ações que estabeleçam um vínculo permanente com o egresso.

As ações propostas no Programa englobam:

- I. Realização da pesquisa de acompanhamento de egresso que tem como foco o acompanhamento da inserção do egresso no mundo do trabalho, sempre com o objetivo de avaliação e validação da proposta curricular de cada curso. Ainda como ponto importante da pesquisa, a identificação dos empregadores agrega elementos que possibilitam uma maior avaliação dos egressos.
- II. Apoio e estímulo na participação em eventos realizados pela Instituição, proporcionando reflexões na área de sua formação ou em outra correlata, de forma a estimular o seu crescimento profissional.
- III. Operacionalização do Projeto de Requalificação Profissional, voltado aos egressos dos cursos técnicos, que oportuniza aos egressos sua matrícula, em caráter especial, em módulos ou disciplinas dentro da sua área de formação, de forma a atualizar seus conhecimentos.
- IV. Disponibilização aos egressos do Banco de Currículos - espaço onde eles podem atualizar seus dados referentes a sua trajetória profissional, de forma a estabelecer uma rede de informações e do Banco de Oportunidades - espaço destinado à divulgação das oportunidades de trabalho.
- V. Estímulo do ingresso dos alunos da Graduação na Pós-Graduação.

Assim sendo, a Diretoria de Trabalho e Extensão/Pró-Reitoria de Extensão/IF Fluminense efetiva parcerias com instituições nacionais e multinacionais, objetivando a inserção dos alunos e egressos no mercado de trabalho.



INFRAESTRUTURA

O Instituto Federal Fluminense, no atendimento à comunidade acadêmica no que tange às atividades de ensino, pesquisa e inovação e extensão, prestação de serviços e cultura, desportos e de lazer, apresenta sua infraestrutura física e instalações acadêmicas.

Enfatiza-se que a infraestrutura física e acadêmica de cada *campus* é ponto de referência para implementação das práticas acadêmicas, perpassando a sala de aula e abrangendo múltiplos espaços laborais, que dão novos contornos ao processo de construção e produção do conhecimento.

Para desenvolver suas ações, o IF Fluminense vem, nos últimos anos, investindo vigorosamente na infraestrutura, atualizando e adaptando seus espaços, modernizando laboratórios e criando novos ambientes que atendam às necessidades presentes.

4.1. Infraestrutura Física por *Campus*

A expansão das atividades de ensino em todos os níveis tem exigido do IF Fluminense instalações que reflitam e reforcem a qualidade da instituição. Assim, o aumento da necessidade de espaços físicos tem demandado uma constante avaliação da infraestrutura existente.

Dessa forma, o IF Fluminense busca sempre readequação e revitalização dos seus espaços de forma a oferecer à comunidade acadêmica infraestrutura adequada para a realização das mais diversas atividades voltadas ao processo de ensino e de aprendizagem.

4.1.1. IF Fluminense *Campus* Campos-Centro



O IF Fluminense *campus* Campos-Centro, implantado em 1968, encontra-se situado na Rua Dr. Siqueira, n.º. 273, Parque Dom Bosco, no município de Campos dos Goytacazes, no norte Fluminense, Estado do Rio de Janeiro.

As instalações do *campus* Campos-Centro compreendem um terreno de 31.540 m², cujo prédio principal foi inaugurado em março de 1968. São 32.115,60 m² de área construída, sendo 5.085,60 m² de área administrativa, 23.297,57 m² de área pedagógica e 3.732,43 m² de área esportiva.

4.1.2. IF Fluminense *Campus* Campos-Guarus



O IF Fluminense *campus* Campos-Guarus, implantado em 2006, encontra-se situado na Avenida Souza Motta, n°. 350, Parque Fundão, no subdistrito de Guarus, em Campos dos Goytacazes, no norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

As instalações do *campus* Campos-Guarus foram construídas inicialmente numa área de 20.000 m² com 15.017 m² de área urbanizada cedida pelo 56°. Batalhão de Infantaria do Exército, com previsão de expansão de área em mais 35.000 m².

A infraestrutura do *campus* conta com 07 blocos compostos de 12 salas de aula, 14 laboratórios, 01 sala de artes, 22 ambientes administrativos, biblioteca, 02 auditórios, 01 sala do Núcleo de Pesquisa, 01 estúdio de gravação, 01 sala de gravação, 01 sala para o clube de astronomia, quadra poliesportiva coberta, vestiário, praça de alimentação, 18 sanitários, 04 estacionamentos para veículos, 01 estacionamento para motocicletas, 01 bicicletário e 04 quiosques de convivência dos alunos.

4.1.3. IF Fluminense *Campus Macaé*



O IF Fluminense *campus* Macaé, implantado em 1993, encontra-se às margens da Lagoa de Imboassica, situa-se na Rodovia Amaral Peixoto, km 164, Imboassica, no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, e possui localização contemplada com a proximidade de empresas nacionais e multinacionais ligadas ao setor petrolífero. Por sua referência em educação, a instituição atende à comunidade local e a municípios vizinhos.

Em 1987, a Prefeitura de Macaé doou o terreno de 51 mil m² e, após convênio firmado entre MEC/SEMTEC e a Petrobras, deu-se início à construção do prédio com total responsabilidade financeira dessa estatal. No dia 29 de julho de 1993, o prédio foi inaugurado e as atividades escolares iniciadas em 30 de agosto do mesmo ano.

4.1.4. IF Fluminense *Campus* Itaperuna



Situado na BR 356, km 3, no município de Itaperuna, ao noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o IF Fluminense *campus* Itaperuna iniciou suas atividades no dia 23 de março de 2009.

Ainda em fase de conclusão das obras, o *campus* contará com uma grande estrutura, contendo: 27 espaços de aprendizagem entre os quais, laboratórios de física, química, biologia, informática, mecânica, eletrônica e manutenção; auditório, biblioteca, micródromo, cantina, amplos jardins e área de recreação.

4.1.5. IF Fluminense *Campus* Cabo Frio



O IF Fluminense *campus* Cabo Frio, situado na Estrada Cabo Frio/Búzios s/nº., km 07, Baía Formosa, Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, foi oficialmente inaugurado no dia 5 de março de 2009 e encontra-se em fase de expansão.

Encontram-se distribuídos em apenas um prédio: salas de aula, laboratório de física, laboratório de química e a biblioteca. Para ampliação da estrutura física, estão projetados uma quadra de esportes e sete prédios que abrigarão mais salas de aula, laboratórios diversos, auditório, vestiário e salas de reunião.

4.1.6. IF Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana



O IF Fluminense *campus* Bom Jesus do Itabapoana está localizado no município de Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro, na Avenida Governador Roberto Silveira, nº. 68, a aproximadamente 2 km do centro da cidade. Situado à margem direita do rio Itabapoana, a uma altitude média de 118m, está na fronteira com o estado do Espírito Santo, ocupando uma área de 484.000 m² de várzeas e pequenas elevações. A área construída é de aproximadamente 6.000 m².

Em 2008, desligou-se da Universidade Federal Fluminense (UFF) e foi incorporado como *campus* do IF Fluminense.

A infraestrutura física em 51 (cinquenta e um) blocos encontra-se assim distribuída:

- Abatedouro
- Alojamento
- Área de Lazer
- Auditório

Biblioteca
Bloco Administrativo
Cantina
Casa de Hóspede
Centro de Informações Turísticas
Consultório Dentário
Consultório Médico
Depósitos
Fábrica de Ração
Galpão de Implementos
Galpões
Ginásio Poliesportivo
Laboratório de Apicultura
Laboratório de Avicultura
Laboratório de Cunicultura
Laboratório de Ovinocultura
Laboratório de Produção de Mudanças
Laboratório de Proteção de Plantas
Laboratório de Psicultura
Laboratório de Solos
Laboratório de Suinocultura
Packinghouse
Posto de Vendas
Refeitório
Residência
Salas de Aula
Sanitários Feminino e Masculino
Setor Agroindustrial: carne, leite e vegetais
Viveiros de Mudanças

4.1.7. IF Fluminense *Campus* Avançado Quissamã



Em 2006, o IF Fluminense e a prefeitura do município de Quissamã firmaram uma parceria, implantando o Núcleo Avançado de Quissamã. A partir daí a prefeitura iniciou a construção de um prédio, que foi doado ao Governo Federal.

O Governo Federal transformou o Núcleo Avançado em *campus* Avançado Quissamã em 1º. de fevereiro de 2010. Em 11 de junho de 2010, semana de comemoração dos 21 anos de aniversário do município, houve a entrega oficial do prédio ao IF Fluminense pela prefeitura.

O *campus* Avançado Quissamã está situado na Avenida Amilcar Pereira da Silva, n°. 727, Piteiras, no município de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro, e apresenta estrutura com mais de 2.000 m² construídos, com oito salas de aula, laboratórios, biblioteca, além de espaço administrativo e de lazer, com capacidade para atender a 1.200 alunos.

4.1.8. Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental - UPEA



A UPEA - Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental - do IF Fluminense *campus* Campos-Centro, inaugurada em 22 de outubro de 2007, foi criada com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão associadas ao Sistema do IF Fluminense, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental.

A UPEA está sendo implantada em área de mais de 7.000 m² adquirida em 30 de maio de 1978. Situada à margem direita do Rio Paraíba do Sul, a UPEA está no município de Campos dos Goytacazes-RJ, podendo ser localizada a partir das coordenadas geográficas de latitude de 21°44'22.0" Sul e longitude de 41°12'26.2" Oeste, na BR 356, próximo a Barcelos, 6º. distrito do município de São João da Barra, norte Estado do Rio de Janeiro, em bioma de Mata Atlântica.

Na UPEA estão sendo desenvolvidos projetos e experimentos relacionados aos conteúdos de hidrologia, meteorologia, ecologia, geologia, agricultura orgânica, energias renováveis (eólica, solar, fluvial e biodiesel) e temas correlatos. A Unidade abrigará uma estrutura física que permitirá realizar o monitoramento do rio Paraíba do Sul, além do registro contínuo de dados meteorológicos.

Atualmente a Unidade de Pesquisa e Extensão do IF Fluminense dispõe da seguinte estrutura:

- Auditório com capacidade para 60 lugares.
- Estação meteorológica automática, modelo MAWS100 da Hobeco, que envia informações sobre temperatura do ar, umidade relativa do ar, precipitação (chuva), pressão atmosférica, velocidade e direção do vento, radiação solar global e líquida, além da temperatura e umidade de água no solo.

- Relógio de Sol e observatório astronômico do tipo ROLL-OFF (teto móvel) dotado com um telescópio refletor do tipo SCHMIDT-CASSEGRAIN marca CELESTRON ADVANCED SERIES C8-SGT com sistema controle computadorizado NEXSTAR e montagem equatorial, acoplado a uma câmara CCD da MEADE DEATH SKY IMAGER II que permite capturar as imagens digitais dos astros.
- Laboratório de qualidade de água cujo objetivo é o monitoramento dos principais parâmetros químicos, físicos e biológicos no Baixo Rio Paraíba do Sul (RPS) tais como metais pesados, oxigênio dissolvido (OD), potencial de hidrogênio (pH), nitrogênio e seus compostos, fósforo, Demanda bioquímica de oxigênio (DBO), Condutividade elétrica (CE), Sólidos em suspensão (TSS), cor, turbidez (TN), temperatura, coliformes totais, coliformes termotolerantes entre outros.
- Estação de Tratamento de Água (ETA) que trata a água do rio Paraíba do Sul para consumo na Unidade e para utilização com fins didáticos. A ETA da UPEA servirá de modelo para ser implantado em pequenas comunidades na região. Em breve será instalada também uma ETA para tratar a água subterrânea da Unidade.
- Mata ciliar implantada na faixa marginal do Paraíba, entre a BR-356 e o rio, onde estão sendo desenvolvidas práticas de Educação Ambiental. O projeto, que recebeu autorização para implantação do Instituto Estadual de Florestas (IEF), prevê a realização do reflorestamento com espécies nativas e a construção de uma rampa em terra e de um pequeno ancoradouro em madeira para pequenas embarcações a serem utilizadas em atividades de educação ambiental.
- Casa de Vegetação onde são produzidas principalmente espécies nativas da região para fins de projetos de florestamento e reflorestamento.
Horta de Plantas Medicinais - fruto de uma parceria entre FURNAS e a UPEA.
- Tanque de Piscicultura para práticas dos cursos de aquicultura familiar.
- Área experimental de produção de fenos para alimentação animal.
- Instalação de pequenos animais para implantação de modelo sustentável para agricultura familiar.
- Minhocário e compostagem para produção de adubo orgânico.

Encontra-se em fase de conclusão a obra de expansão das instalações físicas da unidade, com a construção de um novo prédio contendo 02 banheiros, 01 recepção, 04 salas de instalação de laboratórios, 01 sala para trabalhos administrativos de bolsistas e pesquisadores e 01 sala para almoxarifado e acomodação do pessoal do serviço de limpeza e vigilância.

4.1.9. IF Fluminense - Núcleo Avançado de São João da Barra

O Núcleo Avançado do Instituto Federal Fluminense em São João da Barra é um projeto mantido pelo convênio entre o IF Fluminense e a Prefeitura deste município e administrado pela Fundação IF Fluminense.

Fruto de uma parceria entre o município supramencionado e o Instituto Federal Fluminense, foi lançada, no dia 28 de abril de 2010, a pedra fundamental das futuras instalações da Escola Municipal de Ensino Técnico Profissionalizante.

A obra, que ficará a cargo da prefeitura de São João da Barra, já foi licitada e a previsão é que fique pronta em um ano e quatro meses. A área tem 90.000 m², com algumas pequenas áreas de restinga que serão de preservação ambiental.

Sua infraestrutura física contará com 15 salas de aula, 12 laboratórios, 03 micródomos, salas de administração, auditório, biblioteca e estrutura desportiva. A previsão é atender a 1.200 alunos, mas o projeto permite que essa estrutura seja triplicada de acordo com a demanda.

4.2. Das Necessidades Educativas Específicas

Considerando a necessidade de assegurar às pessoas portadoras de necessidades educativas específicas condições básicas de acesso ao ensino, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações de ensino, o IF Fluminense vem procurando, a cada ano, criar condições de acessibilidade em sua estrutura física no sentido de eliminar barreiras arquitetônicas para circulação do corpo docente, discente e técnico-administrativo, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo.

Quanto à infraestrutura (recursos físicos, de equipamentos e humanos) para pessoas portadoras de deficiência, o IF Fluminense possui:

- Reservas de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades da Instituição.
- Banheiros adaptados que dispõem de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas.
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros.
- Máquina de datilografia Braille.
- 01 (uma) impressora Braille acoplada ao computador.
- 01 (um) sistema de síntese de voz.
- 01 (um) gravador e fotocopiadora que amplie textos.
- Scanner acoplado ao computador.
- 02 (dois) docentes atuando com Reforço Escolar em Física e Matemática.
- 03 (três) laboratórios de Informática com Dos Vox 3.0, totalizando 37 microcomputadores.
- 30 (trinta) microcomputadores com Dos Vox e Jaws 3.7 Update no Micródomo.

4.3. *Infraestrutura Acadêmica: biblioteca e laboratórios*

Buscando acompanhar os avanços tecnológicos na perspectiva de ofertar melhor atendimento à comunidade acadêmica, assim como promover recursos de informação necessários ao apoio nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de entretenimento e lazer para o corpo discente, docente e técnico-administrativo e comunidade em geral, o IF Fluminense vem procurando, a cada ano, ampliar o seu acervo bibliográfico, aprimorar o espaço físico e informatizar seus serviços em todos os *campi*.

Para tanto, dentro desse processo de melhoria no atendimento, desde 1997, implantou-se o Sistema INFORMA, a partir de uma Biblioteca Virtual na página do IF Fluminense onde é possível fazer consultas ao acervo e obter *links*, com acesso, inclusive, ao Portal da Capes.

Em 2000, a consulta ao acervo também passou a ser feita via Internet. A consulta aos itens do acervo pode ser feita por autor, título, assunto e editor na *web* (<www.iffluminense.br.br/biblioteca>) ou nos terminais existentes na biblioteca.

A catalogação dos livros é feita pelo Sistema de Catalogação Anglo Americano (AACR2) e pela Classificação Decimal de Dewey (19^a. e 20^a. ed.).

O acervo de livros, revistas e periódicos está relativamente atualizado, com o Portal Capes disponível para alguns títulos. Existe um manual próprio do IF Fluminense para elaboração de trabalhos acadêmicos e há treinamento específico para os alunos executarem seus trabalhos.

A biblioteca dos *campi* do IF Fluminense com a missão de prover recursos de informação necessários ao apoio nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de entretenimento e lazer para alunos, professores, funcionários e comunidade em geral, tem função primordialmente administrativa, de planejamento e coordenação de todas as atividades desenvolvidas.

A esta instalação acadêmica compete planejar, coordenar, elaborar, executar e controlar as atividades de:

- I. Processamento técnico, a saber:
 - (a). Serviços de seleção e desenvolvimento de coleções
 - (b). Serviço de referência
 - (c). Serviço de circulação e empréstimo
 - (d). Armazenagem, sinalização e preservação dos acervos
 - (e). Serviços de registro, catalogação, classificação e inventário bibliográfico

II. Disponibilização dos acervos (livros, obras de referência, periódicos, DVDs, CD-Rom's e outros materiais).

Na organicidade acadêmica e no desenvolvimento das suas atividades, a biblioteca tem por objetivos gerais:

- Atender às necessidades do público interno (alunos, professores e servidores).

- Atender ao público externo interessado em consultar seus acervos.
- Preservar, organizar e disponibilizar os acervos para os usuários.

A política de atualização do acervo vai ao encontro das referências constantes na ementa dos componentes curriculares de cada curso.

A biblioteca estabelece a quantidade de exemplares necessários de acordo com o acervo já existente, com o número de alunos e com a demanda pré-existente, pois são registradas todas as solicitações que porventura não sejam atendidas.

As solicitações são encaminhadas para a coordenação da biblioteca para providências quanto às propostas de livreiros/editores e posterior remessa à direção do Instituto para aprovação das aquisições.

Quanto às doações, há dois procedimentos: (a) se lançamentos, incorporam-se imediatamente ao acervo; (b) se material já utilizado, encaminha-se para análise.

Destacam-se os objetivos, ações e metas previstas no que dizem respeito à infraestrutura física e logística, tais como:

- (a). Adequação da infraestrutura às necessidades acadêmico-administrativas, envolvendo obras e serviços de manutenção.
- (b). Ampliação e modernização do espaço físico - laboratórios, salas, biblioteca, telefonia, mobiliário, acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, tecnologia de informação e comunicação, instalações acadêmico-administrativas diversas, entre outras.

A infraestrutura de laboratórios de informática e na especificidade de cada curso ofertado pelos *campi* do IF Fluminense encontra-se em constante crescimento com vistas ao atendimento à comunidade acadêmica e explicitada nos projetos pedagógicos de cada curso da Educação Básica e de Nível Superior, em conformidade com as diretrizes gerais recomendadas pelo MEC.

Com base nos prescritos no Relatório da Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Reitoria do IF Fluminense junto aos seus *campi* vem buscando otimizar os espaços existentes, bem como reconfigurando o uso compartilhado por cursos ou áreas afins, em atendimento às novas demandas.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
FLUMINENSE

5. ASPECTOS FINANCEIROS ORÇAMENTÁRIOS

ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

5.1. *Demonstrativo da Sustentabilidade Financeira*

5.1.1. *Estratégia de Gestão Econômico-Financeira*

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (PDI-IF Fluminense) visa atender a todas as demandas necessárias para fomentar e implementar as ações educacionais que lhe são conferidas, objetivando aliar a qualidade e a excelência do ensino profissional e tecnológico público e a comunicação efetiva com a comunidade aos novos princípios tecnodesenvolvimentistas atuantes na região de sua abrangência.

As ações educacionais propostas pelo IF Fluminense, em seu PDI para o período 2010-2014, tornam-se condição *sine qua non* para permitir que a educação profissional e tecnológica pública de qualidade, por meio do fortalecimento da gestão participativa e democrática, garanta o seu papel de propulsor desenvolvimentista local e regional, colocando a serviço da comunidade acadêmica e de toda a sociedade os conhecimentos acadêmicos produzidos, com vistas a possibilitar a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Assim procedendo, sem perder o foco da objetividade institucional, é que o IF Fluminense apresenta, como princípios básicos na sua proposta orçamentária, os seguintes pontos:

- (a). Priorização na aplicação de critérios que estejam sintonizados com as linhas gerais da matriz de recursos disponibilizados para Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
- (b). Foco principal na área finalística do IF Fluminense, principalmente nas ações integralizadoras do trinômio ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO.
- (c). Manutenção das ações de apoio ao movimento de incrementação dos programas de capacitação de servidores.
- (d). Propulsão nas ações de apoio à modernização tecnológica por meio do plano e expansão das atividades e de abrangência do IF Fluminense.
- (e). Admissão e estabelecimento da cultura da corresponsabilidade por meio da implantação da política de custos e estabelecimento de metas, objetivando a maximização de resultados.

- (f). Adoção de métodos transparentes para alocação de recursos orçamentários para os *campi* integrantes do sistema IF Fluminense.

5.1.2. Planos de Investimentos

O sistema IF Fluminense é formado pela integração de 07 (sete) *campi*, distribuídos na sua região de abrangência (Norte-Noroeste e Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro), bem como de Núcleo Avançado, a saber:

campus Campos-Centro

campus Campos-Guarus

campus Itaperuna

campus Bom Jesus do Itabapoana

campus Macaé

campus Cabo Frio

campus Avançado Quissamã

Núcleo Avançado de São João da Barra

No esforço de ampliar a educação profissional e tecnológica na região noroeste fluminense, o IF Fluminense, dentre suas metas nesse quinquênio, vem avançando nas parcerias junto aos municípios de Cambuci e Santo Antônio de Pádua.

Dessa forma, para o atendimento inicial das necessidades de inversões financeiras, o IF Fluminense estabeleceu valores parametrizados pelo comportamento dos valores apresentados nos orçamentos executados e pelas previsões de expansão da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico, consoante aos valores apontados na Tabela 23 a seguir:

Tabela 23 - Previsão de Expansão do IF Fluminense com Base nos Orçamentos da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico, no período 2009-2014.

FONTE DOS RECURSOS	EXERCÍCIOS					
	Valores em R\$ milhões					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Recursos do Tesouro Nacional	119,97	128,70	154,50	231,70	266,00	306,00

5.1.3. Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução

O Orçamento Institucional do IF Fluminense, destinado a fomentar as ações educacionais estabelecidas e possibilitar a manutenção das atividades socioeducacionais com as comunidades abrangidas, traduz-se nos números a seguir apresentados (Tabela 24):

Tabela 24 - Previsão das Ações Educacionais Estabelecidas e da Manutenção das Atividades Socioeducacionais no IF Fluminense, no período 2009-2014.

GRUPO DAS DESPESAS	EXERCÍCIOS					
	Valores em R\$ milhões					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal e Encargos	82,73	85,00	128,10	192,10	220,70	254,00
Pessoal Civil	65,03	68,00	102,50	153,70	176,60	203,20
Encargos	17,70	17,00	25,60	38,40	44,10	50,80
Custeio/Manutenção	21,57	26,00	16,20	24,30	27,90	32,10
Consumo	3,70	5,20	4,20	6,20	7,00	8,10
Serviços	17,87	20,80	12,00	18,10	20,90	24,00
Investimentos	13,87	15,70	7,60	11,40	13,30	15,30
Equipamentos	8,30	7,00	4,70	7,00	7,98	9,20
Obras e Instalações	5,57	8,70	2,90	4,40	5,32	6,10
Outros	1,80	2,00	2,60	3,90	4,10	4,60
Despesas diversas	1,80	2,00	2,60	3,90	4,10	4,60
TOTAL GERAL	119,97	128,70	154,50	231,70	266,00	306,00

Na organicidade das atividades no IF Fluminense, a Pró-Reitoria de Administração delinea as metas a serem atingidas no período 2010-2014 (Tabela 25).

Tabela 25 - Metas da Pró-Reitoria de Administração para o período 2010-2014.

METAS - 2010/2014	
M₁	Interação dos <i>campi</i> integrantes do IF Fluminense
M₂	Adequação das rotinas administrativas e extensão das atividades
M₃	Fomento às atividades administrativas de gerenciamento e análise
M₄	Realinhamento orçamentário e descentralização
M₅	Reforço na disponibilização da força de trabalho administrativa
M₆	Capacitação setorializada
M₇	Implantação de sistemas de controle das atividades desenvolvidas
M₈	Otimização e abrangência das rotinas administrativas
M₉	Incentivo à qualificação



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

6.1. Metodologia, Dimensões e Instrumentos Utilizados no Processo de Autoavaliação

A avaliação, tanto institucional quanto dos cursos, tem sido um dos instrumentos indicadores utilizados pelo IF Fluminense para a atualização e ressignificação das políticas institucionais, dos programas e projetos de cursos e de procedimentos da gestão administrativa e acadêmica. Cabe ressaltar que todo o processo avaliativo tem por meta o diagnóstico (identificação das potencialidades e limitações), mas, considerando a dinâmica do universo acadêmico, não se configura como um quesito conclusivo.

Considerando que a Avaliação Institucional envolve campos distintos e é provida de reflexão a respeito da operacionalização do processo educacional, o IF Fluminense apresenta em seu fórum organizacional a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a finalidade de: (a) planejar e organizar suas atividades, (b) sistematizar o processo avaliativo, sensibilizando a comunidade à participação, (c) fornecer assessoramento aos diferentes setores da instituição, na perspectiva de conduzir à reflexão dos atores em relação a esse processo.

Em conformidade com o Sinaes, a Autoavaliação Institucional no IF Fluminense orienta-se pelos princípios de globalidade, continuidade, integração, excetuando-se os de premiação ou punição. O seu principal objetivo é construir um processo de autoconhecimento, autorreflexão e reflexão coletiva por parte de todos os envolvidos, tendo em vista a percepção das prioridades que se apresentam e, por fim, as adequações, construções e produções que se fizerem necessárias.

Com essa concepção, os resultados das avaliações anuais têm por fundamentos as dimensões que se fazem representadas no subitem *a posteriori*, assim como norteiam as possíveis reconfigurações dos projetos pedagógicos dos cursos e respectivos planos de ensino e referendam o diálogo com os parceiros institucionais, objetivando a manutenção e a melhoria da qualidade.

6.1.1. Dimensões

O processo de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense adota as dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, abordando as seguintes dimensões:

- **Dimensão 1** - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
- **Dimensão 2** - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão
- **Dimensão 3** - A responsabilidade social da instituição.
- **Dimensão 4** - A comunicação com a sociedade.
- **Dimensão 5** - As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo em educação, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- **Dimensão 6** - Organização e gestão institucional.
- **Dimensão 7** - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação (instalações gerais, biblioteca, laboratórios e instalações específicas).
- **Dimensão 8** - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
- **Dimensão 9** - Políticas de atendimento aos estudantes
- **Dimensão 10** - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

A Comissão Própria de Avaliação, em conjunto com a Coordenação de Avaliação Institucional do IF Fluminense, pelo seu trabalho, visa oferecer subsídios à tomada de decisão e ao planejamento institucional, na busca de contínua melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. As dimensões avaliadas compreendem três amplos níveis: (a) organização e gestão institucional (administrativa e pedagógica), (b) corpo social, (c) infraestrutura física e logística.

6.1.2. Metodologia

A metodologia de avaliação institucional caracteriza-se por:

- A. Levantamento semestral/anual da documentação, dados e indicadores institucionais junto aos órgãos acadêmico-administrativos do IF Fluminense.
- B. Aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do IF Fluminense, bem como da sociedade civil.
- C. Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica.
- D. Elaboração do relatório final.

6.1.3. Composição da CPA

Tabela 26 - Composição da Comissão Própria de Avaliação do IF Fluminense.

Membros da CPA	Segmentos
Breno Fabrício Terra Azevedo	Docente
Dircéa Branco de Menezes Gomes	Sociedade Civil Organizada
Fábio Siqueira	Sociedade Civil Organizada
Gláucia Rose Guilherme Mendes Teixeira	Técnico-Administrativo em Educação
Marcel Cardoso e Cardoso	Discente
Romilda de Fátima Suinka de Campos	Docente
Teresa Claudina de Oliveira Cunha*	Técnico-Administrativo em Educação
Willian Pereira Pessanha	Discente

Legenda:* - Coordenadora da CPA

6.1.4. Dos Instrumentos

O IF Fluminense utiliza-se dos seguintes mecanismos para a avaliação dos cursos, visando aos índices de eficácia e de eficiência:

- I. ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
- II. Avaliação de Cursos (Comissão do Inep/MEC)
- III. Autoavaliação Institucional
- IV. Fórum de Coordenadores Educacionais
- V. Colegiado do Curso

Os instrumentos para o processo de autoavaliação dos cursos assim se apresentam:

- Questionários
- Reuniões com coordenadores, setoriais, comunidade (parceiros, fornecedores e outros)
- Documentos oficiais institucionais
- Relatórios das avaliações de cursos de graduação - SETEC e Inep.

6.1.5. Formas de Participação da Comunidade Acadêmica, Técnica e Administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)

A CPA foi estabelecida conforme Resolução do Conselho Diretor Nº. 004/2004, de 09 de setembro de 2004, e conta com membros representativos

dos três segmentos que compõem a comunidade acadêmica - docentes, técnico-administrativos em educação e discentes - e da sociedade civil organizada, com a finalidade de conduzir os processos internos de avaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no âmbito deste Instituto.

No conjunto das políticas institucionais, criou-se também a Coordenação de Avaliação Institucional, ampliando assim a dimensão dos trabalhos da Comissão Própria de Avaliação no sentido de validar resultados e encaminhar as orientações pertinentes em Relatório para a otimização do processo educacional.

Tem-se a expectativa de que os resultados dos trabalhos possam contribuir com o processo de organização e gestão, possibilitando o aprimoramento da atuação acadêmico-administrativa e subsidiando a dinâmica organizacional dos gestores.

Enfatiza-se que a CPA possui autonomia para a condução dos trabalhos de avaliação institucional e elaboração do relatório final, no entanto cabe ressaltar que, para melhor encaminhamento das ações propostas, buscou a todo o momento realizar um trabalho integrado à gestão acadêmica e administrativa da instituição.

6.1.6. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Os resultados das avaliações encontram-se explicitados por meio de relatórios finais com apresentação da análise de dados estatísticos, contendo os resultados e diagnósticos apresentados nas avaliações e servindo como indicadores para a atualização e redimensionamento do Plano de Desenvolvimento Institucional, do Projeto Pedagógico Institucional, de programas e projetos que embasarão novos procedimentos por parte da gestão administrativa e acadêmica dos *campi*.

Assim sendo, os resultados das avaliações apresentados e encaminhados nortearão o processo da gestão institucional para que sejam utilizados na condução dos trabalhos entre seus pares, no âmbito de competência.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenho projetado para o IF Fluminense é singular na história da rede federal de educação. Ele se instala com uma concepção e um formato que, não abandonando sua função precípua da formação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, aglutina outra identidade quando considera mesorregiões como interlocutores fundamentais para a definição de suas políticas educacionais; quando busca saídas para problemas históricos na educação e traz para si a responsabilidade de formar o formador; ou ainda quando avança na pesquisa e na extensão. Tem-se, na realidade, um projeto de um sistema diverso e uno por sua própria natureza que se materializa em diferentes *campi*.

O diálogo vivo e próximo com a realidade local e regional, num movimento de um novo pensar das relações humanas, pautado na filosofia de democratização e do acesso aos saberes, funciona como agente integrador no traçado de objetivos e metas no plano de trabalho do IF Fluminense, provocando um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda castiga a sociedade brasileira, no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação.

Ressalta-se que fazer educação profissional e tecnológica está além de meras respostas às demandas do mundo do trabalho. Há que se pensar nas pessoas concretas, nas necessidades do sujeito que estuda e acredita nesta nação. É preciso responder aos anseios daqueles que buscam o primeiro emprego, horizonte cada vez mais distante neste novo milênio.

É imperioso, acima de tudo, incluir as legiões de alunos trabalhadores candidatos à educação de jovens e adultos, na perspectiva de emancipação social dos sujeitos, sinalizando para educadores e educandos a possibilidade de transpor barreiras pelo desejo de criar, de inovar, de “ir além” na direção da ousadia da busca pela pesquisa, a qual potencializa a autonomia do sujeito.

Aliado ao exposto, o processo didático significativo se estabelece pela continuação da interação entre os sujeitos, reafirmando o lócus educativo como espaço mediativo para a ação humana e para o trabalho crítico, no qual deve existir um empenho contínuo da ação, reflexão e teorização sobre a prática, com linguagens e metodologias apropriadas.

Em atendimento à vocação regional desta instituição, e tendo como base os municípios-polo das microrregiões (Cabo Frio, Macaé, Campos dos Goytacazes,

Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Quissamá, São João da Barra e Cambuci) compreendidos nas três mesorregiões (Baixadas, Norte e Noroeste Fluminenses) atendidas por este instituto, pode-se compreender a representatividade do IF Fluminense na busca do crescimento regional, ressaltando sempre o esforço de se dar vida e aprofundamento à visão de uma formação humanístico-social integral e integradora, que não apresente uma percepção segmentada do conhecimento humano, nem do sujeito, nem da realidade e que não dissocie desenvolvimento intelectual e profissional, formação teórica e prática.

Vislumbra-se, nesse cenário institucional, como um dos compromissos do IF Fluminense, o atendimento à demanda regional que apresenta solicitude de formação profissional e tecnológica, a qual articule saberes concernentes a conteúdos formativos diversificados, associados a conceitos que necessitam ser ressignificados no contexto acadêmico e no mundo atual, incluindo dimensões plurais e múltiplas do saber, associadamente a valores, atitudes e posturas a serem incorporadas como vivências sociais mais solidárias, responsáveis e justas.

A implementação e o fortalecimento dos *campi* e dos núcleos avançados, com a possibilidade da transformação destes em outros *campi*, configuram a solidez da função social e educativa da instituição, bem como a sistematização de espaço para a construção de sentido e significado de vida em coletividade, estimulando sempre a vivência de uma cidadania ativa e participante.

É assim que se pensa o IF Fluminense. Uma instituição pública que globaliza a sua região, que resgata os espaços fragmentados e abandonados ao longo do tempo e assume o desafio de sistematizar caminhos possíveis que conduzam ao redimensionamento do processo educacional e profissional, em que seus sujeitos sintam-se integrantes de uma educação que celebra o mundo nas suas relações frente aos desafios existentes, às reflexões e às respostas possíveis que permeiam o processo significativo.



- ALARCÃO, I. Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schön e os programas de formação de professores. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 22 n. 2, São Paulo, 1996.
- ALAVA, S. **Ciberespaço e formações abertas**: rumo a novas práticas educacionais? Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- APPLE, M. W. **Trabalho Docente e Textos**: economia política e de relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARBIÉR, M. **Pesquisa-Ação na Instituição Educativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BARBOSA, R. M. (Org.). **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BORDIGNON, G; GRACINDO, R. V. Gestão da Educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N.; AGUIAR, M. (Orgs.). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, n. 248, p. 27.833, 23 dez. 1996, seção I.
- BRASIL. MEC/SEMTEC. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio - ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília, DF: MEC, 1999.
- _____. MEC/SEMTEC, Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: complementar. Brasília, DF: MEC, 2002.
- _____. MEC/CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, DF: MEC, 2001.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Relações interpessoais**: abordagem psicológica. Regina Lúcia Sucupira Pedroza. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.
- _____. MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2010.

_____. MEC. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em: www.mec.br. Acesso em: 22 jul. 2010.

_____. MEC. **Educação Profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. V. Introdução, Brasília, DF: s.n., 2000.

_____. MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Disponível em: www.mec.br. Acesso em: 17 ago. 2010.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação Tecnológica**: legislação básica. MEC/SEMTEC, Brasília, DF: SEMTEC, 1994.

BRASIL/SBIE. Ministério de Educação e Cultura. **e-ProInfo**: ambiente colaborativo de aprendizagem, 2000. Disponível em: <<http://www.eproinfo.mec.gov.br>>. Acessado em: 17 ago. 2010.

BRITTO, J; NEVES, J. B. **Aprendizado e cooperação tecnológica em arranjos produtivos e inovativos locais**: uma avaliação do setor de petróleo e gás na região de Macaé/RJ. Mimeog, 2004.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.). **Homem e Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1973.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. Vol. II. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em Rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução por Roneide Venâncio Majer. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORINA, J. A; FERREIRO, E.; LERNER, D.; OLIVEIRA, M. K. de. **Piaget - Vygotsky**: novas contribuições para o debate. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE CAMPOS. Projeto de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense: plano de desenvolvimento institucional integrado (2008-2012). Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Ed., 2007.

LOPEZ CERREZO, J. Ciencia, tecnología y sociedad: el estado de la cuestión en Europa y Estados Unidos. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 18, 2000.

CHASSOT, A. **Alfabetização Científica**: questões e desafios para a educação. 3. ed. RGS: Ijuí, 2003. Coleção Educação Química.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

CITELLI, A. **Comunicação e Educação**: a linguagem em movimento. São Paulo: Editora SENEC São Paulo, 2000.

COLL, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Trad. Emília de Oliveira Dihel. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo, UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.

- DAVEL, E. **Recursos humanos e subjetividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- DEMO, P. **Educação e Qualidade**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1996.
- _____. **Conhecer & aprender**: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- _____. **Saber Pensar**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.
- DUARTE, N. **Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e a Escola de Vigotski**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. **Pesquisa e Informação Qualitativa**: aportes metodológicos. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- ESTEBAN, M. T. (Org.). **Escola, Currículo e Avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Cultura, Memória e Currículo, v. 5).
- FAZENDA, I. (Org.). **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FERNANDES, D. **Administração econômico-financeira**. In: COLOMBO, S. S. *et al.* **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FREIRE, M. **A paixão de conhecer o mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Terra e Paz, 2004.
- _____. **Teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- _____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREITAS, M. T. de A. **Vygotsky e Bakhtin**: Psicologia e Educação: um intertexto. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. **O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002.
- FRIGOTTO, G. **A dupla face do trabalho**: criação e destruição da vida. In: CIAVATTA, M. (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GADOTTI, M. **Paulo Freire**: uma bibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HARASIM, L. et al. **Redes de Aprendizagem**: um guia para ensino e aprendizagem on line. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.
- HERNANDES, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HOSBAWM, E. **A Era dos Extremos**. O Breve Século XX. 2a. ed. trad. Marcos Santarrita. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

_____. **O Novo Século. Entrevista a Antonio Polido**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOYOS, P. J. **O papel do egresso na universidade**. Colômbia, 1998. Disponível em: <www.sinteses.univali.edu.co/julho99/hovos.html>. Acesso em: 10 mar. 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE. Estatuto do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2009.

JONASSEN, D. O Uso das Novas Tecnologias na Educação a Distância e a Aprendizagem Construtivista. **Em Aberto. Brasília**, ano 16, n. 70, abr./jun. 1996.

JORGE, J. S. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KUENZER, A. (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

LAKATOS, E. M. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1985.

LEME, R. **Aplicação prática de gestão de pessoas por competências**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

LEMOS, A. **Cibercultura**. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LÉVY, P.; AUTHIER, M. **As árvores do conhecimento**. Trad. Mônica M. Seincman. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2000.

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. **O que é o virtual?** Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **A inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. **A máquina universo: criação, cognição e cultura informática**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

_____. **A ideografia dinâmica: rumo a uma imaginação artificial?** Trad. Marcos Marcionilo e Saulo Krieger. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

- _____. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- _____. **A Conexão Planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- _____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 13. ed. São Paulo: Editora 34, 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1989.
- _____. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.
- LITWIN, E. (Org.). **Tecnologia Educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- _____. **Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 1996.
- LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- LURIA, A. R. **Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MANCIBO, D. Reforma Universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, São Paulo: Cortez; Campinas: Cedes, v. 25, n. 88, 2004.
- MARCOVICH, J. **A universidade do impossível**. São Paulo: Futura, 1998.
- MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Pala Athenas, 2001.
- MAZZILLI, S. Notas sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *Universidade e Sociedade/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições Superior*, Brasília, v. 6, n. 11, jun. 1996.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORAN, J. M.. **Mudanças na comunicação pessoal**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **As Duas Globalizações: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2002.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: E.P.U, 1999.

_____. **A Teoria da Aprendizagem Significativa e sua Implementação em Sala de Aula**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2006.

NISKIER, A. **LDB: a nova lei da educação**. Rio Grande do Sul: Editora Consultor, 1996.

_____. **Apocalipse Pedagógico e Outras Crônicas: as dificuldades da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.

PACHECO, E. **O novo momento da educação profissional brasileira**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/educapro_080909.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2010.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**. LDB: limite, trajetória, e perspectivas. São Paulo: Campinas, 1997.

_____. O Choque Teórico da Politecnia. Trabalho, Educação e Saúde. **Revista da EPSJV/FIOCRUZ**, Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, n. 1, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL SOBRE EL APRENDIZAJE SIGNIFICATIVA, Burgos, Espanha, 15-19 set. 1997.

MOREIRA, M. A.; BUCHWEITZ, B. **Mapas conceituais**. São Paulo: Moraes, 1987.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

NÓVOA, C. A. T. **Consciência e história: a Práxis Educativa de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1979

NÓVOA, A. **Formação de Professores e profissão docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, D. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

OLIVEIRA, R. **Informática educativa**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

PELLANDA, N. M. C.; PELLANDA, E. C. (Orgs.). **Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2000.

- POCHMANN, M. **E-trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.
- REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da Educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- RUMMERT, S. M. **Educação e identidade dos trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. Niterói, RJ: Intertexto, 2000.
- SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMÉZ, A. I. Peréz. **As funções sociais da escola**: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- _____. **Educar e Conviver na Cultura Global**: as exigências da cidadania. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SANCHO, J. M. **Para uma Tecnologia Educacional**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1998.
- SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, G. L. (Org.). **Tecnologias na Educação e Formação de Professores**. Brasília: Plano Editora, 2003.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHEER, L. **A Democracia Virtual**. Trad. Maria da Conceição Pereira dos Santos. Portugal, Lisboa: Edições Século XXI. 1997.
- SCHÖN, D. A. **Formar Professores como Profissionais Reflexivos**. Portugal, Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- SILVA, Marco. **Um convite à interatividade e à complexidade: novas perspectivas comunicacionais para a sala de aula**. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). Educação e cultura: pensando em cidadania. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.
- _____. **Sala de Aula Interativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- SINGER, P. **A crise do milagre**: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SKINNER, B. F. **Tecnologia do Ensino**. USP: Edição brasileira, 1974.
- SOARES, I. de O. **Caminhos da Educomunicação**. Cadernos de Educomunicação. São Paulo, Salesiana, n. 1, p. 35-46, 2001.
- SOARES, S. G. **Educação e Comunicação**: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação: otimismo exacerbado e lucidez pedagógica. São Paulo: Cortez, 2006.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5. ed. São Paulo: Ícone, 1994.

ZEICHNER, K. M.; PEREIRA, J. E. D. (Org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VALENTE, J. A. **Diferentes Abordagens de Educação a Distância**. Coleção Série Informática na Educação. TVE Educativa, 1999. Disponível em: <<http://www.proinfo.gov.br>>. Acessado em: 26 maio 2010.

_____. **Educação a Distância Via Internet**. São Paulo: Avercamp Editora, 2005. Série: Formação de Educadores.

_____. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1997.

_____. **Pensamento e Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes: 2000.



ANEXO I

- Carta de Cabo Frio -

Carta de Cabo Frio

Prólogo

O documento intitulado **Carta de Cabo Frio** foi precedido por um debate que procurou estabelecer um *background* teórico para a nova institucionalidade que deveremos construir com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. Com isso pretende-se buscar uma base científica para essa nova forma de intervenção na nossa realidade agora, rigorosamente, num cenário regional.

Em primeiro lugar entendemos que a mudança de Cefet para IFF é mais que a mera expansão quantitativa espacial e das políticas públicas que procuramos formular e executar. Assim sendo, entendemos que essa reconfiguração requer o que se costumou chamar de mudança de paradigma. Como este debate recentemente se popularizou e em muitos momentos a expressão se banalizou atingindo um senso comum incessantemente repetido e pouco discutido, na sua essência, fomos buscar na fonte da concepção - o físico e historiador da ciência Thomas Kuhn - o que seria esta base epistemológica.

Indo um pouco mais além nessa busca, concluímos que a mudança de paradigma que hoje é fonte das nossas preocupações diz respeito a uma nova forma de tratar sistemas complexos. São sistemas extremamente entrópicos, isto é, que exigem de nós um incremento crescente de energia no processo de organização, onde o coletivo é resultado das partes em ação, mas não se explica pelo entendimento do universo a partir de uma visão simplista e mecanicista das partes. Em outras palavras: não se consegue entender e organizar o sistema a partir de uma análise isolada de suas unidades e da mera montagem do seu desenho. Há que se entender os fluxos de informação e as trocas que permeiam e circulam por essa rede. Neste momento lançamos mão do pensamento sistêmico de Fritjof Capra.

Faz tempo que a gente lê essas teorias, se rejubila com elas, mas nos falta coragem ou senso de oportunidade para trazê-las para o nosso cotidiano. Neste momento estamos tentando, humildemente, entender o quanto necessitamos aprender sobre o nosso pequeno universo cefetiano e o que precisamos mudar para compreendê-lo melhor e continuarmos crescendo para sermos dignos da confiança dos nossos pares e do orgulho das gerações futuras.

Na medida em que evoluímos na caminhada os passos ficam cada vez mais difíceis e o nosso salto qualitativo mais arrojado. Não podemos continuar a agir como se o mundo fosse o mesmo. De Aprendizizes Artífices a Cefet foram muitas as conquistas e a cada uma delas tivemos que nos esforçar para abandonar velhas crenças e práticas e assumir novos valores e desafios.

Basta olhar pra trás e veremos o quanto crescemos institucional e individualmente. Cada uma dessas conquistas é o resultado da produção coletiva crescente dos nossos servidores que se reflete no crescimento do nosso aluno e na produção social da nossa região.

Por isso entendemos que mais que aumentar o número de vagas pra atender a uma demanda que é em parte reprimida, mas que é também crescente, devemos dar o “salto quântico”, a partir do qual, melhoraremos não só na quantidade, mas sobretudo na qualidade da nossa oferta.

Após selecionarmos uma série de resenhas e resumos do pensamento de Thomas Kuhn e de Fritjof Capra* chegamos ao texto abaixo como uma versão preliminar do que seria essa mudança de paradigma neste nosso novo desafio.

Cabo Frio, outubro de 2008.

Curiosamente, e não por coincidência, a nossa instituição parece estar vivendo as mudanças preconizadas por Kuhn e Capra. Uma após a outra, num só fôlego. Estamos mais uma vez operando uma “revolução científica” silenciosamente incômoda. Trocando o paradigma da simples união das unidades isoladas pelo patamar das partes em rede, buscando configurar um todo em sinergia.

Ao longo do tempo as mudanças que promovemos foram sempre no sentido de alcançar patamares superiores. Podemos lembrar as nossas diversas transformações: de Aprendizizes Artífices para Escola Técnica Industrial; de Escola Técnica Industrial para Escola Técnica Federal e de Escola Técnica Federal para Centro Federal de Educação Tecnológica.

Hoje o nosso desafio, o nosso novo paradigma, é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Assim, como no processo descrito por Thomas Kuhn, a nossa revolução consiste em construir uma nova escala de valores e de atitudes que nos permitirá alçar esse novo patamar sem grandes e muitos sobressaltos.

Quanto maior o salto maior o desafio. Tornar-se Instituto Federal está a exigir de nós um elenco de virtudes que nenhuma outra configuração institucional do passado sequer esboçou. Compor um sistema de vários campi é mais que a mera gestão de um conjunto de unidades descentralizadas.

*A partir da página sete encontram-se anexos (Ia e Ib) os dois textos utilizados durante a oficina, onde procuramos resgatar, de forma mínima, o pensamento de Kuhn e Capra.

A nossa competência será testada na medida em que conseguirmos produzir um todo que seja mais que a soma das partes. A nossa sinergia terá que ser algo além do discurso. O resultado do nosso esforço deverá ser o produto do que seremos capazes de construir coletivamente e, em muitos momentos, a uma distância maior que a costumeira.

Na verdade, encontramos-nos diante de uma jornada que nos cobra trabalho coletivo cooperativo de fato, que exige tolerância e respeito absoluto à opinião e atitudes dos meus pares. Descortina-se diante de nós uma nova forma de ver o nosso conjunto de servidores, instituições e municípios. Um sistema regional; imbricado; aberto e, assim sendo, de entropia crescente; que age e interage; que reage à nossa vontade e não abre mão de adquirir “vida própria”. Ou aprendemos a ler esse “caos organizado” e adotamos um renovado estilo de governança ou sucumbimos na tentativa de conviver nele.

Enganam-se, porém, os que pensam que o equilíbrio ecossistêmico evocado por Capra nasceu pronto, acabado e perfeito. Ele é produto do que Castells chamou de tempo glacial, ou seja, é o resultado de um refino paciente, laborioso e prolongado. Muitos organismos e processos, ao longo de muito tempo, se sacrificaram na tentativa de produzir um padrão equilibrado de sistema. Portanto, trabalhar um instituto federal, de forma sistêmica, não se trata de uma tarefa fácil nem de resultados imediatos. Todavia, atingimos um estágio de maturidade institucional onde não há espaço para a timidez. Coragem e ousadia sempre fizeram parte da nossa luta e é desta forma que seguiremos esta nova caminhada.

Princípios e diretrizes

Antes do plano estratégico que visa à integração sistêmica dos diversos campi do futuro IFF foi inventariado um elenco de princípios e diretrizes, por meio das técnicas conhecidas, respectivamente, como tempestade cerebral (*brain storm*) e Metaplan. Nesta primeira parte da oficina buscou-se escrever a Carta de Cabo Frio, que tem por objetivo traçar as grandes linhas norteadoras da nova institucionalidade que se pretende construir com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos em Instituto Federal Fluminense de Educação Ciência e Tecnologia.

Os compromissos

Este documento parte da concepção de que a produção coletiva do IFF é mais que a mera expansão espacial do Cefet Campos. Reconhecemos, todavia, que alguns aspectos, se mal trabalhados, podem trazer prejuízos para além da improdutividade

proveniente de uma possível sinergia negativa existente entre os diversos *campi*. A grande ameaça talvez seja a perda da identidade centenária hoje sedimentada sem a construção de uma nova identidade. Para tanto, precisamos operar a transformação construindo uma nova identidade que absorva as virtudes consolidadas ao longo do tempo. É como executar uma reforma mantendo as bases existentes.

Torna-se fundamental observar que a concepção institucional que precede a ação das partes formando um todo articulado é o que entendemos por instituição sistêmica. Um sistema é mais que um aglomerado de unidades. Entendemos como sistema o funcionamento coeso e a união interdependente e complementar de unidades menores que compõem um todo e que agem mediante processos criteriosamente formulados e geridos. Esta nova configuração deverá envolver as várias partes em busca de soluções para as questões colocadas não só para cada fração, mas também para o universo sistêmico.

Cabe, ainda, destacar a necessidade de se buscar o padrão funcional de rede. Neste modelo a comunicação profícua e a articulação eficaz dos pontos formadores da malha sistêmica são responsáveis pela força do todo e que, apesar da aparência anárquica e fragmentada, respeita princípios diretivos, que são discutidos coletivamente e gestados de forma transparente por representações democraticamente constituídas. Desta forma, a coesão do sistema é garantida através de uma hierarquia estabelecida pela dissolução dos conflitos a partir do debate que privilegia as boas práticas numa instituição pública. Uma instituição que tem como objetivos ser referência na educação profissional tecnológica e assumir o compromisso basilar com o desenvolvimento local e regional.

O IFF deverá ser uma instituição que, além de formular e executar políticas públicas a partir da esfera federal, se tornará agente indutor de políticas públicas de desenvolvimento local de forma sistêmica através do seu desenho espacial privilegiado. Para fazer face a mais este desafio deveremos formular propostas de ofertas sistêmicas em que a cooperação se dará não apenas entre os nossos diversos *campi*, como também por meio de parcerias com os atores do poder público - incluída a sociedade organizada - onde as boas práticas e o espírito republicano são rigorosamente respeitados.

As ações obedecerão ao princípio do compartilhamento e serão coletivamente sistematizadas, ou seja, não poderão transcorrer sem uma regulamentação que deverá ser democrática. Há que se ter um padrão mínimo comum de comportamento. As ações deverão ser prioritariamente sistêmicas, conservando um sentido coletivo sem, contudo, interferir na autonomia de cada *campus*. O processo de autonomia, entretanto, não permitirá ao *campus* optar por transgredir essas regulamentações, além dos princípios e diretrizes aqui definidos. A diversidade será respeitada e o direito à singularidade garantido, porém há que se ter objetivos comuns e um mínimo de unidade na ação. Isso vale, sobretudo, para a organização didática de

cada *campus* que deverá ser flexível, porém unificada. Não há como prescindirmos da decisão pela implantação de um sistema único de ensino.

O IFF deverá ser uma escola pública com inserção social, que aposta na formação ampliada e omnilateral. Um ambiente escolar que prima pela democratização não só no acesso, mas também da permanência. Uma escola que busca a verticalização, uma vez que tem como uma das principais preocupações a elevação de escolaridade como garantia da qualificação profissional e conquista plena da cidadania.

Na construção dessa nova institucionalidade não se deve prescindir da busca do equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão. Este equilíbrio deverá se pautar em dois aspectos fundamentais:

- o primeiro deve levar em conta de que todos os campi implantarão essas três dimensões com caráter formativo. Ou seja, a pesquisa e extensão deverão, a exemplo do ensino, contemplar, inexoravelmente, a presença de alunos e a garantia do seu crescimento sócio-cultural;
- o outro aspecto que se deve observar, com relação à trilogia em questão, diz respeito ao caráter quantitativo deste equilíbrio. Equilíbrio não quer dizer, necessariamente, oferta isonômica. No caso do IFF há que se considerar a sua identidade histórica de instituição que forma técnicos de nível médio e que o faz a partir de uma oferta generosa de vagas nas atividades de ensino. Essa peculiaridade nos aproxima da parcela da população mais necessitada de educação básica, gratuita e de qualidade, além de nos colocar numa posição privilegiada em relação à formação mínima que enseja elevação de escolaridade.

Portanto, a busca desse equilíbrio deverá se dar através da construção de indicadores mais preocupados com os aspectos qualitativos e em detrimento da homogeneização da oferta de vagas para cada uma das três dimensões do processo educacional.

Este equilíbrio passa pelo fortalecimento da pesquisa, que no caso do IFF visará soluções para a sua região polarizada, e também pelo fortalecimento das atividades de extensão. Pesquisa e extensão deverão considerar como prioridade a inclusão social e em função disso deverão estar voltadas para atividades que privilegiem o desenvolvimento local. Assim sendo, pesquisa e extensão deverão contemplar prioritariamente ações voltadas para a geração de renda orientada para as populações excluídas ou para empresas com dificuldade de se posicionar competitivamente. Desta forma a extensão, sobretudo, será fortalecida sem, entretanto, disputar recursos ou desviar o foco da educação básica que garante a elevação de escolaridade.

Isso se dará por meio da constante busca de processos que priorizem a inovação tecnológica e social e pela concretização de parcerias com atores locais estratégicos. Essa postura inovadora permeará todas as instâncias das atividades e deverá ser uma das competências atitudinais a ser desenvolvida na formação dos alunos.

O processo sistêmico deverá garantir: o compartilhamento, a cooperação, a interdependência e a complementaridade entre os *campi*.

A administração do futuro IFF deverá ser matricial e por projetos capilarizando-se de forma *intercampi*, permitindo, assim, o caráter sistêmico das ações dos diversos campi e do instituto como um todo. Os gestores terão como primazia a eficiência e se pautarão por um perfil de administração enxuta. A gestão será democrática garantindo a participação nos diversos níveis hierárquicos e processuais: planejamento, execução, controle e avaliação. A gestão de pessoal, assim como o processo educativo, priorizará o desenvolvimento humano, valorizando o indivíduo sem deixar de garantir, porém, o fortalecimento do trabalho de equipe. Há que se cuidar, entretanto, para que não se banalize a prática da participação em decisões corriqueiras, evitando-se o famigerado democratismo. Isso desvia o foco da democratização das ações centrais e prejudica a agilidade administrativa.

O Instituto Federal Fluminense de Educação Ciência e Tecnologia não abre mão da democracia como um valor universal. Para, além disso, deverá primar por um crescimento compartilhado e complementar, que respeite o ritmo e as peculiaridades locais. O IFF deverá imprimir uma cadência de crescimento que respeitará as necessidades de cada *campus*, contemplado neste contexto o seu contorno de influência, bem como se precaver das armadilhas pós-modernas que privilegiam a velocidade e a superficialidade das ações em detrimento do resultado sólido e concreto.

ANEXO Ia

AS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS DE THOMAS KUHN (1922-1996)** Alexandre Marques

A teoria central de Kuhn é que o conhecimento científico não cresce de modo cumulativo e contínuo. Ao contrário, esse crescimento é descontínuo, opera por saltos qualitativos, que não se podem justificar em função de critérios de validação do conhecimento científico. A sua justificação reside em fatores externos, que nada têm a ver com a racionalidade científica e que, contaminam a própria prática científica. A importância atribuída por Kuhn, aos fatores psicológicos e sociológicos na organização do trabalho científico, constitui um rude golpe na “imagem da ciência que se foi consolidando desde o século XVIII e que tende a identificar a cientificidade com a racionalidade - senão com a racionalidade «no seu todo», pelo menos com a racionalidade «no seu melhor».”¹ A obra de Kuhn desencadeou um autêntico terremoto na filosofia da ciência e inaugura um discurso inovador, que privilegia os aspectos históricos e sociológicos na análise da prática científica, desvalorizando os aspectos lógico-metodológicos que ainda encontramos no discurso epistemológico popperiano.

Os saltos qualitativos preconizados por Kuhn ocorrem nos períodos de desenvolvimento científico, em que são questionados e postos em causa os princípios, as teorias, os conceitos básicos e as metodologias, que até então orientavam toda a investigação e toda a prática científica. O conjunto de todos esses princípios constitui o que Kuhn chama «paradigma». Procurando ser fiel ao autor, utilizamos o conceito de paradigma em dois sentidos fundamentais. Num sentido lato, o paradigma kuhniano refere-se àquilo que é partilhado por uma comunidade científica, será uma forma de fazer ciência, uma matriz disciplinar. Uma comunidade científica caracteriza-se pela prática de uma especialidade científica, por uma formação teórica

**Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/kuhn1.htm>>.

¹ Carrilho, M., M., “O que é Filosofia”, Lisboa, Difusão Cultural, 1994, p. 45.

² Kuhn, T., “The Structure of Scientific Revolutions”, Chicago, 2ª ed. Chicago University Press, 1972, p. 30.

comum, pela circulação abundante de informação no interior do grupo e pela unanimidade de juízo em assuntos profissionais. Em sentido particular, o paradigma é um exemplar; é um conjunto de soluções de problemas concretos, uma realização científica concreta que fornece os instrumentos conceptuais e instrumentais para a solução de problemas.

O paradigma é, neste sentido, uma «concepção de mundo» que, pressupondo um «modo de ver» e de «praticar», engloba um conjunto de teorias, instrumentos, conceitos e métodos de investigação; noutro caso, o conceito é utilizado para significar um conjunto de «realizações científicas concretas» capazes de fornecer “modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica”.² “Assim, a descrição de Newton do movimento dos planetas (Lei da Gravitação Universal), ou a descrição de Franklin da garrafa de Leyden são, respectivamente, exemplos de paradigmas para a prática da mecânica e para a ciência da eletricidade. Kuhn também designa estes «modelos concretos» como «modelos exemplares»”.³

O desenvolvimento da ciência madura processa-se assim em duas fases, a fase da ciência normal e a fase da ciência revolucionária. A ciência normal é a ciência dos períodos em que o paradigma é unanimemente aceito, sem qualquer tipo de contestação, no seio da comunidade científica.

O paradigma indica à comunidade o que é interessante investigar, como levar a cabo essa investigação, impondo como que um sentido ao trabalho realizado pelos investigadores e limitando os aspectos considerados relevantes da investigação científica.

O grupo limita-se a resolver um conjunto de incongruências que o paradigma lhe vai fornecendo, toda a investigação é realizada dentro e à luz do paradigma aceito pela comunidade. Nesta fase da ciência normal, o cientista não procura questionar ou investigar aspectos que extravasam o próprio paradigma, devemos dizer que a curiosidade não é propriamente uma característica do cientista, este se limita a resolver dificuldades de menor importância que vão permitindo mantê-lo em atividade e que possibilitam simultaneamente revelar a sua engenhosidade e a sua capacidade na resolução dos enigmas. “Os problemas científicos transformam-se em *puzzles*, enigmas com um número limitado de peças que o cientista - qual jogador de xadrez - vai pacientemente movendo até encontrar a solução final. Aliás, a solução final, tal como no enigma, é conhecida antecipadamente, apenas se desconhecendo os pormenores do seu conteúdo e do processo para a atingir”.⁴ Deste modo, o paradigma que o cientista adquiriu durante a sua formação profissional fornece-lhe as regras do jogo, descreve-lhe as peças a utilizar e indica-lhe o caminho ou objetivo a atingir. É evidente que o cientista, nas suas primeiras tentativas, pode cometer falhas, o que é perfeitamente natural, no entanto, tal fato é sempre atribuído

³ Baptista, J., M., “A Ideia de Progresso em Thomas Kuhn, no contexto da nova filosofia da ciência”, Porto, Ed. Afrontamento, 1996, p. 93.

⁴ Boaventura, S., S., “Da Sociologia da Ciência à Política Científica”, in separata de Biblos, Coimbra, 1977, p. 215.

à sua impreparação ou inépcia. Isto significa que as regras fornecidas pelo paradigma e o próprio paradigma, não podem ser postas em causa, já que o paradigma é o sentido de toda a investigação e o próprio enigma a investigar não existiria sem ele. Esta crença exacerbada no paradigma demonstra-nos que “o trabalho do cientista exprime uma adesão muito profunda ao paradigma”.⁵

É evidente que uma adesão deste tipo não pode ser posta em causa ou ser abalada levemente. A própria comunidade, na sua prática quotidiana, vai reforçando essa adesão a todo o momento. O que a experiência claramente demonstra, é que o cientista, individualmente ou em grupo, vai conseguindo resolver os enigmas, com maior ou menor dificuldade, à luz do paradigma vigente. Neste sentido, não devemos ficar admirados com a profunda resistência manifestada pela comunidade à mudança de paradigmas. O cientista não está minimamente interessado em provocar um abalo na estrutura do edifício que, de certa forma, o “alberga” e dá sentido ao seu trabalho profissional. O cientista é humano; a proteção, a confiança e de certo modo a segurança, são condições que todo o ser humano deseja alcançar. Todas estas condições são fornecidas ao cientista pelo paradigma. “O que eles defendem nessa resistência é afinal o seu modo de vida profissional”.⁶

O decurso da ciência normal, não é feito só de êxitos, pois se assim fosse, não poderíamos assistir às inovações profundas que têm lugar ao longo do desenvolvimento científico e que, segundo Kuhn, ocorrem por mudança de paradigmas. “Ao cientista «normal» pode suceder que o problema de que se ocupa, não só não tem solução no âmbito das regras em vigor, como tal fato não pode ser imputado à impreparação ou inépcia do investigador”.⁷

Esta experiência pode ser partilhada por outros cientistas e, para além disso, pode acontecer que o número de incongruências seja cada vez mais significativo e a dificuldade em solucioná-las aumente consideravelmente, ou até mesmo, o cientista confrontar-se com incongruências de impossível solução à luz do paradigma. “O efeito cumulativo deste processo pode ser tal que a certa altura se entre numa fase de crise. Incapaz de lhe dar solução o paradigma existente começa a revelar-se como a fonte última dos problemas e das incongruências e o universo científico que lhe corresponde converte-se a pouco e pouco num complexo sistema de erros onde nada pode ser pensado corretamente. Já outro paradigma se desenha no horizonte científico e o processo em que ele surge e se impõe constitui a revolução científica e a ciência que se faz ao serviço deste objetivo é a ciência revolucionária”.⁸

O novo paradigma irá redefinir os problemas e as incongruências até então insolúveis, dando-lhes uma solução convincente, e é neste sentido que ele se vai impondo junto da comunidade científica. Essa substituição não ocorre de um

⁵ Idem, o. c. 215.

⁶ Idem, o. c. 215.

⁷ Idem, o. c. 215.

⁸ Idem, o. c. 216.

modo rápido; o período de crise, caracterizado pela transição de um paradigma a outro, pode ser bastante longo. É compreensível que assim seja, já que cada um dos paradigmas estabelece as condições de cientificidade do conhecimento produzido no seu âmbito, e essas condições podem ser consideradas ridículas, triviais ou insuficientes, pelos defensores do velho paradigma, ou seja, os cientistas claramente comprometidos e educados à luz do paradigma anterior, que tudo fazem para impedir a substituição. Neste período, o diálogo entre os cientistas é um diálogo de surdos, já que existe uma clara incompatibilidade de paradigmas, utilizando a linguagem kuhniana, os paradigmas são incomensuráveis. Estamos, pois na presença de duas visões radicalmente diferentes do mundo, o que torna impossível uma solução de compromisso, na tentativa de tornar compatíveis os dois paradigmas. Este período de crise evidencia claramente que o espírito crítico e a audácia na procura da verdade, não são características do cientista. Ao contrário daquilo que era afirmado por Karl Popper, o cientista não passa a vida a pôr em causa aquilo que aprendeu, pelo contrário, defende esse patrimônio de um modo insistente e procura resistir a mudanças bruscas que acarretem uma redefinição radical do trabalho até então realizado. A imagem do cientista é a de um sujeito profundamente conservador e que a todo o custo procura resistir à mudança (princípio kuhniano da tenacidade).

“Mais ou menos tempo será necessário para o novo paradigma se impor, mas, uma vez imposto, ele passa a ser aceito sem discussão e as gerações futuras de cientistas são treinadas para aceitar que o novo paradigma resolveu definitivamente os problemas fundamentais. Da fase da ciência revolucionária passa-se de novo à fase da ciência normal e, portanto, ao trabalho científico sub-paradigmático”.⁹ Inicialmente o paradigma emergente será aplicado em várias áreas, essa aplicabilidade será assumida sem ainda se ter feito qualquer tipo de prova nesse sentido. É para estas áreas que a ciência normal se vai orientar.

Em jeito de conclusão, podemos referir que a grande inovação do discurso kuhniano no domínio da filosofia da ciência, passa por um lado, pela afirmação de que o desenvolvimento científico não é cumulativo e, por outro lado, e é neste ponto que reside, no nosso entender, a profunda inovação kuhniana, que a escolha entre paradigmas alternativos não se fundamenta em aspectos teóricos de cientificidade, mas em fatores históricos, sociológicos e psicológicos, ou seja, numa certa subjetividade e até mesmo numa irracionalidade, que acaba por ter um papel decisivo e fulcral na imposição de determinadas teorias em detrimento de outras. Essa imposição, não se deve ao mérito científico das teorias, pelo contrário, devemos procurar as causas dessa imposição, saindo do “círculo das condições teóricas e dos mecanismos internos de validação e procurá-las num vasto alfofre de fatores sociológicos e psicológicos. O processo de imposição de um novo paradigma é um processo retórico, um processo de persuasão em que participam diferentes audiências relevantes, isto é, os diferentes

⁹ Idem, o. c. 216.

grupos de cientistas. É necessário estudar as relações dentro dos grupos e entre os grupos, sobretudo as relações de autoridade (científica e outra) e de dependência. É necessário também estudar a comunidade científica em que se integram esses diferentes grupos, o processo de formação profissional dos cientistas, o treinamento, a socialização no seio da profissão, a organização do trabalho científico, etc. Nisto consiste a base sociológica da teoria de Kuhn”.¹⁰

O discurso de Kuhn é inovador, na medida em que, desvalorizando os aspectos lógico-positivistas, lógico-empiricistas, lógico-formais e racionais, que claramente encontramos no discurso popperiano, e que permitem que a ciência se explique exhaustivamente pela sua lógica interna, traz para o debate, uma base sociológica até então desvalorizada e esquecida, que poderá explicar, “por que razão se comportam os cientistas muitas vezes como se estivessem mais interessados em impedir o progresso científico do que em promovê-lo; porque é que certas teorias não são aceitas ao tempo da sua descoberta e só o são muito mais tarde, dando-se como que a sua redescoberta; porque razão são aceitas teorias cuja obediência aos padrões estabelecidos está longe de ser evidente; porque são negadas ou rejeitadas teorias assentes em experimentação que satisfaz plenamente esses padrões”.¹¹

A neutralidade e a objetividade da ciência, características que desde sempre o conhecimento científico reclamou e que nos levava a distinguir esse saber das chamadas ciências humanas ou sociais, são claramente postas em causa pela teoria dos paradigmas. “Kuhn abandonou de vez o terreno da epistemologia tradicional e a sua pacífica imagem da ciência herdada do iluminismo e reforçada pelo positivismo, lançando uma poderosa interrogação sobre a atividade científica, os seus efetivos procedimentos intelectuais e institucionais, as características das suas situações de sucesso e de crise, operando uma funda ruptura na filosofia das ciências pelo destaque que assim é dado à matriz histórica na compreensão de tais processos e fenômenos”.¹²

¹⁰ Idem, o. c. 217.

¹¹ Idem, o. c. 219.

¹² Carrilho, M., M., o. c. p. 28.

ANEXO Ib

Das Partes para o Todo ***

Pensamento Sistêmico em Ecologia e Educação

Fritjof Capra, PhD, físico e teórico dos sistemas, Presidente da Diretoria do Centro de Ecoalfabetização. Este seminário foi ministrado pela primeira vez em Agosto de 1994, num retiro para a faculdade e administradores da escola de Mill Valley.

Das Partes para o Todo

A pedra fundamental do nosso programa de Ecoalfabetização é o paralelismo entre comunidades ecológicas (ecossistemas) e comunidades de aprendizagem (escolas). Para compreender as lições dos ecossistemas e aplicá-las às comunidades humanas, precisamos aprender os princípios da ecologia, a “linguagem da natureza”.

Quando aprendemos, de fato, esses princípios - interdependência, diversidade, parceria, fluxo energético, flexibilidade, ciclos, coevolução e sustentabilidade, identificados por nós no Centro de Ecoalfabetização constatam que podem ser chamados princípios da comunidade. Nas escolas e noutras comunidades de aprendizagem, estes princípios da ecologia podem ser aplicados como princípios da educação.

O elo entre comunidades ecológicas e humanas reside no fato de ambas serem sistemas vivos. É aqui que entra o pensamento sistêmico. O paralelo entre comunidades, ecossistemas e comunidades humanas não é apenas uma metáfora. Se quiserem, os princípios da ecologia são os padrões da vida.

*** <<http://www.eps.ufsc.br/disciplinas/fialho/consciencia/congresso/CAPRA.html>>. Pedimos o cuidado de não se reproduzir esse texto como está aqui, pois ele foi editado especialmente para essa oficina de planejamento estratégico. Ele é uma tradução da transcrição da participação de Fritjof Capra em um congresso organizado pelo programa de pós-graduação em engenharia de produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Quem estiver interessado em reproduzir o texto deve utilizar o link para obtê-lo em sua íntegra e com a tradução original. (Nota dos organizadores da oficina).

Para compreender padrões e sistemas vivos, necessitamos uma nova forma de pensar. A mudança fundamental na nossa forma de pensar deve ser uma mudança na ênfase das partes para a ênfase no todo.

A ênfase nas partes tem tido vários nomes sendo o mais conhecido “mecanicista”. Esta denominação vem de “máquina”. Para compreender a máquina é preciso considerá-la em separado. Descartes, no século 17, chamou pensamento analítico a esta operação e tem sido uma característica essencial do pensamento científico moderno, com imenso sucesso. Quando temos um fenômeno ou problema complexo, separamo-lo, reduzimos a um número pequeno de partes simples e facilmente compreensíveis, estudamos os mecanismos através dos quais interagem, voltamos a juntar de novo as peças e assim compreendemos o todo.

Mas com os sistemas vivos não podemos fazer isso. Se separarmos uma entidade viva, matamo-la. Logo, a abordagem mecanicista reducionista não é apropriada para seres vivos.

A ênfase no todo foi chamada pensamento “holístico” - do grego holos, o todo, - ou pensamento “organísmico”, porque organismos são uma das principais formas de manifestação dos seres vivos. Foi também chamado pensamento “ecológico” porque a ecologia é o estudo das comunidades vivas às quais se aplica este pensamento.

Pensamento Sistêmico

Esta expressão foi cunhada nos finais do século 19 e início do século 20. A partir de 1930 a perspectiva holística tornou-se conhecida como “sistêmica” e implica um pensamento em termos de sistemas. Por isso gostaria de falar hoje sobre as características básicas do pensamento sistêmico.

O pensamento sistêmico emergiu durante a primeira metade do século, especialmente ao longo dos anos 20, simultaneamente em várias disciplinas. A Biologia foi a pioneira; ela enfatizou a visão dos organismos vivos como um todo integrado, cujas propriedades não podem ser reduzidas às propriedades das suas partes. Esta escola foi chamada biologia organísmica.

Posteriormente o pensamento sistêmico foi enriquecido pelos psicólogos e a escola da Gestalt. Gestalt é uma palavra alemã que significa “forma”. O que esses psicólogos descobriram é que os organismos vivos não percebem as coisas em termos de elementos isolados, mas em termos de padrões perceptivos integrados – todos significativamente organizados que apresentam qualidades ausentes nas suas partes. Isto é o que eles chamam uma gestalt. A frase famosa “O todo é maior do que a soma das partes” foi realmente da autoria dos psicólogos da gestalt.

A ecologia foi a terceira disciplina onde o pensamento sistêmico emergiu. Hoje é uma ciência. Como sabem a ecologia é uma ciência muito jovem. Os naturalistas no século 19 foram os seus precursores. Por volta dos anos 20 surge

o termo “ecossistema” o seu aparecimento marca o início da ecologia como uma ciência independente. Os ecologistas focalizaram o seu estudo em comunidades de animais e plantas e constataram uma vez mais a sua irredutível totalidade. Em particular observaram redes de relações – a *web* [rede] da vida.

Temos então a biologia, a psicologia e a ecologia; os três campos onde o pensamento sistêmico surgiu. Finalmente o pensamento sistêmico apareceu também na teoria quântica, quando os físicos descobriram que não podíamos decompor o mundo em unidades elementares independentes. Ao deslocar a nossa atenção dos objetos macroscópicos para os átomos e partículas subatômicas constatamos que a natureza não se apresenta em blocos isolados, mas sim numa rede complexa de relações entre as várias partes e um todo unificado.

Nos anos 30 a maior parte das características chave do pensamento sistêmico já tinha sido formulada pôr biólogos organísmicos, gestaltistas e ecologistas. Nestes campos, a exploração dos três tipos de sistemas vivos, levou os cientistas a pensar em termos de conectividade, relações e contexto. Esta nova forma de pensar também foi apoiada pelas descobertas revolucionárias da física quântica no que diz respeito aos átomos e partículas subatômicas.

Deixem-me então resumir as características chave do pensamento sistêmico e mostrar-vos, com alguns exemplos, como se aplicam à educação.

Das Partes para o Todo

A primeira característica e a mais geral é o salto das partes para o todo. De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um sistema vivo – organismo ou comunidade – são propriedades do todo, não encontráveis em nenhuma das suas partes. Elas são um resultado das interações e relacionamentos entre essas mesmas partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos separados. Ainda que seja possível identificar partes individuais em qualquer sistema, elas não estão isoladas e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma das partes.

Um exemplo: quando estudamos, na natureza, os ecossistemas, constatamos que todas as diferentes espécies estão interligadas. Formam uma comunidade e estão conectadas por relações que visam à alimentação. Descobrimos como principais padrões, os padrões cíclicos. Energia e matéria movem-se em ciclos dentro do ecossistema: todas as substâncias são continuamente recicladas. As cadeias alimentares que os ecologistas falam são, na realidade, redes alimentares dentro das quais há ciclos que são loops de feedback. Só se observarmos o ecossistema inteiro é que estas propriedades podem ser compreendidas. Se dividirmos o ecossistema e listarmos as espécies resultantes da divisão, não vamos nunca descobrir que são esses padrões

cíclicos fazem a ligação entre elas. É isto que queremos dizer quando afirmamos que o sistema tem que ser estudado como um todo e não pode ser reduzido às propriedades de cada uma das partes.

Da Análise para o Contexto

Agora vou falar do segundo aspecto do pensamento sistêmico: pensar em termos de contexto.

Como disse antes todo o empreendimento do pensamento filosófico ocidental, tem sido mecanicista e reducionista, concentrando-se nas partes. Os sistemas vivos não podem ser compreendidos pelo método analítico - este foi o grande choque introduzido pela ciência do século 20. Isto não significa que tenhamos que prescindir da análise. Ela ainda é muito útil, de muitas formas, mas é limitada. Tem que ser suplementada pelo pensamento em termos de contexto.

Num sistema vivo as propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, só podem ser compreendidas dentro do contexto de um todo maior. Assim, foi revertida a relação entre as partes e o todo. A nova regra é: para compreender algo não se deve separar, mas sim inserir num contexto mais amplo.

Vou dar um exemplo. Se olharem para a natureza e virem um pássaro - ou qualquer outro animal - percebem que tem penas ou pêlo, cores e outros atributos. Para compreender tudo isto precisamos compreender o animal no contexto do seu meio ambiente. É preciso compreender qual o seu habitat, quais os seus hábitos sazonais e por aí adiante. Só assim poderemos compreender, por exemplo, porque é que um pássaro tem certas cores. Então se você tiver conhecimentos sobre evolução, saberá como essas cores se originaram e evoluíram. E aí compreenderão as propriedades dentro do contexto ambiental e evolutivo do animal.

Desta forma pensamento sistêmico é “contextual”, o oposto do pensamento analítico: análise significa separar algo para compreender: pensamento sistêmico compreender significa inserir num contexto de um todo mais vasto.

Dos Objetos para as Relações

Quando olhamos para os sistemas vivos e vemos que as partes só podem ser compreendidas em termos de contexto e de todo, então podemos dar um passo mais à frente. Esse passo foi o acontecimento dramático da física dos anos 20. Os físicos descobriram que, em última análise, as partes não existem. Aquilo a que chamamos parte é um mero padrão numa rede inseparável de relações. É muito útil definir as

partes, mas essa definição é muitas vezes arbitrária e aproximativa e necessita ser flexível.

Por conseguinte, o salto das partes para o todo pode ser visto como um salto dos objetos para as relações. Na visão mecanicista o mundo é visto como uma coleção de objetos sendo secundárias as relações entre eles. Na visão sistêmica reconhecemos que os objetos em si - organismos num ecossistema e pessoas numa comunidade - são redes de relações inseridas em redes mais alargadas. Para o pensador sistêmico, as relações são primárias. As fronteiras dos padrões discerníveis, isto é os objetos, são secundárias. O mundo é um mundo de relações e no seio dessas relações desenhamos círculos à volta de certos padrões e dizemos “Bom, isto é o que eu chamo objeto”.

Por exemplo, a rede de relações entre folhas, rebentos e ramos é o que eu chamo árvore. É muito significativo que, quando desenhamos uma árvore - alguns psicólogos utilizam o desenho da árvore como um teste - maioria de nós não desenha as raízes. Todavia as raízes são tão visíveis quanto os outros componentes da árvore. Se desenharmos os relacionamentos da árvore, acima e abaixo da terra, obteremos uma figura diferente. É apenas um exemplo do salto de percepção dos objetos para as relações. É uma parte extremamente importante do pensamento sistêmico.

Das Hierarquias para as Redes

Quando olhamos para essas relações e para essas redes dentro de redes, verificamos que existem diferentes níveis. Uma propriedade surpreendente dos sistemas vivos é a sua tendência para formar sistemas de estruturas multinível dentro de sistemas. Logo, outra característica chave do pensamento sistêmico é a capacidade para fazerem deslocar a nossa atenção, para trás e para frente, entre os níveis dos sistemas.

Tomemos como exemplo o nosso próprio organismo. Num nível menor temos células e cada célula é um organismo vivo. Essas células combinam-se para formar tecidos, os tecidos formam órgãos e os órgãos formam sistemas de órgãos (exemplo: sistema digestivo, sistema nervoso). O organismo como um todo é uma rede de todas estas relações. Então o organismo como um todo existe no interior de relações sociais, no interior de sistemas sociais e dentro de ecossistemas. Em cada nível temos sistemas que são um todo integrado sendo, ao mesmo tempo, partes de todos maiores.

Em todo o mundo vivo encontramos sistemas aninhados dentro de outros sistemas vivos.

Desde os primeiros dias da ecologia essas organizações em múltiplos níveis foram chamadas hierarquias. Contudo este termo pode ser bastante enganoso uma vez que tem origem nas hierarquias humanas, originalmente na igreja católica e hoje

em dia no vocabulário militar e corporativo. Nestes casos encontramos estruturas de dominação e controle bastante rígidas, muito diferente da organização em múltiplos níveis encontrada na natureza.

A visão dos sistemas vivos como redes proporciona uma nova e proveitosa perspectiva sobre as chamadas hierarquias da natureza. Uma vez que os sistemas vivos são redes, em todos os seus níveis, temos que visualizar a teia da vida como sistemas vivos (redes) interagindo em forma de rede com outros sistemas (redes). Por exemplo, podemos descrever esquematicamente um ecossistema como uma rede com alguns nós. Cada nó representa um organismo. Significa que cada nó, quando ampliado, é uma rede. Cada nó na nova rede pode representar um órgão, o qual, por sua vez, quando ampliado, é uma nova rede e assim sucessivamente****.

Em outras palavras, a teia (rede) da vida consiste em redes dentro de redes. Em cada escala os nós das redes, quando observados mais de perto, revelam-se como redes menores. Tendemos a organizar esses sistemas - todos eles nidando dentro de sistemas mais amplos - em estruturas hierárquicas, colocando os sistemas mais amplos acima dos menores, em forma de pirâmide. Mas isto é uma projeção humana. Na natureza não existe “em cima” e “em baixo”, não há pirâmides nem hierarquias. Existem apenas redes nidando dentro de outras redes. Desta forma o pensamento sistêmico implica mudar o pensamento de hierarquias para redes.

Não é apenas um salto de percepção, mas também um salto das estruturas atuais para a comunidade. Nas nossas estruturas organizacionais precisamos mudar de estruturas para redes. Se quisermos criar uma comunidade sustentada é importante assegurar que existe uma circulação livre dentro de uma rede e que existe uma rede de relações que é alimentada.

Da Estrutura para o Processo

Todos os conceitos discutidos até aqui podem ser vistos como diferentes aspectos de uma grande força do pensamento sistêmico a que podemos chamar pensamento contextual. Pensamento contextual significa pensar em termos de conectividade contexto e relações. Na realidade a raiz latina da palavra “contexto” significa “tecer (entrelaçar) em conjunto”.

Uma outra força do pensamento sistêmico igualmente importante: pensar em processo.

Na moldura mecanicista da ciência cartesiana existem estruturas fundamentais, forças e mecanismos através das quais essas estruturas interagem, dando então lugar aos processos. Na ciência sistêmica cada estrutura é vista como uma manifestação

****Assim também podemos utilizar como exemplo o universo do futuro Instituto Federal Fluminense: alunos, professores, turmas, cursos, unidades, institutos, Setec. Formando inúmeras redes dentro da rede federal de educação profissional e tecnológica. (Nota dos organizadores da oficina).

dos processos subjacentes. Estrutura e processo sempre caminham juntos. Toda a moeda tem dois lados. O pensar sistêmico é sempre pensar em processo.

Sistemas Abertos

Agora vou ser um pouco mais específico no que diz respeito à ecologia e vou falar sobre os processos que observamos nos ecossistemas. É uma velha questão na história da biologia. Durante séculos tornou-se evidente para os biólogos que as formas biológicas são mais do que meras figuras, mais do que configuração estática de componentes formando um todo. Existe um fluxo contínuo de matéria e energia dentro de um organismo vivo enquanto a sua forma é mantida. Para descrever esta situação os teóricos dos sistemas criaram a expressão “sistemas abertos”. Todos os sistemas vivos são sistemas abertos; significa que precisam ser alimentados pelo fluxo contínuo de energia e matéria, a fim de se manterem vivos.

Nos organismos, esse fluxo de matéria e energia é o processo metabólico - absorvendo comida, digerindo, usando a energia para crescer, manter as estruturas, alimentar as atividades e libertando resíduos. Num ecossistema existe um correspondente fluxo de matéria e energia dentro da comunidade de plantas e animais. Na fotossíntese as plantas verdes retiram energia do sol, transformam-na em energia química e usam esta energia para construir substâncias orgânicas complexas a partir de proteínas, carboidratos, gorduras, etc. Estas são, então, absorvidas por animais que se alimentam de plantas ou de outros animais; e finalmente os resíduos orgânicos animais (ultimamente os próprios animais também) são reduzidos a substâncias inorgânicas pela ação de microorganismos e acabam em minerais que vão ser absorvidos de novo pelas plantas.

Então existe um fluxo cíclico e contínuo dentro do ecossistema onde cada organismo faz circular matéria e energia, mantendo-se num estado de equilíbrio dinâmico à medida que matéria e energia circulam dentro (e através) dele. Se olharem para aquele arbusto ali, verificam que a sua forma é constante; todavia, existe permanentemente um fluxo de substâncias dentro dele.

ANEXO II

**- Estatuto do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Fluminense -**

Educação das Relações Étnico-raciais

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” Paulo Freire

O Brasil, país multiétnico e pluricultural, apresenta características raciais diversificadas, como demonstra a tabela 27. Nesta seara de grande valia, torna-se importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade racial em nosso país.

Tabela 27 - Quantitativo da população brasileira por cor ou raça.

População/Sexo	Total	Cor ou Raça					Sem declaração	
		Branca	Negra	Parda	Amarela	Indígena		
Homens	93.357	43.913	6.624	42.167	413	209	31	
Mulheres	98.439	48.564	6.629	42.533	472	213	29	
Urbana	Homens	77.334	37.914	5.747	33.103	387	158	26
	Mulheres	83.707	42.765	5.876	34.426	447	167	26
	Total	161.041	80.679	11.623	67.529	834	325	52
Rural	Homens	16.023	5.999	877	9.064	26	51	5
	Mulheres	14.732	5.799	753	8.107	25	46	3
	Total	30.755	11.798	1.630	17.171	51	97	8
TOTAL GERAL		92.477	13.253	84.700	885	422	60	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2009 (Adaptação).

Nesse ínterim, a educação no Brasil, na perspectiva de contribuir para a superação da discriminação racial e divulgar a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, propõe dinâmicas de trabalho, no âmbito de todo o currículo acadêmico, balizados pela Lei nº. 10.639 de 9 de janeiro de 2003, modificada pela Lei nº. 11645, de 10 de março de 2008, pelo Parecer CNE/CP nº. 003/2004 de 10 de março de 2004 e pela Resolução CNE/CP nº. 001, datada de 17 de junho de 2004.

Na conjuntura da população brasileira, a Região Sudeste totaliza, no período de 2004-2006, 60% de brancos, 30% de negros/pardos e 1% de outras, como demonstra o quantitativo apresentado na tabela 28. Especifica-se, no entanto, na tabela 29, o contingente populacional por cor ou raça no Estado do Rio de Janeiro, no período 2004-2006, onde o IF Fluminense encontra-se situado.

Tabela 28 - População da Região Sudeste por cor ou raça.

REGIÃO SUDESTE - 2004-2006			
Cor ou Raça	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada		
	2004	2005	2006
Branca	21.788	21.668	22.634
Negra/Parda	13.405	14.861	15.225
Outras	295	373	414
TOTAL	37.492	38.907	40.279

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004-2006 (Adaptação).

Tabela 29 - População do Estado do Rio de Janeiro por cor ou raça.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2004-2006			
Cor ou Raça	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada		
	2004	2005	2006
Branca	3.827	3.610	3.790
Negra/Parda	2.765	3.029	3.057
Outras	13	25	29
TOTAL	8.609	8.669	8.882

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004-2006 (Adaptação).

No universo do processo educacional, a demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade, se faz emergente nesse cenário. Para tanto, as atividades acadêmicas fundamentam-se nas dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, buscando combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.

O IF Fluminense, pautado nos princípios da equidade e da dignidade da pessoa humana, propõe, nas políticas de ensino, pesquisa e inovação e extensão, o incentivo à divulgação e produção de conhecimentos, à formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial como descendentes de africanos, de indígenas, de europeus, de asiáticos, para interagirem na construção de uma nação democrática, assim como quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

As atividades acadêmicas no IF Fluminense, permeadas pelas bases filosóficas e pedagógicas, fundamentam-se nos seguintes princípios:

I. Consciência Política e Histórica da Diversidade

- A igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos.
- A compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história.
 - O conhecimento e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira.
 - A superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados.
 - A desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos.
 - A busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitosas.
 - O diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns, visando a uma sociedade mais justa.

II. Fortalecimento de Identidades e de Direitos

- O desencadeamento do processo de afirmação de identidades, da historicidade negada ou distorcida.
 - O rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas.
 - Os esclarecimentos a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal.
 - O combate à privação e violação de direitos.
 - A ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e a respeito da recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais.

III. Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações

- A conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.
 - Consciência por parte da comunidade acadêmica, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações e valorizando os contrastes das diferenças.

- Valorização da oralidade, da corporeidade e da arte.
- Educação patrimonial - aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo.
- Participação construtiva entre os diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira e dos elos culturais, sociais e históricos dos diferentes grupos étnico-raciais.
- Participação de grupos do Movimento Negro e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a instituição, na elaboração de projetos e ações afirmativas que contemplem a diversidade étnico-racial.

Os princípios enumerados e seus desdobramentos apresentam requisições de mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim como das instituições e de suas tradições culturais. Nesse sentido, apresentam-se os seguintes indicativos:

- O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções:

(A) envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro.

Isso se apresenta como um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas;

(B) far-se-á por diferentes meios, em atividades curriculares ou não, em que:

- se explicitem, busquem compreender e interpretar, na perspectiva de quem o formule, diferentes formas de expressão e de organização de raciocínios e pensamentos de raiz da cultura africana;

- promovam-se oportunidades de diálogo em que se conheçam, se ponham em comunicação diferentes sistemas simbólicos e estruturas conceituais, bem como se busquem formas de convivência respeitosa, além da construção de projeto de sociedade em que todos se sintam encorajados a expor, defender sua especificidade étnico-racial e a buscar garantias para que todos o façam;

- sejam incentivadas atividades em que a comunidade acadêmica e integrantes da comunidade externa de diferentes culturas interatuem e se interpretem reciprocamente, respeitando os valores, visões de mundo, raciocínios e pensamentos de cada um;

(C) far-se-á por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil e da história mundial, na

construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social;

(D) promoverá uma educação das relações étnico-raciais nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

(E) abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões, com destaque a acontecimentos e realizações nacionais, históricos, próprios de cada região e localidade.

Enfatizam-se, nesse contexto, os fundamentos que regem as atividades acadêmicas dos componentes curriculares especificados em cada Projeto Pedagógico de Curso do IF Fluminense, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como nos projetos e nas ações afirmativas desenvolvidas, a saber:

I. Antropológicos

(a) Diversidade Cultural - aponta para a necessidade de respeito à enorme variedade de culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas com línguas, religiões, modos de sobrevivência, economias e cosmovisões diferentes.

(b) Cognição, Aprendizagem e Conhecimento - indica a existência de formas de construção de conhecimento específicas, produzidas sócio-historicamente pelos povos afro-brasileiros, africanos e indígenas.

(c) Processos de constituição da pessoa - demonstram a variedade de processos sócio-históricos de concepção de sujeito e de sociedade existente.

II. Históricos

(a) A História na perspectiva das minorias étnicas e não só na perspectiva do colonizador.

(b) A noção de “temporalidades” - inclui o tempo mitológico e não só o tempo cronológico cartesiano.

(c) O futuro da questão afro-brasileira, africana e indígena - aponta para o atendimento urgente às necessidades de autossustentação e autonomia desses povos, como: educação, saúde, geração de renda, demarcação de terras, etcéteras.

III. Pedagógicos:

(a) Linguística aplicada - as línguas étnico-raciais trazem uma rica contribuição aos estudos linguísticos, com sua variedade de estruturas, sintaxes e semânticas.

(b) Concepção de Aprendizagem - percepção da etnologia afrodescendente e indígena.

Os fundamentos destacados objetivam:

- Debater a importância da diversidade cultural para o desenvolvimento humano, seus princípios éticos e políticos, os instrumentos nacionais e internacionais de proteção e promoção.
 - Debater os conceitos de cultura, identidade, diversidade, tradição, etnia.
 - Realizar análise crítica e conjuntural do atual estágio da diversidade cultural no Brasil e na região na qual o IF Fluminense encontra-se inserido, seus limites, desafios e potencialidades no contexto da globalização e das políticas públicas.
 - Aprofundar o conhecimento de experiências institucionais e da sociedade civil no campo do pluralismo cultural e do diálogo intercultural.
 - Debater o papel da educação na proteção e promoção da diversidade cultural.
 - Aprofundar o debate e o conhecimento de experiências nos campos do ensino religioso, do pluralismo linguístico, do ensino da história e das culturas afro-brasileiras e indígenas no Brasil.

Assim sendo, perceber-se como sujeito de uma educação global, plural e com significados tão diversos é perceber-se como agente de promoção de uma educação ético-racial no que se refere à história e cultura afro-brasileira e indígena, com a premissa objetiva de reconhecer e valorizar a identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

ANEXO III

- Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
PORTARIA N.º 429 DE 20 DE AGOSTO DE 2009.

A **REITORA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia FLUMINENSE**, nomeada pela Portaria MEC nº. 55 de 07 de janeiro de 2009, publicada no D.O.U. de 08 de janeiro de 2009, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei 11.892 de 29/12/2008,

R E S O L V E:

- I. **APROVAR** o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, conforme Anexo.
- II. Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial de União.

CIBELE DAHER BOTELHO MONTEIRO
REITORA

ANEXO
ESTATUTO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

TÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º. O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, instituição criada nos termos do artigo 5º., inciso XXVII da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 1º. O Instituto Federal Fluminense é domiciliado na sede de sua Reitoria, situada na Rua Doutor Siqueira, 273, Parque Dom Bosco, CEP 28030-130 em Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

§ 2º. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal Fluminense é equiparado às universidades federais.

§ 3º. O Instituto Federal Fluminense, estrutura funcional *multicampi*, tem os seguintes domicílios:

- a) Reitoria, sediada no endereço indicado no parágrafo 1º. deste artigo;
- b) *Campus* Campos Centro - Rua Doutor Siqueira, 273, Parque Dom Bosco, CEP: 28030-130, Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro;
- c) *Campus* Campos Guarus - Avenida Souza Mota, 350, Parque Fundão, CEP: 28060-010, Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro;
- d) *Campus* Ildefonso Bastos Borges - Bom Jesus do Itabapoana - Avenida Dário Vieira Borges, 235, Parque do Trevo, CEP: 28360-000, Bom Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro;
- e) *Campus* Itaperuna - BR 356, Km 3, Cidade Nova, CEP: 28300-000, Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro;
- f) *Campus* Macaé - Rodovia Amaral Peixoto, Km 164, Imboassica, CEP: 27973-030, Macaé, Estado do Rio de Janeiro;
- g) *Campus* Cabo Frio - Estrada Cabo Frio - Búzios, s/nº., Baía Formosa, CEP: 28900-000, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

§ 4º. O Instituto Federal Fluminense possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao Estado do Rio de Janeiro, nas mesorregiões: Noroeste Fluminense; Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância, legislação específica.

Art. 2º. O Instituto Federal Fluminense rege-se pelos atos normativos mencionados no *caput* do Art. 1º., pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Resoluções do Conselho Superior; e
- IV. Portarias.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS, DAS FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS E DOS OBJETIVOS

Art. 3º. O Instituto Federal Fluminense, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores em cada um dos seus *Campi*:

- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte ao desenvolvimento local e regional, sociais e culturais, sem perder de vista a formação integral;
- IV. compromisso com a educação inclusiva e emancipatória; e
- V. natureza pública e gratuita do ensino com custeio por parte de recursos originários prioritariamente do orçamento da União.

Art. 4º. O Instituto Federal Fluminense, em cada um dos seus *campi*, tem as seguintes finalidades e características:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, gratuita, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal Fluminense;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, a inovação, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 5º. O Instituto Federal Fluminense, em cada um dos seus *campi*, tem os seguintes objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas

- de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 6º. No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal Fluminense, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no § 2º do art. 8º da Lei nº. 11.892/2008.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 7º A organização geral do Instituto Federal Fluminense compreende:

I. COLEGIADOS

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes;

II. REITORIA

- a) Gabinete:
 - i) Órgãos de Apoio imediato.
 - b) Pró-Reitorias:
 - i) Pró-Reitoria de Ensino;
 - ii) Pró-Reitoria de Extensão;
 - iii) Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;
 - iv) Pró-Reitoria de Administração;
 - v) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.
- c) Diretorias Sistêmicas;
- d) Órgãos seccionais:
 - i) Auditoria Interna e
 - ii) Procuradoria Federal.

III. *CAMPI*, que para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

§ 1º. O detalhamento da estrutura organizacional do Instituto Federal Fluminense,

as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidas no seu Regimento Geral.

§ 2º. O regimento geral poderá dispor sobre a estruturação e funcionamento de outros órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à reitoria e aos *Campi*.

TÍTULO II DA GESTÃO

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SEÇÃO I Do Conselho Superior

Art. 8º. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal, tendo a seguinte composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- III. representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- IV. representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- V. 02 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes;
- VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VII. 01 (um) representante e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII. representação de 1/3 (um terço) dos diretores-gerais de *campi*, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

§ 1º. Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V e VIII serão designados por ato do Reitor.

§ 2º. Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e VIII.

§ 3º. Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada *Campus* que compõe o Instituto Federal Fluminense poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria.

§ 4º. Serão membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-Reitores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, sem direito a voto.

§ 5º. Ocorrendo o afastamento definitivo de quaisquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido, realizando-se nova eleição para escolha de suplentes.

§ 6º. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 9º. Compete ao Conselho Superior:

I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Fluminense e zelar pela execução de sua política educacional;

II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal Fluminense e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;

III. aprovar o plano de desenvolvimento institucional e apreciar o plano de ação e a proposta orçamentária anual;

IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;

V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Fluminense;

IX. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Fluminense, bem como o registro de diplomas;

X. aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal Fluminense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; eXI. Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

SEÇÃO II

Do Colégio de Dirigentes

Art. 10. O Colégio de Dirigentes, integrante da administração superior da Instituição, tem funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- a) o Reitor, como presidente;
- b) os Pró-Reitores; e
- c) os Diretores-Gerais dos *Campi*.

Parágrafo único. O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 11. Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal Fluminense;
- IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Fluminense a ele submetido.

CAPÍTULO II

DA REITORIA

Art. 12. O Instituto Federal Fluminense será dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O ato de nomeação a que se refere o *caput* levará em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos do artigo 12 lei 11.892/2008.

Art. 13. Ao Reitor compete representar o Instituto Federal Fluminense, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

Parágrafo único. Nos impedimentos e nas ausências eventuais do Reitor, a Reitoria será exercida por um dos pró-reitores por ele designado.

Art. 14. A vacância do cargo de Reitor decorrerá de:

I. exoneração, a pedido;

II. demissão, em virtude de processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

III. posse em outro cargo inacumulável;

IV. falecimento;

V. renúncia;

VI. aposentadoria; ou

VII. término do mandato.

§ 1º. Nos casos de vacância previstos nos incisos deste artigo, assumirá a Reitoria o seu substituto legal, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o processo de consulta à comunidade para eleição do novo Reitor.

§ 2º. O Reitor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

§ 3º. Acaso ocorrida a exoneração a pedido antes da conclusão do processo administrativo disciplinar, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

§ 4º. Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, aos Diretores-Gerais de *campi*.

Art.15. A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal Fluminense, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão, assessoramento, consultoria e controle de todas as atividades da Autarquia.

Art. 16. O Instituto Federal Fluminense tem administração de forma desconcentrada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do art. 9º da Lei nº. 11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral.

§ 1º. Os Diretores-Gerais dos *Campi* respondem solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

§ 2º. A Reitoria poderá ter sua sede instalada em espaço distinto dos seus *campi*, mediante estudo de viabilidade aprovado pelo Ministério da Educação.

SEÇÃO I Do Gabinete

Art. 17. O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

Art. 18. O Gabinete disporá de órgãos de apoio imediato, de Assessorias Especiais e comissões de pessoal docente e técnico administrativo em educação conforme a legislação em vigor.

SEÇÃO II

Das Pró-Reitorias

Art. 19. As Pró-Reitorias deverão ser descritas no âmbito do Estatuto do Instituto Federal Fluminense e dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor, sendo órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às dimensões ensino, administração, pesquisa e extensão.

§ 1º. A Pró-Reitoria de Ensino, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, articula e fomenta a execução das políticas de ensino, que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e promovam a integração das ações educacionais com as demandas da sociedade, visando à democratização do acesso, a permanência e a elevação de escolaridade como garantia da qualificação profissional e conquista da cidadania.

§ 2º. A Pró-Reitoria de Extensão, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão, da cultura e das artes e a relação com o mundo trabalho e a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa.

§ 3º. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa, integrada ao ensino e à extensão, pós-graduação e inovação, bem como promove ações na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica.

§ 4º. A Pró-Reitoria de Administração, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de administração, e execução de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 5º. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e articula as atividades e as políticas de planejamento estratégico, desenvolvimento institucional, incluindo as ações de preservação da identidade e do patrimônio cultural do Instituto Federal Fluminense, as relações entre as Pró-Reitorias e os *campi*, as entidades de classe, os organismos representativos internos e de ex-alunos, a captação de recursos extra-orçamentários e ainda as relações com a sociedade.

SEÇÃO III

Das Diretorias Sistêmicas

Art. 20. As diretorias sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.

SEÇÃO IV

Da Auditoria Interna

Art. 21. A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Parágrafo único. À Auditoria Interna compete exercer o controle de toda e qualquer atividade administrativa, podendo atuar prévia, simultânea ou posteriormente à execução das atividades institucionais.

SEÇÃO V

Da Procuradoria Federal

Art. 22. A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO III

DOS *CAMPI*

Art. 23. Os *Campi* do Instituto Federal Fluminense são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral.

Parágrafo único. Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

TÍTULO III DO REGIME ACADÊMICO

CAPÍTULO I DO ENSINO

Art. 24. O currículo no Instituto Federal Fluminense está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político-institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

Art. 25. As ofertas educacionais do Instituto Federal Fluminense estão organizadas através da formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

CAPÍTULO II DA EXTENSÃO

Art. 26. As ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal Fluminense e a sociedade.

Art. 27. Cabe ao Instituto Federal Fluminense incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

CAPÍTULO III DA PESQUISA E INOVAÇÃO

Art. 28. As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à produção de conhecimento, à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

Art. 29. As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção de conhecimento, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional, consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

TÍTULO IV DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art. 30. A comunidade acadêmica do Instituto Federal Fluminense é composta pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo.

CAPÍTULO I DO CORPO DISCENTE

Art. 31. O corpo discente do Instituto Federal Fluminense é constituído por alunos matriculados nos diversos cursos e programas oferecidos pela instituição.

§ 1º. Os alunos do Instituto Federal Fluminense que cumprirem integralmente o currículo e o programa dos cursos farão jus a diploma ou certificado na forma e nas condições previstas na organização didática.

§ 2º. Os alunos em regime de matrícula especial somente farão jus à declaração das disciplinas cursadas ou das competências adquiridas.

Art. 32. Somente os alunos com matrícula regular ativa nos cursos de educação básica, técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, poderão votar e serem votados para as representações discentes do Conselho Superior, bem como participar dos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores-Gerais dos *Campi*.

CAPÍTULO II DO CORPO DOCENTE

Art. 33. O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal Fluminense, regidos pelo Regime Jurídico Único, e demais professores admitidos na forma da lei.

Parágrafo Único. Somente poderão votar e ser votados para quaisquer representações os docentes integrantes do quadro permanente.

CAPÍTULO III DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 34. O corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal Fluminense, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico e administrativo.

CAPÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 35. O regime disciplinar do corpo discente é estabelecido em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 36. O regime disciplinar do corpo docente e técnico-administrativo do Instituto Federal Fluminense observa as disposições legais, normas e regulamentos sobre a ordem disciplinar e sanções aplicáveis, bem como os recursos cabíveis, previstos pela legislação federal.

TÍTULO V DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS

Art. 37. O Instituto Federal Fluminense expedirá e registrará seus diplomas em conformidade com o § 3º. do art. 2º. da Lei nº. 11.892/2008 e emitirá certificados a alunos concluintes de cursos e programas.

Art. 38. No âmbito de sua atuação, o Instituto Federal Fluminense funciona como instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

Art. 39. O Instituto Federal Fluminense poderá conferir títulos de Mérito Acadêmico, conforme disciplinado no Regimento Geral.

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

Art. 40. O patrimônio do Instituto Federal Fluminense é constituído por:

- I. bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos *Campi* que o integram;
- II. bens e direitos que vier a adquirir;
- III. doações ou legados que receber; e
- IV. incorporações que resultem de serviços por ele realizados.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal Fluminense devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Instituto Federal Fluminense, conforme suas necessidades específicas, poderá constituir órgãos colegiados de natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas.

Art. 42. A alteração do presente estatuto exigirá quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Superior, mediante deliberação em seção convocada exclusivamente para tal fim.

Parágrafo único. A convocação da seção para os fins do *caput* será feita pelo reitor *ex officio* ou pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

Art. 43. Os casos omissos neste Estatuto serão submetidos à apreciação pelo Conselho Superior do Instituto Federal Fluminense.

